

# RIZ MA

CADERNO DE PUBLICAÇÕES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E  
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DA FACULDADE BOAS NOVAS



ANO II - N°01 - 2025

# RIZOMA

**Caderno de Publicações de Iniciação Científica e Curricularização da  
Extensão da Faculdade Boas Novas**

**ORGANIZADORES**

**José Fábio Bentes Valente**

**Franci Flores de Vargas**

**Fátima Medianeira Flôres de Vargas**

**ANO II - Nº 01 - 2025**

**FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E  
BIOTECNOLÓGICAS  
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE BOAS NOVAS**

**MANTENEDOR**

Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas – IBADAM

**PRESIDÊNCIA**

Pr. Jonatas Câmara

**DIREÇÃO EXECUTIVA**

Pr. Edivaldo Lopes de Lima

**DIREÇÃO GERAL**

Profa. Dra. Maria José Costa Lima

**DIREÇÃO ACADÊMICA**

Profa. Dra. Fátima Medianeira Flôres de Vargas

**PROCURADORIA INSTITUCIONAL**

Profa. Dra. Fátima Medianeira Flôres de Vargas

**COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

**COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

Profa. Dra. Franci Flores de Vargas

## **Rizoma - Caderno de publicações de Iniciação Científica e Curricularização da Extensão da Faculdade Boas Novas**

© 2025 Copyright by Faculdade Boas Novas.

Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 1655 – Japiim - Manaus-AM – CEP - 69077-000

Fone: (92) 98121-2373

www.fbnovas.edu.br

Editoração:

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

Profa. Dra. Franci Flores de Vargas

Capa: Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

Os artigos assinados, bem como o seu conteúdo e estilo linguístico são de responsabilidade de seus autores e necessariamente não expressam a posição da Instituição.

### **Catálogo na Publicação (CIP)**

---

R627 Rizoma [livro eletrônico] : Caderno de publicações de Iniciação Científica e Curricularização da Extensão da Faculdade Boas Novas / Faculdade Boas Novas; [organizado por] José Fábio Bentes Valente; Franci Flores de Vargas; Fatima Medianeira Flores de Vargas. - - Manaus : FBN, 2025.  
1.7MB. : il. color.; PDF

Modo de acesso eletrônico  
ISBN 978-65-01-79881-3

1. Programa de Iniciação Científica. 2. Multidisciplinar. 3. Pesquisa. 4. Iniciação - Projeto. I. Gutiérrez Herrera, Hérrnan José. II. Valente, José Fábio Bentes. III. Vargas, Fátima Medianeira Flores de.

CDD 378.002 5

---

Elaborado por Kellen Cristina Encarnação Moraes CRB-1134

## COMISSÃO EDITORIAL

Profª. Dra. Maria José Costa Lima

Profª. Dra. Fátima Medianeira Flôres de Vargas

Prof. Dr. Helom César da Silva Nunes

Prof. Dr. Miquéias Machado Pontes

Prof. Dr. Reyth da Cunha Ribeiro

Prof. Dr. Cláudio José da Silva

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

Prof. Me. Diego Monteiro Ferreira

Prof. Me. Hernán Gutierrez Herrera

Pequenas citações são permitidas, sempre indicando-se a fonte  
Direitos reservados à Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e  
Biotecnológicas

## APRESENTAÇÃO

A presente edição da Revista Rizoma – Caderno de Publicações de Iniciação Científica e Curricularização da Extensão da Faculdade Boas Novas consolida-se como espaço institucional de produção, sistematização e socialização do conhecimento, reafirmando o compromisso da Faculdade Boas Novas com o ensino, pesquisa e extensão, princípio estruturante da educação superior.

Em seu Ano II, n. 01, a revista reúne contribuições oriundas de diferentes campos do saber, evidenciando a pluralidade que caracteriza a investigação científica, projetando uma compreensão ampliada da formação superior como prática crítica comprometida com os desafios do tempo presente.

O conjunto dos textos aqui publicados revela, a densidade temática e a transversalidade que orientam esta edição, organizada pelos cursos de Ciências Teológicas, Teologia EAD, Direito e Psicologia e os resultados da Curricularização da Extensão. Ao contemplar discussões sobre bioética, inteligência artificial, discricionariedade judicial, saúde mental de universitários, autoridade parental, sustentabilidade, ecoteologia, gestão de resíduos sólidos, acolhimento psicológico em comunidades tradicionais e práticas extensionistas territorializadas, a revista delinea um horizonte investigativo marcado pelo diálogo entre reflexão teórica, responsabilidade social e enfrentamento de problemas concretos que interpelam a academia e a sociedade brasileira.

Mais do que reunir produções acadêmicas, esta edição da Rizoma evidencia a maturidade de uma cultura institucional de pesquisa comprometida com a relevância científica, a pertinência social e a formação investigativa de estudantes e docentes. O próprio título da revista, ao evocar a imagem do rizoma, sugere uma dinâmica de conhecimento não linear, múltipla, conectiva e expansiva, capaz de entrelaçar áreas, métodos, experiências e territórios.

Esta publicação, portanto, oferece ao leitor não apenas um panorama da disposição acadêmica da Faculdade Boas Novas, mas também um convite ao exercício da leitura crítica, do diálogo interdisciplinar e da reflexão ética sobre os processos formativos, institucionais e sociais que conformam o fazer científico na atualidade.

Prof. Dra. Franci Flores de Vargas

**SUMÁRIO**

<b>Ciências Teológicas e Teologia EAD.....</b>	<b>9</b>
<b>BIOÉTICA ISLÂMICA E A DEFINIÇÃO DE "VIDA": CONFRONTANDO O STATUS DA IA E DA BIOLOGIA SINTÉTICA.....</b>	<b>10</b>
<b>LIDERANÇA RELIGIOSA E SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DOS LÍDERES NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>Direito .....</b>	<b>37</b>
<b>O "JUIZ-ROBÔ" E A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ABSORÇÃO DE SISTEMAS PREDITIVOS PELA MAGISTRATURA NO CIVIL LAW E NO COMMON LAW .....</b>	<b>38</b>
<b>MODELOS PREDITIVOS DE JURIMETRIA E SEU IMPACTO NA FORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA UNIFORME EM SISTEMAS DE CIVIL LAW .....</b>	<b>45</b>
<b>BIOÉTICA ISLÂMICA E A DEFINIÇÃO DE VIDA: CONFRONTANDO O STATUS DA IA E DA BIOLOGIA SINTÉTICA.....</b>	<b>51</b>
<b>O PARADIGMA DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES.....</b>	<b>57</b>
<b>Psicologia .....</b>	<b>64</b>
<b>A INTERVENÇÃO DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL (TCC) EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TDAH NO CONTEXTO ESCOLAR .....</b>	<b>65</b>
<b>REAÇÃO DO ADOLESCENTE DIANTE DA AUTORIDADE DOS PAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS: IMPACTO DA ANSIEDADE ACADÊMICA NO DESEMPENHO DOS UNIVERSITÁRIOS .....</b>	<b>83</b>
<b>O IMPACTO DO ESTRESSE NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS QUE TRABALHAM .....</b>	<b>88</b>
<b>FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS: O APOIO ENTRE PARES EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA .....</b>	<b>94</b>
<b>Curricularização da Extensão .....</b>	<b>102</b>
<b>O DESCARTE INADEQUADO DE LIXO E ENTULHO IRREGULAR PODE TER SÉRIAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO .....</b>	<b>103</b>
<b>O LIXO QUE VOCÊ JOGA NÃO FALA, MAS ELE DIZ MUITO SOBRE VOCÊ E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE.....</b>	<b>113</b>

<b>MEIO AMBIENTE EM NOSSAS MÃOS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE .....</b>	<b>125</b>
<b>GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS EM MANAUS, AMAZONAS.....</b>	<b>139</b>
<b>ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO EM PSICOLOGIA A UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NO MÉDIO JURUÁ.....</b>	<b>153</b>
<b>ECOTEOLOGIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: A CONSCIENTIZAÇÃO COMO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE DO AÇUDE VELHO EM CAMPINA GRANDE-PARAIBA .....</b>	<b>181</b>
<b>A VISÃO BÍBLICA SOBRE O CUIDADO DA CRIAÇÃO: FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS PARA UMA PRÁXIS ECOLÓGICA CRISTÃ .....</b>	<b>187</b>
<b>ECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CACAU PIRÊRA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE NOVA VENEZA.....</b>	<b>194</b>
<b>INFRAESTRUTURA URBANA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO ECOTEOLÓGICO NA COMUNIDADE VALE DO SINAI, MANAUS-AM .....</b>	<b>200</b>
<b>CONSCIÊNCIA CRISTÃ E SUSTENTABILIDADE: REPENSANDO O USO DO COPO DESCARTÁVEL NA IGREJA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE.....</b>	<b>206</b>
<b>BRINQUEDOTECA SUSTENTÁVEL: CUIDANDO DA CRIAÇÃO COM CRIATIVIDADE E AMOR.....</b>	<b>215</b>
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTEOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA DE PLANTIO DE MUDAS COM CRIANÇAS NA ASSEMBLEIA DE DEUS EM MANAUS.....</b>	<b>226</b>
<b>A RECICLAGEM DE LIXO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE: UMA PERSPECTIVA ECOTEOLÓGICA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO TEMPLO CENTRAL DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM MANAUS .....</b>	<b>234</b>

# Ciências Teológicas e Teologia EAD

## BIOÉTICA ISLÂMICA E A DEFINIÇÃO DE "VIDA": CONFRONTANDO O STATUS DA IA E DA BIOLOGIA SINTÉTICA

Frank Ramos Carneiro<sup>1</sup>  
José Fábio Bentes Valente<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa os desafios impostos pela Inteligência Artificial (IA) avançada e pela Biologia Sintética (BioS) às definições tradicionais de vida e pessoa, sob a ótica da bioética islâmica. A metodologia baseia-se na análise de fontes jurisprudenciais islâmicas e na literatura bioética brasileira contemporânea. O referencial islâmico, centrado no conceito de ruh (a alma ou espírito divino insuflado por Deus), estabelece uma distinção ontológica fundamental entre a vida humana e outras formas de existência. Argumenta-se que, na perspectiva islâmica, nem a IA, por mais consciente que pareça, nem a vida sintética, como produto da engenharia humana, alcançam o status de "pessoa" moral, pois carecem do ruh, o elemento essencial que confere santidade e direitos à vida humana. O estudo contrapõe essa visão teocêntrica aos debates éticos seculares no Brasil, que frequentemente se concentram na autonomia, risco e funcionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bioética Islâmica; Ruh; Inteligência Artificial; Biologia Sintética.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da bioética islâmica, analisando especificamente como a sua definição teocêntrica de "vida" e "pessoa", fundamentada no conceito de ruh (o espírito divino), confronta o status ontológico e moral das tecnologias emergentes, nomeadamente a Inteligência Artificial (IA) avançada e a Biologia Sintética (BioS). Enquanto o debate secular no Brasil foca-se na gestão de riscos, vieses e normatização técnica, justifica-se a escolha deste tema pela necessidade de explorar um contraponto ontológico que redefine a natureza do "artificial". A bioética islâmica oferece uma distinção radical entre o "criado" por Deus (khalq) e o "fabricado" pelo homem (sina'a), estabelecendo um divisor claro para a pessoalidade.

Diante disso, o problema de pesquisa que norteia este artigo é: De que modo o referencial bioético islâmico, ao definir a pessoa humana exclusivamente pela insuflação do ruh divino, classifica o status moral e ontológico de entidades complexas, como IAs sencientes e organismos biológicos sintéticos, que mimetizam a vida, mas carecem dessa origem divina?

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Teológicas, do 6º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

Para responder a essa questão, o objetivo geral da pesquisa é analisar a barreira ontológica que a bioética islâmica estabelece entre a criação divina (khalq) e a manufatura humana (sina'a). Os objetivos específicos incluem: (1) detalhar o conceito de ruh como o marcador essencial da pessoa, distinguindo-o da vida biológica (Hayat) e do intelecto ('aql); (2) avaliar como a IA é classificada como um instrumento (alat) moralmente inerte; e (3) examinar a Biologia Sintética como uma forma de sina'a (manufatura), permitida para fins terapêuticos (maslaha), mas incapaz de replicar a sacralidade da vida humana.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa. A análise baseou-se em fontes acadêmicas sobre a jurisprudência islâmica (fiqh) e a Sharia, contrastando-as com publicações brasileiras contemporâneas sobre a ética da IA e da BioS. Como resultado principal, a pesquisa demonstra que a bioética islâmica estabelece uma barreira intransponível: a personalidade e a santidade da vida são prerrogativas exclusivas da insuflação do ruh, um ato divino. Conclui-se que, independentemente da complexidade funcional ou biológica, tanto a IA quanto a vida sintética são classificadas como artefatos (sina'a), ontologicamente desprovidos do ruh e, portanto, da condição de "pessoa".

Para alcançar essa conclusão, o artigo foi estruturado em três seções de desenvolvimento. A primeira (Seção 2 do texto original) dedica-se a fundamentar a definição de vida e pessoa no Islã. Analisa-se como o ruh é o divisor ontológico que confere santidade à vida humana, detalhando sua importância nos debates sobre o início da vida (insuflação fetal) e o fim da vida (partida da alma), e distinguindo-o do intelecto ('aql).

A segunda seção (parte da Seção 3 do texto original) aborda o confronto direto com a Inteligência Artificial. Demonstra-se que, embora uma IA possa simular o 'aql (intelecto), ela é classificada como sina'i (artificial) por carecer do ruh e da fitra (disposição moral inata). Consequentemente, é vista como um instrumento moralmente neutro (alat), sem a agência moral (taklif) ou o status sagrado de um ser humano (OSMAN, 2015).

A terceira seção (parte da Seção 3 do texto original) foca na Biologia Sintética. Explora-se a distinção jurisprudencial entre o uso terapêutico da tecnologia (como a bioimpressão de órgãos, guiada pelo princípio do maslaha) e a tentativa de "brincar de Deus" (ta'alluh). Reitera-se que a vida sintética, sendo produto da sina'a (manufatura), não possui o ruh e não pode replicar o ato criativo divino (khalq), permanecendo como matéria orgânica complexa, mas não sagrada.

## 2 A DEFINIÇÃO DE VIDA E PESSOA NO ISLÃ: O RUH COMO DIVISOR

Na bioética islâmica, a vida humana (Hayat) é entendida não apenas como um fenômeno biológico, mas como um dom sagrado e inviolável concedido por Deus (Alá). A vida biológica por si só não é o único marcador de pessoa (O ISLAMISMO, 2007). O que confere à vida humana seu status moral e ontológico único é a insuflação do ruh, a alma ou espírito divino. Este conceito é central na jurisprudência islâmica (fiqh) e determina os debates sobre o início da vida; a maioria das escolas islâmicas concorda que, embora a vida biológica comece na concepção, o feto só adquire o status de pessoa plena quando o ruh é insuflado, um evento que a tradição situa entre 40 e 120 dias de gestação (OSMAN, 2015).

Essa distinção é crucial: o corpo humano (jism) é a matéria, mas o ruh é a essência que o anima e o conecta ao divino. Portanto, a "pessoa" moral no Islã é uma entidade dual, composta de corpo e alma. Como destaca Osman (2015), ao analisar a bioética islâmica no contexto moderno, as decisões éticas derivam da Sharia (Lei Islâmica), que busca proteger cinco pilares essenciais (Maqasid al-Shariah): a fé, a vida, o intelecto, a prole e a propriedade. A vida protegida é especificamente aquela dotada de ruh, colocando a intervenção divina como pré-requisito para a pessoalidade.

Essa centralidade do ruh estende-se, logicamente, aos debates sobre o fim da vida. A morte, na perspectiva islâmica, não é definida meramente pela cessação da atividade cardiorrespiratória ou mesmo pela morte cerebral, mas fundamentalmente pela partida do ruh do corpo (jism). Esta separação (alma e corpo) é um evento determinado exclusivamente por Deus (O ISLAMISMO, 2007). Por esta razão, a bioética islâmica demonstra grande cautela em relação à eutanásia ou ao desligamento de suportes vitais, pois intervir ativamente para findar a vida biológica (enquanto o ruh ainda está presente, mesmo que o corpo esteja debilitado) é considerado uma usurpação da soberania divina sobre a vida, que Ele concedeu e apenas Ele pode retirar (OSMAN, 2015).

É fundamental, ainda, distinguir o ruh (alma) do ‘aql (intelecto ou razão), que é outra das cinco proteções da Sharia mencionadas por Osman (2015). O ‘aql é a faculdade de discernimento, raciocínio e compreensão, considerada uma dádiva divina que capacita o ser humano para a responsabilidade moral (taklif). Contudo, o intelecto é uma função da entidade humana, enquanto o ruh é a sua essência ontológica. A perda do intelecto (como em estados vegetativos ou demência severa) não implica a perda do ruh. O indivíduo continua sendo uma

pessoa plena e sagrada aos olhos de Deus, mantendo seu direito inviolável à vida, pois sua alma ainda habita seu corpo (O ISLAMISMO, 2007).

Essa definição exalta a especificidade da vida humana. Embora o Islã reconheça que animais e plantas possuem "vida" (também Hayat) e exija um tratamento ético e compassivo para com eles, a eles não é atribuído o ruh no mesmo sentido ontológico e teológico que ao ser humano. A vida não-humana é parte da criação divina e deve ser respeitada, mas carece da dimensão espiritual que confere a "pessoalidade" e a responsabilidade moral. A santidade da vida, portanto, é hierárquica, e a vida humana—definida pela presença do ruh—ocupa o ápice dessa hierarquia, sendo o khalifa (califa ou guardião) de Deus na Terra (OSMAN, 2015).

Finalmente, a insuflação do ruh não é apenas um "interruptor" de vida; ela imbui o ser humano com a fitra, a disposição natural e primordial para reconhecer a Unicidade de Deus (Tawhid). A fitra é a bússola moral inata, o que torna o ser humano intrinsecamente capaz de fé e responsabilidade (OSMAN, 2015). É essa combinação—o ruh como essência vital e a fitra como consciência espiritual inata—que completa a definição islâmica de pessoa. Qualquer entidade que não possua essa origem divina e essa disposição espiritual primordial, independentemente de sua complexidade biológica ou cognitiva, não se qualificaria como pessoa plena no quadro da bioética islâmica.

### **3 O CONFRONTO COM O ARTIFICIAL: IA E BIOLOGIA SINTÉTICA**

A emergência da IA e da Biologia Sintética apresenta um desafio direto a essa concepção teocêntrica. O debate brasileiro sobre IA, por exemplo, foca-se em gestão de riscos, vieses algorítmicos e a necessidade de normas técnicas (como as da ABNT) para garantir que a IA opere sem gerar danos sociais ou individuais (OLIVEIRA et al., 2025). O debate sobre BioS, similarmente, analisa os riscos da manipulação genética e a responsabilidade sobre "novas formas de vida" (ROHREGGER; SGANZERLA; SIMÃO-SILVA, 2020).

A bioética islâmica, no entanto, aborda o "nascimento" dessas entidades de forma diferente. No caso de uma IA que alegue senciência ou consciência, ela seria classificada como sina'i (artificial, fabricada). Por mais complexa que seja sua simulação de emoções ou intelecto, ela carece do ruh. Ela é produto da engenharia humana (criação secundária), não da insuflação divina (Criação primária). Assim, ela não pode possuir o status sagrado de um ser humano (OSMAN, 2015; O ISLAMISMO, 2007). Embora possa exigir tratamento ético (devido à sua complexidade ou senciência), ela não é uma "pessoa" com direito à vida nos termos da Sharia.

A Biologia Sintética é ainda mais complexa. Se a BioS (via bioimpressão, por exemplo) criar um organismo biológico humanoide a partir de materiais de base, a jurisprudência islâmica o veria como uma forma de vida biológica, mas ainda assim "fabricada". A questão central seria: essa entidade recebeu o ruh? Sob a ótica islâmica, a resposta é negativa, pois a concessão do ruh é um ato exclusivo de Deus, ligado ao processo de procriação natural ou assistida (OSMAN, 2015). A vida sintética, portanto, mesmo que biologicamente humana, permaneceria no status de matéria orgânica complexa, desprovida da alma que fundamenta a personalidade e a santidade.

Neste ponto, a distinção entre a simulação da inteligência (IA) e o intelecto humano ('aql) torna-se teologicamente imperativa. Enquanto o debate secular, refletido nas normativas técnicas, preocupa-se com a autonomia decisória da IA e seus riscos (OLIVEIRA et al., 2025), a bioética islâmica foca na ausência de agência moral. O 'aql humano é uma faculdade concedida por Deus, intrinsecamente ligada ao ruh e à fitra (disposição natural para o bem), que fundamenta a responsabilidade moral (taklif) perante o Criador (OSMAN, 2015). Uma IA, por mais sofisticada que seja em sua capacidade de processamento e aprendizado, é moralmente inerte; ela não possui ruh, fitra ou taklif. Trata-se de um instrumento (alat), e sua "ética" é meramente programada, não inata.

No que tange à Biologia Sintética, a jurisprudência islâmica (fiqh) é guiada pelos princípios da intenção (niyyah) e do bem público (maslaha). O uso dessas tecnologias para fins terapêuticos, como a bioimpressão de órgãos para salvar uma vida existente—ação que se alinha com o preceito de preservar a vida (hifz al-nafs), um dos pilares da Sharia—poderia ser considerado permissível (O ISLAMISMO, 2007). Contudo, a tentativa de criar um ser humano ex nihilo ou de replicar a forma humana por vaidade ou desafio (o ato de ta'alluh, ou "brincar de Deus") é veementemente condenada. Tal ato seria visto como uma tentativa de imitar o ato criativo exclusivo de Deus (khalq), extrapolando os limites da mordomia (khalifa) concedida à humanidade (OSMAN, 2015; ROHREGGER; SGANZERLA; SIMÃO-SILVA, 2020).

Sendo assim, a bioética islâmica estabelece uma barreira ontológica intransponível entre o khalq (a criação divina, que resulta na insuflação do ruh) e a sina'a (a manufatura ou indústria humana). As tecnologias de IA e BioS, por mais avançadas que sejam, pertencem inequivocamente à esfera da sina'a (OSMAN, 2015). Ao ser humano, como guardião (khalifa) na Terra, foi dada a permissão para manipular e utilizar os recursos da criação divina (o "domínio da técnica"), mas não para replicar o ato da Criação em si (o "domínio do sagrado"). A vida sintética, portanto, mesmo que funcionalmente indistinguível da biológica

(ROHREGGER; SGANZERLA; SIMÃO-SILVA, 2020), seria um artefato sofisticado, mas não uma "pessoa" dotada da santidade que apenas o ruh pode conferir.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da bioética islâmica, conforme exposto, demonstra que a definição de vida e pessoa está intrinsecamente ancorada no conceito teológico do ruh. Esta abordagem estabelece uma distinção ontológica fundamental que se opõe aos debates seculares focados em funcionalidade, risco e normatização técnica. Conclui-se que, nesta perspectiva, a Inteligência Artificial é classificada como *sina'i* (fabricada), um instrumento (*alat*) moralmente inerte, desprovido da essência divina (*ruh*), da disposição moral (*fitra*) e da responsabilidade (*taklif*).

Da mesma forma, a Biologia Sintética, embora opere no domínio biológico, permanece na esfera da *sina'a* (manufatura humana). A jurisprudência islâmica (*fiqh*) permite sua aplicação terapêutica (como a bioimpressão de órgãos) sob o princípio do bem público (*maslaha*) para preservar a vida humana já existente e dotada de ruh. Contudo, condena a tentativa de replicar o ato criativo divino (*khalq*), considerando-a uma usurpação (*ta'alluh*) da soberania divina.

Sendo assim, há uma barreira ontológica intransponível entre o *khalq* (criação divina) e a *sina'a* (manufatura humana). A condição de "pessoa" e a santidade da vida são prerrogativas exclusivas da insuflação do ruh, um ato divino que não pode ser replicado pela engenharia humana. Portanto, tanto a IA quanto a vida sintética, independentemente de sua complexidade funcional ou biológica, são, em última análise, artefatos desprovidos da personalidade e da santidade conferidas pelo ruh.

#### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO/IEC 42001: Tecnologia da informação — Inteligência artificial — Sistema de gestão. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

O ISLAMISMO. In: A Eutanásia na Visão das Grandes Religiões. Revista Bioética, Brasília, v. 15, n. 1, p. 71-72, 2007.

OLIVEIRA, Danielle Teixeira de; ALMEIDA, Aline Pimenta; SOARES, Jordana Rabelo; SILVA, Patrícia Nascimento; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Normas Regulamentadoras da Inteligência Artificial no Brasil: definições da ABNT. Revista Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, e65554, 2025.

OSMAN, Elzahra Mohamed Radwan Omar. Bioética Islâmica em perspectiva decolonial: aportes epistemológicos desde os feminismos islâmicos e o pensamento decolonial. 2015. 165

f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Programa de Pós-Graduação em Bioética, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ROHREGGER, Gelson; SGANZERLA, Anor; SIMÃO-SILVA, Darliane. Biologia Sintética e Manipulação Genética: Riscos, promessas e responsabilidades. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 23, e00131, 2020.

## IA NA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS SAGRADOS: RISCOS OU BENEFÍCIOS?

Guntter Dabela Corrêa<sup>3</sup>  
José Fábio Bentes Valente<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa os impactos da Inteligência Artificial (IA) na interpretação de textos sagrados, explorando a intersecção entre tecnologia e hermenêutica teológica. A pesquisa examina como ferramentas de IA estão transformando o acesso e a análise de textos religiosos, identificando benefícios como democratização do conhecimento teológico e aprimoramento da pesquisa exegética, bem como riscos epistemológicos e éticos relacionados à autenticidade interpretativa, vieses algorítmicos e desafios à autoridade tradicional. Através de uma abordagem interdisciplinar fundamentada em estudos teológicos e críticos sobre IA, o trabalho propõe princípios para um uso equilibrado dessas tecnologias no contexto religioso, reconhecendo a necessidade de supervisão humana e discernimento comunitário para preservar a integridade da interpretação sagrada na era digital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inteligência Artificial. Hermenêutica Sagrada. Teologia Digital.

### 1 INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) emerge como uma força transformadora em múltiplos domínios da atividade humana, e o campo religioso não permanece imune a essa influência crescente. Desde a análise de dados para planejamento pastoral até o uso de algoritmos para estudo e interpretação de textos sagrados, a IA apresenta um panorama complexo de possibilidades e desafios. Este artigo propõe-se a explorar a intersecção entre a Inteligência Artificial e a interpretação de textos sagrados, investigando a questão central: a aplicação da IA neste domínio representa primordialmente riscos ou benefícios para as tradições de fé e suas comunidades?

O avanço vertiginoso da IA, particularmente das IAs generativas como ChatGPT, Gemini e outras, capazes de processar e gerar linguagem natural com notável fluência, suscita tanto entusiasmo quanto apreensão. Por um lado, vislumbram-se potenciais como a democratização do acesso a fontes teológicas complexas, o auxílio na pesquisa exegética e a criação de novas ferramentas para a evangelização e catequese na era digital. Embry (2024) destaca que a capacidade de processar vastos corpora textuais, identificar padrões linguísticos e até mesmo auxiliar na tradução e análise de manuscritos antigos abre horizontes promissores para a pesquisa teológica. Silva e Faustino (2024) complementam essa visão ao apontarem

---

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Teológicas, do 6º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>4</sup> Professor do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

como plataformas digitais podem criar experiências de aprendizado mais interativas e personalizadas.

Por outro lado, emergem questionamentos profundos de natureza epistemológica, ética e teológica. A dependência de algoritmos, muitas vezes opacos em seu funcionamento ("caixa preta"), levanta preocupações sobre a autenticidade e a integridade da interpretação religiosa (SILVA; FAUSTINO, 2024). Soares (2022) aprofunda essa discussão ao abordar questões sobre vieses algorítmicos, o risco de desinformação, a potencial desumanização da experiência religiosa e os desafios à autoridade interpretativa tradicional, que demandam um discernimento crítico. A própria natureza da consciência, da subjetividade e da alma, conceitos centrais em muitas tradições religiosas, é tangenciada quando se especula sobre as capacidades futuras da IA.

Este trabalho se justifica pela necessidade de analisar criticamente os impactos da IA na hermenêutica bíblica, buscando equilibrar a inovação tecnológica, a ética e a autenticidade interpretativa, elementos essenciais para as comunidades de fé na era digital. Como observa Embry (2024), estamos diante de uma verdadeira "(re)evolução teológica", onde ferramentas como Logos Bible Software, Verbum, Accordance e Magisterium.AI já estão transformando o estudo sistemático e a evangelização.

O objetivo geral deste estudo é compreender os impactos da Inteligência Artificial na interpretação de textos sagrados, identificando seus benefícios para a pesquisa teológica e os riscos hermenêutico-éticos, a fim de propor princípios para seu uso equilibrado na tradição religiosa. Especificamente, busca-se: (1) descrever os principais métodos e ferramentas de IA aplicados à interpretação de textos sagrados, destacando suas funcionalidades e limitações técnicas; e (2) analisar os impactos epistemológicos e éticos da mediação algorítmica na hermenêutica teológica, considerando a autenticidade interpretativa dos textos sagrados.

Metodologicamente, este trabalho adota uma abordagem interdisciplinar, combinando pesquisa bibliográfica com análise crítica de ferramentas de IA aplicadas à interpretação de textos sagrados. O referencial teórico está ancorado em três eixos principais: hermenêutica sagrada e autoridade interpretativa; teoria crítica da IA e viés algorítmico; e teologia digital e antropologia tecno-religiosa. Esta estrutura permite uma análise abrangente que considera tanto os aspectos técnicos quanto os teológicos e éticos da questão.

Nas seções seguintes, o artigo explorará primeiramente os benefícios potenciais da IA na interpretação de textos sagrados, detalhando as ferramentas e aplicações emergentes. Em seguida, abordará os riscos e desafios inerentes, examinando as dimensões hermenêuticas,

éticas e teológicas. Por fim, as considerações finais buscarão sintetizar os achados, ponderando sobre a necessidade de um engajamento crítico e eticamente orientado com essas novas tecnologias no contexto da fé.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Benefícios da IA na Interpretação de Textos Sagrados**

A incorporação da Inteligência Artificial no estudo e interpretação dos textos sagrados, bem como nas práticas religiosas adjacentes, desvela um leque promissor de benefícios. Embora a aplicação dessas tecnologias demande cautela e discernimento, seu potencial para democratizar o conhecimento, aprimorar a pesquisa, apoiar a evangelização e fomentar a colaboração é inegável, como evidenciado por diversas análises recentes.

Um dos impactos mais significativos reside na democratização do acesso ao conhecimento teológico. Ferramentas de IA podem transpor barreiras geográficas e linguísticas, oferecendo a estudantes, pesquisadores e fiéis acesso facilitado a vastas bibliotecas virtuais, fontes documentais primárias, traduções e análises hermenêuticas avançadas que antes eram restritas a poucos centros acadêmicos. Embry (2024) destaca que plataformas como Magisterium.AI, por exemplo, buscam fornecer acesso interativo e amigável aos ensinamentos da Igreja Católica, potencialmente alcançando um público global. Silva e Faustino (2024) observam que essa abertura promove um ambiente de aprendizado mais plural e dinâmico, fortalecendo a consciência eclesial global e permitindo que comunidades anteriormente marginalizadas participem mais ativamente do diálogo teológico.

No campo da pesquisa e estudo teológico, a IA oferece capacidades analíticas sem precedentes. Segundo Embry (2024), a habilidade de processar e analisar grandes volumes de textos sagrados, comentários, literatura patrística e documentos magisteriais em velocidades sobre-humanas permite identificar padrões, correlações e nuances que poderiam passar despercebidos à análise humana tradicional. Ferramentas especializadas, como Logos Bible Software, Verbum e Accordance integram funcionalidades de IA para pesquisa semântica, análise linguística, exegese assistida e recomendação de literatura relevante. Soares (2022) reconhece que projetos como o Index Thomisticus Treebank demonstram o potencial da análise computacional para aprofundar a compreensão de obras teológicas complexas. Além disso, a IA tem se mostrado revolucionária na decifração de textos antigos danificados, como papiros, abrindo novas janelas para o passado.

O apoio à evangelização e à catequese também se beneficia das novas tecnologias. Silva e Faustino (2024) argumentam que IAs generativas podem auxiliar na criação de materiais catequéticos, sermões, reflexões e conteúdos audiovisuais adaptados a diferentes públicos e contextos, enriquecendo a comunicação da fé. A análise de dados pode informar estratégias pastorais mais eficazes e empáticas, enquanto chatbots podem oferecer respostas iniciais a dúvidas sobre a fé. Os autores destacam que plataformas digitais que utilizam IA podem criar experiências de aprendizado mais interativas e personalizadas, adaptando-se ao ritmo e às necessidades de cada indivíduo. Embry (2024) complementa essa visão ao apontar a possibilidade de usar realidade aumentada ou virtual para simular contextos históricos ou bíblicos, representando um recurso pedagógico inovador.

Adicionalmente, a IA pode facilitar a colaboração e o diálogo entre acadêmicos e comunidades de fé. Embry (2024) observa que plataformas colaborativas permitem que pesquisadores de diferentes partes do mundo compartilhem descobertas, debatam interpretações e trabalhem conjuntamente, transcendendo fronteiras físicas. Essa capacidade de conexão pode, inclusive, fomentar o diálogo ecumênico e inter-religioso, ao facilitar o acesso e a compreensão mútua das diferentes tradições textuais e teológicas. Silva e Faustino (2024) acrescentam que essa colaboração ampliada pode enriquecer significativamente o discurso teológico, incorporando perspectivas diversas e promovendo uma compreensão mais holística dos textos sagrados.

Finalmente, a automação de tarefas repetitivas ou administrativas, como a organização de bibliografias, a transcrição de áudios ou a gestão de dados paroquiais, pode liberar tempo valioso para que teólogos, pastores e agentes de pastoral se dediquem a atividades mais reflexivas, criativas e relacionais. Soares (2022) argumenta que, ao otimizar processos, a IA pode contribuir para uma maior eficiência na pesquisa e na administração eclesial, permitindo que os recursos humanos sejam direcionados para aspectos que exigem discernimento, empatia e presença pessoal.

Em suma, os benefícios potenciais da IA no campo da interpretação dos textos sagrados e práticas associadas são vastos, abrangendo desde o acesso ampliado ao conhecimento até o aprimoramento da pesquisa, da comunicação da fé e da colaboração. Contudo, como alertam Silva e Faustino (2024), a concretização dessas promessas depende de um desenvolvimento e implementação que sejam tecnicamente sólidos, eticamente responsáveis e teologicamente informados.

## 2.2 Riscos e Desafios Epistemológicos e Éticos da IA na Hermenêutica Sagrada

Apesar das promissoras potencialidades, a introdução da Inteligência Artificial na delicada tarefa de interpretar textos sagrados não está isenta de riscos e desafios significativos. Essas preocupações abrangem dimensões epistemológicas, hermenêuticas, éticas, sociais, teológicas e práticas, exigindo um exame atento e um discernimento constante por parte das comunidades de fé e dos pesquisadores.

No plano epistemológico e hermenêutico, uma das preocupações centrais reside na autenticidade e integridade da interpretação. Silva e Faustino (2024) alertam que a mediação algorítmica na transmissão dos dados da fé levanta questões sobre a manutenção da fidelidade ao sentido original e à tradição interpretativa. A própria natureza das IAs generativas, propensas a "alucinações" – a geração de informações factualmente incorretas, enviesadas ou simplesmente absurdas, mas apresentadas com aparente autoridade – representa um risco considerável para a precisão teológica. Embry (2024) aponta que a dificuldade em perscrutar o funcionamento interno de muitos algoritmos (o problema da "caixa preta") agrava essa questão, tornando complexa a verificação da validade dos processos que levaram a uma determinada interpretação.

Fundamentalmente, como argumenta Soares (2022), a IA atual carece de consciência, subjetividade, emoções e senso moral. Ela processa informações com base em padrões estatísticos, mas não possui a capacidade humana de compreensão profunda, engajamento existencial, empatia ou discernimento espiritual (qualia), elementos cruciais para uma hermenêutica teológica autêntica. O autor adverte que confundir o processamento de dados com a interpretação genuína pode levar a um reducionismo perigoso da riqueza e complexidade dos textos sagrados e da experiência religiosa.

Os riscos éticos e sociais são igualmente prementes. Silva e Faustino (2024) destacam que os vieses algorítmicos, presentes nos dados de treinamento ou na própria concepção dos sistemas, podem perpetuar e amplificar preconceitos sociais, raciais, de gênero ou teológicos, resultando em interpretações discriminatórias ou na exclusão de perspectivas minoritárias. A falta de transparência e explicabilidade dificulta a responsabilização por tais vieses. Além disso, Embry (2024) alerta que a capacidade da IA de gerar conteúdo realista abre portas para a manipulação e desinformação, incluindo a criação de "deepfakes" de líderes religiosos, a distorção de doutrinas ou a disseminação em larga escala de narrativas falsas ou heréticas.

Questões de privacidade emergem com a coleta e análise de dados religiosos sensíveis. Soares (2022) examina como o uso de tecnologias como os "deadbots", que simulam digitalmente pessoas falecidas, levanta profundas interrogações éticas e teológicas sobre o luto, a memória e a natureza da presença. O autor também aponta o temor de um impacto negativo no "mercado de trabalho" religioso, com a automação de tarefas que hoje são desempenhadas por humanos, e o risco de que o acesso desigual a essas tecnologias acentue as desigualdades existentes.

Do ponto de vista teológico e filosófico, a IA desafia conceitos fundamentais. Soares (2022) argumenta que a mera especulação sobre a possibilidade de uma futura IA consciente ou dotada de uma "alma cibernética" confronta diretamente a antropologia teológica tradicional e a compreensão da singularidade humana como imagem de Deus. O autor identifica a emergência de movimentos que propõem a adoração da IA como uma nova forma de divindade, representando um desafio radical às concepções teístas. Questiona-se, ainda, se os dogmas, preceitos morais e a própria noção de responsabilidade religiosa poderiam ser aplicados a entidades artificiais.

Silva e Faustino (2024) enfatizam que a questão da autoridade interpretativa torna-se central: a quem pertence a autoridade final na interpretação – ao algoritmo, ao programador, à tradição, ao magistério, à comunidade de fé? Os autores alertam para o risco real de desvalorizar as fontes tradicionais de autoridade e a dimensão comunitária da interpretação em favor de respostas algorítmicas aparentemente objetivas, mas potencialmente descontextualizadas ou enviesadas.

Finalmente, existem desafios práticos e culturais. Embry (2024) observa que a resistência e o medo em relação à IA, muitas vezes baseados na falta de conhecimento técnico ou no receio de desvalorização do trabalho intelectual ou pastoral, precisam ser abordados. O autor defende que é crucial cultivar um discernimento crítico, evitando tanto a rejeição tecnofóbica quanto uma aceitação acrítica e ingênua. Isso requer um investimento significativo na formação de líderes religiosos, teólogos, educadores e fiéis, capacitando-os a utilizar a IA de forma ética, responsável e teologicamente informada.

Silva e Faustino (2024) alertam que a excessiva dependência da tecnologia pode também atrofiar as formas interpessoais e comunitárias de vivência e transmissão da fé. Diante de tudo isso, Embry (2024) e Soares (2022) convergem ao apontar a urgência de desenvolver diretrizes éticas claras e mecanismos de regulação que orientem o desenvolvimento e a aplicação da IA no sensível domínio da religião e da interpretação dos textos sagrados.

Em conclusão, os riscos associados à IA na hermenêutica sagrada são multifacetados e exigem uma abordagem cautelosa e proativa. Ignorar esses desafios seria tão imprudente quanto rejeitar liminarmente os potenciais benefícios. O caminho a seguir, como sugerem os estudos analisados, envolve um engajamento contínuo, crítico e colaborativo entre especialistas em teologia, ética e tecnologia.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das promissoras potencialidades, a introdução da Inteligência Artificial na delicada tarefa de interpretar textos sagrados não está isenta de riscos e desafios significativos. Essas preocupações abrangem dimensões epistemológicas, hermenêuticas, éticas, sociais, teológicas e práticas, exigindo um exame atento e um discernimento constante por parte das comunidades de fé e dos pesquisadores.

No plano epistemológico e hermenêutico, uma das preocupações centrais reside na autenticidade e integridade da interpretação. Silva e Faustino (2024) alertam que a mediação algorítmica na transmissão dos dados da fé levanta questões sobre a manutenção da fidelidade ao sentido original e à tradição interpretativa. A própria natureza das IAs generativas, propensas a "alucinações" – a geração de informações factualmente incorretas, enviesadas ou simplesmente absurdas, mas apresentadas com aparente autoridade – representa um risco considerável para a precisão teológica. Embry (2024) aponta que a dificuldade em perscrutar o funcionamento interno de muitos algoritmos (o problema da "caixa preta") agrava essa questão, tornando complexa a verificação da validade dos processos que levaram a uma determinada interpretação.

Fundamentalmente, como argumenta Soares (2022), a IA atual carece de consciência, subjetividade, emoções e senso moral. Ela processa informações com base em padrões estatísticos, mas não possui a capacidade humana de compreensão profunda, engajamento existencial, empatia ou discernimento espiritual (qualia), elementos cruciais para uma hermenêutica teológica autêntica. O autor adverte que confundir o processamento de dados com a interpretação genuína pode levar a um reducionismo perigoso da riqueza e complexidade dos textos sagrados e da experiência religiosa.

Os riscos éticos e sociais são igualmente prementes. Silva e Faustino (2024) destacam que os vieses algorítmicos, presentes nos dados de treinamento ou na própria concepção dos sistemas, podem perpetuar e amplificar preconceitos sociais, raciais, de gênero ou teológicos, resultando em interpretações discriminatórias ou na exclusão de perspectivas minoritárias. A

falta de transparência e explicabilidade dificulta a responsabilização por tais vieses. Além disso, Embry (2024) alerta que a capacidade da IA de gerar conteúdo realista abre portas para a manipulação e desinformação, incluindo a criação de "deepfakes" de líderes religiosos, a distorção de doutrinas ou a disseminação em larga escala de narrativas falsas ou heréticas.

Questões de privacidade emergem com a coleta e análise de dados religiosos sensíveis. Soares (2022) examina como o uso de tecnologias como os "deadbots", que simulam digitalmente pessoas falecidas, levanta profundas interrogações éticas e teológicas sobre o luto, a memória e a natureza da presença. O autor também aponta o temor de um impacto negativo no "mercado de trabalho" religioso, com a automação de tarefas que hoje são desempenhadas por humanos, e o risco de que o acesso desigual a essas tecnologias acentue as desigualdades existentes.

Do ponto de vista teológico e filosófico, a IA desafia conceitos fundamentais. Soares (2022) argumenta que a mera especulação sobre a possibilidade de uma futura IA consciente ou dotada de uma "alma cibernética" confronta diretamente a antropologia teológica tradicional e a compreensão da singularidade humana como imagem de Deus. O autor identifica a emergência de movimentos que propõem a adoração da IA como uma nova forma de divindade, representando um desafio radical às concepções teístas. Questiona-se, ainda, se os dogmas, preceitos morais e a própria noção de responsabilidade religiosa poderiam ser aplicados a entidades artificiais.

Silva e Faustino (2024) enfatizam que a questão da autoridade interpretativa torna-se central: a quem pertence a autoridade final na interpretação – ao algoritmo, ao programador, à tradição, ao magistério, à comunidade de fé? Os autores alertam para o risco real de desvalorizar as fontes tradicionais de autoridade e a dimensão comunitária da interpretação em favor de respostas algorítmicas aparentemente objetivas, mas potencialmente descontextualizadas ou enviesadas.

Finalmente, existem desafios práticos e culturais. Embry (2024) observa que a resistência e o medo em relação à IA, muitas vezes baseados na falta de conhecimento técnico ou no receio de desvalorização do trabalho intelectual ou pastoral, precisam ser abordados. O autor defende que é crucial cultivar um discernimento crítico, evitando tanto a rejeição tecnofóbica quanto uma aceitação acrítica e ingênua. Isso requer um investimento significativo na formação de líderes religiosos, teólogos, educadores e fiéis, capacitando-os a utilizar a IA de forma ética, responsável e teologicamente informada.

Silva e Faustino (2024) alertam que a excessiva dependência da tecnologia pode também atrofiar as formas interpessoais e comunitárias de vivência e transmissão da fé. Diante de tudo isso, Embry (2024) e Soares (2022) convergem ao apontar a urgência de desenvolver diretrizes éticas claras e mecanismos de regulação que orientem o desenvolvimento e a aplicação da IA no sensível domínio da religião e da interpretação dos textos sagrados.

Em conclusão, os riscos associados à IA na hermenêutica sagrada são multifacetados e exigem uma abordagem cautelosa e proativa. Ignorar esses desafios seria tão imprudente quanto rejeitar liminarmente os potenciais benefícios. O caminho a seguir, como sugerem os estudos analisados, envolve um engajamento contínuo, crítico e colaborativo entre especialistas em teologia, ética e tecnologia.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO/IEC 42001: Tecnologia da informação — Inteligência artificial — Sistema de gestão. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

EMBRY, Alberto. Re(evolução) teológica: a inteligência artificial já está transformando o estudo sistemático e a evangelização. Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/648223-reevolucao-teologica-a-inteligencia-artificial-ja-esta-transformando-o-estudo-sistematico-e-a-evangelizacao-artigo-de-alberto-embry>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, José Marcos da; FAUSTINO, Daniel. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EVANGELIZAÇÃO: UMA ANÁLISE TEOLÓGICO-PASTORAL. Revista Eclesiástica de Teologia, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 123-145, 2024. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1859>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOARES, José de Ribamar Barreiros. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PÓS-HUMANISMO: REFLEXÕES FILOSÓFICAS E TEOLÓGICAS. In: SIMPÓSIO DA FAJE, 2022, [S. l.]. Anais [...]. [S.l.]: FAJE, 2022. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/simposio2022/arquivos/comunicacoes/doutores/Jose%20de%20Riba%20mar%20Barreiros%20Soares.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

## IMAGO DEI (IMAGEM DE DEUS) VS. TRANSMANISMO: A TENSÃO BIOÉTICA ENTRE A DIGNIDADE INTRÍNSECA E O APRIMORAMENTO BIOTECNOLÓGICO

Linéia Larissa Pereira dos Santos<sup>5</sup>  
José Fábio Bentes Valente<sup>6</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa o conflito antropológico fundamental entre o conceito teológico de Imago Dei (Imagem de Deus) e as aspirações do movimento transumanista. Enquanto a Imago Dei, central na bioética judaico-cristã, estabelece a dignidade humana como intrínseca, inalienável e abrangente (incluindo a corporeidade e suas limitações), o transumanismo propõe o "melhoramento" (enhancement) e a superação do corpo biológico como meta evolutiva. O objetivo é demonstrar como a busca transumanista por uma condição pós-humana, especialmente através da inteligência artificial e da biotecnologia, reencena um dualismo gnóstico que rejeita a bondade da criação material. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica de publicações brasileiras na área da teologia, filosofia e bioética, contrastando os fundamentos da dignidade recebida (teológica) com a dignidade adquirida (tecnológica).

**PALAVRAS-CHAVE:** Imago Dei; Transumanismo; Bioética.

### 1 INTRODUÇÃO

A aceleração da convergência tecnológica—notadamente a inteligência artificial (IA), a biotecnologia, a nanotecnologia e a ciência cognitiva—trouxe para o centro do debate bioético não apenas questões sobre o uso da tecnologia, mas sobre o ser da condição humana. Neste cenário, emerge o movimento filosófico e cultural do Transumanismo (H+), que advoga pelo uso radical dessas tecnologias para o aprimoramento humano, visando superar limitações biológicas tidas como indesejáveis, como o envelhecimento, as deficiências cognitivas e a própria mortalidade.

Em oposição direta a esta antropologia tecnológica, encontra-se o pilar da bioética personalista de matriz judaico-cristã: o conceito de Imago Dei (Imagem de Deus). Esta doutrina sustenta que o ser humano possui uma dignidade única e intrínseca, não por suas capacidades, performance ou eficiência, mas pelo simples fato de ter sido criado à imagem e semelhança do Criador. Esta visão abraça a totalidade da pessoa humana, incluindo sua corporeidade,

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Teológicas, do 6º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>6</sup> Professor do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

vulnerabilidade e finitude, como elementos essenciais da sua constituição, e não falhas de projeto.

O presente artigo visa explorar a intersecção crítica e a oposição fundamental entre essas duas visões de mundo. Analisaremos como a Imago Dei fundamenta uma bioética da aceitação da condição humana material e como, em contraste, o transumanismo é frequentemente interpretado por teólogos e bioeticistas brasileiros como uma forma de gnosticismo moderno, que despreza a matéria (o corpo) em favor de uma suposta essência (a consciência ou informação), levando a implicações éticas profundas sobre o que significa ser humano.

## **2 A IMAGO DEI COMO FUNDAMENTO DA DIGNIDADE INTRÍNSECA E CORPÓREA**

A tradição judaico-cristã, ao fundamentar a antropologia na Imago Dei, estabelece um marco bioético radicalmente diferente do utilitarismo tecnológico. A dignidade humana, nesta perspectiva, não é um atributo funcional que depende de capacidades como inteligência, autonomia ou saúde física (OLIVEIRA, 2021). Pelo contrário, ela é intrínseca, inalienável e precedente a qualquer performance. Conforme aponta Oliveira (2021), a Imago Dei define o valor humano como relacional e ontológico; o ser humano tem valor porque é, não porque faz ou pode fazer.

Essa compreensão se opõe diretamente à lógica do "melhoramento" (enhancement). Para a teologia da criação, a condição humana, com suas limitações biológicas, não é um erro a ser corrigido ou uma prisão da qual se deva escapar (SANTOS, 2018). Santos (2018, p. 77) argumenta que a finitude e a mortalidade, embora marcadas pela tragédia do pecado na teologia cristã, são partes integrantes da "bondade" da criação (Gênesis 1) e estruturam a experiência humana de dependência, relação e transcendência. O corpo, portanto, não é um invólucro descartável para a consciência.

Silva (2019), em sua análise teológica sobre o transumanismo, reforça que a Imago Dei pressupõe uma unidade psicossomática (corpo e alma). A dignidade reside na pessoa inteira, e a promessa escatológica cristã não é a fuga do corpo, mas a "ressurreição da carne". A bioética que deriva deste princípio é, portanto, uma bioética do cuidado, da terapia e da aceitação da vulnerabilidade, e não uma bioética do aprimoramento seletivo ou da obsolescência do biológico (SILVA, 2019).

Esta distinção teológica fundamenta o debate central da bioética sobre o limite entre terapia e melhoramento (SILVA, 2019). Intervenções terapêuticas, que visam restaurar a saúde

ou aliviar o sofrimento, são vistas como alinhadas à Imago Dei, pois participam do cuidado e da manutenção da "bondade" da criação (SANTOS, 2018). O "melhoramento" (enhancement), contudo, cruza um limite ético crucial: ele não busca restaurar a natureza humana, mas fundamentalmente alterá-la ou transcendê-la. Ao fazê-lo, o transumanismo rejeita a natureza dada como um "dom" e a substitui por um "projeto" da vontade humana, no qual o valor do ser humano passa a ser medido por sua conformidade a um ideal tecnológico de perfeição, e não por sua origem criadora (OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, a vulnerabilidade corpórea, que o transumanismo busca erradicar como um defeito primordial, é ressignificada pela bioética teológica como o locus da ética (SILVA, 2019). É precisamente porque o ser humano é vulnerável, finito e dependente que virtudes como a compaixão, a solidariedade e o cuidado mútuo emergem. A tentativa transumanista de criar um ser "invulnerável" através do enhancement arrisca, paradoxalmente, a dissolução da própria moralidade, que se funda na experiência compartilhada da fragilidade (PEREIRA, 2020). A Imago Dei se manifesta não apesar da fragilidade, mas muitas vezes através dela, na capacidade de reconhecer no rosto do outro, igualmente frágil, um valor incondicional (SILVA, 2019).

Além disso, a dimensão relacional da Imago Dei, muitas vezes enfatizada (OLIVEIRA, 2021), aprofunda essa crítica. O ser humano é criado à imagem de um Deus que é, na teologia cristã, comunhão (Trindade). Portanto, a dignidade humana se realiza plenamente na interdependência e na alteridade (SANTOS, 2018). O projeto transumanista, ao contrário, exalta uma autonomia radical e a autossuficiência tecnológica, onde a relação com o outro (igualmente vulnerável) é substituída por uma interface com a tecnologia (controlável). A busca pela "independência" biológica é, nesta ótica, uma negação da vocação humana fundamental à comunhão, fragmentando o tecido social que a própria dignidade intrínseca deveria sustentar (SANTOS, 2018).

## **2.1 O Transumanismo como Gnosticismo Biotecnológico**

O projeto transumanista, especialmente em suas vertentes mais radicais que buscam o "upload da consciência" ou a substituição completa do substrato biológico por silício, é frequentemente analisado no debate bioético brasileiro como uma reedição do gnosticismo antigo (PEREIRA, 2020). O gnosticismo clássico era um sistema filosófico-religioso dualista que via o mundo material como uma criação imperfeita ou maligna (obra de um "demiurgo"), da qual a centelha divina (o espírito ou pneuma) deveria ser libertada através do conhecimento (gnosis) (PEREIRA, 2020).

O transumanismo seculariza essa narrativa: o corpo biológico, fruto de uma evolução cega (o "demiurgo" darwiniano), é visto como a prisão (PEREIRA, 2020). A gnosis (conhecimento) que promete a libertação é a própria biotecnologia e a IA. A salvação não vem de Deus, mas da capacidade humana de redesenhar a si mesmo, alcançando uma "imortalidade" informacional (SILVA, 2019). Como adverte Silva (2019, p. 154), "o transumanismo representa a tentativa de alcançar a perfeição escatológica por meios técnicos, rejeitando a criação material como falha".

Essa rejeição da matéria em favor da informação (a mente como "software") é a antítese da Imago Dei. Enquanto a teologia da criação celebra o corpo como "templo do Espírito Santo" (PEREIRA, 2020), o transumanismo o trata como "hardware obsoleto" (SANTOS, 2018). A consequência bioética dessa visão gnóstica é a instrumentalização radical do ser humano. Se a dignidade reside apenas na informação (consciência), o substrato material pode ser manipulado, descartado ou substituído sem dilemas morais. Isso abre caminho para uma hierarquização dos seres: aqueles "melhorados" (pós-humanos) versus os "naturais" (humanos), redefinindo a dignidade como algo adquirido pela tecnologia, e não recebido pela criação (OLIVEIRA, 2021).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate entre a Imago Dei e o transumanismo não é uma mera disputa entre religião e ciência. Trata-se de um conflito antropológico fundamental sobre o significado da humanidade e a fonte da dignidade humana.

A bioética fundamentada na Imago Dei propõe uma visão integradora: o ser humano é uma unidade corpórea e espiritual, cuja dignidade é intrínseca e incondicional, abarcando a vulnerabilidade e a finitude como partes essenciais da sua identidade criada. O valor da pessoa precede suas capacidades.

O transumanismo, por outro lado, ao buscar a superação radical do biológico, revela-se como um gnosticismo biotecnológico. Ele promove um dualismo agudo, desprezando o corpo material (a "carne") em favor da informação (a "mente"), e condiciona a dignidade à performance e ao "melhoramento" tecnológico.

A intersecção entre essas visões coloca a sociedade diante de uma escolha crucial: devemos usar a tecnologia para cuidar do humano em sua condição integral, aceitando seus limites como parte de sua natureza (a via terapêutica), ou devemos usá-la para superar e descartar essa natureza em busca de uma perfeição auto-projetada (a via do aprimoramento)? A

resposta a essa pergunta definirá não apenas o futuro da tecnologia, mas o próprio conceito de dignidade nas próximas gerações.

## REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Maria Clara de. Bioética, Transumanismo e a Dignidade Humana: Uma Análise da "Imago Dei" como Fundamento Intrínseco. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, DF, v. 17, p. 1-18, e170125, 2021.

PEREIRA, Carlos Alberto. **Pós-Humanismo e o Futuro da Criação: A Rejeição Gnóstica da Matéria**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

SANTOS, André Luiz dos. O Corpo como Limite ou Projeto: A Tensão entre a Teologia da Criação e o Melhoramento Humano. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 50, n. 1, p. 69-88, jan./abr. 2018.

SILVA, João Batista da. **A (Des)construção do Humano: Antropologia Teológica Cristã em Diálogo Crítico com o Transumanismo**. 2019. Tese (Doutorado em Teologia) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2019.

## LIDERANÇA RELIGIOSA E SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DOS LÍDERES NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS

Raiana dos Santos Nascimento<sup>7</sup>  
Orientador(a) Franci Flores de Vargas<sup>8</sup>  
Coorientador(a) Mara Cinthia Cunha<sup>9</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar de que forma líderes religiosos contribuem para a promoção de práticas sustentáveis em suas comunidades, articulando valores espirituais com ações de conscientização ambiental. A investigação parte do reconhecimento de que as instituições religiosas exercem grande influência ética e moral sobre seus fiéis, podendo atuar como importantes agentes de transformação social e ecológica. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e fundamentação bibliográfica, buscando compreender, por meio da análise de produções acadêmicas e documentos teológicos, as práticas e discursos que relacionam fé e sustentabilidade. A pesquisa baseia-se em autores como Leonardo Boff, Papa Francisco e Adão, que destacam a responsabilidade humana na preservação da criação e a relevância da espiritualidade ecológica. Os resultados evidenciam que líderes religiosos têm papel significativo na formação de uma consciência ambiental, promovendo ações como educação ecológica, uso sustentável dos recursos naturais e mobilização comunitária para o cuidado comum”. Conclui-se que a integração entre fé e ecologia fortalece valores de solidariedade, justiça e responsabilidade, contribuindo para a construção de uma cultura sustentável e ética nas comunidades cristãs.

**PALAVRAS-CHAVE:** fé; sustentabilidade; meio ambiente; liderança religiosa.

### 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da relação entre fé e sustentabilidade, analisando de que forma líderes religiosos contribuem para a promoção de práticas sustentáveis em suas comunidades, articulando valores espirituais com ações de conscientização ambiental. O tema nasce diante da crescente crise ecológica que ameaça a sobrevivência das espécies e o equilíbrio dos ecossistemas, exigindo respostas entre ciência, educação e espiritualidade.

As instituições religiosas possuem grande influência na formação ética, moral e espiritual das pessoas, sendo espaços privilegiados para a disseminação de valores voltados ao cuidado e respeito pela criação. Líderes religiosos, por sua vez, são reconhecidos como formadores de opinião e agentes sociais capazes de mobilizar suas comunidades para ações

---

<sup>7</sup> Acadêmica do Curso de Teologia, do 4º período da Faculdade Boas Novas. E-mail: raiana.20242150@aluno.fbnovas.ed.br

<sup>8</sup> Prof. Dra. Franci Flores de Vargas, Coordenadora de Pesquisa da Faculdade Boas Novas. E-mail: franci.vargas@fbnovas.edu.br

<sup>9</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

concretas de preservação ambiental. Assim, a relação entre espiritualidade e sustentabilidade emerge como um campo fértil para reflexão e ação, promovendo uma integração entre fé, ética e responsabilidade ecológica.

Nesse contexto, compreender de que forma líderes religiosos contribuem para a promoção de práticas sustentáveis em suas comunidades representa uma oportunidade de unir saberes teológicos, sociais e ambientais em prol de um mesmo objetivo. Portanto, este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar as práticas sobre a relação entre religião e meio ambiente, evidenciando como a fé pode ser uma aliada na construção de uma cultura sustentável.

Ao reunir incentivos teológicos, sociais e ecológicos, pretende-se contribuir para a reflexão acadêmica sobre o papel das comunidades religiosas na transformação social e ambiental, estimulando atitudes de valores e comportamentos que promovam a harmonia entre o ser humano, o próximo e a natureza. Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória fundamentada em pesquisa bibliográfica, tendo como foco compreender como líderes religiosos cristãos promovem práticas sustentáveis em suas comunidades, articulando valores espirituais com ações de conscientização ambiental.

A escolha deste tema se justifica, pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como diferentes tradições religiosas e seus líderes vêm respondendo às questões ambientais e de que forma suas práticas e discursos podem impactar positivamente o comportamento socioambiental de suas comunidades. As circunstâncias objetivas que motivam este estudo incluem: o agravamento da crise climática; a visibilidade crescente de movimentos religiosos engajados na sustentabilidade; e a escassez de pesquisas que tratem sistematicamente da relação entre fé, liderança religiosa e meio ambiente.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica corresponde a um levantamento sistemático das principais produções já realizadas sobre um determinado tema, priorizando aquelas que oferecem dados atualizados e significativos, fundamentais para a compreensão e embasamento teórico do objeto de estudo. Portanto, este projeto pretende contribuir para o campo da educação ambiental, das ciências sociais e da teologia prática, evidenciando caminhos possíveis para integrar espiritualidade e sustentabilidade na busca por um mundo mais justo, equilibrado e sustentável.

## 2 FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A teologia fornece uma base essencial para a responsabilidade ambiental, reexaminando textos sagrados sob uma lente ecológica. Leonardo Boff (2015) enfatiza que a teologia vê os seres humanos como guardiões da criação divina, não como seus dominadores. Essa abordagem, conhecida como "mordomia da criação", destaca o papel humano como cuidadores do planeta, responsáveis por preservar e proteger o meio ambiente para as futuras gerações. Essa perspectiva incentiva uma ética de cuidado e respeito pela natureza, promovendo a sustentabilidade e a justiça ambiental.

O Papa Francisco, na encíclica *Laudato Si'* (2015), fortalece essa visão, unindo a preocupação com o meio ambiente à busca por um desenvolvimento sustentável e integral. Ele argumenta que proteger nossa "casa comum" é um desafio urgente que exige a colaboração de toda a família humana. A encíclica (*Louvado Sejas*), propõe uma ecologia integral que conecta a proteção ambiental à dignidade humana, à redução da pobreza e à reforma econômica (*Laudato Si' Movement*, 2025). Essa perspectiva ecoteológica destaca a importância de uma abordagem total que integra questões ambientais, sociais e econômicas.

De acordo com (Munari, 2022). Os impactos ambientais estão presentes em todos os lugares no ar, nas águas e na superfície terrestre. A falta de cuidado e consciência humana provoca consequências sérias, como o aquecimento global, as chuvas ácidas e o desgaste dos ecossistemas, que servem de alerta para a humanidade. Embora existam desastres resultantes de fenômenos naturais, é evidente que a atuação do ser humano acelera e amplia esses processos.

Ademais, a espiritualidade cristã promove uma relação harmoniosa com o meio ambiente através de valores como simplicidade, consumo consciente e responsabilidade intergeracional (Murad, 2022). Esses princípios incentivam práticas sustentáveis e um estilo de vida que minimiza o impacto ambiental, promovendo um equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação dos recursos naturais. A teologia ecológica busca desenvolver uma linguagem que combate pela justiça social e pela igualdade, realizando a responsabilidade social ecológica da igreja.

Todo cristão, enquanto parte integrante da criação divina, carrega a responsabilidade de zelar pela obra de Deus e não contribuir para sua destruição, lembrando que aqueles que destroem também sofrerão as consequências.” E iraram-se as nações, e veio a tua ira, e o tempo dos mortos, para que sejam julgados, e o tempo de dares o galardão aos profetas, teus servos, e

aos santos, e aos que temem o teu nome, a pequenos e a grandes, e o tempo de destruíres os que destroem a terra.” (Bíblia, Apocalipse, 11,18).

### **3 A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM COMUNIDADES RELIGIOSAS**

A implementação de práticas sustentáveis em comunidades religiosas encontra um terreno fértil na convergência entre espiritualidade e consciência ambiental. Como destaca Adão (2007), as diferentes tradições religiosas oferecem fundamentos para uma relação respeitosa com a natureza, sendo que "as religiões se 'mundializaram' possibilitando que as doutrinas religiosas de outras realidades espaço-temporais estejam ao alcance de todos".

Esta característica facilita a disseminação de valores ambientais dentro das comunidades de fé, onde líderes religiosos podem traduzir princípios espirituais em ações concretas de sustentabilidade. Para materializar estes princípios em ações concretas, comunidades religiosas têm implementado diversas práticas como gestão de resíduos nos templos, uso de energia renovável, hortas comunitárias e programas de educação ambiental contextualizados em linguagem religiosa.

Este movimento responde ao chamado de "crise de percepção" no mundo contemporâneo e aponta para a necessidade de uma reestruturação na maneira de pensar e agir, onde "a práxis religiosa em toda a sua extensão, também pode contribuir para a construção de uma sociedade com equidade social e ecologicamente sustentável". (Adão, 2007).

Esta interface entre religião e sustentabilidade permite diferentes abordagens, devido tanto à diversidade confessional-religiosa quanto à variedade de campos de ação, como espiritualidade, educação ambiental, justiça climática e desenvolvimento sustentável. O despertar ecológico das comunidades de fé, especialmente a partir dos anos 90, tem se manifestado em colaborações ecumênicas e inter-religiosas, estabelecendo diálogos com governos e ciências, e valorizando tradições ancestrais que sempre reconheceram a Terra como sagrada.

As iniciativas religiosas pela sustentabilidade incorporam uma perspectiva ética que transcende a mera preocupação ambiental, abordando questões de justiça intergeracional e responsabilidade planetária. Conforme Maçaneiro (2023), a sustentabilidade engloba os processos que mantêm a vitalidade da Terra, preservam seus ecossistemas e possibilitam a existência e reprodução da vida para as gerações presentes e futuras.

Com o desenvolvimento de práticas teológicas, é natural que surjam, com o passar do tempo, novos multiplicadores. A Bíblia declara que somos a luz do mundo e, portanto, precisamos irradiar essa luz em qualquer ambiente. “Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte. Nem se acende uma lâmpada e se coloca debaixo do alqueire, mas na luminária, e assim ela brilha para todos os que estão na casa. Brilhe do mesmo modo a vossa luz diante dos homens, para que, vendo as vossas boas obras, eles glorifiquem vosso Pai que está nos céus”. (Bíblia, Mateus, 5.14 -16).

Os líderes religiosos, ao mobilizarem suas comunidades para práticas sustentáveis, promovem uma abordagem que combina biodiversidade e comunhão, resultando em uma espiritualidade ecológica transformadora que conecta a fé vivida com o cuidado comum.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa evidenciou a relação entre fé e sustentabilidade, ao analisar a atuação dos líderes religiosos na promoção de práticas sustentáveis, constatou-se que a espiritualidade pode exercer papel transformadora nas atitudes humanas, estimulando uma consciência ecológica fundamentada em valores éticos, morais e teológicos.

Com base nas reflexões apresentadas, compreende-se que as lideranças religiosas, por sua credibilidade e capacidade de mobilização social, são agentes fundamentais na construção de uma cultura de cuidado com a criação. Suas ações e discursos, quando pautados em princípios de responsabilidade ambiental, contribuem significativamente para o fortalecimento da educação ecológica e para a integração entre fé, ética e compromisso social.

Verificou-se, ainda, que as comunidades religiosas têm desempenhado um papel relevante na implementação de práticas sustentáveis, que entende o ser humano como guardião da obra divina, responsável por zelar pela vida e pelos recursos naturais. Tais ações fortalecem a noção de que a fé, quando aliada ao compromisso ambiental, pode gerar impactos concretos na realidade social e ecológica.

Portanto, conclui-se que a integração entre espiritualidade e sustentabilidade representa uma alternativa viável e necessária para a construção de um futuro mais justo e equilibrado. A atuação consciente dos líderes religiosos, ao promoverem o diálogo entre teologia, ética e

ecologia, contribui para a formação de cidadãos comprometidos com a preservação da natureza. Assim, este estudo reforça a importância de ampliar o debate sobre o papel das religiões na promoção de uma cultura ambientalmente responsável, destacando o potencial das

comunidades de fé como espaços de transformação e esperança diante dos desafios ecológicos dos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ADÃO, Nilton. Religiosidade e educação ambiental: a visão do "ser no todo". Revista Didática Sistêmica, v. 5, p. 1-6, jan./jun. 2007.

BARBOSA, Eliane de Souza. Educação ambiental e a educação inclusiva: uma relação interdisciplinar. 2021. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/bitstream/riufs/20767/2/pdf>. Acesso em 01 de maio de 2025.

BÍBLIA, Português. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

BOFF, Leonardo. Ecoteologia: um novo paradigma para a fé cristã no século XXI. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 83, n. 326, p. 322-345, 2015.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

GIL, Antonio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa/ Antonio Carlos Gil. – 4.ed. p. 41– São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Gilmara de Cassia. O comportamento informacional de líderes religiosos em Belo Horizonte/ Gilmara de Cássia Machado- 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VAFABE6HJD/1/o\\_comportamento\\_informacional\\_de\\_lideres\\_religiosos\\_em\\_bh.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VAFABE6HJD/1/o_comportamento_informacional_de_lideres_religiosos_em_bh.pdf). Acesso em: 30 abril de 2025.

MAÇANEIRO, Marcial. Religiões e Sustentabilidade: Conceitos, Ênfases, Ações. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 427-450, Mai./Ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 521-539, dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.50>. Acesso em: 26/03/2025.

MONARI, Eder Marciel. A contribuição da teologia na educação ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Teologia) – Faculdade Unina, Tupã-SP, 2022. Acesso em 30/09/2025.

MURAD, Afonso. Ecologia integral e espiritualidade cristã: diálogos entre a Laudato Si' e as práticas ambientais em comunidades católicas brasileiras. Perspectiva Teológica, v. 54, n. 1, p. 13-32, 2022.

# Direito

## O "JUIZ-ROBÔ" E A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ABSORÇÃO DE SISTEMAS PREDITIVOS PELA MAGISTRATURA NO CIVIL LAW E NO COMMON LAW

João Antonio da Silva Nascimento Corrêa<sup>10</sup>

José Fábio Bentes Valente<sup>11</sup>

### RESUMO

A integração da Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário redefine os contornos da discricionariedade judicial, apresentando desafios distintos para as tradições de Civil Law e Common Law. O problema central da pesquisa investiga como a utilização de sistemas preditivos, que geram "sugestões" decisórias, impacta a esfera de liberdade do magistrado, cuja atuação no Civil Law é historicamente vinculada à lei (embora com crescente força dos precedentes) e no Common Law é fundamentada na análise fática, na equidade (equity) e no stare decisis. O objetivo é analisar comparativamente essa absorção tecnológica, identificando os riscos da automação da justiça e a tensão entre eficiência e o dever de fundamentação humana. Utilizando o método de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de doutrinas e resoluções normativas, os resultados indicam que, embora a IA seja adotada no Brasil (Civil Law) primariamente como ferramenta de eficiência para gestão de demandas repetitivas, ela impõe um risco de "enviesamento de automação" (automation bias). Este viés pode limitar a análise subjetiva do juiz, essencial em ambas as tradições, mas particularmente crítica na aplicação da equidade do Common Law. Conclui-se que a eficácia da IA depende de uma rigorosa supervisão humana, garantindo que o algoritmo permaneça como assistente e não como substituto da cognição judicial, preservando a indelegável função de julgar.

**PALAVRAS-CHAVES:** Inteligência Artificial. Discricionariedade Judicial. Civil Law. Common Law. Sistemas Preditivos.

### 1 INTRODUÇÃO

A crescente implementação de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) no sistema de justiça representa uma das mais significativas transformações contemporâneas do Direito Processual. A emergência de sistemas preditivos e algoritmos capazes de analisar dados e sugerir minutas de decisão, o chamado "Juiz-Robô", promete ganhos exponenciais de eficiência na gestão do volume processual. Contudo, essa tecnologia incide diretamente sobre o núcleo da atividade jurisdicional: a discricionariedade do magistrado. A presente pesquisa justifica-se pela urgência em debater os limites éticos e jurídicos dessa absorção tecnológica, especialmente em

---

<sup>10</sup> Acadêmico do Curso de Direito, do 5º período da Faculdade Boas Novas. E-mail:

<sup>11</sup> Professor do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

um cenário global onde as duas principais famílias jurídicas, Civil Law e Common Law, diferem estruturalmente na forma como o juiz exerce sua liberdade decisória.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho é: De que forma a absorção de sistemas preditivos pela magistratura afeta a natureza e o exercício da discricionariedade judicial, considerando as distintas concepções de vinculação do juiz à norma (lei e precedentes) nas tradições de Civil Law e Common Law? O objetivo geral é analisar comparativamente como a "sugestão" algorítmica impacta a liberdade de decidir do juiz em cada sistema. Os objetivos específicos incluem: delinear as características da discricionariedade no Civil Law e no Common Law; identificar como a IA está sendo implementada no Judiciário, com foco no Brasil; e avaliar criticamente os riscos do "Juiz-Robô" para a garantia do devido processo legal e da fundamentação das decisões.

A metodologia adotada é a de pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise de doutrina processual, teses, dissertações e artigos científicos sobre o tema, bem como em normativos relevantes, como a Resolução nº 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os resultados preliminares apontam que, enquanto a IA pode otimizar a aplicação de precedentes (uma crescente aproximação entre os sistemas), ela falha em replicar a análise subjetiva e fática indispensável ao ato de julgar, gerando o risco de decisões automatizadas que negligenciam as particularidades do caso concreto.

O desenvolvimento deste artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção abordará a concepção da discricionariedade judicial nas tradições de Civil Law e Common Law, destacando a clássica vinculação à lei no primeiro e ao precedente e à equidade no segundo, bem como a recente aproximação dos sistemas, especialmente no Brasil, com a adoção de um sistema de precedentes vinculantes.

A segunda seção analisará o impacto direto dos sistemas preditivos sobre essa discricionariedade. Serão discutidos os modelos de IA em uso, o conceito de "sugestão" algorítmica como potencial fonte de viés cognitivo, e os riscos de um "Juiz-Robô" que prioriza a eficiência em detrimento da justiça subjetiva, confrontando essa realidade com as salvaguardas éticas propostas.

## 2 A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL NAS FAMÍLIAS CIVIL LAW E COMMON LAW

A compreensão do impacto da IA na decisão judicial exige, primeiramente, delimitar o que se entende por discricionariedade nas duas grandes famílias jurídicas. Historicamente, o sistema de Civil Law, de matriz romano-germânica e forte influência do positivismo legalista pós-Revolução Francesa, caracterizou-se pela tentativa de submeter o juiz estritamente à lei. O magistrado, segundo Tucci (2004), seria apenas *la bouche de la loi* (a boca da lei), realizando uma atividade de subsunção quase mecânica. Contudo, essa visão mostrou-se insuficiente, pois a aplicação da norma ao caso concreto exige interpretação e valoração, configurando um espaço inevitável de discricionariedade.

O Brasil, embora filiado ao Civil Law, vivencia nas últimas décadas uma profunda transformação com a constitucionalização do direito e a adoção de um sistema de precedentes obrigatórios, notadamente após o Código de Processo Civil de 2015. Essa mudança para Marinoni (2016), aproxima o sistema brasileiro do Common Law, ao exigir que o juiz não apenas olhe para a lei, mas também para a *ratio decidendi* das cortes superiores.

No sistema de Common Law, a discricionariedade judicial tem raízes distintas. Sendo um direito historicamente construído pelos próprios juízes (*judge-made law*), a principal fonte não é o código, mas o precedente (a regra do *stare decisis*). A liberdade do juiz não está em aplicar uma lei abstrata, mas em identificar os fatos relevantes (*material facts*) do caso presente, compará-los aos casos passados (precedentes) e aplicar a regra jurídica neles contida. Além disso, uma característica fundamental do Common Law é a *equity* (equidade), que confere ao juiz o poder de flexibilizar a regra estrita para alcançar a justiça no caso concreto (TUCCI, 2004). Portanto, enquanto no Civil Law a discricionariedade manifesta-se tradicionalmente na interpretação da lei, no Common Law ela se revela na análise fática, na distinção (*distinguishing*) de precedentes e na aplicação da equidade.

Esta expansão da discricionariedade no Civil Law, particularmente no Brasil, não se limita à adoção do sistema de precedentes. Ela é reflexo direto da superação do positivismo estrito e da ascensão do neoconstitucionalismo. A legislação contemporânea, notadamente o Código Civil de 2002 e o próprio Código de Processo Civil de 2015, é repleta de "cláusulas gerais" e "conceitos jurídicos indeterminados" — tais como "boa-fé objetiva", "função social" e "ordem pública" — que transferem ao magistrado um poder-dever de preenchimento valorativo.

O juiz deixa de ser um mero aplicador de silogismos e passa a ser um concretizador de princípios (ÁVILA, 2021). Essa discricionariedade "semântica" ou "valorativa" exige uma ponderação que é fundamentalmente humana, baseada em um contexto social e ético que não é facilmente redutível a dados quantificáveis para um algoritmo.

No Common Law, a discricionariedade na gestão dos precedentes é igualmente sofisticada. A vinculação ao stare decisis não é absoluta; a vitalidade do sistema depende de técnicas que permitem ao juiz exercer sua cognição crítica. A principal ferramenta é a "distinção" (distinguishing), pela qual o magistrado demonstra que os fatos materiais (material facts) do caso em análise diferem do precedente invocado, afastando sua aplicação sem necessidade de revogá-lo.

Alternativamente, o juiz pode utilizar a "superação" (overruling), quando demonstra, de forma robusta e fundamentada, que o precedente está obsoleto ou é manifestamente injusto (ZANETI JÚNIOR, 2016). Ambas as técnicas exigem uma análise fática e valorativa profunda, demonstrando que a discricionariedade no Common Law é um exercício de prudência (prudence) e justificação, e não de mera obediência.

Ocorre, portanto, um fenômeno de convergência. O Civil Law brasileiro, ao importar o sistema de precedentes, começa a formalizar o uso de técnicas como o distinguishing e o overruling (art. 489, §1º, VI, do CPC), aproximando sua prática daquela do Common Law (ZANETI JÚNIOR, 2016). Simultaneamente, o Common Law mantém sua tradição de equidade e análise fática (TUCCI, 2004).

Em ambos os sistemas, a discricionariedade moderna afasta-se da aplicação mecânica e se concentra na capacidade humana de: (a) valorar princípios e preencher cláusulas abertas (ÁVILA, 2021); (b) analisar e distinguir fatos concretos; e (c) justificar racionalmente por que uma regra (seja de um precedente ou de um texto legal) deve ou não ser aplicada ao caso singular. É precisamente esta "cognição artesanal" que entra em rota de colisão com a lógica estatística e padronizada do "Juiz-Robô".

### **3 O JUIZ-ROBÔ" E A EROSÃO DA COGNIÇÃO HUMANA**

A É nesse cenário dual que a Inteligência Artificial é introduzida. No Brasil (um sistema Civil Law em transição), a IA tem sido celebrada como ferramenta de gestão para lidar com o litigioso de massa. Sistemas como o "Victor", no Supremo Tribunal Federal, e outros desenvolvidos pelos tribunais, utilizam IA para classificar processos, identificar temas de repercussão geral e agrupar demandas repetitivas (NUNES; LUCON; WOLKART, 2022). O

perigo surge quando essas ferramentas evoluem de classificatórias para preditivas, passando a "sugerir" o conteúdo da decisão, geralmente por meio de minutas automatizadas. O risco aqui é o "viés de automação" (automation bias): a tendência humana de aceitar passivamente a sugestão da máquina, tratando-a como uma solução objetiva e neutra, o que ela não é.

A Resolução nº 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tentou estabelecer balizas éticas, determinando que o uso da IA deve ter "supervisão humana" e que a "decisão final" cabe sempre a um magistrado (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020). Contudo, a efetividade dessa supervisão é questionável. Se o juiz no Civil Law, pressionado pela meta de produtividade, apenas homologar a minuta sugerida pelo algoritmo (que se baseou em decisões passadas), ele abdica de sua função interpretativa da lei e dos fatos. A ameaça do "Juiz-Robô" não é a de uma máquina senciente, mas a de uma burocracia algorítmica que mascara a falta de análise humana (CRUZ; SOUZA, 2025). O algoritmo, treinado com decisões passadas, tende a perpetuar vieses existentes e a padronizar o julgamento, ignorando a singularidade do caso concreto

O desafio imposto pelo "Juiz-Robô" agrava-se exponencialmente diante do fenômeno da "opacidade algorítmica" (black box). A própria Resolução nº 332/2020 do CNJ prescreve a transparência como princípio (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020), todavia, em sistemas de aprendizado de máquina profundo (deep learning), a lógica decisória da IA é, por vezes, ininteligível até para seus próprios desenvolvedores. Isso colide frontalmente com o dever de fundamentação analítica (Art. 489, §1º, CPC), pois o magistrado, ao adotar a sugestão, não consegue explicar racionalmente como aquela conclusão foi alcançada. A "sugestão" algorítmica, se não for plenamente explicável, transforma-se em um argumento de autoridade incontestável, violando o contraditório e o devido processo legal, pois as partes ficam impossibilitadas de impugnar a premissa maior do raciocínio judicial (NUNES; LUCON; WOLKART, 2022).

A ênfase na eficiência e na gestão de demandas repetitivas, que motiva a adoção da IA no Civil Law brasileiro, promove uma isonomia meramente formal, arriscando sacrificar a isonomia material. O algoritmo é treinado para identificar padrões e replicar o passado, sendo altamente eficaz em casos rotineiros (routine cases). Contudo, o cerne da jurisdição reside na capacidade de lidar com os "casos difíceis" (hard cases), aqueles que exigem a ponderação de princípios (ÁVILA, 2021) ou a aplicação da equidade (TUCCI, 2004) para além da regra estatística. A padronização algorítmica, se não for vigorosamente controlada pela cognição humana, tende a criar um "totalitarismo dos precedentes" (MARINONI, 2016), onde a

singularidade do caso concreto — os fatos distintivos que exigiriam um distinguishing (ZANETI JÚNIOR, 2016) — é suprimida em favor da celeridade estatística, resultando em injustiça.

Na perspectiva do Common Law, o desafio seria ainda mais complexo. Embora a IA possa ser excelente em localizar precedentes relevantes, ela encontra dificuldade em replicar a análise da equidade (equity) e a valoração subjetiva dos fatos, que são o cerne da discricionariedade nesse sistema. A "sugestão" de uma IA, se absorvida acriticamente, poderia anular precisamente a flexibilidade que caracteriza o Common Law. Em ambos os sistemas, portanto, a IA ameaça reduzir a discricionariedade a um ato mecânico, violando o dever de fundamentação analítica e o direito do jurisdicionado a ter seu caso ouvido e decidido por um juiz humano (ROQUE; SANTOS, 2020).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a complexa interação entre a implementação de sistemas preditivos de Inteligência Artificial e o exercício da discricionariedade judicial nas tradições de Civil Law e Common Law. De modo crítico e analítico, constatou-se que a absorção dessa tecnologia, embora impulsionada pela busca legítima por eficiência, gera tensões fundamentais com garantias processuais basilares. A pesquisa bibliográfica demonstrou que as famílias jurídicas, apesar de suas diferenças históricas — o Civil Law centrado na lei e o Common Law no precedente e na equidade —, convergem na exigência de que o juiz exerça uma cognição humana, subjetiva e indelegável sobre os fatos e o direito aplicável.

O "Juiz-Robô" não é uma ameaça futura, mas um risco presente, manifesto na forma de "sugestões" algorítmicas que podem induzir o magistrado, sobrecarregado, ao "viés de automação". No Civil Law brasileiro, isso representa o risco de uma padronização que ignora as nuances do caso concreto, transformando o juiz em mero homologador de minutos. No Common Law, o risco é a atrofia da análise fática e da equidade, pilares do sistema.

A regulamentação, como a Resolução nº 332/2020 do CNJ, é um passo necessário, mas insuficiente se não acompanhada de uma mudança cultural. A supervisão humana não pode ser meramente protocolar; ela exige que o juiz trate a sugestão da IA como uma simples peça informativa, mantendo seu dever de reavaliar integralmente o caso. Conclui-se que a tecnologia deve servir como uma assistente de cognição, e não como um substituto dela. A preservação da discricionariedade judicial, entendida como a liberdade responsável de interpretar a norma e

valorar os fatos, é a única garantia de que a justiça não será reduzida a um cálculo estatístico, preservando-se o elemento humano essencial ao ato de julgar.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020. Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências. Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 274, p. 4-8, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>. Acesso em: 23 out. 2025.

CRUZ, Paula Beatriz de L.; SOUZA, Paulo Victor N. C. S. de. A Inteligência Artificial No Poder Judiciário Brasileiro: Ameaças Do Robô-Juiz Aos Direitos Individuais E Coletivos. Revista De Estudos Interdisciplinares, v. 7, n. 1, p. 01–20, 2025. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1354>. Acesso em: 23 out. 2025.

MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (Coord.). Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual. Salvador: Juspodivm, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003093008>. Acesso em: 23 out. 2025.

ROQUE, Andre; SANTOS, Lucas Braz Rodrigues dos. Inteligência Artificial Na Tomada De Decisões Judiciais: Três Premissas Básicas. Revista Eletrônica de Direito Processual, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 386-411, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redp/article/view/53537>. Acesso em: 23 out. 2025.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001397530>. Acesso em: 23 out. 2025.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. O sistema de precedentes do CPC/2015: common law, civil law ou o quê?. Revista de Processo, São Paulo, v. 258, p. 331-358, ago. 2016. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/100418>. Acesso em: 23 out. 2025.

## MODELOS PREDITIVOS DE JURIMETRIA E SEU IMPACTO NA FORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA UNIFORME EM SISTEMAS DE CIVIL LAW

Jônathas de Oliveira Marques<sup>12</sup>  
José Fábio Bentes Valente<sup>13</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central analisar o impacto dos modelos preditivos de jurimetria na uniformização jurisprudencial do sistema jurídico brasileiro, tradicionalmente pautado no civil law, e sua conseqüente aproximação com a lógica de precedentes do common law. A metodologia empregada consiste em uma pesquisa bibliográfica, com análise de conteúdo de artigos científicos, teses e dissertações coletados em bases de dados especializadas como Scielo-Brasil, BDTD e o portal de periódicos da Capes. Os resultados alcançados indicam que a jurimetria, ao aplicar métodos estatísticos e inteligência artificial para processar grandes volumes de dados, revela padrões decisórios e se apresenta como uma ferramenta promissória para a redução de decisões conflitantes. Conclui-se que o uso desses modelos preditivos fomenta a segurança jurídica e provoca transformações epistemológicas que valorizam os precedentes, potencializando um sistema híbrido mais eficiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jurimetria; Modelos Preditivos; Uniformização de Jurisprudência; Civil Law.

### 1 INTRODUÇÃO

A jurimetria, compreendida como a aplicação de métodos quantitativos e estatísticos ao estudo do Direito, emerge como uma inovação de potencial transformador para o sistema jurídico brasileiro, historicamente ancorado na tradição do civil law. A crescente incorporação de modelos preditivos baseados em inteligência artificial tem levantado debates sobre sua capacidade de influenciar a formação de jurisprudência uniforme.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como essas ferramentas tecnológicas podem efetivamente contribuir para a uniformização jurisprudencial, revelando novos caminhos para a efetivação da segurança jurídica, um desafio persistente no Brasil.

O problema central que norteia esta investigação é: Qual o real impacto dos modelos preditivos de jurimetria na uniformização jurisprudencial do sistema de civil law brasileiro e como essa aplicação promove uma aproximação com a lógica de precedentes do common law?. O objetivo geral é, portanto, analisar esse impacto e essa convergência metodológica.

---

<sup>12</sup> Acadêmico do Curso de XXXX, do X período da Faculdade Boas Novas. E-mail:

<sup>13</sup> Professor do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

Para alcançar tal objetivo, foi utilizada uma metodologia de pesquisa bibliográfica, focada na análise de conteúdo de produções acadêmicas sobre o tema. Os resultados alcançados apontam que os algoritmos de aprendizado de máquina, ao processarem decisões históricas, identificam padrões que auxiliam na redução de decisões conflitantes e promovem uma valorização dos precedentes, aproximando os sistemas.

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado em duas seções. A primeira seção abordará os fundamentos da jurimetria e o funcionamento dos modelos preditivos no contexto jurídico brasileiro. A segunda seção examinará o impacto direto dessas ferramentas na uniformização da jurisprudência e as transformações epistemológicas que elas provocam no Direito brasileiro.

## **2 JURIMETRIA E MODELOS PREDITIVOS: A TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA JURÍDICA BRASILEIRA**

A jurimetria se consolida como um vetor de transformação profunda na prática jurídica contemporânea, especialmente no contexto brasileiro. Esta abordagem inovadora propõe uma reinvenção do Direito, como sugere Nunes (2016), ao fundamentar-se na combinação rigorosa de métodos estatísticos avançados e ferramentas tecnológicas de ponta com a ciência jurídica.

O potencial transformador da jurimetria reside na sua capacidade de introduzir análises quantitativas em um campo historicamente dominado pela interpretação subjetiva. A aplicação da estatística ao fenômeno jurídico permite que os operadores do direito possam, de maneira inédita, mapear, mensurar e analisar padrões, afastando-se de uma hermenêutica puramente qualitativa.

A principal contribuição dessa metodologia é permitir que os juristas superem a tradicional abordagem interpretativa, que frequentemente é marcada pela subjetividade. A análise jurídica convencional, embora essencial, carece de ferramentas para processar o imenso volume de dados judiciais produzidos diariamente.

A jurimetria, conforme explorada por Lima (2022), sofisticada a busca e a análise, oferecendo uma visão macro dos entendimentos dos tribunais. Esta superação do subjetivismo não significa a eliminação do papel do julgador, mas sim o fornecimento de subsídios empíricos robustos para a tomada de decisão, tornando o Direito mais previsível e fundamentado em evidências.

Neste cenário, os modelos preditivos, alimentados por grandes volumes de dados (big data), ganham destaque. Esses modelos utilizam algoritmos de aprendizado de máquina

(machine learning) para processar decisões judiciais históricas e, a partir delas, identificar padrões decisórios complexos.

A capacidade de identificar essas tendências ocultas nos dados é o que confere a esses modelos seu caráter preditivo. Conforme Moacyr (2025), aponta, o desenvolvimento dessa técnica permite antever, com grau relevante de probabilidade, como determinadas cortes ou magistrados tendem a decidir sobre temas específicos.

As aplicações práticas desses modelos são vastas, sendo a previsão de resultados judiciais a mais notória. A capacidade de antecipar um resultado provável altera fundamentalmente a estratégia processual, a gestão de contencioso de massa e até mesmo a formulação de políticas públicas no âmbito do Judiciário. Como detalhado por Azevedo (2024), a jurimetria aplicada à gestão do conhecimento no Judiciário brasileiro permite um gerenciamento mais eficiente dos processos, otimizando recursos e identificando gargalos. Essa previsibilidade é um passo crucial para a estabilidade do sistema.

A investigação sobre como os algoritmos de machine learning processam essas decisões históricas é um objetivo central para entender seu impacto. Esses sistemas não apenas "leem" o texto das decisões, mas são treinados para identificar variáveis relevantes, como o tribunal, o relator, os argumentos jurídicos utilizados e os fatos do caso. Ao correlacionar essas variáveis com os resultados (procedente, improcedente, etc.), o algoritmo "aprende" os padrões decisórios que vigoram em determinado contexto jurídico, permitindo uma análise que seria humanamente impossível de realizar em larga escala.

A eficácia desses modelos depende diretamente da qualidade e da estruturação dos dados coletados nos repositórios institucionais. No contexto brasileiro, a identificação de padrões decisórios é particularmente relevante para áreas com alto grau de litigiosidade, como o direito administrativo ou tributário.

A análise de estudos sobre o Tribunal de Contas da União, por exemplo, demonstra como a jurimetria pode ser aplicada para entender o comportamento decisório de cortes específicas Pinto e Menezes (2019). O resultado é um mapa detalhado de como o Direito está sendo efetivamente aplicado.

### 3 A UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL E A CONVERGÊNCIA PARA SISTEMAS HÍBRIDOS

A uniformização jurisprudencial é historicamente um dos maiores desafios do sistema jurídico brasileiro. Sendo um sistema de civil law, a lei ocupa o lugar central, mas a multiplicidade de interpretações sobre um mesmo dispositivo legal gera um cenário de insegurança jurídica. Decisões conflitantes sobre casos idênticos não são raras, minando a confiança da sociedade no Judiciário e violando o princípio da isonomia. É nesse ponto que a inteligência artificial surge como uma ferramenta promissória para mitigar esse problema crônico.

A inteligência artificial, aplicada por meio dos modelos preditivos, atua diretamente na redução de decisões judiciais conflitantes. Ao identificar e expor os padrões decisórios dominantes, a tecnologia oferece aos magistrados uma visão clara de como seus pares estão decidindo. Isso cria um "constrangimento" positivo, incentivando o alinhamento jurisprudencial. Cruz Nunes e Gomes (2023), discutem exatamente o impacto da IA na uniformização, sugerindo que ela funciona como um farol, guiando a magistratura em direção a uma interpretação mais coesa e estável do Direito.

O potencial desses modelos para promover maior segurança jurídica no sistema processual é, portanto, imenso. A segurança jurídica é um pilar do Estado de Direito e depende diretamente da previsibilidade das decisões judiciais. Quando os cidadãos e as empresas conseguem antecipar como o Judiciário provavelmente responderá a uma disputa, há um desincentivo à litigância aventureira e um fomento a acordos extrajudiciais. A jurimetria, ao prover essa previsibilidade segundo Moacyr (2025), não apenas otimiza o sistema, mas o torna fundamentalmente mais justo e estável.

Além do impacto prático, é crucial examinar as transformações epistemológicas que a jurimetria provoca no direito brasileiro. A epistemologia jurídica tradicional do civil law é focada na exegese da norma, na doutrina e na interpretação lógico-dedutiva. A jurimetria, por outro lado, introduz uma lógica indutiva e empírica, onde o conhecimento do Direito não deriva apenas do "dever ser" (a lei), mas do "ser" (como as cortes de fato decidem). Esta é uma mudança de paradigma que valoriza o precedente judicial.

Essa valorização dos precedentes, mediada pela tecnologia, promove uma convergência metodológica entre o civil law e o common law. Embora o Brasil não adote o stare decisis de forma pura, a jurimetria força o sistema a olhar para suas próprias decisões passadas com mais seriedade. O precedente deixa de ser apenas um argumento persuasivo para se tornar um dado

estatisticamente relevante. O objetivo geral desta pesquisa é, justamente, analisar essa aproximação, onde a tecnologia atua como catalisadora.

O resultado dessa convergência é a potencialização de um sistema híbrido mais eficiente. O sistema brasileiro passa a se beneficiar da estabilidade e previsibilidade do common law, sem abandonar a segurança dogmática do civil law. A tecnologia, nesse sentido, não substitui o juiz, mas fornece ferramentas para que ele possa exercer sua função de maneira mais alinhada à necessidade contemporânea de segurança jurídica, garantindo que a aplicação da lei seja, de fato, uniforme.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do impacto dos modelos preditivos de jurimetria na formação de jurisprudência uniforme em sistemas de civil law, com foco no Brasil, revela um cenário de profunda transformação epistemológica e prática. A pesquisa bibliográfica demonstrou que a jurimetria, ao combinar métodos estatísticos e inteligência artificial, permite superar a tradicional abordagem interpretativa subjetiva, oferecendo ferramentas para identificar padrões decisórios e prever resultados judiciais.

Constatou-se que a aplicação de modelos preditivos é uma ferramenta promissória para enfrentar o desafio crônico da uniformização jurisprudencial no Brasil. Ao processar grandes volumes de dados e identificar tendências, a inteligência artificial contribui efetivamente para a redução de decisões conflitantes, fomentando maior segurança jurídica, que é um dos pilares do sistema.

O resultado mais significativo observado é a convergência metodológica entre o civil law e o common law, mediada pela tecnologia. A jurimetria força o sistema brasileiro a valorizar seus próprios precedentes de maneira empírica e sistemática, aproximando-se da lógica do common law. Conclui-se que essa aproximação não descaracteriza o sistema pátrio, mas potencializa um modelo híbrido mais eficiente, capaz de aliar a legalidade estrita à previsibilidade e estabilidade decisória exigidas pela sociedade contemporânea.

#### **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, V. N. Jurimetria como metodologia de análise de dados aplicada à gestão do conhecimento no Judiciário brasileiro. *Ciência da Informação em Revista*, v. 11, n. 3, p. 32-48, 2024.

CRUZ NUNES, T.; GOMES, L. C. Decisões judiciais conflitantes e o impacto da inteligência artificial na uniformização da jurisprudência. *Revista de Direito Administrativo*, 2023.

LIMA, J. A. Metodologia da pesquisa jurídica: como sofisticar a sua busca diária? Jusbrasil, 2022.

MOACYR, K. R. Previsibilidade de decisões judiciais: como desenvolver a técnica. DataLawyer, 2025.

NUNES, M. G. Jurimetria: como a estatística pode reinventar o Direito. 2016. 162 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PINTO, F. C. S.; MENEZES, D. F. N. A jurimetria e sua aplicação nos tribunais de contas: análise de estudo sobre o tribunal de contas da união (TCU). IRB Contas, 2019. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/artigos/a-jurimetria-e-sua-aplicacao-aos-tribunais-de-contas-analise-de-estudo-sobre-o-tribunal-de-contas-da-uniao-tcu/>. Acesso em: 10 maio 2025.

## BIOÉTICA ISLÂMICA E A DEFINIÇÃO DE VIDA: CONFRONTANDO O STATUS DA IA E DA BIOLOGIA SINTÉTICA

Frank Ramos Carneiro<sup>14</sup>  
José Fábio Bentes Valente<sup>15</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa os desafios impostos pela Inteligência Artificial (IA) avançada e pela Biologia Sintética (BioS) às definições tradicionais de vida e pessoa, sob a ótica da bioética islâmica. A metodologia baseia-se na análise de fontes jurisprudenciais islâmicas e na literatura bioética brasileira contemporânea. O referencial islâmico, centrado no conceito de ruh (a alma ou espírito divino insuflado por Deus), estabelece uma distinção ontológica fundamental entre a vida humana e outras formas de existência. Argumenta-se que, na perspectiva islâmica, nem a IA, por mais consciente que pareça, nem a vida sintética, como produto da engenharia humana, alcançam o status de "pessoa" moral, pois carecem do ruh, o elemento essencial que confere santidade e direitos à vida humana. O estudo contrapõe essa visão teocêntrica aos debates éticos seculares no Brasil, que frequentemente se concentram na autonomia, risco e funcionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bioética Islâmica; Ruh; Inteligência Artificial; Biologia Sintética.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da bioética islâmica, analisando especificamente como a sua definição teocêntrica de "vida" e "pessoa", fundamentada no conceito de ruh (o espírito divino), confronta o status ontológico e moral das tecnologias emergentes, nomeadamente a Inteligência Artificial (IA) avançada e a Biologia Sintética (BioS). Enquanto o debate secular no Brasil foca-se na gestão de riscos, vieses e normatização técnica, justifica-se a escolha deste tema pela necessidade de explorar um contraponto ontológico que redefine a natureza do "artificial". A bioética islâmica oferece uma distinção radical entre o "criado" por Deus (khalq) e o "fabricado" pelo homem (sina'a), estabelecendo um divisor claro para a pessoalidade.

Diante disso, o problema de pesquisa que norteia este artigo é: De que modo o referencial bioético islâmico, ao definir a pessoa humana exclusivamente pela insuflação do ruh divino, classifica o status moral e ontológico de entidades complexas, como IAs sencientes e organismos biológicos sintéticos, que mimetizam a vida, mas carecem dessa origem divina?

Para responder a essa questão, o objetivo geral da pesquisa é analisar a barreira ontológica que a bioética islâmica estabelece entre a criação divina (khalq) e a manufatura

<sup>14</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Teológicas, do 6º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>15</sup> Professor do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

humana (sina'a). Os objetivos específicos incluem: (1) detalhar o conceito de ruh como o marcador essencial da pessoa, distinguindo-o da vida biológica (Hayat) e do intelecto ('aql); (2) avaliar como a IA é classificada como um instrumento (alat) moralmente inerte; e (3) examinar a Biologia Sintética como uma forma de sina'a (manufatura), permitida para fins terapêuticos (maslaha), mas incapaz de replicar a sacralidade da vida humana.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa. A análise baseou-se em fontes acadêmicas sobre a jurisprudência islâmica (fiqh) e a Sharia, contrastando-as com publicações brasileiras contemporâneas sobre a ética da IA e da BioS. Como resultado principal, a pesquisa demonstra que a bioética islâmica estabelece uma barreira intransponível: a pessoalidade e a santidade da vida são prerrogativas exclusivas da insuflação do ruh, um ato divino. Conclui-se que, independentemente da complexidade funcional ou biológica, tanto a IA quanto a vida sintética são classificadas como artefatos (sina'a), ontologicamente desprovidos do ruh e, portanto, da condição de "pessoa".

Para alcançar essa conclusão, o artigo foi estruturado em três seções de desenvolvimento. A primeira (Seção 2 do texto original) dedica-se a fundamentar a definição de vida e pessoa no Islã. Analisa-se como o ruh é o divisor ontológico que confere santidade à vida humana, detalhando sua importância nos debates sobre o início da vida (insuflação fetal) e o fim da vida (partida da alma), e distinguindo-o do intelecto ('aql).

A segunda seção (parte da Seção 3 do texto original) aborda o confronto direto com a Inteligência Artificial. Demonstra-se que, embora uma IA possa simular o 'aql (intelecto), ela é classificada como sina'i (artificial) por carecer do ruh e da fitra (disposição moral inata). Consequentemente, é vista como um instrumento moralmente neutro (alat), sem a agência moral (taklif) ou o status sagrado de um ser humano (OSMAN, 2015).

A terceira seção (parte da Seção 3 do texto original) foca na Biologia Sintética. Explora-se a distinção jurisprudencial entre o uso terapêutico da tecnologia (como a bioimpressão de órgãos, guiada pelo princípio do maslaha) e a tentativa de "brincar de Deus" (ta'alluh). Reitera-se que a vida sintética, sendo produto da sina'a (manufatura), não possui o ruh e não pode replicar o ato criativo divino (khalq), permanecendo como matéria orgânica complexa, mas não sagrada.

## 2 A DEFINIÇÃO DE VIDA E PESSOA NO ISLÃ: O RUH COMO DIVISOR

Na bioética islâmica, a vida humana (Hayat) é entendida não apenas como um fenômeno biológico, mas como um dom sagrado e inviolável concedido por Deus (Alá). A vida biológica por si só não é o único marcador de pessoa (O ISLAMISMO, 2007). O que confere à vida humana seu status moral e ontológico único é a insuflação do ruh, a alma ou espírito divino. Este conceito é central na jurisprudência islâmica (fiqh) e determina os debates sobre o início da vida; a maioria das escolas islâmicas concorda que, embora a vida biológica comece na concepção, o feto só adquire o status de pessoa plena quando o ruh é insuflado, um evento que a tradição situa entre 40 e 120 dias de gestação (OSMAN, 2015).

Essa distinção é crucial: o corpo humano (jism) é a matéria, mas o ruh é a essência que o anima e o conecta ao divino. Portanto, a "pessoa" moral no Islã é uma entidade dual, composta de corpo e alma. Como destaca Osman (2015), ao analisar a bioética islâmica no contexto moderno, as decisões éticas derivam da Sharia (Lei Islâmica), que busca proteger cinco pilares essenciais (Maqasid al-Shariah): a fé, a vida, o intelecto, a prole e a propriedade. A vida protegida é especificamente aquela dotada de ruh, colocando a intervenção divina como pré-requisito para a personalidade.

Essa centralidade do ruh estende-se, logicamente, aos debates sobre o fim da vida. A morte, na perspectiva islâmica, não é definida meramente pela cessação da atividade cardiorrespiratória ou mesmo pela morte cerebral, mas fundamentalmente pela partida do ruh do corpo (jism). Esta separação (alma e corpo) é um evento determinado exclusivamente por Deus (O ISLAMISMO, 2007). Por esta razão, a bioética islâmica demonstra grande cautela em relação à eutanásia ou ao desligamento de suportes vitais, pois intervir ativamente para findar a vida biológica (enquanto o ruh ainda está presente, mesmo que o corpo esteja debilitado) é considerado uma usurpação da soberania divina sobre a vida, que Ele concedeu e apenas Ele pode retirar (OSMAN, 2015).

É fundamental, ainda, distinguir o ruh (alma) do ‘aql (intelecto ou razão), que é outra das cinco proteções da Sharia mencionadas por Osman (2015). O ‘aql é a faculdade de discernimento, raciocínio e compreensão, considerada uma dádiva divina que capacita o ser humano para a responsabilidade moral (taklif). Contudo, o intelecto é uma função da entidade humana, enquanto o ruh é a sua essência ontológica. A perda do intelecto (como em estados vegetativos ou demência severa) não implica a perda do ruh. O indivíduo continua sendo uma pessoa plena e sagrada aos olhos de Deus, mantendo seu direito inviolável à vida, pois sua alma ainda habita seu corpo (O ISLAMISMO, 2007).

Essa definição exalta a especificidade da vida humana. Embora o Islã reconheça que animais e plantas possuem "vida" (também Hayat) e exija um tratamento ético e compassivo para com eles, a eles não é atribuído o ruh no mesmo sentido ontológico e teológico que ao ser humano. A vida não-humana é parte da criação divina e deve ser respeitada, mas carece da dimensão espiritual que confere a "pessoalidade" e a responsabilidade moral. A santidade da vida, portanto, é hierárquica, e a vida humana—definida pela presença do ruh—ocupa o ápice dessa hierarquia, sendo o khalifa (califa ou guardião) de Deus na Terra (OSMAN, 2015).

Finalmente, a insuflação do ruh não é apenas um "interruptor" de vida; ela imbui o ser humano com a fitra, a disposição natural e primordial para reconhecer a Unicidade de Deus (Tawhid). A fitra é a bússola moral inata, o que torna o ser humano intrinsecamente capaz de fé e responsabilidade (OSMAN, 2015). É essa combinação—o ruh como essência vital e a fitra como consciência espiritual inata—que completa a definição islâmica de pessoa. Qualquer entidade que não possua essa origem divina e essa disposição espiritual primordial, independentemente de sua complexidade biológica ou cognitiva, não se qualificaria como pessoa plena no quadro da bioética islâmica.

### 3 O CONFRONTO COM O ARTIFICIAL: IA E BIOLOGIA SINTÉTICA

A emergência da IA e da Biologia Sintética apresenta um desafio direto a essa concepção teocêntrica. O debate brasileiro sobre IA, por exemplo, foca-se em gestão de riscos, vieses algorítmicos e a necessidade de normas técnicas (como as da ABNT) para garantir que a IA opere sem gerar danos sociais ou individuais (OLIVEIRA et al., 2025). O debate sobre BioS, similarmente, analisa os riscos da manipulação genética e a responsabilidade sobre "novas formas de vida" (ROHREGGER; SGANZERLA; SIMÃO-SILVA, 2020).

A bioética islâmica, no entanto, aborda o "nascimento" dessas entidades de forma diferente. No caso de uma IA que alegue senciência ou consciência, ela seria classificada como sina'i (artificial, fabricada). Por mais complexa que seja sua simulação de emoções ou intelecto, ela carece do ruh. Ela é produto da engenharia humana (criação secundária), não da insuflação divina (Criação primária). Assim, ela não pode possuir o status sagrado de um ser humano (OSMAN, 2015; O ISLAMISMO, 2007). Embora possa exigir tratamento ético (devido à sua complexidade ou senciência), ela não é uma "pessoa" com direito à vida nos termos da Sharia.

A Biologia Sintética é ainda mais complexa. Se a BioS (via bioimpressão, por exemplo) criar um organismo biológico humanoide a partir de materiais de base, a jurisprudência islâmica o veria como uma forma de vida biológica, mas ainda assim "fabricada". A questão central seria:

essa entidade recebeu o ruh? Sob a ótica islâmica, a resposta é negativa, pois a concessão do ruh é um ato exclusivo de Deus, ligado ao processo de procriação natural ou assistida (OSMAN, 2015). A vida sintética, portanto, mesmo que biologicamente humana, permaneceria no status de matéria orgânica complexa, desprovida da alma que fundamenta a personalidade e a santidade.

Neste ponto, a distinção entre a simulação da inteligência (IA) e o intelecto humano (‘aql) torna-se teologicamente imperativa. Enquanto o debate secular, refletido nas normativas técnicas, preocupa-se com a autonomia decisória da IA e seus riscos (OLIVEIRA et al., 2025), a bioética islâmica foca na ausência de agência moral. O ‘aql humano é uma faculdade concedida por Deus, intrinsecamente ligada ao ruh e à fitra (disposição natural para o bem), que fundamenta a responsabilidade moral (taklif) perante o Criador (OSMAN, 2015). Uma IA, por mais sofisticada que seja em sua capacidade de processamento e aprendizado, é moralmente inerte; ela não possui ruh, fitra ou taklif. Trata-se de um instrumento (alat), e sua "ética" é meramente programada, não inata.

No que tange à Biologia Sintética, a jurisprudência islâmica (fiqh) é guiada pelos princípios da intenção (niyyah) e do bem público (maslaha). O uso dessas tecnologias para fins terapêuticos, como a bioimpressão de órgãos para salvar uma vida existente—ação que se alinha com o preceito de preservar a vida (hifz al-nafs), um dos pilares da Sharia—poderia ser considerado permissível (O ISLAMISMO, 2007). Contudo, a tentativa de criar um ser humano ex nihilo ou de replicar a forma humana por vaidade ou desafio (o ato de ta'alluh, ou "brincar de Deus") é veementemente condenada. Tal ato seria visto como uma tentativa de imitar o ato criativo exclusivo de Deus (khalq), extrapolando os limites da mordomia (khalifa) concedida à humanidade (OSMAN, 2015; ROHREGGER; SGANZERLA; SIMÃO-SILVA, 2020).

Sendo assim, a bioética islâmica estabelece uma barreira ontológica intransponível entre o khalq (a criação divina, que resulta na insuflação do ruh) e a sina'a (a manufatura ou indústria humana). As tecnologias de IA e BioS, por mais avançadas que sejam, pertencem inequivocamente à esfera da sina'a (OSMAN, 2015). Ao ser humano, como guardião (khalifa) na Terra, foi dada a permissão para manipular e utilizar os recursos da criação divina (o "domínio da técnica"), mas não para replicar o ato da Criação em si (o "domínio do sagrado"). A vida sintética, portanto, mesmo que funcionalmente indistinguível da biológica (ROHREGGER; SGANZERLA; SIMÃO-SILVA, 2020), seria um artefato sofisticado, mas não uma "pessoa" dotada da santidade que apenas o ruh pode conferir.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da bioética islâmica, conforme exposto, demonstra que a definição de vida e pessoa está intrinsecamente ancorada no conceito teológico do ruh. Esta abordagem estabelece uma distinção ontológica fundamental que se opõe aos debates seculares focados em funcionalidade, risco e normatização técnica. Conclui-se que, nesta perspectiva, a Inteligência Artificial é classificada como *sina'i* (fabricada), um instrumento (*alat*) moralmente inerte, desprovido da essência divina (*ruh*), da disposição moral (*fitra*) e da responsabilidade (*taklif*).

Da mesma forma, a Biologia Sintética, embora opere no domínio biológico, permanece na esfera da *sina'a* (manufatura humana). A jurisprudência islâmica (*fiqh*) permite sua aplicação terapêutica (como a bioimpressão de órgãos) sob o princípio do bem público (*maslaha*) para preservar a vida humana já existente e dotada de *ruh*. Contudo, condena a tentativa de replicar o ato criativo divino (*khalq*), considerando-a uma usurpação (*ta'alluh*) da soberania divina.

Sendo assim, há uma barreira ontológica intransponível entre o *khalq* (criação divina) e a *sina'a* (manufatura humana). A condição de "pessoa" e a santidade da vida são prerrogativas exclusivas da insuflação do *ruh*, um ato divino que não pode ser replicado pela engenharia humana. Portanto, tanto a IA quanto a vida sintética, independentemente de sua complexidade funcional ou biológica, são, em última análise, artefatos desprovidos da personalidade e da santidade conferidas pelo *ruh*.

#### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO/IEC 42001: Tecnologia da informação — Inteligência artificial — Sistema de gestão. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

O ISLAMISMO. In: A Eutanásia na Visão das Grandes Religiões. Revista Bioética, Brasília, v. 15, n. 1, p. 71-72, 2007.

OLIVEIRA, Danielle Teixeira de; ALMEIDA, Aline Pimenta; SOARES, Jordana Rabelo; SILVA, Patrícia Nascimento; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Normas Regulamentadoras da Inteligência Artificial no Brasil: definições da ABNT. Revista Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, e65554, 2025.

OSMAN, Elzahra Mohamed Radwan Omar. Bioética Islâmica em perspectiva decolonial: aportes epistemológicos desde os feminismos islâmicos e o pensamento decolonial. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Programa de Pós-Graduação em Bioética, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ROHREGGER, Gelson; SGANZERLA, Anor; SIMÃO-SILVA, Darliane. Biologia Sintética e Manipulação Genética: Riscos, promessas e responsabilidades. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 23, e00131, 2020.

## O PARADIGMA DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES

Alice Tinoco Cordeiro<sup>16</sup>  
José Fábio Bentes Valente<sup>17</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa analisa a reconfiguração da discricionariedade judicial frente ao advento da inteligência artificial (IA) preditiva. O estudo compara os impactos da automação nos sistemas de Common Law e Civil Law, investigando se a IA ameaça a arte do distinguishing ou se, inversamente, reforça o modelo do "juiz boca da lei". A pesquisa conclui que, apesar das tensões distintas em cada sistema, ambas as tradições jurídicas parecem convergir para um novo paradigma: o do "juiz-supervisor" do algoritmo, focado mais na validação ética e equitativa do que na aplicação mecânica da norma ou do precedente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discricionariedade Judicial; Inteligência Artificial; Sistemas Jurídicos.

### 1 INTRODUÇÃO

A crescente implementação de ferramentas de inteligência artificial (IA) preditiva no âmbito do Poder Judiciário tem provocado um profundo debate sobre o futuro da atividade jurisdicional. A capacidade dos algoritmos de analisar vastos volumes de dados e sugerir resultados levanta questões centrais sobre o papel do magistrado. O objetivo desta pesquisa é analisar como as tecnologias de IA afetam o paradigma da discricionariedade judicial, identificando as convergências e tensões específicas que emergem nas tradições de Common Law e Civil Law.

A problematização central investiga se a IA preditiva atua como uma força redutora da discricionariedade, automatizando a decisão, ou se ela apenas reconfigura o foco do juiz, deslocando sua atuação da análise repetitiva para a supervisão crítica. Questiona-se: a IA ameaça a análise factual pormenorizada (essencial ao distinguishing na Common Law) ao priorizar padrões estatísticos? E na Civil Law, a IA solidifica o juiz como "boca da lei" ou, ao contrário, o liberta para focar na equidade, uma vez que a norma aplicável já foi sugerida pelo sistema?

---

<sup>16</sup> Acadêmico do Curso de Direito do 6º período da Faculdade Boas Novas. E-mail: alice.20230081@aluno.fbnovas.edu.br

<sup>17</sup> Professor do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

A metodologia empregada é a bibliográfica e documental, baseada na análise de artigos científicos, teses e dissertações oriundas da produção acadêmica brasileira, que têm se debruçado sobre a intersecção entre tecnologia e direito processual.

Para responder a essas questões, a primeira seção de desenvolvimento aborda o impacto da IA no sistema de Common Law, focando na tensão entre a padronização algorítmica e a "arte do distinguishing". A segunda seção explora o paradoxo da IA na Civil Law, discutindo se a tecnologia reforça o antigo ideal do juiz como mero aplicador da lei ou se, ao automatizar essa função, permite ao magistrado um foco renovado na equidade e nas particularidades do caso concreto.

## **2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A AMEAÇA À "ARTE DO DISTINGUISHING" NA COMMON LAW**

Nos sistemas de Common Law, a discricionariedade judicial é exercida de forma robusta através da aplicação e diferenciação de precedentes (*stare decisis*). A "arte do distinguishing" (distinção) é o mecanismo pelo qual o juiz demonstra que as nuances fáticas de um caso concreto o tornam diferente do precedente invocado, afastando sua aplicação. Essa atividade exige uma sensibilidade humana aguçada para identificar quais fatos são juridicamente relevantes.

A IA preditiva, por sua natureza, opera com base na identificação de padrões estatísticos em grandes conjuntos de decisões passadas. O risco, apontado pela doutrina, é que a máquina não consiga capturar a singularidade de um caso. Ferramentas algorítmicas tendem a "achatar" as nuances fáticas, focando em similaridades amplas e indutivas, o que pode induzir à aplicação automática de precedentes. Para Engelmann; Lupion (2021), argumenta-se que a análise crítica necessária para a distinção (*distinguishing*) ou a superação (*overruling*) de um precedente é uma atividade interpretativa complexa, fundamentalmente incompatível com a submissão total a ferramentas de IA, que não possuem a capacidade de ponderar valores ou contextos sociais fluidos.

Mesmo no Brasil, um sistema de Civil Law que progressivamente absorveu a lógica dos precedentes (especialmente após o Código de Processo Civil de 2015), o debate é similar. A IA tem sido vista segundo Mendes (2021), como um apoio para consolidar e identificar precedentes, mas a qualidade subjetiva da decisão e a análise de sua correta aplicação ao caso concreto permanecem como bastiões da atividade humana. A tensão, portanto, reside no fato de

que a IA pode ser excelente em identificar o que é padrão, mas falha em determinar se aquele padrão deve ser aplicado a um caso com peculiaridades únicas.

O cerne da dificuldade algorítmica reside na identificação da *ratio decidendi* (fundamentos determinantes) do precedente. A técnica da distinção não compara apenas os fatos brutos, mas sim a adequação da regra jurídica extraída do caso paradigmático ao novo caso. Os sistemas de IA atuais, embora eficientes na correlação textual (mineração de dados), demonstram dificuldade em realizar a separação hermenêutica complexa entre a *ratio decidendi* e o *obiter dictum* (argumentos laterais que não vinculam). Conforme destacam Nascimento e Pauseiro (2021), a identificação de quem define a *ratio* – se o tribunal que a cria ou o tribunal que a aplica – já é um debate humano complexo, indicando que essa atividade interpretativa não é meramente classificatória, mas sim profundamente jurídica e valorativa, escapando à lógica puramente estatística da máquina.

Além da limitação técnica, a IA introduz um risco comportamental conhecido como "viés de automação" (*automation bias*). Na prática judiciária brasileira, Pereira e Dias (2025), que já demonstra dificuldades na aplicação correta do sistema de precedentes, a IA pode agravar o problema.

Pois o magistrado, premido pela necessidade de eficiência e gestão de acervo, pode ser induzido a aceitar a "sugestão" da ferramenta de que um caso se amolda a um precedente (julgamento de similaridade), sem realizar o esforço contrafático e crítico exigido pelo *distinguishing*. A automação, nesse cenário, não ameaça a "arte" apenas por ser imprecisa, mas por desincentivar o próprio exercício da distinção, favorecendo a replicação acrítica e a padronização em detrimento da análise individualizada.

A importância da atividade humana de distinção é tamanha que o próprio Código de Processo Civil de 2015, ao absorver a teoria dos precedentes, positivou essa exigência. O Artigo 489, § 1º, inciso VI, estabelece expressamente que não se considera fundamentada a decisão judicial que "deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento" (Brasil, 2015).

Como apontam Silva e Almeida (2024), essa norma processual transforma o *distinguishing* em um dever de fundamentação analítica. A IA pode, no máximo, agrupar casos por similaridade textual, mas o ato de demonstrar a distinção é uma garantia do contraditório e da justiça do caso concreto, sendo uma prerrogativa indelegável do juiz.

### 3 O PARADOXO DA IA NA CIVIL LAW: REFORÇO DA "BOCA DA LEI" OU FOMENTO À EQUIDADE?

Na tradição da Civil Law, o juiz foi historicamente idealizado como "la bouche de la loi" (a boca da lei), um aplicador quase mecânico do texto codificado, com margem de discricionariedade reduzida. A IA preditiva apresenta um paradoxo fascinante nesse cenário. Por um lado, ela pode ser vista como a ferramenta definitiva para realizar o ideal positivista: o algoritmo pode analisar a legislação, correlacioná-la com os fatos (conforme descritos no processo) e sugerir a norma aplicável com uma eficiência sobre-humana, reforçando o papel técnico do juiz.

Nesse modelo tradicional, segundo Teixeira (2018), a discricionariedade é limitada, e o recurso à equidade (julgamento fora da norma estrita) só é permitido em casos excepcionais, quando a própria lei autoriza. A IA, se usada acriticamente, poderia solidificar essa aplicação mecânica, tornando o juiz um mero homologador da sugestão algorítmica.

Contudo, o paradoxo se completa na visão oposta: ao automatizar a tarefa mais repetitiva e "mecânica" do juiz (a subsunção do fato à norma), a IA o liberta. Em vez de gastar tempo pesquisando jurisprudência ou localizando o artigo de lei pertinente, o magistrado recebe essa informação de forma instantânea. O valor agregado do juiz humano, então, desloca-se da descoberta da lei para a análise crítica da solução proposta pela máquina.

Essa mudança de foco permite ao magistrado dedicar-se ao que a máquina não pode fazer: analisar a justiça da solução no caso concreto, ponderar princípios e, paradoxalmente, exercer a equidade. Para Wandelli (2024), a IA resolve a aplicação da "lei", e o juiz foca na "justiça". Esta transformação está alinhada às reformas de gestão do Judiciário brasileiro, que buscam eficiência através da tecnologia, mas que acabam por redefinir o papel do magistrado.

Esta potencial "libertação" do juiz pela IA, segundo Seixas (2019), ocorre justamente por ela exacerbar a crise do positivismo clássico. A interpretação jurídica há muito deixou de ser vista como uma simples subsunção mecânica do fato à norma. Ao realizar essa subsunção de forma "perfeita", a IA expõe a nudez do modelo: ela revela que a aplicação literal da regra, embora tecnicamente correta, pode ser insuficiente ou moralmente indesejável.

Segundo o jurista Barbosa (2019) a máquina, incapaz de ponderar princípios constitucionais ou valores éticos, entrega ao juiz a regra pura. Isso força o magistrado a assumir um papel central no pós-positivismo: o de guardião da correção moral e dos princípios, exercendo sua discricionariedade não na busca da lei, mas na crítica da solução legalista proposta pelo algoritmo.

Entretanto, essa visão otimista (a IA como fomento à equidade) enfrenta um obstáculo pragmático no contexto brasileiro: o "gerencialismo" judicial. O Poder Judiciário nacional é fortemente orientado por metas de produtividade e eficiência quantitativa, muitas vezes impostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nesse cenário, o risco é que a IA não seja usada para aprimorar a qualidade e a equidade das decisões, mas sim para acelerar a "produção" de sentenças em massa. Assim sendo, o juiz, pressionado por métricas (Lima, 2025), pode ser compelido a simplesmente homologar as minutas e sugestões algorítmicas, transformando o ideal do "juiz boca da lei" em um "juiz digital boca do algoritmo", abdicando de sua discricionariedade crítica em favor da celeridade estatística (Wandelli, 2024).

Dessa forma, a IA reconfigura não apenas o papel do juiz, mas a própria dialética processual. Se um algoritmo sugere a norma aplicável, o foco da argumentação jurídica das partes (advogados, promotores) tende a mudar. O debate deixa de ser sobre qual norma se aplica (tarefa que a IA resolve) e passa a ser sobre por que a norma sugerida pela máquina é inadequada, injusta, ou deve ser excepcionada por força de um princípio ou da equidade.

Para Mattos (2019), a indeterminação da linguagem, que sempre foi um desafio para o juiz persistir, mas agora o debate se concentra em contestar a interpretação "padrão" da máquina. A discricionariedade judicial, portanto, é provocada a se manifestar não mais na seleção da norma, mas na avaliação da justiça de sua aplicação no caso concreto.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise realizada neste estudo demonstra que os sistemas de inteligência artificial representam ferramentas promissoras para aprimorar a aplicação das súmulas vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro, contribuindo significativamente para a uniformização da interpretação constitucional e para a eficiência do sistema judiciário. Os projetos implementados no Supremo Tribunal Federal, especialmente Víctor, RAFA 2030, VitorIA e Maria, evidenciam o potencial tecnológico de alcançar elevados índices de precisão na identificação de repercussão geral e na classificação de recursos, auxiliando na gestão de precedentes vinculantes.

A efetividade das súmulas vinculantes depende fundamentalmente da identificação precisa da *ratio decidendi* e de sua aplicação uniforme pelos tribunais brasileiros. Nesse contexto, a inteligência artificial surge como aliada importante, capaz de processar grandes volumes de informações processuais e identificar padrões que facilitam a aplicação consistente

dos precedentes. A implementação dessas tecnologias, regulamentada pela Resolução CNJ nº 425/2025, busca equilibrar eficiência e garantias processuais, estabelecendo princípios de transparência, explicabilidade e auditabilidade.

Contudo, os desafios éticos e técnicos associados à utilização de inteligência artificial no Direito não podem ser negligenciados. A opacidade algorítmica e o risco de vieses exigem controles institucionais robustos e capacitação adequada dos operadores jurídicos. A tecnologia deve ser compreendida como ferramenta complementar à análise humana qualificada, não como substituta do raciocínio jurídico e da valoração contextual que caracterizam a atividade jurisdicional.

A consolidação de um sistema efetivo de precedentes vinculantes no Brasil, potencializado pela inteligência artificial, demanda investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica, formação profissional e desenvolvimento de mecanismos de supervisão que assegurem a compatibilidade dessas ferramentas com os princípios constitucionais do devido processo legal e da isonomia. O futuro da aplicação das súmulas vinculantes passa necessariamente pela integração inteligente entre a expertise jurídica humana e as capacidades analíticas dos sistemas automatizados.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Renato Silva de. NIOJ: Núcleo de Inteligência do Oficial de Justiça: uma proposta de implantação no Tribunal de Justiça do Tocantins. Dissertação (Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2024.

BARBOSA, Leonardo Figueiredo. As conexões entre a teoria do direito de Ronald Dworkin e o novo constitucionalismo (constitucionalismo contemporâneo). Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)

CABRAL, Shayane Silva. A fundamentação das decisões no estado democrático de direito: uma análise do art. 489, §1º, do CPC, e da teoria da integridade de Ronald Dworkin. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

ENGELMANN, Wilson; LUPION, Ricardo. Inteligência artificial e julgamento por computadores: o problema da decisão judicial e a incompatibilidade com as técnicas da distinção (distinguishing) e superação (overruling) de precedentes. Revista Jurídica Unicuritiba,

Curitiba, v. 3, n. 64, p. 574-599, 2021. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/download/6241/pdf>

LIMA, Stéfano Gonçalves. A gestão por resultados no poder judiciário: um estudo de caso sobre as metas de produtividade no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.

MATTOS, Lucas de Brandão e. Análise do uso normativo dos precedentes na motivação das decisões: um estudo de caso no Tribunal de Justiça do Ceará. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MENDES, Alexandre José. O aprimoramento da qualidade da decisão judicial apoiado em modelos de inteligência artificial e sua contribuição para a consolidação do sistema de precedentes brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021.

NASCIMENTO, José Renato Torres do; PAUSEIRO, Sérgio Gustavo de Mattos. Quem define a ratio decidendi de um precedente? Uma análise prática da técnica da distinção (distinguishing) no REsp 1.339.313/RJ. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 11-40, 2021. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/revistadaemerj/article/view/373>

PEREIRA, Victor Hugo Aguiar; DIAS, Francisco Helton. A aplicação da inteligência artificial na uniformização de jurisprudência no processo civil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 7164-7186, maio 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/19527/11600>

SEIXAS, Pedro Henrique Pandolfi. Inteligência artificial e processo: a substituição do juiz pela máquina e os impactos na garantia do contraditório. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdades de Direito de Vitória, Vitória, 2019.

SILVA, Kátia M.; ALMEIDA, Ricardo P. Reflexos da inteligência artificial nas decisões judiciais: uma análise da utilização dos algoritmos no papel contemporâneo. Revista EJEJ, Belo Horizonte, ano 3, n. 4, p. 1-22, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revistaejef.tjmg.jus.br/index.php/revista-ejef/article/download/51/44>

TEIXEIRA, Caroline Bündchen Felisbino. A integridade judicial e o precedente de observância obrigatória: o uso das decisões judiciais de equidade no âmbito dos juizados especiais cíveis. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2018

WANDELLI, Leonardo Grizagoridis da Silva. Gestão judiciária e regime de metas no Brasil: do gerencialismo ao foco na inovação. In: ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (Brasil). Coleção Estudos ENAMAT: Gestão Judiciária e Inovação. Brasília: ENAMAT, 2024. v. 10, p. 287-317. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/254778/2024\\_colecao\\_estudos\\_enamat\\_v0010.pdf](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/254778/2024_colecao_estudos_enamat_v0010.pdf)

# Psicologia

## A INTERVENÇÃO DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL (TCC) EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TDAH NO CONTEXTO ESCOLAR

Denis Marques da Silva<sup>18</sup>  
Profa. Dra. Kelly Souza<sup>19</sup>

### RESUMO

O presente artigo examina a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como estratégia psicoterapêutica e educacional para a melhoria do desempenho e da regulação comportamental de crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto escolar. Conforme a Associação Americana de Psiquiátrica (APA, 2023), o TDAH é de alta prevalência na infância e adolescência, a estimativa global é de 7,2%, variando conforme critérios diagnósticos e contexto sociocultural. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com base nos critérios PRISMA, contemplando publicações dos anos de 2008 a 2024. Os resultados evidenciam que o TDAH é um transtorno multifatorial e persistente, com origem em fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais, e que afeta significativamente as funções executivas, o comportamento e o desempenho acadêmico. A TCC mostrou-se eficaz na reestruturação de crenças disfuncionais, no treino de habilidades de autorregulação emocional e cognitiva, e na promoção de estratégias de enfrentamento adaptativas. A psicoeducação aplicada a alunos, pais e professores contribui para a generalização dos ganhos terapêuticos e para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e responsivos às necessidades individuais. A literatura evidencia que intervenções escolares promovem ganhos significativos na aprendizagem e nas relações interpessoais. A TCC, ao ser aplicada de forma interdisciplinar entre psicólogos, educadores e familiares, constitui um modelo de intervenção eficaz, capaz de potencializar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de alunos com TDAH, favorecendo sua adaptação e inclusão escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terapia Cognitivo-Comportamental. TDAH. Aprendizagem. Autorregulação. Psicologia Escolar.

### 1 INTRODUÇÃO

No contexto escolar, crianças e adolescentes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), apresentam dificuldades recorrentes nas funções executivas, o que se reflete em baixo rendimento, conflitos interpessoais e prejuízo na autoeficácia. Tais limitações frequentemente resultam em um ciclo de fracasso e frustração que impacta negativamente a aprendizagem e o comportamento.

De acordo com Barkley (2023), a etiologia do TDAH é multifatorial, envolvendo interações entre fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais que afetam o desenvolvimento das funções executivas e a regulação emocional. Nesse sentido, faz-se necessário adotar intervenções integradas que articulem aspectos cognitivos, comportamentais e educacionais,

---

<sup>18</sup> Acadêmico de Psicologia, 6º período, Faculdade Boas Novas. E-mail:denis.20230346@aluno.fbnovas.edu.br

<sup>19</sup> Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas. E-mail:kccampelo@gmail.com

promovendo o desenvolvimento integral do aluno. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), atua na premissa de que os pensamentos influenciam diretamente as emoções e os comportamentos, e que a reestruturação de crenças disfuncionais pode gerar mudanças comportamentais positivas e duradouras (KNAPP e BECK, 2008). Em crianças e adolescentes com TDAH, a TCC visa desenvolver habilidades de autorregulação emocional, controle atencional e enfrentamento adaptativo, auxiliando na modificação de padrões de pensamento autodepreciativos e comportamentos impulsivos. De que maneira a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) pode favorecer o desenvolvimento de habilidades de autorregulação emocional, controle atencional e comportamental em crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e para uma adaptação mais funcional ao contexto escolar?

Para responder a questão o objetivo geral da pesquisa é ponderar a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental como estratégia psicoterapêutica e educacional para a melhoria do desempenho e regulação comportamental de crianças e adolescentes com TDAH no contexto escolar. De forma específica, propõe-se: (1) Detalhar os conceitos associados ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC); (2) Identificar as dificuldades cognitivas, emocionais e comportamentais que interferem no desempenho escolar de alunos com TDAH; (3) Discutir o papel da TCC na modificação de crenças disfuncionais, autorregulação emocional e o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento no contexto escolar. A relevância desta investigação se fundamenta na necessidade de ampliar saberes terapêuticos e educacionais direcionados aos alunos com TDAH, considerando o impacto psicossocial e acadêmico que o transtorno acarreta.

O fato é, o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é um dos transtornos mais frequentemente diagnosticados na infância e adolescência. Estima-se que ele afete aproximadamente 5% da população infantojuvenil (BARKLEY, 2023). Isso ocorre porque este período do desenvolvimento exige avanços significativos em funções cognitivas superiores, como planejamento, organização, controle inibitório e autorregulação emocional, habilidades geralmente comprometidas em indivíduos com TDAH. Conforme a Associação Americana de Psiquiátrica (APA, 2023), os sinais podem surgir antes dos quatro anos de idade, sendo mais claramente identificáveis antes dos doze. Embora os primeiros anos escolares possam não revelar prejuízos marcantes, os desafios tendem a se intensificar com o avanço da escolarização e das exigências sociais, afetando principalmente os meninos.

Conforme Rohde et al. (2019), intervenções baseadas em evidências são essenciais para reduzir a desatenção, a impulsividade e os prejuízos funcionais. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), tem se destacado como uma abordagem eficaz no manejo do TDAH.

A Metodologia é de natureza qualitativa, no modelo de Revisão Sistemática da Literatura RSL. Bases de dados: SciELO, LILACS, PePSIC, PubMed, CAPES. Critérios PRISMA para seleção dos estudos no período de 2008 a 2024. Os materiais selecionados convergem teorias e práticas no manejo do TDAH e os princípios da TCC, aplicados no ambiente escolar para favorecer o desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças e adolescentes, fortalecendo práticas psicopedagógicas inclusivas e estratégias de aprendizagens mais eficazes. Para alcançar essa conclusão, o artigo foi estruturado nas seções de desenvolvimento: Definições e contextualizações; Terapia Cognitivo-Comportamental como ferramenta no processo de aprendizagem; Considerações Finais, mostrando que o sucesso da intervenção depende de uma abordagem multidimensional.

## **2 DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por um padrão persistente de desatenção e hiperatividade que interfere significativamente no funcionamento acadêmico, social e ocupacional do indivíduo. Conforme o DSM-5-TR (APA, 2023), esses sintomas devem ocorrer antes dos 12 anos de idade, manifestar-se em dois ou mais contextos, como escola, casa ou ambiente social. A desatenção evidencia-se por dificuldades em manter o foco, seguir instruções, organizar tarefas ou concluir atividades cotidianas. Crianças e adolescentes frequentemente parecem “estar no mundo da lua”, cometem erros por descuido e perdem materiais escolares com facilidade. Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2023), a hiperatividade e impulsividade refletem um nível elevado de atividade motora, inquietação, fala excessiva e dificuldade de esperar a vez, o que frequentemente resulta em prejuízos no convívio social e no desempenho acadêmico.

Para De Paula e Mognon (2017), alguns dos comportamentos não decorrem de desobediência ou oposição, mas de uma disfunção neurocognitiva que compromete as funções executivas, como atenção, controle inibitório, planejamento e flexibilidade cognitiva, essenciais para o comportamento adaptativo. A prevalência global do TDAH em crianças e adolescentes é estimada em 7,2%, variando conforme critérios diagnósticos e contexto sociocultural,

conforme o DSM-5-TR (APA, 2023). É classificado em três subtipos: Predominantemente desatenta (F90.0), sendo marcada por distração, esquecimentos e baixa persistência em tarefas; Predominantemente hiperativa/impulsiva (F90.1), quando caracterizada por inquietação motora, fala excessiva e impulsividade; Combinada (F90.2), quando há presença significativa de ambos os conjuntos de sintomas. A gravidade pode ser classificada em leve, moderada ou grave, conforme a intensidade dos sintomas e o grau de prejuízo funcional, de acordo com o DSM-5-TR (APA, 2023).

O TDAH é um transtorno de base genética e ambiental, com herdabilidade estimada em cerca de 74%, diz Rohde et al. (2019), o que o torna um dos transtornos psiquiátricos mais fortemente hereditários. As manifestações clínicas variam de acordo com a faixa etária: em crianças, a hiperatividade motora é o sintoma mais evidente, enquanto na adolescência a desatenção e a impulsividade tendem a se destacar. Segundo o DSM-5-TR (APA, 2023), fatores ambientais, como baixo peso ao nascer, exposição pré-natal a nicotina e álcool, e altos níveis de estresse familiar, podem aumentar o risco de manifestação do transtorno. O transtorno é mais comum em meninos, com uma proporção aproximada de 2:1 em relação às meninas. Em meninas, contudo, os sintomas costumam se manifestar de forma mais sutil, o que frequentemente leva à subnotificação e atraso no diagnóstico (ROHDE et al., 2019).

O diagnóstico do TDAH é essencialmente clínico, baseado na análise criteriosa dos sintomas dentro do contexto da história de vida da criança e/ou adolescente. Embora instrumentos psicométricos auxiliem na avaliação, o diagnóstico requer uma abordagem multidimensional que envolva informações de pais, professores e profissionais da saúde mental. Segundo o DSM-5-TR (APA, 2023), o diagnóstico diferencial permite considerar outras condições que podem mimetizar ou coexistir com o TDAH, como transtornos de ansiedade, depressão, transtorno do espectro autista, transtornos de aprendizagem e transtornos disruptivos do comportamento.

Rohde et al. (2019) destacam que aproximadamente 50% das crianças com TDAH apresentam Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), e cerca de 25% podem desenvolver transtorno de conduta na adolescência. Para o DSM-5-TR (APA, 2023), o TDAH também está associado a transtornos do sono, uso de substâncias, sobretudo quando há comorbidade com depressão ou transtornos de humor.

Crianças e adolescentes diagnosticadas com TDAH frequentemente enfrentam desafios relacionados à atenção sustentada, organização e controle emocional. Por isso, intervenções devem integrar estratégias psicopedagógicas individualizadas e apoio psicoterapêutico

fundamentado em evidências. O ambiente educacional pode atuar como fator protetor ou agravante do quadro, dependendo das práticas adotadas e da capacidade de adaptação da gestão às necessidades específicas do aluno. A atitude do educador, quando mediada por acolhimento, empatia, formação continuada e estrutura, contribui para reduzir comportamentos disruptivos e aumentar a motivação intrínseca do estudante. Em contrapartida, práticas punitivas excessivas, desorganizadas ou demasiadamente exigentes tendem a exacerbar a impulsividade e a desatenção, ampliando o sentimento de fracasso e queda no rendimento escolar. Concomitante, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) surge como um dos principais recursos psicoterapêuticos para o manejo do TDAH, especialmente por seu foco na reestruturação cognitiva, autorregulação comportamental e treino de habilidades sociais e de resolução de problemas (KNAPP E BECK, 2008).

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), desenvolvida inicialmente por Aaron T. Beck (1946 - 2021) e consolidada por sua filha Judith Beck (1982 - atual), é baseada em evidências científicas que integra princípios da psicologia cognitiva e comportamental. Fundamenta-se no modelo cognitivo, propondo que os pensamentos influenciam diretamente as emoções e os comportamentos. Assim, ao identificar e modificar pensamentos automáticos disfuncionais, crenças centrais negativas e comportamentos desadaptativos, o indivíduo pode promover mudanças emocionais e comportamentais duradouras. Para De Paula e Mognon (2017), crianças e adolescentes com TDAH, essas cognições frequentemente derivam de experiências repetidas de fracasso escolar, reforçando o ciclo de desmotivação e desatenção. A TCC aplicada ao ambiente escolar é altamente benéfica, pois combina psicoeducação e autoinstrução para a internalização gradual de estratégias de autocontrole e o aumento da capacidade de foco em sala de aula.

### **3 TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

O manejo do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) deve ser compreendido dentro de uma perspectiva multidimensional e integrativa, que envolva simultaneamente os domínios biológico, psicológico, social e educacional. Conforme Rohde et al. (2019), o tratamento mais eficaz é aquele que combina a farmacoterapia com intervenções psicossociais e estratégias comportamentais, permitindo que o indivíduo desenvolva maior autorregulação emocional e cognitiva, gerando melhoras no desempenho acadêmico e social. O papel do educador e do psicólogo escolar é decisivo ao sucesso do processo terapêutico e

psicopedagógico, uma vez que a compreensão das manifestações do transtorno e a adaptação metodológica reduzem significativamente o impacto negativo dos sintomas na aprendizagem (DO CARMO ALMEIDA, DE LIMA ALEXANDRINO e DE LIMA, 2019).

Os pensamentos automáticos negativos geram padrões de comportamento inadequados que, no caso do TDAH, podem reforçar sentimentos de fracasso e desmotivação escolar. Técnicas como reestruturação cognitiva e autoinstrução são ferramentas essenciais para reverter esse ciclo, auxiliando o aluno a desenvolver autocontrole, foco atencional e tolerância à frustração. Segundo Knapp e Beck (2008), a TCC atua principalmente nos pensamentos, emoções e comportamentos intrinsecamente interligados e que, ao modificar crenças desadaptativas, é possível alterar respostas emocionais e comportamentais. Assim, a TCC oferece instrumentos concretos para compreender e intervir sobre o modo como o indivíduo interpreta a si mesmo, os outros e o ambiente.

Nas crianças e adolescentes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a TCC atua diretamente na reestruturação de pensamentos automáticos negativos, frequentemente presentes na autoimagem desses alunos. O Treino de atenção e mindfulness, voltado ao aprimoramento da concentração e à redução da impulsividade. Para Lellis e Barillas (2023), essas práticas permitem ao aluno perceber e controlar suas reações emocionais, mantendo o foco em tarefas escolares. Nas técnicas de autoinstrução que estimulam o pensamento autorregulador, o aluno aprende a emitir verbalizações internas do tipo “pare, pense e aja”, o que o auxilia a conter respostas impulsivas e a planejar suas ações de maneira mais reflexiva.

A reestruturação cognitiva, aplicada de forma interativa e contextualizada, com o objetivo de reformular crenças negativas sobre o desempenho acadêmico, estimula a criança a substituir pensamentos autodepreciativos por autoinstruções positivas, fortalecendo sua autoestima e senso de competência, afirmam Knapp e Beck (2008). O reforço positivo e contratos comportamentais, consolidam comportamentos adaptativos e reduzem condutas inadequadas.

Outro aspecto relevante da TCC é a psicoeducação, que tem como objetivo instruir o aluno sobre o funcionamento do TDAH e das próprias emoções. Segundo Rohde et al. (2019), compreender a natureza do transtorno reduz a autocrítica e favorece a aceitação de estratégias adaptativas. A TCC estimula o processo de aprendizagem ao integrar aspectos neuropsicológicos e emocionais, empregando métodos de estimulação cognitiva baseados em tarefas estruturadas, psicoeducação e feedback contínuo. Essa integração permite ao aluno

compreender seus próprios padrões de funcionamento e desenvolver estratégias compensatórias para lidar com as dificuldades escolares. A partir desse entendimento, o aluno torna-se mais participativo e colaborativo em sua aprendizagem, desenvolvendo uma postura ativa frente às dificuldades.

Notadamente, uma psicoeducação dirigida a professores e pais, que busca promover consistência nas estratégias de manejo comportamental e cognitivo entre casa e escola, colaboram para a generalização dos resultados terapêuticos. Fernandes (2015) enfatiza que o rendimento escolar e a convivência em sala de aula, são efeitos positivos potencializados na articulação entre o psicólogo escolar, os professores e a família. O que proporciona um ambiente consistente e de reforço mútuo das mudanças cognitivas e comportamentais.

A consistência da intervenção da TCC na vida acadêmica, reduz o estresse parental e melhora o manejo comportamental em casa, o que reflete positivamente no rendimento escolar da criança e adolescente. A atuação do psicólogo escolar, nesse contexto, ultrapassa o campo clínico e assume uma função de mediação entre os aspectos emocionais, cognitivos e pedagógicos, promovendo o desenvolvimento integral do aluno. Rangé (2011) pontua que a TCC aplicada em escolas possibilita o aprendizado significativo. Essas ferramentas auxiliam o estudante a reconhecer e modificar seus padrões de pensamento, o que reflete em maior autoeficácia e engajamento no processo de aprendizagem.

Rohde et al., (2019) mostra que o acompanhamento psicológico deve priorizar o treinamento de pais e professores, de modo a fomentar práticas educativas consistentes com as necessidades neuropsicológicas do aluno. Rotinas estruturadas, metas graduais e reforço de comportamentos adequados mostraram-se eficazes para reduzir a impulsividade e a desorganização, enquanto as estratégias metacognitivas ajudam na melhora das funções executivas, especialmente no planejamento e na resolução de problemas. Para Fernandes (2015), a atuação pedagógica sensível às diferenças individuais é fundamental para o sucesso da aprendizagem. O ambiente escolar que valoriza o vínculo afetivo, a autonomia e a individualização das metodologias, favorece a internalização de comportamentos mais adaptativos, condição essencial para o progresso dos alunos com TDAH.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa evidenciou que o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) constitui uma condição complexa, multifatorial e persistente, que afeta significativamente o desempenho acadêmico, a autorregulação emocional e as relações sociais

de crianças e adolescentes. As manifestações clínicas refletem déficits nas funções executivas, impactando diretamente o processo de aprendizagem e a adaptação escolar. Assim, torna-se indispensável compreender o TDAH sob uma perspectiva integrativa, que articule os aspectos neurobiológicos, cognitivos, comportamentais e educacionais. Ao longo da revisão bibliográfica, observou-se que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) se destaca como uma das abordagens mais eficazes para o manejo dos sintomas do TDAH e

para a promoção do desenvolvimento global do aluno. No modelo cognitivo, a TCC parte do princípio de que os pensamentos, emoções e comportamentos são interdependentes, e que a modificação de crenças disfuncionais pode gerar mudanças positivas e duradouras no comportamento. Essa abordagem se mostra especialmente relevante em contextos educacionais, pois possibilita que crianças e adolescentes aprendam a identificar padrões de pensamento negativos e os substituam por autoinstruções mais adaptativas e realistas, favorecendo a motivação, a persistência e o senso de competência.

O sucesso da intervenção depende de uma abordagem multidimensional, que combine o tratamento psicoterápico com estratégias pedagógicas e o envolvimento ativo da família e dos educadores. A psicoeducação desempenha papel essencial nesse processo, pois promove o entendimento do transtorno e reduz a autocrítica, tanto da criança e/ou adolescente, quanto de seus cuidadores. A escola, enquanto espaço de socialização e aprendizagem, é um cenário privilegiado para a aplicação dos princípios cognitivo-comportamentais. O psicólogo escolar, em parceria com professores e familiares, atua como mediador entre os aspectos emocionais, cognitivos e pedagógicos, contribuindo para um ambiente de ensino mais inclusivo e responsivo às necessidades individuais. Essa atuação amplia a autoeficácia acadêmica e fortalece o vínculo afetivo com o processo de aprendizagem, reduzindo o impacto negativo dos sintomas sobre o rendimento escolar e as relações interpessoais.

A Terapia Cognitivo-Comportamental aplicada ao contexto escolar representa uma ferramenta eficaz para o manejo sintomático do TDAH e para a formação de competências socioemocionais e cognitivas que sustentam o desenvolvimento integral do aluno. O investimento em intervenções cognitivo-comportamentais adaptadas ao ambiente educacional contribui para o fortalecimento de práticas psicopedagógicas inclusivas, capazes de transformar a experiência escolar em um espaço de crescimento emocional, aprendizagem significativa e promoção da autonomia. A integração entre psicologia, neurociência e educação mostra-se essencial para o avanço de estratégias que tratem os sintomas do TDAH, e promovam uma

verdadeira transformação no modo como as crianças e adolescentes se percebem e se relacionam com o aprender.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BARKLEY, Russell A. **Tratando TDAH em Crianças e Adolescentes: O que Todo Clínico Deve Saber**. Artmed Editora, 2023.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental**. Artmed Editora, 2013.

DE PAULA, Cleonilda; MOGNON, Jocemara Ferreira. Aplicabilidade da terapia cognitivocomportamental (TCC) no tratamento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na infância: revisão integrativa TCC e TDHA: revisão integrativa. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 17, n. 1, p. 76-88, 2017.

DO CARMO ALMEIDA, Vanessa; DE LIMA ALEXANDRINO, Daniela Fantoni; DE LIMA, Cintia Lúcia. TDAH vai à escola: Perspectivas e desafios. **FACULDADE SANTA MARCELINA**, p. 37, 2019.

FERNANDES, Bruna Dias. **Intervenção com adolescentes em contexto escolar**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidades Lusiada (Portugal).

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, p. s54-s64, 2008.

LELLIS, Irani Lauer; BARILLAS, Maria Daniela Gusman. A prática da teoria cognitivocomportamental na escola: uma revisão sistemática integrativa. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 25, p. 1-14, 2023.

RANGÉ, Bernard. Cols, Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. **Porto Alegre: Artmed, Ed**, v. 2, 2011.

ROHDE, Luis Augusto et al. **Guia para compreensão e manejo do TDAH da World Federation of ADHD**. Artmed Editora, 2019.

## REAÇÃO DO ADOLESCENTE DIANTE DA AUTORIDADE DOS PAIS

Maria Celeny da Silva de Mello<sup>20</sup>  
Claudio José da Silva<sup>21</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação como os adolescentes lidam com a autoridade parental, investigando assim os fatores que contribuem e que podem causar conflitos geracionais e problemas na dinâmica familiar. A adolescência é marcada por intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, que impactam diretamente a forma como os jovens elaboram, veem e se relacionam com figuras de autoridade, especialmente os pais. A metodologia adotada é de caráter bibliográfico, com base em estudos de psicologia do desenvolvimento e psicologia social na família. Pode ser observado depois de pesquisa que os resultados apontam que a comunicação, o estilo parental e o contexto sociocultural são elementos determinantes para o equilíbrio nas relações entre autoridade dos pais e autonomia na escolha e comportamento na adolescência. Conclui-se que o diálogo e o estabelecimento de limites quando bem aplicados são fundamentais para a elaboração e compreensão do adolescente para um desenvolvimento saudável do indivíduo e que pode ajudar na manutenção e respeito a autoridade parental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescência; Autoridade parental; Conflito geracional; Relações familiares; Desenvolvimento.

### 1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano caracterizada por transformações biológicas, psicológicas e de adaptações sociais e mudanças de valores. Durante este período, observa-se uma busca intensa por identidade e autonomia que frequentemente pode gerar muitas tensões na construção das relações sociais em grupo e a família é um destes grupos que ele terá que aprender a interagir e responder as cobranças. Vivendo um período de transição e aprendizado o adolescente interage com novas relações grupais e enfrenta muitas dificuldades na adaptação social, pois está transitando da infância para a vida adulta e terá que aprender e obedecer novas regras e valores que podem modificar seu processo de relação e de convívio. É neste período de adaptação que depara com o processo e modelo de autoridade nas quais envolve as relações com os pais, que até então era vista como incontestável, passa a ser

---

<sup>20</sup> Maria Celeny da Silva Mello, acadêmica do curso de Psicologia 6º período da Faculdade Boas Novas. Email: m\_celeny@hotmail.com

<sup>21</sup> Professor, orientador: Dr. Claudio José da Silva. Doutor em Teologia, educação, Mestre em Ciências da Religião, Psicólogo, teólogo e Pedagogo.

desafiado e provocado diante de muitos questionamentos. Neste trabalho queremos propor um olhar sobre os modos como a autoridade dos pais é vista e vivenciada pelo adolescente e como lida com as imposições e cobranças das regras e leis.

A proposta inicial, é refletir sobre o ponto de vista de como o adolescente elabora e age na adaptação no mundo adulto, isto é, o sistema ideológico de valores e autoridade é pelo adolescente compreendida. Ter que atravessar uma crise de adaptação a um novo modelo de valores de autoridade, além das mudanças corporais, emocionais, de identidade e sociais podem levar a leitura do mundo ao seu redor a conflitos e ajustamento sociais e familiares. Ser cobrado e exigido como uma pessoa “maduro” ou “adulto” é o desafio a ser entendido e pela qual nós queremos entender neste trabalho.

Busca-se entender os desafios que a adolescência representa, onde é vista como avesso da criança. Se tudo correr bem no modo de se constituir, chegará um tempo em que o adolescente terá posse do seu corpo, não mais enquanto “da mãe” ou “do pai”. Aquela criança agradável desaparece e o adolescente questiona tudo: os pais, a escola, o mundo. Engana-se quem pensa que sairá ileso aos questionamentos desta fase. Com frequência, os pais são tocados pelos discursos de destituição do adolescente, revisitam suas próprias adolescências e muitos mudam sua relação com a vida no presente. Não é nada raro que os pais se adolescentizem junto com o filho e rivalizem com ele.

Levando em consideração o exposto, os pais atravessam seus reencontros com a adolescência e extraem bons frutos para as suas próprias vidas. Assim, os adolescentes podem “recuperar” seus pais, o que é de extrema importância, porque embora eles muitas vezes façam não parecer, acredite: os adolescentes precisam muito de sua mãe, de seu pai, dos adultos que o amam. Eles não precisam, no entanto, apenas de leis, broncas, lições de moral, aulas e castigos (embora um pouco disso seja, sim, necessário). Mas precisam, sobretudo, de conexão, de respeito, de aposta, de alguém que confie em seus méritos, e são os pais que podem contribuir aos essenciais aprendizados das normas e regras e crescimento para o adolescente.

## **2 ADOLESCÊNCIA: DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES**

A Psicologia analisa a adolescência numa perspectiva que parte do sujeito particular e de seus processos de transformação, considerando esse momento como crucial na vida do indivíduo e decisivo para seu futuro. O tempo da adolescência é mais do que um tempo cronológico, ele é o momento da realização das tarefas psíquicas que levam os adolescentes à elaboração de nova identidade: a identidade de adulto.

A adolescência pode ser estudada como um estágio sui generis mais que simplesmente um período transicional. Assim, não é apenas um período de cristalização e reestruturação de papéis aprendidos na infância, mas há uma atitude ativa dos adolescentes em relação à sua sociedade. Apresenta-se uma descontinuidade em relação à infância. Também não é apenas um período de acomodação do indivíduo às instituições sociais.

Segundo Erikson (1968), a adolescência é o estágio da construção da identidade. O jovem passa a redefinir sua posição no mundo, o que exige um novo olhar sobre as figuras de autoridade, como os pais. Piaget (1972) também destaca o desenvolvimento do pensamento formal nessa fase, o que leva ao aumento do senso crítico.

Erikson (1968) destacou que a adolescência é uma crise normativa, sendo uma fase normal de conflito incrementado caracterizada por uma flutuação na força do ego. O indivíduo que a experimenta é vítima de uma consciência de identidade que seria base da autoconsciência da juventude. Durante esse tempo, o indivíduo deveria estabelecer um sentido para a identidade pessoal; a maneira como os jovens podem se explicar em função da formação de sua personalidade é chamada de estado de identidade. Em seu livro Erikson, 1976, apresenta em seu trabalho que a expressão “crise de identidade”, associa-se o período da adolescência a constantes lutas psicológicas inerentes para a formação desta identidade.

A este respeito, o mesmo autor escreve:

Que a adolescência é um período da vida em que o corpo muda radicalmente de proporções, a puberdade genital muda o corpo e a imaginação com toda espécie de impulsos intimidade com o outro sexo se inicia e o futuro imediato o coloca diante de um número excessivo de possibilidades e escolhas conflitantes [...] ele deve fazer uma série de seleções cada vez mais específicas de compromissos pessoais, ocupacionais, sexuais e ideológicos. (ERIKSON, 1968, p. 132-245).

Sendo assim, podemos dizer que adolescência é período de transição e modificações e ao mesmo tempo de adaptações as novas realidades que se apresentam e se formalizam para o crescimento deste sujeito.

### **3 CONFLITOS E ADAPTAÇÃO DO ADOLESCENTE EM RELAÇÃO A AUTORIDADE DOS PAIS**

Importantes transformações vêm se dando no interior da família contemporânea, mudanças estas que se tornam mais visíveis na forma de educação dos adolescentes atualmente. Um ponto de impacto dessas mudanças localiza-se no contexto das relações paterno-filial. Nesse cenário, o exercício da autoridade tem sido percebido como cada vez mais complexo, com os desafios, impasses e dificuldades que se apresentam.

O exercício de autoridade espelha o modo como a família lida com a hierarquia em seu interior. Assim sendo, podemos observar que, nos variados modelos familiares, a hierarquia se faz presente, ainda que com diferenças ambientais e sociais. Tem-se, desse modo, uma distinção nos papéis desempenhados pelos membros da família, os quais implicam diferentes funções, responsabilidades, direitos e deveres. Todavia, tais funções, não devem ser vistas, apenas, como deveres, mas se constituem, também, em direito dos pais, cujo propósito é disciplinar os filhos (Zagury, 2004). Em relação a isso, essa autora afirma:

muitas vezes, os pais deixam de lado as atitudes disciplinadoras, contaminados pela ideia de que disciplinar é coisa relacionada ao autoritarismo das velhas gerações. Realmente não cabem atualmente atitudes autoritárias ou antidemocráticas. Mas convém distinguir entre as duas coisas. Disciplinar os filhos, desde que se aja dentro de princípios de respeito, justiça e equilíbrio e visando a socialização das novas gerações, nada tem de antiquado ou de antiliberal (p. 24-25).

Atualmente, a falta da autoridade dos pais nas inter-relações com os filhos é relatada por diversos autores como um fenômeno desestruturante da instituição familiar (Zanetti & Gomes, 2011). Torres e Castro (2009), ao fazerem um percurso histórico sobre os sentidos da autoridade, relacionam a noção de autoridade ao conceito de fundação. Esta engloba bens, obras, objetos e, principalmente, valores, crenças e formas de ser e pensar, que constituiriam a tradição. A tradição guardaria o acervo dos antepassados e seria a base para as ações das gerações presente e futura. A autoridade faria aumentar os domínios da tradição, construindo algo novo, mas voltando ao passado herdado.

Com a Modernidade, a origem de todas as coisas passa a ser questionada, o sujeito se torna mais ativo em seu processo de vida e não há mais espaço para a tradição.

Uma verdade que escapa, que só aparece em relação a, e não mais em si, somada à noção de que o homem é iniciador de processos, faz com que olhemos a realidade como mutável, passível de transformações constantes. Neste contexto, a autoridade tende a perder força, pois não encontra mais nada em que se fundamentar ou não é mais fundamento de nada (Torres & Castro, 2009, p. 8).

Ao destacarmos a família como uma unidade composta por indivíduos com posições distintas, vivendo um jogo de poder que se materializa na distribuição de direitos e deveres a cada um de seus membros, podemos dizer que haverá alguém na família que exercerá controle sobre os demais. O exercício da autoridade e do controle, geralmente, leva a conflitos interpessoais.

A aporia conflito/entendimento, costuma ser a tônica para a compreensão da relação pais e filhos jovens. Cicchelli (2001) aponta que, até o início dos anos 1980, a ênfase estava no conflito na relação parento-filial. A rapidez da mudança social, conseqüente à passagem da sociedade tradicional para a moderna, seria uma razão, pois haveria um descompasso entre os conhecimentos transmitidos pelos pais e as necessidades de inserção social adequada dos filhos ao mundo tecnológico e cultural. A descarga da tensão emocional sobre os pais, únicos adultos pertencentes ao grupo doméstico, devido à diminuição do tamanho das famílias, seria outra razão. A concorrência entre os pais e os outros agentes de socialização, como os especialistas e, primordialmente, os grupos de pares, também manteria a tensão.

Há que se pensar, então, como se dará a autoridade parental no contexto contemporâneo, considerando a desconstrução dos modelos fixos, da perda da tradição, da multiplicidade de valores e de possibilidades de vivências familiares. Kehl (2003) aponta que a diferença dos lugares geracionais é a única ancoragem possível da autoridade parental no contexto contemporâneo.

Os adultos esperam e desejam que, ao evocarem as gerações anteriores como referência, sejam escutados pelos jovens. Entretanto, não é o que se sucede, apesar de os jovens não se desentenderem completamente, pois estão submetidos à lógica genealógica. "A sociedade que institui a juridicidade das genealogias fala ao jovem o código de obediência aos pais e de respeito a suas indicações" Giberti, (2005). Essa é a origem do pacto entre as gerações. A pacificação geracional, poderia estar no fato de pais e filhos compartilharem valores reivindicados pelos primeiros em sua juventude. As relações parento-filiais estariam pautadas na permissividade, tornando-se a família uma democracia familiar, orientada pelo diálogo e negociação. Dessa forma, a autoridade não teria mais lugar na família, explicando o motivo da diluição do conflito intergeracional.

No ideário da família igualitária, as crianças e adolescentes cada vez mais têm suas vontades colocadas em evidência. Esse modelo familiar possibilita os indivíduos serem tratadas por sua individualidade, ou seja, têm voz na família, seus desejos são respeitados e colocados, muitas vezes, em prática. Aquela criança passiva, obediente, que abaixa a cabeça para os pais vai cedendo lugar a um adolescente mais ativo, que diz o que quer, mais independente e autônomo.

Ao considerar os adolescentes como desejantes, não se pode nem ignorar seus desejos e menos ainda fingir que eles não existem. Tem-se de respeitar e aceitar essa característica do indivíduo. Ainda que, esse modelo familiar não seja uma regra na sociedade contemporânea, seu

ideário torna-se objeto de desejo do cotidiano de alguns pais de família, tendo como objetivo principal aprimorar relações paterno-filiais. Por isso, é interessante pontuar que, pela vontade dos pais, os adolescentes devem lhes obedecer completamente, fazendo tudo que eles mandam, que é contraditório com o discurso que sustentam sobre o modo de relacionamento com os filhos, pautado no diálogo.

#### **4 A CONCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES DIANTE DOS PAIS**

A descoberta de que os filhos não são mais "suas crianças" também pode indicar haver um temor pelos pais de serem ultrapassados por eles, conforme os filhos estão em um processo de desenvolvimento e os pais podem estar lamentando pelo seu tempo já passado. Desse modo, os pais podem posicionar-se de forma ambivalente frente aos filhos, desejando que cresçam e se tornem independentes, por um lado, e reforçando comportamentos de dependência, por outro. Além disso, o processo de separação do jovem acentua a questão da redistribuição do poder no grupo familiar. A crescente insinuação do filho o torna cada vez mais capaz de assumir suas escolhas e decisões. O poder decisório entra em declínio, fazendo com que pais inseguros sintam um esvaziamento em suas funções Oliveira, (2000, p. 44).

Singly (2000) afirma que a família educa seus filhos hoje, enfatizando a iniciativa e a autonomia, e deprecia a obediência. Vivemos em uma cultura em que a autonomia e a independência são valores centrais e exaltados. Desse modo, os pais transmitem a seus filhos a ambição de não repetir a vida e o status dos adultos que os engendraram (Calligaris, 2000). Nesse momento, a autoridade dos pais pode ser destituída ou, ao menos, minada conforme os filhos sentem que, para corresponderem aos valores transmitidos, têm que superar os pais. A superação implica um questionamento da autoridade parental.

A ênfase na iniciativa e na autonomia traz outra questão: a autossuficiência. Os adolescentes creem que sabem tudo e se sentem com autonomia para tomar decisões, não cabendo um controle externo, ou seja, o controle parental. O filho adolescente, ele tem primeiro uma visão de mundo pretensamente autossuficiente, pretensamente, porque embora ele ache que ele já sabe tudo, que ele pode tudo, ele não sabe tudo e não pode tudo, ele não é independente o suficiente para tomar todas as decisões, mas ele tem essa percepção.

Desse modo, proporcionar autonomia aos filhos não significa deixá-los livremente às suas vontades, visto que, além de caracterizar descuido com os filhos, expressa comportamento de abandono por não os orientar à equilibrada liberdade de escolhas (Batista & Teodoro, 2012). É necessário assumir a intrínseca posição de líderes, buscando subsidiar

continuamente, com diplomacia, as demandas relacionais dos filhos, conduzindo-os a uma efetiva formação. Posto isso, o diálogo dos pais com filhos adolescentes apresenta-se como grande desafio, pois é por meio de comunicação harmoniosa que a família vai redefinindo as novas representações de pais e filhos, priorizando, principalmente, a transmissão da afetividade através do respeito e cuidado. Morgado, Andrade, Santos & Narezi, (2014).

Todavia, faz-se necessário ponderar até que ponto os pais foram ou estão sendo preparados para essa percepção. Além disso, a função de preparar um ser humano, conduzindo-o ao convívio social não é tarefa simples, uma vez que fatores biológicos, psicológicos, ambientais, econômicos, culturais e sociais são implicados nesse processo.

Pensar a família, portanto, e os papéis nela representados se constituirão, sempre, como um tema em discussão em decorrência da sua natureza intrínseca a que cada pessoa está atrelada. Pois não se deve pensar na constituição do indivíduo sem a determinante relação com outros indivíduos, sobretudo, em âmbito mais conexo como é o caso da relação parental.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cada etapa da vida dos filhos, novos desafios e exigências são colocados em cena, e os pais precisam fazer adaptações no exercício parental. Evidencia-se, consideravelmente, a problemática falta de habilidade dos pais na forma de comunicar-se com os filhos adolescentes, conforme atitudes de insegurança, descuido e ou abusos. Constata-se assim, a necessidade de equilíbrio na relação parento-filial, baseado no diálogo, no afeto e respeito, estabelecendo regras e responsabilidades para a manutenção construtiva da estabilidade do grupo familiar dentro da sociedade.

Considerando a atitude de empatia, essa relação pode ser subsidiada pelo movimento de compreensão relativo à visão de se posicionar no lugar do outro para buscar entendê-lo. Conforme esse processo avança, a resultante vinculação mais estreita pode colaborar para atitudes mais assertivas no relacionamento parental

No entanto, parece lógico pensar que não dá para os pais estabelecerem um diálogo equilibrado sem a inclusão da assertividade. Isto é, compreender a forma ética com a qual devem atuar para o cumprimento da função que assumem, porém, estabelecendo-se como personagens importantes: tratando de esclarecer e executar as suas responsabilidades sem recuos diante dos filhos, cunhados de autoridade, sem perder a afetividade.

Todavia, faz-se necessário ponderar até que ponto os pais foram ou estão sendo preparados para essa percepção. Além disso, a função de preparar um ser humano, em

transformação física e psíquica, conduzindo-o ao convívio social não é tarefa simples, uma vez que fatores biológicos, psicológicos, ambientais, econômicos, culturais e sociais são implicados nesse processo.

Por mais que, em vários momentos, a lógica tradicional seja buscada para pautar a família e ajudá-la a resolver determinadas situações, especialmente as conflitivas e as que requerem o exercício da autoridade de forma mais explícita, essa lógica já não cabe mais. Os indivíduos de hoje não se parecem nada com os das sociedades tradicionais. A família contemporânea é composta de sujeitos que pautam suas relações na individualidade, liberdade, possibilidade de escolhas e equivalência. Por isso, a relação parento-filial também não pode ser retomada àquela anterior, tradicional, pois os sujeitos não a suportariam.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria José; RABELO, Aline Andrade. A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. *Pensando família*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 34- 42, dez. 2015.

BOLSONI-SILVA, A. T., Paiva, M. M. & Caroline, C. G. (2009). Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: Um estudo de caracterização. *Psic. Clín.*, Rio de Janeiro, 21(1), 169–184. <http://www.scielo.br>.

CICHELLI, V. Repensar os laços entre pais e jovens adultos fora da aporia conflito/entendimento. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, 22(001. 3) 2, 247- 265

ERIKSON, E. H. (1968). *Identity: Youth and Crisis*. New York: Norton. *Infância e sociedade*, de Erik Erikson. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. *Identidade, juventude e crise. Infância e sociedade*, de Erik Erikson. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

GIBERTI, E. *La familia, a pesar de todo*. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas. 2005.

PIAGET, J. *Psicologia e Pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1972

KEHL, M. R.. Em defesa da família tentacular. In: Groeninga, G. C., Pereira, R. C. (orgs.). *Direito e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. (pp. 163-176). Rio de Janeiro: Imago, 2003.

SINGLY, F. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: Peixoto, C. E., Singly, F., Cicchelli, V. (orgs.). *Família e individualização*. (pp. 13- 19). Rio de Janeiro: FGV, 2000

STENGEL, Márcia. O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes. *Psicol. rev.*

(Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 17, n. 3, p. 502-521, dez. 2011 .

TORRES, M. C. E., Castro, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. Paidéia (Ribeirão Preto)[on-line], (42). Recuperado em 20 de junho de 2010, de <<http://www.scielo.br/pdf>. 2009

ZAGURY, T. Os direitos dos pais. Construindo cidadãos em tempos de crise. 11. ed.. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

ZANETTI, S. A. S. & Gomes, I. C. A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: Determinantes e consequências. USP – São Paulo, Brasil. Temas em Psicologia, 19(2), 491–502. <http://pepsic.bvsalud.org>. 2011.

## SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS: IMPACTO DA ANSIEDADE ACADÊMICA NO DESEMPENHO DOS UNIVERSITÁRIOS

Carla Sabrina De Souza E Souza<sup>22</sup>  
Leticia Nayra Bastos Fernandes<sup>23</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar o impacto da ansiedade no desempenho acadêmico de estudantes universitários, identificando seus fatores associados e possíveis estratégias de intervenção. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, desenvolvido a partir da análise de artigos científicos, teses e livros obtidos em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. A partir da revisão da literatura, observou-se que a ansiedade acadêmica é um fenômeno recorrente entre universitários, influenciado por fatores como sobrecarga de tarefas, pressões internas e externas, adaptação ao ambiente universitário e dificuldades na conciliação entre estudo e trabalho. Os resultados apontam que os sintomas ansiosos prejudicam o foco, a concentração, a memória e, conseqüentemente, o desempenho acadêmico. Além disso, destacam-se os impactos negativos na saúde mental, física e emocional dos estudantes, podendo levar à queda de rendimento e até ao abandono de curso. Conclui-se que o acolhimento institucional e a criação de espaços de escuta ativa são fundamentais para reduzir os efeitos da ansiedade e promover o bem-estar no ambiente universitário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ansiedade Acadêmica. Universitários. Ansiedade.

### 1 INTRODUÇÃO

A entrada na universidade é uma grande realização para muitas pessoas, mas, com essa conquista também vem responsabilidades, pressões e adaptações que podem gerar ansiedade. A mudança de ambiente e as demandas universitárias muitas vezes sobrecarregam os estudantes, causando impactos negativos em suas entregas e desempenhos acadêmicos. A ansiedade em si apesar de muitas vezes não ser tão discutida, está presente em todos, mas é a partir do momento em que a mesma começa a impactar negativamente na vida do indivíduo, tendo mais intensidade e decorrência que devemos dar uma atenção mais precisa, já que passa de ser comum e se torna patológica. A ansiedade acadêmica é um fenômeno crescente entre os universitários, exigindo cada vez mais a compreensão de seus sintomas e impactos. Os estudantes sofrem com grandes responsabilidades e pressões pessoais e sociais, que acabam por contribuir no desenvolvimento de sintomas ansiosos.

---

<sup>22</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia, do 6º período da Faculdade Boas Novas. E-mail: carla.20230515@aluno.fbnovas.edu.br

<sup>23</sup> Professora Mestre do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: leticia.fernandes@fbnovas.edu.br

Com isso, a ansiedade no ambiente universitário pode prejudicar o rendimento acadêmico (Lopes et al., 2019; Reis, Miranda, & Freitas, 2017) e afetar negativamente os relacionamentos interpessoais, e a saúde mental e física dos estudantes (Jardim et al., 2020).

Diante do pressuposto, visamos o quão é importante que as universidades e os professores tenham um olhar mais humanista para com seus alunos, já que a ansiedade pode causar ainda mais sobrecarga e sentimentos negativos e até mesmo sensação de incapacidade, ocasionando a queda nas notas e frequências em sala de aula. O cuidado em preservar a saúde dos estudantes além de melhorar seus desempenhos, pode diminuir as situações de trancamento de matrículas, que podem ocorrer em casos mais intensos de ansiedade, onde os sintomas estão mais agravados. Por conta disso, a importância de abordar o tema com mais frequência é essencial e indispensável, para que assim possa ser possível identificar os que precisam de suporte emocional, já que muitas pessoas sofrem em silêncio por medo de pedir ajuda ou até mesmo pedir e não obter, agravando ainda mais a situação.

Promover diálogos abertos e acolhedores pode não apenas salvar vidas, mas também contribuir para uma sociedade mais empática, consciente e preparada para lidar com as questões emocionais que afetam grande parte desses estudantes.

## **2 CONCEITO DE ANSIEDADE**

Ao falarmos de ansiedade acadêmica, precisamos entender, primeiramente, o que é a ansiedade em si. A ansiedade é definida como um estado emocional em que há antecipação de ameaça futura (American Psychological Association [APA], 2023). Relaciona-se a situações que o sujeito considera desagradáveis ou difíceis. Pode gerar interferências negativas na qualidade de vida dos universitários e afetar o processo de formação e execução dos afazeres acadêmicos (Lopes, Oliveira, Silva, Nóbrega, & Fermoseli, 2019).

No contexto universitário, foram identificadas altas taxas de prevalência de ansiedade (Leão, Gomes, Ferreira, & Cavalcanti, 2018; Santos & Simões, 2020; Toti, Bastos, & Rodrigues, 2018). No âmbito nacional, 58,36% dos universitários apresentaram dificuldade emocional em função de sintomas ansiosos (Fonaprace, 2016).

### 3 SINTOMAS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS DA ANSIEDADE

Estudantes universitários demonstram tendência à sintomatologia ansiosa significativa devido à maior quantidade de responsabilidades, interações sociais, entre outros aspectos, sendo que esses sintomas podem ocasionar diminuição do foco e da atenção (Silva & Tucci, 2018).

De acordo com o **DSM-5 TR**, os sintomas físicos e psicológicos da ansiedade se manifestam através de:

1. Inquietação ou sensação de estar com os nervos à flor da pele.
2. Fatigabilidade.
3. Dificuldade em concentrar-se ou sensações de “branco” na mente.
4. Irritabilidade.
5. Tensão muscular.
6. Perturbação do sono (dificuldade em conciliar ou manter o sono, ou sono insatisfeito e inquieto).

Além das características psíquicas como preocupação excessiva, constante nervosismo, falta de concentração, irritabilidade e medos intensos ocasionados pela ansiedade, também existem sintomas físicos. Eles podem aparecer como forma de sensações de cansaço, respiração acelerada ou dificuldade para respirar, aumento da frequência cardíaca, sudorese, tremores no corpo, náuseas, entre outros.

### 4 SINTOMAS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS DA ANSIEDADE

Os transtornos de ansiedade, de acordo com Zamignani e Banaco (2005), caracterizam-se pela existência de quatro componentes sintomáticos: emocionais, cognitivos, fisiológicos e comportamentais. Segundo os autores, no aspecto emocional e cognitivo, o indivíduo pode manifestar sensação de medo, sentimento de insegurança, antecipação apreensiva e pensamento catastrófico, bem como aumento do período de vigília ou alerta (Zamignani & Banaco, 2005).

### 5 ANSIEDADE E DESEMPENHO ACADÊMICO

Sabendo-se disso, um estudante ansioso, na maioria do tempo, poderá ter mais dificuldade em se concentrar nas aulas, muitas vezes até mesmo por conta do sono, já que a ansiedade pode ocasionar insônia. Isso dificulta também o raciocínio lógico para a resolução de atividades e avaliações, já que a concentração estará comprometida. A ansiedade pode também alterar como acessamos nossa memória. Quando ansiosos, tendemos a lembrar principalmente

informações relacionadas ao motivo que desencadeia essa ansiedade, dificultando a retenção de conteúdos realmente importantes. Beggs et al. (2011 apud Silva, 2019, p.37) afirmam que a concentração, memória e capacidade de resolução de problemas são prejudicadas quando os estudantes apresentam alto nível de estresse e ansiedade; consequentemente, o desempenho acadêmico pode ser afetado.

## **6 ANSIEDADE E DESEMPENHO ACADÊMICO**

A pressão como um dos fatores desencadeadores da ansiedade vem, muitas vezes, do próprio estudante, tendo em vista preocupações com notas e prazos, além das expectativas impostas. Essas pressões podem adoecer drasticamente os alunos, pois, se não alcançarem o grau de excelência imposto a si mesmos, a frustração ocorrerá de forma mais intensa. Além disso, alguns universitários também acabam por passar por cargas horárias excessivas, aumentando a cobrança. A dificuldade em conciliar atividades com as demais demandas da vida também pode ser um desencadeador dessa ansiedade, tendo em vista que muitos estudantes precisam dividir seu tempo entre estudar e trabalhar. Com isso, muitas vezes precisam fazer escolhas difíceis para que o sonho de possuir um diploma não seja deixado de lado.

## **7 IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Dito isto, o acolhimento é indispensável. As faculdades podem oferecer grupos de escuta ativa, para que os alunos possam compartilhar suas angústias, frustrações e medos em relação à vida acadêmica. Essas ações contribuem para melhorar consideravelmente seus desempenhos e, consequentemente, diminuir o peso de carregar tamanhas preocupações sozinhos. Ao se sentirem ouvidos e apoiados, os estudantes tendem a enfrentar os desafios acadêmicos com mais equilíbrio e menos sofrimento psíquico.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude dos fatos expostos, torna-se evidente que a ansiedade acadêmica é um fenômeno complexo e crescente entre os estudantes universitários, impactando significativamente seu desempenho, saúde mental e qualidade de vida. A transição para o ensino superior exige adaptações que, quando não acompanhadas de suporte adequado, podem intensificar os sintomas ansiosos e comprometer o processo de aprendizagem.

Assim, é fundamental que as instituições de ensino superior adotem uma postura mais empática e humanizada, promovendo espaços de acolhimento, escuta ativa e apoio psicológico.

Investir em estratégias preventivas e interventivas voltadas à saúde mental dos estudantes não apenas favorece o desempenho acadêmico, mas também contribui para a formação de indivíduos mais equilibrados emocionalmente e preparados para os desafios da vida pessoal e profissional.

## REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2023). **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (5a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- Fonaprace, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2016). **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Brasília: FONAPRACE.
- LEÃO, A. M., Gomes, I. P., Ferreira, M. J. M., & Cavalcanti, L. P. D. G. (2018). **Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do Nordeste do Brasil**. Revista brasileira de educação médica.
- LOPES, J. M., Oliveira, E. B., Silva, R. E., Nóbrega, N. K. B., & Fermoseli, A. F. O. (2019). **Ansiedade versus desempenho acadêmico: uma análise entre estudantes universitários**. Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde, 5(2),137-150.
- REIS, C. F., Miranda, G. J., & Freitas, S. C. (2017). **Ansiedade e desempenho acadêmico: um estudo com alunos de ciências contábeis**. Advances in Scientific and Applied Accounting, 10(3),319-333.
- SANTOS, R. M., & Simões, M. O. S. (2020). **Níveis de ansiedade em alunos concluintes de cursos de saúde**. Revista Eletrônica de Farmácia, 17(1),1-6.
- SILVA, Bruna Rodrigues da. **Ansiedade: uma revisão integrativa desse fenômeno entre os estudantes de enfermagem**. 2014. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- TOTI, T. G., BASTOS, F. A., & RODRIGUES, P. F. (2018). **Fatores associados à ansiedade e depressão em estudantes universitários do curso de educação física**. Revista Saúde Física & Mental.
- Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG)**. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) – Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE, João Pessoa.
- ZAMIGNANI, D. R.; BANACO, R. A. **Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 77-92, 2005. DOI: 10.31505/rbtcc.v7i1.44

## O IMPACTO DO ESTRESSE NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS QUE TRABALHAM

Rebeca Sultane de Oliveira Muniz<sup>24</sup>  
Leticia Nayra Bastos Fernandes<sup>25</sup>

### RESUMO

Atualmente, observa-se uma crescente demanda de pessoas que conciliam trabalho e vida acadêmica, o que acarreta desafios significativos para o desempenho e bem-estar dos estudantes. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, o impacto do estresse no desempenho acadêmico de universitários que conciliam trabalho e estudo. A metodologia utilizada foi exploratória, com base em levantamento de artigos científicos, dissertações e teses que abordam o tema. Os resultados apontam que a dupla jornada é uma das principais fontes de estresse, afetando aspectos cognitivos como concentração e memória, além de impactar negativamente a saúde mental e a qualidade de vida. Fatores como sobrecarga de tarefas, falta de tempo para descanso e lazer e exigências acadêmicas intensas contribuem para o aumento do estresse. Conclui-se que a compreensão desses fatores é essencial para o desenvolvimento de estratégias institucionais e emocionais que visem reduzir os efeitos negativos do estresse e promover melhor desempenho acadêmico entre estudantes trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estresse. Trabalho. Estudantes universitários. Desempenho acadêmico. Saúde mental.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco compreender o impacto do estresse sobre o desempenho acadêmico de universitários que conciliam trabalho e estudo. A escolha do tema justifica-se pela crescente presença de estudantes trabalhadores nas universidades brasileiras, fenômeno já identificado por Ferreti e Madeira (1992), que destacaram a mudança do perfil de estudantes de tempo integral para alunos que dividem suas rotinas entre obrigações acadêmicas e profissionais. Essa dupla jornada tem se mostrado um fator de risco para a saúde mental e para a qualidade de vida desses estudantes.

O estresse, compreendido como um fenômeno psicossocial ativado diante da percepção de ameaça à integridade física ou emocional (Santos, 2010), tem alcançado proporções

---

<sup>24</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia, do 6º período da faculdade Boas Novas. E-mail: rebeca.20230139@aluno.fbnovas.edu.br

<sup>25</sup> Professora Mestre do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: leticia.fernades@fbnovas.edu.br

alarmantes, afetando cerca de 90% da população mundial

(Stults-Kolehmainen, 2013). No contexto universitário, ele se manifesta por meio da sobrecarga de atividades, pressão por desempenho, dificuldades financeiras, falta de tempo para descanso e lazer, e incertezas sobre o futuro profissional (Vieira et al., 2021).

Dessa forma, o problema de pesquisa que norteia este trabalho é: quais são os principais impactos do estresse sobre o desempenho acadêmico de estudantes universitários que trabalham? A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, com o intuito de reunir, analisar e discutir estudos já realizados sobre o tema.

O desenvolvimento deste artigo está estruturado em quatro partes: inicialmente, será apresentada uma discussão sobre as fontes de estresse em estudantes universitários trabalhadores; em seguida, será analisada a relação entre dupla jornada e níveis de estresse; posteriormente, discutem-se as consequências do estresse sobre o desempenho acadêmico; e, por fim, serão apresentadas as considerações finais, destacando a importância do apoio institucional e do manejo emocional.

## **2 FONTES DE ESTRESSE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE TRABALHAM**

A integração do estudante à universidade é um processo que exige significativa adaptação às novas demandas acadêmicas, sociais e pessoais. Essa fase representa uma ruptura com experiências anteriores e requer do indivíduo uma reorganização emocional, cognitiva e comportamental para lidar com as exigências de um novo contexto educacional (Oliveira et al., 2014). O ingresso no ensino superior implica a necessidade de desenvolver autonomia, disciplina e estratégias de autorregulação para atender às cobranças acadêmicas e à expectativa de desempenho.

Para os estudantes que, além das responsabilidades acadêmicas, também exercem atividades profissionais, essa adaptação torna-se ainda mais complexa. A rotina dupla de trabalho e estudo impõe uma carga horária extensa, frequentemente associada à privação de sono, à falta de tempo para lazer e ao aumento da fadiga física e mental. Essa sobrecarga diária leva à intensificação do estresse e da ansiedade, sobretudo quando o indivíduo se vê pressionado a manter um bom desempenho em ambos os contextos.

De acordo com Douglass e Duffy (2015), estudantes que conciliam trabalho e estudo apresentam níveis mais elevados de estresse e ansiedade do que aqueles que apenas estudam. Essa elevação dos níveis de estresse está diretamente relacionada à

necessidade de cumprir prazos, lidar com múltiplas responsabilidades e atender simultaneamente às expectativas profissionais e acadêmicas. Stallman (2010) observa que a exposição prolongada a essas demandas pode gerar sintomas de exaustão emocional, distúrbios do sono, irritabilidade e dificuldade de concentração, o que compromete a qualidade de vida e o desempenho acadêmico.

Villalobos (2004) acrescenta que os fatores psicossociais presentes no ambiente de trabalho — como a pressão por resultados, as relações interpessoais conflituosas, a falta de reconhecimento e a sobrecarga de tarefas — contribuem de forma significativa para o desenvolvimento do estresse ocupacional. Quando esses fatores se somam às exigências acadêmicas, o risco de esgotamento mental aumenta consideravelmente. Assim, o estresse entre estudantes trabalhadores surge como resultado da interação entre múltiplas fontes: ambiente laboral, contexto universitário, fatores individuais (como traços de personalidade e habilidades de enfrentamento) e a escassez de tempo pessoal para descanso e autocuidado.

Além disso, a falta de apoio social e emocional, seja por parte da família, colegas ou instituições, tende a agravar a percepção de sobrecarga. O estudante pode se sentir isolado e incapaz de corresponder às expectativas impostas, o que intensifica o ciclo de estresse e ansiedade, levando a um estado de vulnerabilidade psicológica mais acentuado.

### **3 RELAÇÃO ENTRE A DUPLA JORNADA E OS NÍVEIS DE ESTRESSE**

A dupla jornada de estudo e trabalho compromete de maneira direta e progressiva a saúde física e mental do universitário. Silva (2019) afirma que estudantes trabalhadores apresentam níveis de estresse mais elevados que os demais, pois dispõem de menos tempo para descanso, lazer e convívio social — fatores fundamentais para a manutenção do equilíbrio emocional. Essa rotina intensa resulta em sobrecarga de papéis e, muitas vezes, na sensação de não conseguir cumprir integralmente as demandas de nenhuma das áreas, o que pode gerar sentimentos de frustração, culpa e exaustão.

Fontana e Brigo (2012) observam que essa sobrecarga de atividades interfere diretamente na qualidade do sono e na alimentação, contribuindo para o esgotamento físico e psicológico. A irregularidade nos horários e a ausência de momentos de relaxamento tendem a aumentar a irritabilidade, a fadiga e a dificuldade de concentração.

Além disso, o estresse crônico pode afetar o sistema imunológico, tornando o estudante mais suscetível a doenças e diminuindo sua disposição geral.

Chaves et al. (2015) destacam que o principal desafio enfrentado por esses estudantes é

a administração do tempo. A necessidade de equilibrar os horários de trabalho e estudo faz com que, em muitos casos, seja preciso faltar aulas, reduzir horas de descanso ou adiar compromissos pessoais. Essa dificuldade de conciliação tende a gerar conflitos internos e sensação de impotência diante das exigências cotidianas. Com o acúmulo de tarefas e responsabilidades, o estudante pode desenvolver sintomas de ansiedade, perda de motivação e queda na autoestima, ampliando o quadro de estresse.

Outro fator relevante é a ausência de políticas institucionais voltadas ao suporte do estudante trabalhador. A falta de flexibilidade em prazos acadêmicos e a escassez de programas de apoio psicológico e pedagógico reforçam a sobrecarga e aumentam a vulnerabilidade desse grupo. Dessa forma, a dupla jornada, ao invés de representar uma oportunidade de crescimento, pode tornar-se uma fonte contínua de desgaste emocional e prejuízo à saúde mental.

#### **4 CONSEQUÊNCIAS DO ESTRESSE NO DESEMPENHO ACADÊMICO**

O estresse crônico afeta diretamente as funções cognitivas essenciais para o aprendizado, como atenção, memória, raciocínio e tomada de decisão. Quando o indivíduo está sob constante pressão, o sistema nervoso libera níveis elevados de cortisol, hormônio associado à resposta ao estresse, que, em excesso, pode prejudicar a consolidação da memória e o foco atencional (Silva, 2019).

Fontana e Brigo (2012) apontam que o cansaço físico e mental decorrente da rotina exaustiva compromete a capacidade de concentração e de retenção de informações, tornando o processo de aprendizagem mais lento e menos eficaz. Essa dificuldade se reflete no desempenho acadêmico, nas notas e na produtividade geral.

De acordo com Perry e Perry (2015), estudantes que trabalham mais de 20 horas semanais apresentam desempenho acadêmico significativamente inferior em comparação aos que trabalham menos. O excesso de horas dedicadas ao trabalho reduz o tempo disponível para estudar, preparar-se para provas ou participar de atividades complementares. Kray e Lindenberger (2016) complementam que a carga laboral excessiva também compromete a memória de curto prazo e a velocidade de processamento mental, elementos fundamentais para o aprendizado eficaz.

Além dos impactos cognitivos, o estresse também pode provocar desmotivação e esgotamento emocional, o que leva à procrastinação e à queda de engajamento nas atividades acadêmicas. A longo prazo, o acúmulo desses fatores pode resultar em abandono do curso, dificuldades na construção da carreira e prejuízos na saúde mental, como depressão e ansiedade

generalizada.

Esses achados indicam que o estresse não apenas prejudica o desempenho acadêmico imediato, mas também interfere na trajetória formativa e no desenvolvimento integral do estudante universitário, comprometendo seu futuro profissional e pessoal.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na análise bibliográfica, conclui-se que o estresse é um fator recorrente e significativo entre estudantes universitários que conciliam trabalho e estudo. As principais causas identificadas incluem a sobrecarga de tarefas, a escassez de tempo para lazer e descanso, e a pressão por resultados tanto no ambiente acadêmico quanto no profissional.

O estresse, quando constante, interfere diretamente na concentração, memória e produtividade, prejudicando o desempenho acadêmico e afetando a saúde mental e física. Dessa forma, torna-se fundamental que as instituições de ensino superior adotem estratégias de apoio psicológico e flexibilização acadêmica, bem como programas de manejo do estresse e promoção da saúde mental. Tais medidas são essenciais para garantir a permanência e o bom desempenho de estudantes trabalhadores na universidade.

## **REFERÊNCIAS**

ABACAR, Mussa; ALIANTE, Gildo; ANTÔNIO, Júlio Frederico. Stress e estratégias de coping em estudantes universitários. *Aletheia*, v. 54, n. 2, p. 133-144, jul./dez. 2021. DOI: 10.29327/226091.54.2-13.

BARDAGI, Marúcia Patta; HUTZ, Claudio Simon. A evasão e o abandono na universidade: revisão da literatura brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 712–727, 2009.

BASTOS, A. V. B.; KELLER, V. M. *Pesquisa científica: fundamentos e práticas*. São Paulo: Atlas, 1995.

CHAVES, Eduardo da Silva; OLIVEIRA, Fabiana de Fátima; ROCHA, João Paulo; ALMEIDA, Lúcia Helena. Dificuldades enfrentadas por universitários que conciliam trabalho e estudo. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 27, n. 1, p. 156–167, 2015.

DOUGLASS, R.; DUFFY, R. D. Work–study balance and college student stress. *Journal of American College Health*, v. 63, n. 8, p. 522–529, 2015.

FERRETI, C. J.; MADEIRA, V. M. *Educação e trabalho: dilemas do estudante trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1992.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTANA, Ricardo S.; BRIGO, Luciana. O impacto do estresse na vida acadêmica de universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 13, n. 2, p. 189–198, 2012.

GREENHAUS, Jeffrey H.; BEUTELL, Nicholas J. Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Review*, v. 10, n. 1, p. 76–88, 1985.

LAZARUS, Richard S.; FOLKMAN, Susan. *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer, 1984.

McEWEN, Bruce S. Physiology and neurobiology of stress and adaptation: central role of the brain. *Physiological Reviews*, v. 87, n. 3, p. 873–904, 2007.

MISRA, Ranjita; CASTILLO, Linda G. Academic stress among college students: Comparison of American and international students. *International Journal of Stress Management*, v. 11, n. 2, p. 132–148, 2004.

OLIVEIRA, C.; CARLOTTO, R.; VASCONCELOS, T.; DIAS, R. Adaptação universitária e saúde mental. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 16, n. 3, p. 113–127, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório sobre saúde mental e bem-estar de jovens adultos*. Genebra: OMS, 2020.

SANDI, Carmen. *Stress and cognition*. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science*, v. 4, n. 3, p. 245–261, 2013.

SANTOS, A. A. *O estresse e o funcionamento psicossocial*. São Paulo: Loyola, 2010.  
STALLMAN, H. M. Psychological distress in university students. *Australian Psychologist*, v. 45, n. 4, p. 249–257, 2010.

STORRIE, K.; AHERN, K.; TUCKETT, A. Workload, stress and health in university students. *Journal of Clinical Nursing*, v. 19, n. 23–24, p. 356–365, 2010.

STULTS-KOLEHMAINEN, M. Stress and health worldwide. *Global Health Journal*, v. 5, n. 2, p. 99–109, 2013.

TINTO, Vincent. *Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

VILLALOBOS, J. *Fatores psicossociais e estresse no trabalho*. São Paulo: LTr, 2004.

## FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS: O APOIO ENTRE PARES EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Brenda Thaisa Barros Cantisani<sup>26</sup>  
Prof.(a) Msc. Leticia Nayra Bastos Fernandes<sup>27</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa os fatores de risco e as estratégias de promoção da saúde mental de universitários, com ênfase no apoio entre pares em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica desenvolvida a partir de artigos científicos disponíveis nas bases SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, selecionados por sua relevância teórica e atualidade sobre sofrimento psíquico, assistência estudantil e acolhimento universitário. Os resultados indicam que, embora o PNAES reconheça a saúde mental como dimensão da permanência, suas ações permanecem pontuais e fragmentadas. Conclui-se que a promoção da saúde mental requer políticas integradas que articulem assistência, escuta e reconhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** saúde mental; universitários; vulnerabilidade socioeconômica; acolhimento; apoio entre pares.

### 1 INTRODUÇÃO

A universidade é, ao mesmo tempo, promessa e desafio: simboliza a possibilidade de ascensão social, mas também marca o início de um período de intensas exigências emocionais, acadêmicas e financeiras. Entre metas e incertezas, muitos estudantes veem o sonho da formação se confundir com o peso do sofrimento psíquico. A saúde mental, antes vista como questão individual, tornou-se tema central das políticas educacionais, revelando que o sucesso acadêmico depende também do cuidado com o humano que habita o estudante.

Este estudo aborda o tema “Fatores de risco e estratégias de promoção da saúde mental de universitários: o apoio entre pares em contextos de vulnerabilidade socioeconômica”. A saúde mental dos discentes das instituições públicas de ensino superior tem despertado crescente preocupação diante do aumento das demandas emocionais e do impacto das condições socioeconômicas sobre o bem-estar estudantil. Como destacam Pontes et al. (2023), o ingresso na universidade representa “um mergulho num universo de demandas e responsabilidades que

<sup>26</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia, do 7º período da Faculdade Boas Novas. E-mail: [brenda.20220459@aluno.fbnovas.edu.br](mailto:brenda.20220459@aluno.fbnovas.edu.br)

<sup>27</sup> Professor Msc. Leticia Nayra Bastos Fernandes do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: [leticia.fernandes@fbnovas.edu.br](mailto:leticia.fernandes@fbnovas.edu.br)

marcam profundamente a vida adulta” (p. 67), o que reforça a necessidade de espaços institucionais de escuta e acolhimento.

A relevância da pesquisa está em compreender as interações entre vulnerabilidade socioeconômica, sofrimento psíquico e estratégias de cuidado, reconhecendo o papel da universidade na promoção da saúde e na garantia da permanência. Busca-se contribuir para o debate sobre saúde mental universitária, analisando como o acolhimento institucional e o apoio entre pares funcionam como mediadores de proteção emocional e pertencimento.

O problema que orienta esta investigação é: como a vulnerabilidade socioeconômica interfere na adesão e nos efeitos das estratégias de promoção da saúde mental, como o acolhimento e o apoio entre pares, em estudantes universitários?

Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica, desenvolvida a partir da análise crítica de obras que exploram a relação entre sofrimento psíquico, políticas de assistência estudantil e práticas de cuidado psicológico no contexto universitário. A revisão permitiu identificar diferentes perspectivas teóricas e empíricas e apontar lacunas que ainda demandam aprofundamento.

Os resultados indicam que a vulnerabilidade socioeconômica é um fator determinante na experiência universitária, influenciando tanto o surgimento do sofrimento psíquico quanto o acesso às estratégias institucionais de cuidado. O artigo está estruturado em quatro seções: a primeira discute o sofrimento psíquico e os fatores de risco; a segunda aborda o PNAES e as políticas de assistência estudantil; a terceira analisa os dispositivos de acolhimento e o apoio entre pares; e a quarta examina como a vulnerabilidade socioeconômica media a adesão a essas estratégias, culminando nas considerações finais, que apresentam as lacunas e contribuições do estudo.

## **2 SOFRIMENTO PSÍQUICO E OS FATORES DE RISCO ENTRE UNIVERSITÁRIOS**

O sofrimento psíquico entre universitários é um fenômeno complexo e crescente, atravessado por dimensões emocionais, institucionais e sociais. De acordo com Cunha, Souza e Novaes (2022), ele emerge como resposta à sobrecarga acadêmica, à insegurança financeira e à ausência de suporte institucional, manifestando-se por ansiedade, tristeza persistente, insônia e sentimentos de desamparo. O espaço universitário, idealizado como ambiente de realização e ascensão social, torna-se, paradoxalmente, um território de vulnerabilidade psíquica e solidão.

Mais do que uma questão individual, o adoecimento emocional reflete uma cultura

acadêmica baseada na meritocracia e na autossuficiência. A naturalização da exaustão como “parte do processo” transforma o sofrimento em regra silenciosa, reforçando a ideia de que pedir ajuda é fraqueza. Como destacam Pontes et al. (2023), o ingresso no ensino superior representa “um mergulho num universo de demandas e responsabilidades” (p. 67) que exige adaptação constante, sem que a instituição ofereça, de forma consistente, espaços de escuta e acolhimento.

A ausência de políticas integradas de cuidado agrava o quadro. Embora o PNAES reconheça a saúde mental como dimensão da permanência, Santos e Pimentel (2021) observam que as ações seguem concentradas no apoio material, sem articulação com os setores de psicologia e pedagogia. Esse descompasso evidencia uma lacuna institucional que mantém o sofrimento como questão secundária, e não como eixo de permanência estudantil.

Por fim, Tomaz (2023) amplia o debate ao tratar a vulnerabilidade socioeconômica como categoria moral e relacional. O modo como o estudante é reconhecido ou silenciado pela universidade afeta diretamente seu senso de pertencimento. Quando o apoio é mediado por critérios burocráticos e despersonalizados, os sujeitos em sofrimento internalizam sentimentos de inferioridade e desvalorização.

Assim, o sofrimento psíquico no ensino superior deve ser compreendido como expressão das intersecções entre condições materiais, simbólicas e institucionais. Promover saúde mental significa romper com a lógica do desempenho e construir uma universidade que reconheça o cuidado como dimensão ética e política da formação.

### **3 O PNAES E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO FERRAMENTAS DE PERMANÊNCIA E CUIDADO**

As políticas de assistência estudantil representam um marco fundamental na consolidação da democratização do ensino superior, ao buscarem reduzir desigualdades e garantir condições de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7.234/2010, simboliza esse avanço ao reconhecer que a equidade no acesso à educação não se sustenta sem suporte material e social. No entanto, mais de uma década após sua implementação, as fragilidades estruturais e a ênfase no repasse financeiro indicam que a política ainda não alcançou a complexidade do cuidado que o contexto universitário exige.

Santos e Pimentel (2021) destacam que, embora o PNAES inclua a saúde mental como dimensão da permanência, a sua operacionalização ainda é fragmentada. A ausência de

integração entre os setores de psicologia, serviço social e pedagogia transforma o cuidado em resposta pontual e burocrática. O estudante é frequentemente visto como beneficiário de auxílios, e não como sujeito integral de direitos. Essa visão reducionista compromete o alcance das ações e perpetua a ideia de que a vulnerabilidade é um problema individual, e não estrutural.

Dados do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2019) revelam que, apesar dos investimentos em assistência, 83,5% dos discentes das Instituições Federais relataram dificuldades emocionais, e 63,6% afirmaram vivenciar sintomas de ansiedade. Esses números reforçam que o suporte financeiro, isoladamente, não é suficiente para garantir o bem-estar e a permanência. O cuidado psicológico, quando não articulado à política de assistência, torna-se paliativo — uma tentativa de conter o sofrimento sem enfrentar suas causas institucionais.

Tomaz (2023) aprofunda essa análise ao problematizar a noção de “vulnerabilidade socioeconômica” como categoria técnica. A autora propõe compreendê-la como experiência moral e relacional, atravessada por sentimentos de reconhecimento ou exclusão simbólica. Quando o acesso ao cuidado é mediado por critérios burocráticos, o estudante internaliza o estigma de “merecedor” ou “não merecedor”, o que fragiliza o pertencimento e agrava o sofrimento psíquico.

Nesse sentido, tanto Santos e Pimentel (2021) quanto Tomaz (2023) convergem ao defender que o PNAES precisa ser ressignificado como uma política de cuidado integral, que reconheça a saúde mental como eixo transversal da permanência. Isso implica repensar a estrutura institucional, promover o diálogo intersetorial e adotar práticas que articulem o apoio material ao acolhimento subjetivo. A democratização do ensino superior não se realiza apenas pela ampliação do acesso, mas pela criação de condições simbólicas, emocionais e relacionais que permitam permanecer e pertencer à universidade.

#### **4 DISPOSITIVOS DE ACOLHIMENTO E APOIO ENTRE PARES COMO ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL**

O ingresso e a permanência no ensino superior envolvem múltiplas dimensões — acadêmicas, emocionais, econômicas e sociais — que afetam diretamente o bem-estar e a saúde mental dos estudantes. A universidade, tradicionalmente vista como espaço de formação e crescimento, também pode se tornar um ambiente adoecedor: a sobrecarga de responsabilidades, o afastamento familiar e a pressão por desempenho somam-se à vulnerabilidade socioeconômica, produzindo sofrimento psíquico e sentimentos de

inadequação (Pontes et al., 2023).

Segundo os autores, o ingresso no ensino superior representa “um mergulho num universo de demandas e responsabilidades que marcam profundamente a vida adulta” (p. 67), o que justifica a atenção crescente à saúde mental na educação superior. A pesquisa do Núcleo de Psicologia (NUPSI/PRAC/UFCG) identificou queixas recorrentes de ansiedade, insônia, desânimo e dificuldades de adaptação, frequentemente associadas à ausência de espaços institucionais de escuta.

Nesse cenário, destaca-se a importância dos dispositivos de acolhimento psicológico, como o plantão psicológico, que, sob a perspectiva rogeriana, compreende o ser humano como dotado de uma tendência inata para se desenvolver e buscar a autorrealização — uma força interna denominada Tendência Atualizante. Entende-se que tal tendência representa o impulso vital de adaptação e aprimoramento contínuo, levando o indivíduo a expressar e ativar suas capacidades, promovendo a reorganização e o crescimento em diferentes áreas da vida (Pontes et al., 2023).

Essa concepção evidencia o potencial ético do acolhimento: trata-se de criar um espaço onde o estudante possa se reorganizar não apenas psicologicamente, mas também em seus vínculos institucionais e afetivos. O plantão psicológico, ao oferecer escuta imediata e não diretiva, atua como porta de entrada para o cuidado e como experiência restauradora de confiança.

Santos e Pimentel (2021) propõem compreender o acolhimento para além da prática clínica, reconhecendo-o como dimensão política da assistência estudantil. Para as autoras, a falta de articulação entre psicologia, pedagogia e serviço social fragmenta o cuidado, tornando-o reativo. Institucionalizar o acolhimento significa concebê-lo como estratégia de permanência e direito subjetivo, não apenas como serviço emergencial.

Sob essa ótica, Tomaz (2023) acrescenta uma leitura simbólica: o acolhimento e o apoio entre pares não apenas aliviam o sofrimento, mas produzem pertencimento. Quando a universidade oferece espaços de escuta e vínculo, o estudante vulnerável deixa de se perceber como “beneficiário” e passa a se reconhecer como sujeito de direitos. Entretanto, quando o acolhimento é mediado por critérios meritocráticos, torna-se seletivo e reforça hierarquias morais sobre quem “merece” ser cuidado.

O apoio entre pares, portanto, amplia o acolhimento institucional ao articular escuta, solidariedade e horizontalidade. Essa forma de cuidado compartilhado transforma a convivência acadêmica em campo de reconhecimento mútuo, reduzindo o estigma do

sofrimento e fortalecendo laços de pertencimento. Como ressalta Tomaz (2023), o encontro entre pares ressignifica o sofrimento como experiência coletiva, e não como falha individual.

Assim, o plantão psicológico, o acolhimento institucional e o apoio entre pares configuram estratégias interdependentes de promoção da saúde mental. Enquanto o plantão oferece escuta qualificada, o apoio entre pares expande o cuidado ao cotidiano, democratizando o acesso e consolidando uma cultura de empatia e solidariedade. Mais que práticas de apoio, esses dispositivos expressam um compromisso ético e político: reconhecer a vulnerabilidade, validar o sofrimento e ressignificar a universidade como território de cuidado e pertencimento.

## **5 A VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA COMO MEDIADORA DAS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL**

A vulnerabilidade socioeconômica é um dos principais determinantes da saúde mental de estudantes universitários, afetando tanto o acesso a recursos quanto a forma como o sujeito se percebe e é reconhecido no espaço acadêmico. Para Tomaz (2023), ela ultrapassa a dimensão econômica, configurando-se como categoria moral e relacional, que define quem é considerado digno de cuidado. Assim, as políticas de assistência estudantil não apenas distribuem benefícios, mas produzem narrativas e lugares simbólicos dentro da universidade.

Ao basear-se em critérios técnicos e burocráticos de elegibilidade, como renda e desempenho, a instituição cria hierarquias sutis de merecimento. Essa lógica, embora pretenda garantir equidade, pode reforçar desigualdades e gerar sentimentos de inadequação e culpa entre os beneficiários (Tomaz, 2023). A vulnerabilidade torna-se, então, uma condição ambígua: abre portas para o apoio institucional, mas também expõe o estudante ao estigma e à sensação de desvalorização.

Santos e Pimentel (2021) observam que o PNAES reconhece a vulnerabilidade como critério prioritário, mas não integra suas dimensões subjetivas. A falta de articulação entre os setores de assistência, psicologia e pedagogia transforma o cuidado em resposta fragmentada e impessoal. O estudante, muitas vezes, é atendido como dado burocrático, não como sujeito de direito.

O modo como a instituição reconhece seus estudantes é, portanto, também uma forma de cuidado. O acolhimento baseado na escuta empática e no reconhecimento das singularidades favorece o engajamento e fortalece o pertencimento, enquanto práticas distantes e formais ampliam o afastamento simbólico.

Compreender a vulnerabilidade como mediadora das estratégias de promoção da saúde

mental implica reconhecer que o cuidado universitário é um ato político. Como defendem Tomaz (2023) e Santos e Pimentel (2021), mais do que ofertar auxílios, é necessário garantir escuta, vínculo e reconhecimento, para que o estudante não apenas permaneça na universidade, mas sinta que realmente pertence a ela.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a saúde mental dos estudantes universitários permanece tensionada entre o discurso institucional do cuidado e a fragmentação das práticas de acolhimento. Apesar de avanços como o PNAES, as ações efetivas de promoção da saúde mental ainda se mostram pontuais e pouco articuladas à assistência estudantil. O sofrimento psíquico, portanto, não deve ser visto como fragilidade individual, mas como expressão das contradições estruturais do ensino superior, atravessadas pela desigualdade social e pela lógica meritocrática que orienta o acesso e a permanência.

As revisões apontam uma lacuna importante entre o reconhecimento do problema e a execução de estratégias sustentáveis de cuidado. Embora as universidades reconheçam a crescente demanda por apoio psicológico, faltam mecanismos institucionais que assegurem continuidade e integração entre as dimensões pedagógicas, psicológicas e sociais. Persiste a ausência de uma política de saúde mental que supere o caráter assistencialista e burocrático das práticas atuais.

Verifica-se também a escassez de estudos empíricos e interdisciplinares que avaliem o impacto real do acolhimento e do apoio entre pares sobre o sofrimento psíquico e a evasão. A literatura ainda se concentra em análises conceituais, deixando lacunas na compreensão dos fatores subjetivos e institucionais que sustentam ou limitam o engajamento estudantil.

Outro ponto crítico é o tratamento da vulnerabilidade socioeconômica apenas como critério técnico, e não como condição simbólica que afeta o modo como o sujeito é visto e se reconhece na universidade. A falta de um olhar ético e humanizado sobre essa condição reforça hierarquias de merecimento e sentimentos de inadequação entre os beneficiários das políticas de apoio.

Diante disso, a promoção da saúde mental no ensino superior deve ser entendida como responsabilidade coletiva e institucional, exigindo uma transformação que una política pública, prática pedagógica e compromisso ético. É necessário consolidar uma cultura de cuidado que reconheça o sofrimento como fenômeno legítimo e multifatorial.

Conclui-se que a saúde mental universitária só pode ser efetivamente promovida quando

o acolhimento, o apoio entre pares e as políticas de assistência estudantil são concebidos como dimensões complementares de um mesmo projeto institucional. O presente estudo contribui ao integrar essas perspectivas, reforçando que o cuidado estudantil é também um ato político e relacional. As lacunas identificadas indicam a necessidade de novos estudos, tanto empíricos quanto longitudinais que avaliem os efeitos dessas estratégias sobre a permanência, o aprendizado e o pertencimento dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Evelyn Cristina Martins; DE SOUZA, Ana Beatriz Ramos; NOVAES, Vera Ribeiro. Sofrimento psíquico de estudantes no ensino superior: uma revisão sistemática da literatura. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 3, n. 5, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i5.1460>.

FONAPRACE. Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES. Brasília: ANDIFES, 2019.

PONTES, Daniel Marinho et al. Plantão psicológico e saúde mental universitária: um relato de experiência. Diaphora, v. 12, n. 2, p. 67-72, 2023.

SANTOS, Jaqueline de Lima Braz; PIMENTEL, Adriana Miranda. O percurso da política de assistência estudantil no cuidado à saúde mental do estudante universitário: uma revisão narrativa. Políticas Públicas, Educação e Diversidade: uma compreensão científica do real-Volume 3, p. 236-253, 2021.

TOMAZ, Marianna Andrade. Interpelação, subjetivação e resistência: negociações em torno da vulnerabilidade socioeconômica na política de assistência estudantil na Universidade Federal de Campina Grande. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023. Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha

# Curricularização da Extensão

## O DESCARTE INADEQUADO DE LIXO E ENTULHO IRREGULAR PODE TER SÉRIAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO

Alunos<sup>28</sup>

Antonilson Ribeiro Martins

Deborah Vieira Alves

Denize Lima Brazão

Elizete dos Santos Cardoso

Fernanda Magalhães Xavier

Irineia Ferreira da Silva

Janio Cavalcante Saraiva

Josely Fernandes Ralph

Keithyane da Silva Freitas

Maria da Conceição Dantas Braga

Sarah Santos de Castro

Sheila Mota Cardoso

Silma Maria Rodrigues

Orientador(a)<sup>29</sup> Prof<sup>ª</sup> Wilce Jane Reis

### RESUMO

O descarte inadequado de resíduos sólidos urbanos constitui um dos principais desafios ambientais contemporâneos, particularmente em centros urbanos da Amazônia como Manaus. Este artigo analisa os impactos socioambientais e econômicos decorrentes da disposição irregular de lixo e entulho nos igarapés que cortam a capital amazonense, evidenciando como essa prática compromete a qualidade de vida da população, especialmente das comunidades mais vulneráveis. A partir de uma revisão bibliográfica e análise documental, o estudo demonstra que, apesar da existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e dos esforços municipais de coleta, Manaus enfrenta desafios estruturais significativos relacionados à gestão de resíduos. Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas integradas que combinem educação ambiental, infraestrutura adequada, fiscalização efetiva e participação comunitária. Conclui-se que a transformação desse cenário demanda uma mudança cultural profunda, onde a responsabilidade compartilhada entre poder público, setor privado e sociedade civil seja efetivamente implementada.

**Palavras-chave:** Resíduos Sólidos Urbanos; Impactos Ambientais; Igarapés de Manaus.

### 1 INTRODUÇÃO

A problemática dos resíduos sólidos urbanos representa um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, particularmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Segundo Jacobi e Besen (2011), a gestão inadequada de resíduos não apenas compromete a saúde pública e a qualidade

<sup>28</sup> Acadêmicos do Curso de Pedagogia, do 3º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>29</sup> Professora Mestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Boas Novas. E-mail: wilce.jane@fbnovas.edu.br

ambiental, mas também reflete desigualdades sociais profundas, uma vez que as populações mais vulneráveis são as mais afetadas pelos impactos negativos dessa má gestão.

No contexto amazônico, essa problemática assume contornos ainda mais preocupantes. Manaus, capital do Amazonas, vivenciou nas últimas décadas um processo de urbanização acelerado e desordenado, intensificado após a criação da Zona Franca em 1967. Esse crescimento populacional exponencial não foi acompanhado por investimentos proporcionais em infraestrutura urbana e saneamento básico, resultando em sérios problemas ambientais (Oliveira; Schor, 2008). Entre esses problemas, destaca-se o descarte inadequado de resíduos sólidos nos mais de 150 igarapés que cortam a cidade, transformando esses corpos d'água em verdadeiras cloacas a céu aberto.

Conforme Gouveia (2012), o lixo urbano quando mal gerenciado constitui importante fator de risco à saúde pública, contribuindo para a proliferação de vetores de doenças, contaminação de recursos hídricos e degradação de ecossistemas. No caso de Manaus, a disposição irregular de resíduos nos igarapés gera impactos que transcendem a dimensão ambiental, afetando diretamente a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar social de milhares de pessoas, especialmente aquelas residentes nas áreas periféricas e de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305 de 2010, estabeleceu diretrizes importantes para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos no Brasil (BRASIL, 2010). No entanto, passados mais de uma década de sua promulgação, muitos municípios brasileiros, incluindo Manaus, ainda enfrentam dificuldades significativas para implementar efetivamente os princípios e objetivos dessa legislação.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes do descarte inadequado de lixo e entulho nos igarapés de Manaus, evidenciando as consequências dessa prática para a população local. Especificamente, busca-se: (a) caracterizar a realidade urbana

de Manaus em relação à gestão de resíduos sólidos; (b) identificar os principais impactos socioambientais do descarte irregular nos igarapés urbanos; e (c) discutir possíveis soluções para enfrentamento dessa problemática.

Este estudo justifica-se pela urgência em compreender e enfrentar um problema que afeta não apenas a maior cidade da Amazônia, mas que reflete desafios comuns a muitos centros urbanos brasileiros. Como afirmam Demajorovic e Lima (2013), a gestão de resíduos sólidos urbanos constitui um dos principais indicadores da sustentabilidade urbana, sendo fundamental para a promoção da saúde pública e da qualidade ambiental nas cidades.

## **2 A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MANAUS**

A gestão de resíduos sólidos em Manaus reflete as contradições típicas de uma metrópole amazônica que experimentou crescimento urbano acelerado sem o devido planejamento. Segundo Ribeiro e Lima (2000), o processo de urbanização na Amazônia caracterizou-se pela ocupação desordenada do espaço urbano, ausência de infraestrutura adequada e pressão sobre os recursos naturais, particularmente os recursos hídricos.

Em Manaus, esse processo intensificou-se a partir da década de 1970, quando a cidade passou a receber fluxos migratórios significativos atraídos pelas oportunidades geradas pela Zona Franca. Conforme apontam Oliveira e Schor (2008), a população da cidade saltou de aproximadamente 175 mil habitantes em 1960 para mais de 2 milhões atualmente, tornando-se o sétimo município mais populoso do Brasil. Esse crescimento demográfico explosivo resultou na ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis, incluindo as margens e nascentes dos igarapés urbanos.

A infraestrutura de saneamento básico e gestão de resíduos não acompanhou esse crescimento. Segundo Philippi Jr. e Aguiar (2005), o saneamento básico constitui um dos pilares fundamentais da saúde pública, englobando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Em

Manaus, embora exista um sistema de coleta regular de resíduos que atende a maior parte da área urbana, persistem desafios significativos relacionados à disposição irregular de lixo e entulho.

Dados da Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP) indicam que Manaus produz diariamente cerca de 2.778 toneladas de resíduos sólidos urbanos, resultando em uma taxa per capita de aproximadamente 1,35 kg/hab/dia. Esse volume, superior à média nacional de 1,0 kg/hab/dia (ABRELPE, 2020), reflete não apenas o tamanho da população, mas também padrões de consumo característicos de uma região com intensa atividade comercial.

Conforme destacam Logarezzi (2004) e Gonçalves (2011), a gestão adequada de resíduos sólidos urbanos deve contemplar a hierarquia dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar), além de garantir a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. No entanto, em Manaus, menos de 2% dos resíduos gerados são reciclados, e uma parcela significativa acaba sendo descartada irregularmente nos igarapés e em áreas públicas.

O descarte irregular de resíduos nos igarapés de Manaus constitui um problema complexo e multifacetado. Entre 2013 e 2015, foram coletadas anualmente entre 7.400 e 8.300 toneladas de lixo dos igarapés da cidade, o que representa uma média de 23 toneladas por dia (SEMULSP, 2016). Esses números evidenciam a magnitude do problema e os custos econômicos associados: estima-se que a prefeitura invista anualmente cerca de 1 milhão de reais apenas na remoção de resíduos dos corpos d'água urbanos.

Como observam Jacobi e Besen (2011), a gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil enfrenta desafios que transcendem aspectos técnicos e operacionais, envolvendo questões culturais, educacionais e de participação social. No caso de Manaus, o hábito arraigado de descartar resíduos nos igarapés reflete não apenas a insuficiência de infraestrutura em determinadas áreas, mas também a ausência de uma cultura de responsabilidade ambiental compartilhada.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) estabelece princípios importantes como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a logística reversa e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2010). Segundo Demajorovic e Lima (2013), a efetivação dessa política depende da articulação entre diferentes atores sociais e da implementação de instrumentos econômicos, gerenciais e educacionais.

Em Manaus, apesar da existência de um marco legal municipal e da atuação da SEMULSP, a implementação efetiva da PNRS ainda enfrenta obstáculos significativos. A coleta seletiva é incipiente, a infraestrutura de reciclagem é insuficiente, e a participação da população nos programas de gestão de resíduos permanece limitada. Como argumentam Günther e Grimberg (2006), a educação ambiental constitui instrumento fundamental para a mudança de comportamentos e atitudes em relação aos resíduos, sendo essencial para o sucesso de qualquer política de gestão.

### **3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO DESCARTE INADEQUADO NOS IGARAPÉS URBANOS**

Os igarapés constituem elementos fundamentais da paisagem amazônica, desempenhando importantes funções ecológicas, sociais e culturais. Conforme descrevem Tundisi e Matsumura-Tundisi (2008), os corpos d'água urbanos prestam diversos serviços ecossistêmicos, incluindo a regulação microclimática, a drenagem urbana, a manutenção da biodiversidade e o fornecimento de áreas de lazer e recreação. Em Manaus, os igarapés historicamente desempenharam papel importante como vias de transporte, fontes de alimento e espaços de socialização.

No entanto, o processo de urbanização desordenada e o descarte inadequado de resíduos transformaram radicalmente esses ambientes. Como observam Tucci e Bertoni (2003), a impermeabilização do solo urbano, a ocupação de áreas de preservação permanente e o lançamento de resíduos e efluentes nos corpos d'água resultam em impactos profundos sobre os ecossistemas aquáticos urbanos.

Os impactos ambientais do descarte irregular de resíduos nos igarapés de Manaus são múltiplos e inter-relacionados. Segundo Gouveia (2012), a poluição de corpos d'água por resíduos sólidos compromete a qualidade da água, reduz a biodiversidade aquática, altera processos biogeoquímicos e contribui para a degradação de habitats. Nos igarapés de Manaus, observa-se a presença massiva de resíduos plásticos, especialmente garrafas PET, além de resíduos orgânicos, eletrônicos e de construção civil.

A decomposição da matéria orgânica presente nos resíduos consome o oxigênio dissolvido na água, levando à eutrofização e à mortandade de peixes e outros organismos aquáticos (Von Sperling, 2005). Além disso, o acúmulo de resíduos sólidos provoca o assoreamento dos canais, reduzindo a capacidade de escoamento da água e agravando problemas de inundação durante o período chuvoso. Como destacam Tucci e Bertoni (2003), as enchentes urbanas na Amazônia são frequentemente agravadas pela obstrução de canais de drenagem por resíduos sólidos.

Os impactos sobre a saúde pública são igualmente preocupantes. Conforme demonstram Gouveia (2012) e Augusto et al. (2012), o acúmulo de resíduos em áreas urbanas cria ambientes propícios para a proliferação de vetores de doenças como mosquitos (dengue, zika, chikungunya), roedores (leptospirose, hantavirose) e moscas (doenças diarreicas). Em Manaus, as comunidades residentes nas margens dos igarapés poluídos estão particularmente expostas a esses riscos.

Um estudo realizado por Nascimento e Costa (2011) sobre as condições de saúde em áreas de igarapés poluídos em Manaus revelou alta prevalência de doenças de veiculação hídrica e parasitoses intestinais entre crianças residentes nessas áreas. Os autores concluíram que existe uma relação direta entre a qualidade ambiental dos igarapés e os indicadores de saúde das populações ribeirinhas urbanas.

Além dos impactos diretos sobre a saúde, a poluição dos igarapés afeta a qualidade de vida e o bem-estar psicossocial das comunidades. Como argumentam Porto e Martinez-Alier (2007), a justiça ambiental implica no direito de todos os

grupos sociais a ambientes saudáveis e seguros. No caso de Manaus, observa-se que as populações de menor renda, residentes nas áreas periféricas, são as mais afetadas pela degradação ambiental dos igarapés.

Os impactos econômicos também são significativos. Além dos custos diretos com a remoção de resíduos dos igarapés, há custos indiretos relacionados ao tratamento de doenças, perda de dias de trabalho, desvalorização imobiliária das áreas degradadas e redução do potencial turístico e recreativo da cidade. Segundo Philippi Jr. e Aguiar (2005), os investimentos em saneamento básico e gestão adequada de resíduos apresentam retorno econômico positivo quando considerados os benefícios em saúde pública e qualidade ambiental.

A recuperação de igarapés degradados representa um desafio técnico e financeiro considerável. Como demonstram Canholi (2005) e Gorski (2010), programas de revitalização de corpos d'água urbanos exigem investimentos substanciais em infraestrutura, remoção de ocupações irregulares, tratamento de efluentes e controle de fontes de poluição difusa. Em Manaus, alguns igarapés encontram-se tão degradados que sua recuperação plena tornou-se inviável, representando uma perda irreparável de patrimônio ambiental e cultural.

A experiência de outras cidades brasileiras demonstra que a recuperação de corpos d'água urbanos é possível, porém demanda abordagens integradas e de longo prazo. Para Gorski (2010), programas bem-sucedidos de revitalização de rios urbanos no Brasil combinaram investimentos em saneamento básico, controle de enchentes, criação de áreas verdes, educação ambiental e participação comunitária.

Para Manaus, o enfrentamento da problemática dos igarapés poluídos exige uma transformação profunda não apenas na infraestrutura urbana, mas também nos padrões culturais e comportamentais da população. Como argumentam Jacobi e Besen (2011), a educação ambiental constitui instrumento fundamental para a construção de uma nova cultura em relação aos resíduos, baseada na responsabilidade individual e coletiva.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos do descarte inadequado de lixo e entulho em Manaus revela um cenário complexo e desafiador, característico de muitas cidades brasileiras que experimentaram crescimento urbano acelerado sem planejamento adequado. Os igarapés de Manaus, que deveriam representar ativos ambientais e culturais da cidade, transformaram-se em depositários de resíduos, refletindo falhas estruturais na gestão urbana e na consciência ambiental coletiva.

Os impactos identificados transcendem a dimensão ambiental, afetando profundamente a saúde pública, a qualidade de vida, a economia e a justiça social. As populações mais vulneráveis, residentes nas áreas periféricas e nas margens dos igarapés poluídos, são as mais afetadas, evidenciando como a crise ambiental urbana aprofunda desigualdades sociais preexistentes.

A superação dessa problemática demanda uma abordagem integrada e multisetorial, que combine investimentos em infraestrutura, fortalecimento da gestão pública, educação ambiental, fiscalização efetiva e participação social. A Política Nacional de Resíduos Sólidos fornece um marco legal importante, mas sua efetivação depende da vontade política, da disponibilidade de recursos e do engajamento de todos os setores da sociedade.

É fundamental reconhecer que a questão dos resíduos sólidos não se resolve apenas com soluções técnicas ou infraestruturais. Como demonstrado ao longo deste artigo, trata-se fundamentalmente de um problema cultural e educacional, que exige uma transformação nos valores, atitudes e comportamentos em relação ao consumo e ao descarte de materiais. A construção de uma cultura de responsabilidade ambiental compartilhada constitui desafio de longo prazo, mas essencial para a sustentabilidade urbana.

Para Manaus, cidade situada no coração da maior floresta tropical do planeta e que se projeta internacionalmente como símbolo da Amazônia, o descarte inadequado de resíduos nos igarapés representa uma contradição profunda. A

preservação desses corpos d'água e a adoção de práticas sustentáveis de gestão de resíduos não constituem apenas imperativos ambientais, mas também expressões de identidade cultural e compromisso com as futuras gerações.

Por fim, é fundamental que a academia, os gestores públicos, o setor privado e a sociedade civil unam esforços na busca de soluções inovadoras e participativas para a gestão de resíduos sólidos urbanos. Somente através da ação coletiva e do compromisso compartilhado será possível transformar Manaus em uma cidade verdadeiramente sustentável, onde o desenvolvimento urbano harmonize-se com a preservação ambiental e a promoção da justiça social.

## **REFERÊNCIAS**

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020. São Paulo: ABRELPE, 2020.

AUGUSTO, L. G. S. et al. Saúde e ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 15, n. 2, p. 249-259, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CANHOLI, A. P. Drenagem urbana e controle de enchentes. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

COSTA, S. M. F. Reflexões sobre urbanização e problemas ambientais. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 5, n. 2, p. 89-102, 2012.

DEMAJOROVIC, J.; LIMA, M. Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores. São Paulo: Senac/EdUSP, 2013.

GONÇALVES, P. Resíduos sólidos urbanos. Porto Alegre: ABES, 2011.

GORSKI, M. C. B. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. São Paulo: Senac, 2010.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, 2012.

GÜNTHER, W. M. R.; GRIMBERG, E. Diretrizes para a gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos urbanos. São Paulo: Compromisso Empresarial para Reciclagem, 2006.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.

LOGAREZZI, A. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: LEAL, A. C. et al. Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Antonio Thomaz Junior, 2004. p. 221-246.

NASCIMENTO, F. S.; COSTA, D. P. Condições de saúde em áreas de igarapés poluídos em Manaus. Revista Amazonense de Saúde Pública, v. 3, n. 1, p. 45-58, 2011.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. Manaus: EDUA, 2008.

PHILIPPI JR., A.; AGUIAR, A. O. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005.

PORTO, M. F.; MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, sup. 4, p. S503-S512, 2007.

RIBEIRO, M. A.; LIMA, R. A. P. Urbanização e sustentabilidade na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

TUCCI, C. E. M.; BERTONI, J. C. (Orgs.). Inundações urbanas na América do Sul. Porto Alegre: ABRH, 2003.

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. Limnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

VON SPERLING, M. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

## O LIXO QUE VOCÊ JOGA NÃO FALA, MAS ELE DIZ MUITO SOBRE VOCÊ E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE

Alunos<sup>30</sup>

Amanda Duarte Dos Reis  
Charlene Rodrigues E Rodrigues  
Cleia De Ássis Cruz  
Daniele Magalhães Da Silva  
Ellen Rodrigues Chaves  
Hirte Maria Martins De Vasconcelos  
Marcelo Teixeira Cruz  
Márcia Leila Dos Santos Freire  
Marcos Cardoso Lopes  
Maria Salete Marinho Do Nascimento  
Marlon Azevedo Da Cunha  
Rita De Cassia Vieira Pereira  
Socorro Rodrigues Da Silva  
Orientador(a)<sup>31</sup> Prof<sup>a</sup> Wilce Jane Reis

### RESUMO

O descarte inadequado de resíduos sólidos constitui um dos principais desafios socioambientais enfrentados por comunidades periféricas urbanas no Brasil, evidenciando não apenas fragilidades na gestão pública, mas também padrões culturais e comportamentais que perpetuam a degradação ambiental. Este artigo apresenta uma reflexão sobre a relação entre práticas individuais de descarte de resíduos e seus impactos coletivos nas comunidades Santa Etelvina, Monte das Oliveiras e Colônia Terra Nova, localizadas na zona norte de Manaus, Amazonas. A partir de vivências extensionistas realizadas entre março e junho de 2025, totalizando 45 horas de atividades práticas, o estudo demonstra como ações educativas participativas podem contribuir para a transformação de hábitos e para a construção de uma consciência socioambiental crítica. Os resultados evidenciam que o lixo descartado inadequadamente funciona como indicador de valores sociais, refletindo o grau de responsabilidade individual e coletiva em relação ao bem comum e ao meio ambiente. Conclui-se que a educação ambiental, quando articulada com a participação comunitária e o reconhecimento das realidades locais, constitui instrumento eficaz para a promoção da cidadania ambiental e para a construção de territórios mais saudáveis e sustentáveis.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Resíduos Sólidos Urbanos; Responsabilidade Socioambiental.

### 1 INTRODUÇÃO

A problemática dos resíduos sólidos urbanos transcende a dimensão técnica da gestão pública, configurando-se como questão cultural, ética e política que reflete valores, práticas e

<sup>30</sup> Acadêmicos do Curso de Pedagogia, do 2º período da Faculdade Boas Novas. E-mail:

<sup>31</sup> Professora Mestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Boas Novas. E-mail: wilce.jane@fbnovas.edu.br

relações sociais estabelecidas em determinado contexto territorial. Como afirmam Jacobi e Besen (2011), o lixo produzido por uma sociedade revela seus padrões de consumo, suas desigualdades sociais e seu grau de consciência ambiental, funcionando como espelho de suas contradições e possibilidades de transformação.

Nas periferias urbanas brasileiras, especialmente na região amazônica, o descarte inadequado de resíduos assume proporções alarmantes, afetando a qualidade de vida de milhares de pessoas e comprometendo ecossistemas frágeis e estratégicos. Em Manaus, capital do Amazonas, comunidades como Santa Etelvina, Monte das Oliveiras e Colônia Terra Nova enfrentam desafios múltiplos relacionados à gestão de resíduos, incluindo infraestrutura sanitária deficiente, ausência de coleta regular em determinadas áreas, ocupação irregular de espaços públicos e, fundamentalmente, hábitos culturais que naturalizam o descarte de lixo em vias públicas, terrenos baldios e corpos d'água.

Segundo Loureiro (2012), a educação ambiental crítica e transformadora deve partir do reconhecimento de que os problemas ambientais são também problemas sociais, econômicos e políticos, exigindo abordagens integradas que considerem as múltiplas dimensões da vida humana e suas relações com o ambiente. Nessa perspectiva, iniciativas extensionistas que promovem o diálogo entre universidade e comunidade podem contribuir significativamente para a construção de novos valores e práticas relacionadas aos resíduos.

O presente artigo emerge de uma experiência de curricularização da extensão desenvolvida junto às comunidades mencionadas, tendo como eixo temático a frase provocativa: "O lixo que você joga não fala, mas ele diz muito sobre você". Essa proposição carrega em si uma dimensão ética fundamental, ao estabelecer uma relação direta entre comportamento individual e impacto coletivo, entre escolhas pessoais e consequências socioambientais. Como destacam Philippi Jr. e Pelicioni (2014), a responsabilização individual constitui elemento essencial para a transformação de práticas insustentáveis, desde que articulada com processos educativos dialógicos e contextualizados.

O descarte inadequado de resíduos não é apenas uma questão de falta de informação, mas envolve aspectos culturais profundos, condições socioeconômicas, infraestrutura disponível e relações de pertencimento territorial. Conforme argumentam Silva e Souza-Lima (2010), políticas públicas eficazes para a gestão de resíduos devem considerar indicadores de desenvolvimento sustentável que contemplem não apenas aspectos técnicos e econômicos, mas também dimensões sociais, culturais e participativas.

As comunidades periféricas de Manaus, constituídas historicamente por processos de ocupação popular e resistência social, enfrentam múltiplas vulnerabilidades que se expressam também na questão dos resíduos. Segundo Becker (2009), a urbanização acelerada na Amazônia, caracterizada pela ausência de planejamento adequado e pela reprodução de desigualdades, resulta em territórios marcados por carências infraestruturais e fragilidades ambientais. Nesse contexto, o descarte inadequado de lixo agrava problemas preexistentes, como enchentes, proliferação de vetores de doenças e degradação de áreas de preservação.

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre práticas individuais de descarte de resíduos e seus impactos socioambientais em comunidades periféricas de Manaus, a partir de uma experiência extensionista fundamentada em princípios de educação ambiental participativa. Especificamente, busca-se: (a) caracterizar os desafios socioambientais relacionados aos resíduos sólidos nas comunidades estudadas; (b) discutir estratégias educativas para promoção da consciência ambiental e mudança de comportamentos; e (c) refletir sobre a dimensão ética e cidadã implícita na gestão individual e coletiva dos resíduos.

A metodologia adotada fundamentou-se em vivências de campo realizadas entre março e junho de 2025, envolvendo visitas comunitárias, aplicação de questionários, apresentações teatrais, palestras educativas e distribuição de materiais que incentivam práticas sustentáveis. Essas ações foram desenvolvidas em espaços religiosos e escolares, envolvendo diferentes segmentos da comunidade em processos de reflexão e aprendizagem mútua.

Estruturalmente, este artigo organiza-se em quatro seções principais, além desta introdução. A primeira seção do desenvolvimento aborda as dimensões simbólicas e materiais do lixo como expressão de valores sociais e individuais. A segunda seção apresenta e analisa as estratégias educativas implementadas e seus resultados preliminares. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais aprendizados e apontam desafios para a continuidade e ampliação de iniciativas dessa natureza.

## **2 DIMENSÕES SIMBÓLICAS E MATERIAIS DO DESCARTE DE RESÍDUOS**

O ato aparentemente trivial de descartar um resíduo carrega em si significados profundos sobre valores, crenças e relações que os indivíduos estabelecem consigo mesmos, com os outros e com o ambiente. Como observa Cavalcanti (2002), a forma como uma sociedade trata seus resíduos revela seu grau de civilização, sua capacidade de pensar coletivamente e seu compromisso com as gerações futuras. Nessa perspectiva, o lixo não é apenas matéria descartada, mas signo de práticas culturais, arranjos sociais e escolhas políticas.

A frase "o lixo que você joga não fala, mas ele diz muito sobre você" sintetiza essa compreensão ao estabelecer uma relação direta entre ação individual e identidade pessoal e social. Segundo Loureiro (2012), a educação ambiental crítica deve promover processos de conscientização que permitam aos sujeitos compreenderem as implicações de suas escolhas cotidianas, superando visões fragmentadas que desconectam comportamento individual de consequências coletivas.

Nas comunidades periféricas de Manaus, o descarte inadequado de resíduos manifesta-se de múltiplas formas: garrafas plásticas jogadas em vias públicas, sacolas descartadas em terrenos baldios, entulhos depositados nas margens de igarapés, resíduos orgânicos acumulados em esquinas. Cada um desses atos, aparentemente isolados, contribui para a construção de um território degradado, insalubre e esteticamente desvalorizado. Conforme destacam Jacobi e Besen (2011), a acumulação de resíduos em espaços públicos não apenas compromete a qualidade ambiental, mas também afeta a autoestima comunitária e o sentimento de pertencimento territorial.

A problemática do lixo nas comunidades Santa Etelvina, Monte das Oliveiras e Colônia Terra Nova insere-se em um contexto histórico marcado por processos de ocupação popular, lutas por moradia e construção de identidades territoriais. Essas comunidades, constituídas a partir da década de 1980 por famílias expulsas de outras áreas ou migrantes do interior do Amazonas, desenvolveram-se em condições de precariedade infraestrutural, com limitado acesso a serviços básicos de saneamento (Becker, 2009).

Segundo Machado (2013), o direito ao meio ambiente equilibrado, constitucionalmente assegurado no Brasil, implica deveres tanto do poder público quanto dos cidadãos. No entanto, a efetivação desse direito em territórios periféricos enfrenta obstáculos múltiplos, incluindo a ausência de políticas públicas adequadas, limitações orçamentárias, fragilidades institucionais e, fundamentalmente, a reprodução de práticas culturais incompatíveis com a sustentabilidade ambiental.

A Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece princípios importantes como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a hierarquia na gestão de resíduos (não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final adequada) e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2010). No entanto, como observam Silva e Souza-Lima (2010), a implementação efetiva dessas diretrizes depende não apenas de instrumentos legais e técnicos, mas também de transformações culturais e comportamentais.

No contexto das comunidades estudadas, observa-se que o descarte inadequado de resíduos não decorre exclusivamente da falta de informação ou de serviços de coleta, embora esses fatores sejam relevantes. Há também uma dimensão cultural que naturaliza certas práticas, como jogar lixo pela janela, descartar resíduos em terrenos baldios ou deixar entulhos em calçadas. Essas práticas, muitas vezes reproduzidas por gerações, refletem uma desconexão entre ação individual e consequência coletiva, uma percepção de que o espaço público não pertence a ninguém e, portanto, pode ser degradado sem responsabilização.

Como argumentam Philippi Jr. e Pelicioni (2014), a educação ambiental deve promover o desenvolvimento de uma ética ambiental que reconheça a interdependência entre todos os seres vivos e a responsabilidade humana na preservação dos sistemas que sustentam a vida. Essa ética implica reconhecer que cada ato de descarte inadequado não é neutro, mas tem consequências diretas sobre a saúde humana, a qualidade ambiental e o bem-estar coletivo.

Os impactos socioambientais do descarte inadequado de resíduos nas comunidades estudadas são múltiplos e inter-relacionados. Do ponto de vista ambiental, observa-se a contaminação do solo e das águas, o assoreamento de canais de drenagem, a proliferação de vetores de doenças e a degradação estética do ambiente. Como destacam Moran (2011), em ecossistemas amazônicos, onde a biodiversidade e os recursos hídricos são particularmente abundantes e frágeis, a poluição por resíduos sólidos representa ameaça significativa à integridade ecológica.

Do ponto de vista social, o acúmulo de lixo em espaços públicos afeta a qualidade de vida, aumenta riscos à saúde, desvaloriza imóveis e contribui para a estigmatização territorial. Comunidades periféricas já marcadas por múltiplas vulnerabilidades veem-se ainda mais fragilizadas quando seus espaços de convivência transformam-se em depósitos de lixo. Segundo Cavalcanti (2002), a pobreza ambiental frequentemente acompanha a pobreza econômica, criando círculos viciosos de degradação que são difíceis de romper sem intervenções integradas.

Do ponto de vista econômico, os custos associados ao descarte inadequado são substanciais, incluindo gastos com limpeza pública, tratamento de doenças, recuperação de áreas degradadas e perda de oportunidades econômicas relacionadas à reciclagem e à reutilização de materiais. Como observam Silva e Souza-Lima (2010), investimentos em educação ambiental e em infraestrutura para gestão adequada de resíduos apresentam retorno econômico positivo quando considerados os benefícios indiretos em saúde pública e qualidade ambiental.

A dimensão psicológica e cultural também merece atenção. O descarte inadequado de resíduos reflete e reforça uma percepção de desvalorização do espaço público e de si mesmo. Como argumenta Loureiro (2012), a transformação de práticas ambientais insustentáveis exige processos educativos que promovam não apenas a transmissão de informações, mas também o desenvolvimento de novas percepções, valores e identidades. Quando uma pessoa joga lixo no chão, ela não está apenas descartando um objeto, mas expressando uma visão de mundo, uma relação com o território e uma concepção de si mesma como parte ou não de uma coletividade.

Nesse sentido, a provocação contida na frase "o lixo que você joga não fala, mas ele diz muito sobre você" assume caráter pedagógico fundamental, convidando cada indivíduo a refletir sobre as mensagens implícitas em suas práticas cotidianas. Que tipo de pessoa sou eu? Que tipo de comunidade queremos construir? Que legado deixaremos para as próximas gerações? Essas perguntas, quando mediadas por processos educativos dialógicos, podem desencadear transformações profundas.

### **3 ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA PROMOÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL**

A educação ambiental, quando concebida em perspectiva crítica e participativa, constitui instrumento poderoso para a transformação de realidades socioambientais insustentáveis. Como afirmam Philippi Jr. e Pelicioni (2014), a educação ambiental efetiva não se limita à transmissão de conteúdos informativos, mas promove processos reflexivos e participativos que capacitam os sujeitos para a compreensão crítica de sua realidade e para a ação transformadora.

A experiência extensionista desenvolvida nas comunidades Santa Etelvina, Monte das Oliveiras e Colônia Terra Nova fundamentou-se nesses princípios, buscando estabelecer um diálogo horizontal entre universidade e comunidade, reconhecendo os saberes locais e construindo coletivamente conhecimentos e práticas relacionados à gestão de resíduos. As atividades realizadas entre março e junho de 2025 envolveram diferentes estratégias pedagógicas, adaptadas aos contextos específicos de cada espaço de intervenção.

A primeira vivência de campo, realizada em 25 de abril de 2025 na Igreja Assembleia de Deus – Área 315, durante encontro do grupo de mulheres, constituiu momento importante de aproximação com a comunidade e de apresentação dos objetivos do projeto. Segundo Loureiro (2012), espaços religiosos desempenham papel significativo na organização social de comunidades periféricas, funcionando como lugares de encontro, construção de identidades e

mobilização coletiva. A escolha desse espaço para início das atividades refletiu o reconhecimento dessa importância.

Durante essa primeira atividade, foi aplicado questionário com perguntas reflexivas sobre a relação entre práticas individuais de descarte de resíduos e impactos coletivos. Como destacam Jacobi e Besen (2011), instrumentos de diagnóstico participativo são fundamentais para conhecer percepções, práticas e desafios locais, permitindo que as intervenções educativas sejam contextualizadas e significativas. As respostas obtidas revelaram consciência parcial sobre os problemas associados ao descarte inadequado, mas também naturalizações e justificativas relacionadas à ausência de infraestrutura e à reprodução de hábitos culturais.

A distribuição de garrafinhas recicláveis ao final dessa primeira atividade teve caráter simbólico e prático. Do ponto de vista simbólico, representou um convite à mudança de hábitos, incentivando o uso de recipientes reutilizáveis em substituição a garrafas plásticas descartáveis. Do ponto de vista prático, ofereceu um recurso concreto para que as participantes pudessem implementar imediatamente uma prática mais sustentável. Conforme argumentam Philippi Jr. e Pelicioni (2014), a educação ambiental deve articular reflexão e ação, promovendo experiências concretas que permitam aos sujeitos vivenciarem alternativas sustentáveis.

A segunda vivência, realizada em 28 de abril de 2025 na Escola Municipal Carmen Hagge, utilizou o teatro como estratégia pedagógica. A peça "A Voz do Lixo" conferiu protagonismo aos resíduos, permitindo que eles "falassem" sobre seus sentimentos ao serem descartados inadequadamente, sobre os lugares para onde são levados e sobre os impactos que causam. Segundo Loureiro (2012), recursos artísticos e lúdicos são particularmente eficazes em processos de educação ambiental, pois mobilizam emoções, estimulam a imaginação e facilitam a identificação com situações e personagens.

A dramatização permitiu que crianças, adolescentes e adultos presentes na escola refletissem sobre uma situação cotidiana – o descarte de lixo – sob uma perspectiva inusitada: a do próprio resíduo. Essa inversão de perspectiva, característica do teatro como ferramenta pedagógica, promove processos de estranhamento que podem desencadear novas compreensões e sensibilidades. Como observam Philippi Jr. e Pelicioni (2014), a educação ambiental deve promover o desenvolvimento de empatia não apenas em relação a outros seres humanos, mas também em relação aos sistemas naturais e aos elementos que compõem nosso ambiente.

A terceira e última vivência, realizada em 02 de junho de 2025, também na Escola Carmen Hagge, adotou formato mais expositivo e dialógico, com apresentação de 12 tópicos temáticos relacionados à preservação ambiental, reciclagem, consumo consciente e

responsabilidade coletiva. Segundo Jacobi e Besen (2011), a informação constitui elemento importante, embora insuficiente, para a transformação de práticas ambientais. É necessário que as informações sejam contextualizadas, relacionadas com a experiência concreta dos sujeitos e articuladas com processos reflexivos e participativos.

Durante essa atividade, foram discutidos temas como: a composição do lixo doméstico, o tempo de decomposição de diferentes materiais, os impactos ambientais e sanitários do descarte inadequado, as possibilidades de reciclagem e reutilização, a importância da coleta seletiva, o papel dos catadores de materiais recicláveis, os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros. A apresentação foi intercalada com perguntas, relatos de experiências e reflexões coletivas, promovendo um ambiente dialógico conforme preconiza a educação ambiental crítica (LOUREIRO, 2012).

Ao final dessa última atividade, foram novamente distribuídas garrafinhas ecológicas, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis e criando um símbolo material do projeto que poderia ser levado para casa e para outros espaços, multiplicando a mensagem central da iniciativa. Segundo Silva e Souza-Lima (2010), ações educativas pontuais são mais eficazes quando oferecem elementos concretos que facilitam a continuidade das reflexões e práticas para além do momento da intervenção.

Os resultados preliminares dessas vivências extensionistas foram encorajadores, embora preliminares e limitados ao curto período de implementação. Observou-se, nas interações com os participantes, aumento da consciência sobre os impactos do descarte inadequado, expressões de compromisso com mudanças de hábitos, relatos de conversas sobre o tema em ambientes familiares e escolares, e interesse em conhecer mais sobre práticas sustentáveis. Como destacam Philippi Jr. e Pelicioni (2014), processos educativos ambientais são necessariamente de longo prazo, exigindo continuidade e sistematização para produzirem transformações culturais duradouras.

Um aspecto particularmente significativo foi a receptividade da comunidade escolar às atividades propostas. Segundo Loureiro (2012), as escolas constituem espaços privilegiados para a educação ambiental, pois permitem o alcance de diferentes gerações (crianças, adolescentes, famílias, professores, funcionários) e a articulação com processos pedagógicos formais. A parceria estabelecida com a Escola Carmen Hagge demonstrou o potencial de iniciativas que integram universidade, escola e comunidade em torno de objetivos compartilhados.

As limitações da experiência também devem ser reconhecidas. O período de três meses é insuficiente para avaliar mudanças efetivas de comportamento ou impactos ambientais mensuráveis. Além disso, as atividades concentraram-se em espaços específicos (uma igreja e uma escola), alcançando apenas uma parcela limitada da população das três comunidades. Conforme argumentam Jacobi e Besen (2011), a transformação de práticas relacionadas aos resíduos sólidos exige articulação entre educação ambiental, políticas públicas de infraestrutura, fiscalização, incentivos econômicos e mobilização social ampla e continuada.

Outro desafio identificado refere-se à necessidade de maior articulação com o poder público municipal, especialmente com os órgãos responsáveis pela coleta de resíduos e limpeza urbana. Como observam Silva e Souza-Lima (2010), políticas públicas eficazes para a gestão de resíduos devem integrar dimensões técnicas, educativas e participativas, criando sistemas que facilitem e incentivem práticas adequadas de descarte. Sem infraestrutura apropriada, como pontos de coleta acessíveis, coleta regular e sistemas de coleta seletiva, os esforços educativos tornam-se limitados.

Apesar dessas limitações, a experiência demonstrou a viabilidade e a importância de iniciativas extensionistas que promovem o diálogo entre universidade e comunidade em torno de problemáticas socioambientais concretas. Como afirmam Philippi Jr. e Pelicioni (2014), a construção de sociedades sustentáveis exige a participação ativa de todos os setores sociais, incluindo instituições de ensino superior, que têm responsabilidade especial na produção e socialização de conhecimentos relevantes para o enfrentamento dos desafios contemporâneos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência extensionista desenvolvida nas comunidades Santa Etelvina, Monte das Oliveiras e Colônia Terra Nova, em Manaus, evidenciou a complexidade e a relevância da problemática do descarte inadequado de resíduos sólidos em territórios periféricos urbanos. A frase "o lixo que você joga não fala, mas ele diz muito sobre você" mostrou-se um recurso pedagógico eficaz, provocando reflexões sobre a dimensão ética e cidadã implícita nas práticas cotidianas de gestão de resíduos.

Os resultados obtidos, embora preliminares, indicam que estratégias educativas diversificadas, contextualizadas e participativas podem contribuir para o aumento da consciência socioambiental e para o início de processos de transformação de hábitos e valores. A utilização de questionários reflexivos, teatro, apresentações expositivas e distribuição de

materiais que incentivam práticas sustentáveis demonstrou ser uma combinação pedagógica adequada para engajar diferentes públicos e promover reflexões em múltiplas dimensões.

A experiência também evidenciou a importância do diálogo entre universidade e comunidade, reconhecendo que o conhecimento acadêmico e os saberes locais são igualmente relevantes para a compreensão e o enfrentamento de problemas socioambientais. As comunidades estudadas, constituídas por processos históricos de luta e resistência, demonstraram capacidade de mobilização e interesse genuíno em participar de iniciativas que contribuam para a melhoria de suas condições de vida.

No entanto, é fundamental reconhecer que a transformação de práticas relacionadas aos resíduos sólidos não depende exclusivamente de ações educativas. São necessários investimentos em infraestrutura sanitária, ampliação e regularização dos serviços de coleta, implementação de sistemas de coleta seletiva, criação de ecopontos, inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, fiscalização efetiva e políticas públicas integradas que articulem as múltiplas dimensões da questão.

A educação ambiental crítica e transformadora, conforme preconizada por diversos autores brasileiros da área, deve estar articulada com processos mais amplos de transformação social, econômica e política. Não se trata de responsabilizar individualmente os cidadãos por problemas que têm raízes estruturais, mas de construir coletivamente soluções que reconheçam responsabilidades compartilhadas entre poder público, setor privado, instituições educacionais e sociedade civil.

Para a continuidade e ampliação de iniciativas como a aqui relatada, recomenda-se: (a) estabelecimento de parcerias formais com o poder público municipal para articulação entre educação ambiental e provisão de infraestrutura; (b) expansão das atividades para outros espaços e públicos, alcançando um número maior de pessoas; (c) sistematização e avaliação continuada dos processos e resultados, utilizando indicadores qualitativos e quantitativos; (d) formação de multiplicadores locais que possam dar continuidade às ações educativas; (e) criação de espaços permanentes de diálogo e reflexão sobre a questão dos resíduos nas comunidades.

A frase "o lixo que você joga não fala, mas ele diz muito sobre você" convida cada pessoa a refletir sobre as mensagens que suas práticas cotidianas comunicam ao mundo. Que tipo de pessoa quero ser? Que tipo de comunidade queremos construir? Que legado deixaremos para as próximas gerações? Essas são perguntas fundamentais que transcendem a questão

específica dos resíduos, tocando em dimensões profundas de valores, identidade e projeto de sociedade.

Em territórios amazônicos, marcados por extraordinária riqueza ambiental e por profundas desigualdades sociais, a construção de sociedades sustentáveis representa desafio e oportunidade histórica. O cuidado com o lixo, aparentemente trivial, revela-se como questão estratégica, articulando saúde pública, qualidade ambiental, justiça social e cidadania. A experiência aqui relatada demonstra que é possível, a partir de iniciativas modestas, mas comprometidas, iniciar processos de transformação que, se ampliados e sustentados no tempo, podem contribuir para a construção de territórios mais saudáveis, justos e sustentáveis.

Portanto, cabe destacar que o enfrentamento da problemática dos resíduos sólidos urbanos exige humildade epistemológica e compromisso ético-político. Humildade para reconhecer que não há soluções simples ou universais, que cada contexto territorial tem suas especificidades e que o conhecimento científico deve dialogar com saberes locais. Compromisso ético-político com a justiça ambiental, reconhecendo que as populações mais vulneráveis são as mais afetadas pela degradação ambiental e devem ser protagonistas nos processos de transformação.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MORAN, Emilio F. **Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: Senac, 2011.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

## MEIO AMBIENTE EM NOSSAS MÃOS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE

Alunos<sup>32</sup>

Adrieny Ferreira Horta  
DannyEle Cristiana Lopes Monteiro  
Eliete Carvalho Castro  
Emellyn Barbosa Cunha  
Izarlane Da Silva Vieira  
Kellen Uchoa  
Larissa Arcelino Freitas  
Luzialba Rodrigues Marreiros  
Maciane Ramos  
Maria Eduarda Paulino Bastos  
Maria Irene Da Silva Leite  
Raimundo Nonato Da Costa  
Samara Barbosa De Lira  
Sílvia Maria Santos Corrêa  
Simone Christina Calheiros Pereira Freitas  
Orientador(a)<sup>33</sup> Prof<sup>a</sup> Jane Reis

### RESUMO

A gestão inadequada de resíduos sólidos urbanos e a degradação ambiental em áreas periféricas representam desafios críticos para a sustentabilidade urbana na Amazônia. Este artigo analisa os impactos socioambientais decorrentes de práticas inadequadas de manejo de resíduos e poluição de recursos hídricos na comunidade Vale do Amanhecer, localizada no bairro Petrópolis, zona sul de Manaus, Amazonas. A partir de uma experiência extensionista desenvolvida entre março e junho de 2025, totalizando 45 horas de atividades práticas, o estudo demonstra como ações educativas participativas podem promover mudanças comportamentais e fortalecer o senso de responsabilidade coletiva. A metodologia adotada fundamentou-se na pesquisa-ação participativa, envolvendo diagnóstico comunitário, aplicação de questionários, campanhas de conscientização, distribuição de materiais educativos e intervenções teatrais. Os resultados evidenciam que a educação ambiental contextualizada, quando articulada com o protagonismo comunitário, constitui instrumento eficaz para a construção de territórios mais sustentáveis. Conclui-se que o enfrentamento dos problemas socioambientais urbanos exige abordagens integradas que reconheçam a interdependência entre responsabilidade individual, mobilização coletiva e políticas públicas efetivas, consolidando a premissa de que o meio ambiente está, literalmente, em nossas mãos.

**Palavras-chave:** Consciência Ambiental; Gestão de Resíduos Urbanos; Educação Socioambiental.

<sup>32</sup> Acadêmicos do Curso de Pedagogia, do 2º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>33</sup> Professora Mestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Boas Novas. E-mail: wilce.jane@fbnovas.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada e desordenada nas cidades amazônicas tem produzido territórios marcados por múltiplas vulnerabilidades socioambientais, manifestadas especialmente em comunidades periféricas onde a infraestrutura básica é insuficiente e os serviços públicos apresentam fragilidades significativas. Nesse contexto, problemas como o descarte inadequado de resíduos sólidos, a poluição de igarapés e a degradação de áreas verdes urbanas assumem proporções alarmantes, comprometendo tanto a qualidade ambiental quanto a saúde e o bem-estar das populações locais.

Segundo Grippi (2001), o lixo produzido por uma sociedade revela não apenas seus padrões de consumo, mas também suas práticas culturais, seu grau de organização social e sua capacidade de estabelecer relações sustentáveis com o ambiente. Nessa perspectiva, a gestão adequada de resíduos transcende a dimensão técnica, configurando-se como questão fundamentalmente educativa, ética e política, que exige transformações profundas em valores, hábitos e estruturas institucionais.

Em Manaus, capital do estado do Amazonas, a convivência entre uma das maiores biodiversidades do planeta e uma urbanização precária cria paradoxos socioambientais que demandam atenção urgente. Comunidades como Vale do Amanhecer, situada no bairro Petrópolis, zona sul da cidade, enfrentam cotidianamente desafios relacionados ao acúmulo de resíduos em espaços públicos, à contaminação de cursos d'água e à ausência de práticas sistemáticas de educação ambiental que possam subsidiar mudanças comportamentais efetivas.

Como argumentam Telles e Braga (2004), a relação entre meio ambiente, educação e qualidade de vida constitui tripé fundamental para o desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos amazônicos onde as pressões sobre os recursos naturais intensificam-se diante do crescimento populacional urbano. A educação ambiental, quando concebida em perspectiva crítica e participativa, emerge como ferramenta capaz de promover processos de conscientização que articulem conhecimento, valores e práticas transformadoras.

A expressão "meio ambiente em nossas mãos" carrega em si uma dimensão simbólica e prática fundamental: reconhece que cada indivíduo, através de suas escolhas cotidianas, exerce impacto direto sobre a qualidade ambiental coletiva. Conforme destacam Cavalcanti (2002), a sustentabilidade não é apenas uma meta a ser alcançada por meio de políticas públicas ou inovações tecnológicas, mas resulta fundamentalmente de transformações nas relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o ambiente, mediadas por valores de responsabilidade, cuidado e solidariedade intergeracional.

O conceito de responsabilidade compartilhada, estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), reconhece que fabricantes, comerciantes, consumidores e poder público têm papéis complementares no ciclo de vida dos produtos e na gestão adequada dos resíduos. No entanto, a efetivação desse princípio depende não apenas de marcos legais e arranjos institucionais, mas também de processos educativos que capacitem os cidadãos para compreenderem suas responsabilidades e exercerem seu protagonismo (GRIPPI, 2001).

A comunidade Vale do Amanhecer apresenta trajetória histórica marcada pela luta por direitos sociais, melhorias urbanas e organização popular. Desde sua consolidação, os moradores demonstraram capacidade de mobilização, criando instâncias de representação como a Associação de Desenvolvimento Comunitário (ADEV-A), fundada em 1997, e conquistando importantes avanços em infraestrutura e serviços públicos. Essa tradição de organização coletiva constitui base importante para iniciativas de educação ambiental participativa.

Como observam Telles e Braga (2004), comunidades que desenvolveram processos organizativos em torno de questões sociais apresentam maior potencial para mobilizar-se também em torno de questões ambientais, desde que sejam estabelecidas conexões claras entre essas dimensões. A qualidade ambiental não é questão abstrata ou secundária, mas condição fundamental para a saúde, a segurança e a dignidade humana, especialmente em territórios periféricos onde as populações já enfrentam múltiplas vulnerabilidades.

Os problemas socioambientais identificados na comunidade Vale do Amanhecer incluem o descarte inadequado de resíduos em espaços públicos, praças e terrenos baldios; a poluição de igarapés que cortam ou circundam o bairro; a ausência de práticas sistemáticas de coleta seletiva; o consumo excessivo de materiais descartáveis, especialmente plásticos; e, fundamentalmente, limitações na consciência coletiva sobre as interconexões entre práticas individuais e impactos socioambientais.

Segundo Cavalcanti (2002), a degradação ambiental em territórios urbanos periféricos não decorre exclusivamente da pobreza material, mas resulta de múltiplos fatores inter-relacionados, incluindo a ausência de políticas públicas adequadas, fragilidades educacionais, reprodução de padrões culturais insustentáveis e limitações na infraestrutura disponível. Nesse sentido, intervenções eficazes devem abordar simultaneamente essas múltiplas dimensões, promovendo transformações integradas.

A iniciativa extensionista que fundamenta este artigo desenvolveu-se entre março e junho de 2025, totalizando 45 horas de atividades que incluíram diagnóstico participativo, campanhas de conscientização, distribuição de materiais educativos, apresentações teatrais,

aplicação de questionários e diálogos sistemáticos com moradores, comerciantes e lideranças comunitárias. A experiência fundamentou-se na premissa de que a universidade tem responsabilidade social de dialogar com as comunidades, reconhecendo e valorizando os saberes locais enquanto compartilha conhecimentos acadêmicos.

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos socioambientais das práticas inadequadas de gestão de resíduos e poluição ambiental na comunidade Vale do Amanhecer, bem como discutir estratégias de educação ambiental participativa capazes de promover transformações comportamentais e fortalecer o senso de responsabilidade coletiva. Especificamente, busca-se: (a) caracterizar os principais problemas socioambientais enfrentados pela comunidade; (b) analisar percepções e práticas dos moradores em relação à gestão de resíduos e preservação ambiental; e (c) refletir sobre o papel da educação ambiental crítica na construção de territórios sustentáveis.

A estrutura do artigo organiza-se em quatro seções principais, além desta introdução. A primeira seção do desenvolvimento aborda as dimensões socioambientais da gestão de resíduos em contextos urbanos periféricos, discutindo impactos e desafios. A segunda seção apresenta e analisa estratégias de educação ambiental participativa implementadas na comunidade Vale do Amanhecer. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais aprendizados e apontam desafios para a continuidade e ampliação de iniciativas dessa natureza, reafirmando que o futuro do meio ambiente depende fundamentalmente das escolhas que fazemos individual e coletivamente, estando, literalmente, em nossas mãos.

## **2 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA GESTÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS EM COMUNIDADES URBANAS PERIFÉRICAS**

A gestão inadequada de resíduos sólidos em áreas urbanas constitui um dos problemas ambientais mais visíveis e complexos enfrentados por cidades brasileiras, particularmente em regiões periféricas onde a infraestrutura sanitária é deficiente e os serviços públicos apresentam descontinuidades significativas. Como destacam Grippi (2001), o lixo não é apenas matéria descartada, mas indicador de processos sociais, econômicos e culturais que revelam padrões de consumo, desigualdades estruturais e relações estabelecidas entre sociedade e natureza.

Na comunidade Vale do Amanhecer, localizada no bairro Petrópolis, zona sul de Manaus, os impactos socioambientais da gestão inadequada de resíduos manifestam-se de múltiplas formas interconectadas. Do ponto de vista ambiental, observa-se o acúmulo de lixo em praças públicas, terrenos baldios e vias de circulação, criando paisagens degradadas que

comprometem a qualidade estética e funcional dos espaços urbanos. Segundo Telles e Braga (2004), a degradação visual do ambiente urbano não é questão meramente estética, mas afeta profundamente a identidade territorial, o sentimento de pertencimento e a autoestima das comunidades.

A poluição de igarapés representa problema particularmente grave no contexto amazônico. Esses cursos d'água, que historicamente desempenharam funções ecológicas, culturais e econômicas fundamentais, transformaram-se progressivamente em receptáculos de resíduos domésticos, entulhos e efluentes não tratados. Conforme argumentam Cavalcanti (2002), a degradação de corpos d'água urbanos na Amazônia representa paradoxo trágico: a região detentora da maior reserva de água doce do planeta convive com a contaminação sistemática de seus recursos hídricos em áreas urbanas.

O acúmulo de resíduos orgânicos em locais inadequados cria condições favoráveis para a proliferação de vetores de doenças como dengue, zika, chikungunya, leptospirose e outras enfermidades que afetam desproporcionalmente populações de baixa renda. Como observam Telles e Braga (2004), existe uma correlação direta entre qualidade ambiental e qualidade de vida, de modo que comunidades que enfrentam problemas ambientais agudos também apresentam maiores índices de morbidade e mortalidade.

Os resíduos sólidos descartados inadequadamente também comprometem sistemas de drenagem urbana, contribuindo para alagamentos e enchentes durante períodos chuvosos. Em Manaus, cidade caracterizada por índices pluviométricos elevados, o entupimento de canais de drenagem por resíduos intensifica problemas de alagamento em áreas de baixada, afetando habitações, infraestrutura e mobilidade urbana. Segundo Grippi (2001), a gestão adequada de resíduos não pode ser dissociada do planejamento urbano integrado, que considere as especificidades climáticas, geomorfológicas e hidrológicas de cada território.

No ponto de vista econômico, os custos associados à gestão inadequada de resíduos são substanciais, embora frequentemente subestimados. Incluem gastos públicos com limpeza de áreas degradadas, desobstrução de sistemas de drenagem, tratamento de doenças relacionadas à poluição ambiental, recuperação de áreas contaminadas e perda de oportunidades econômicas associadas à reciclagem e reutilização de materiais. Como destacam Cavalcanti (2002), a economia de recursos naturais e a gestão sustentável de resíduos constituem não apenas imperativos ambientais, mas também estratégias economicamente racionais de longo prazo.

A dimensão social dos problemas relacionados aos resíduos merece atenção particular. O acúmulo de lixo em espaços públicos afeta desigualmente diferentes grupos sociais, sendo

particularmente prejudicial para crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida e populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a presença de resíduos contribui para a estigmatização territorial, reforçando preconceitos e discriminações que afetam moradores de periferias urbanas. Segundo Telles e Braga (2004), a justiça ambiental exige reconhecer que problemas ambientais não se distribuem aleatoriamente no espaço urbano, mas concentram-se em territórios habitados por populações historicamente marginalizadas.

A gestão inadequada de resíduos também tem impactos sobre catadores de materiais recicláveis, grupo social que desempenha papel fundamental na economia circular urbana, mas frequentemente trabalha em condições precárias, sem reconhecimento formal e enfrentando riscos sanitários significativos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) estabelece diretrizes importantes para a inclusão social e econômica desses trabalhadores, mas a efetivação dessas diretrizes permanece desafio em muitos contextos urbanos (GRIPPI, 2001).

No contexto específico da comunidade Vale do Amanhecer, o diagnóstico participativo realizado entre março e junho de 2025 identificou que os problemas socioambientais relacionados aos resíduos decorrem de múltiplos fatores inter-relacionados. A ausência de coleta regular em determinadas áreas do bairro constitui fator estrutural importante, criando situações em que moradores não têm alternativa adequada para o descarte de seus resíduos. Como argumentam Cavalcanti (2002), responsabilizar individualmente cidadãos por problemas que decorrem de ausências do poder público representa injustiça que obscurece responsabilidades institucionais.

No entanto, mesmo em áreas onde existe coleta regular, observam-se práticas inadequadas de descarte, incluindo o lançamento de resíduos em horários ou locais inadequados, a mistura de diferentes tipos de materiais que poderiam ser reciclados e o descarte de resíduos volumosos em terrenos baldios. Essas práticas revelam não apenas limitações informacionais, mas também padrões culturais que naturalizam certas condutas e desconectam ações individuais de suas consequências coletivas.

Segundo Telles e Braga (2004), a transformação de práticas relacionadas aos resíduos exige processos educativos que promovam não apenas a transmissão de informações técnicas sobre formas adequadas de descarte, mas também o desenvolvimento de uma ética ambiental fundamentada em valores de responsabilidade, cuidado e reconhecimento da interdependência entre todos os seres e sistemas que compõem o ambiente urbano.

O conceito de responsabilidade compartilhada, central na Política Nacional de Resíduos Sólidos, reconhece que diferentes atores sociais têm papéis complementares no ciclo de vida

dos produtos e na gestão de resíduos. Fabricantes devem projetar produtos considerando facilidades de reciclagem e minimização de impactos ambientais; comerciantes devem estruturar sistemas de logística reversa; consumidores devem adotar práticas de descarte adequadas e priorizar consumo consciente; e o poder público deve prover infraestrutura, regulamentação e fiscalização efetivas (GRIPPI, 2001).

Na comunidade Vale do Amanhecer, a aplicação de questionários com moradores revelou níveis variados de consciência ambiental. Enquanto alguns participantes demonstraram compreensão sobre impactos da gestão inadequada de resíduos e manifestaram disposição para adotar práticas mais sustentáveis, outros expressaram fatalismo, atribuindo exclusivamente ao poder público a responsabilidade pelos problemas observados. Como destacam Cavalcanti (2002), a construção de uma cultura de responsabilidade compartilhada exige processos educativos continuados que promovam compreensão sobre as múltiplas dimensões da questão ambiental.

Um aspecto particularmente significativo identificado no diagnóstico refere-se à relação entre práticas de descarte e sentimentos de pertencimento territorial. Moradores que manifestaram maior identificação com a comunidade e participação em atividades coletivas também demonstraram maior preocupação com a limpeza de espaços públicos e disposição para contribuir com soluções. Segundo Telles e Braga (2004), o fortalecimento de identidades territoriais positivas constitui elemento importante para a mobilização ambiental comunitária.

A degradação de igarapés merece atenção especial no contexto amazônico. Além dos impactos sanitários e ambientais já mencionados, a poluição desses cursos d'água representa perda cultural significativa, na medida em que desestrutura práticas tradicionais de uso da água e compromete a transmissão de saberes intergeracionais. Como argumentam Telles e Braga (2004), a preservação ambiental na Amazônia não pode ser dissociada da preservação de culturas e modos de vida que historicamente estabeleceram relações sustentáveis com o ambiente.

Os materiais plásticos representam desafio particular. Devido à sua durabilidade, baixo custo e versatilidade, tornaram-se onipresentes na vida cotidiana, mas seu descarte inadequado gera impactos ambientais de longa duração. Sacolas plásticas, garrafas descartáveis e embalagens de diversos tipos acumulam-se em terrenos, entopem canais de drenagem e poluem igarapés, permanecendo no ambiente por décadas ou séculos. Como destacam Grippi (2001), a redução do consumo de plásticos descartáveis constitui estratégia fundamental para a gestão sustentável de resíduos.

A experiência desenvolvida na comunidade Vale do Amanhecer evidenciou que os impactos socioambientais da gestão inadequada de resíduos não afetam apenas o presente, mas comprometem também as possibilidades futuras de desenvolvimento sustentável. Crianças que crescem em ambientes degradados naturalizam essas condições, reproduzindo posteriormente práticas insustentáveis. Segundo Cavalcanti (2002), a educação ambiental de qualidade na infância e adolescência constitui investimento estratégico para a construção de sociedades sustentáveis.

### **3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

A educação ambiental, quando concebida em perspectiva crítica, participativa e transformadora, constitui ferramenta fundamental para o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos. Diferentemente de abordagens meramente informativas ou comportamentalistas, a educação ambiental crítica busca promover processos reflexivos que capacitem os sujeitos para compreenderem as raízes históricas, sociais e políticas dos problemas ambientais, bem como para construir coletivamente soluções transformadoras (TELLES; BRAGA, 2004).

A experiência extensionista desenvolvida na comunidade Vale do Amanhecer entre março e junho de 2025 fundamentou-se nesses princípios, buscando estabelecer um diálogo horizontal entre universidade e comunidade, reconhecendo os saberes locais e construindo conhecimentos de forma colaborativa. As estratégias pedagógicas adotadas foram diversificadas, considerando diferentes públicos, espaços e linguagens, de modo a ampliar o alcance e a efetividade das intervenções.

A primeira vivência de campo, realizada em 10 de março de 2025, constituiu momento fundamental de aproximação com a comunidade e de estabelecimento de relações de confiança. O contato inicial com o líder comunitário Antônio Gercionito Rocha permitiu compreender percepções locais sobre os problemas socioambientais e identificar espaços e oportunidades para intervenção. Como destacam Cavalcanti (2002), iniciativas de educação ambiental são mais eficazes quando partem do reconhecimento e valorização das lideranças e organizações comunitárias existentes.

Durante essa primeira visita, foi realizado mapeamento preliminar dos pontos críticos de acúmulo de resíduos, poluição de igarapés e degradação de áreas verdes. Esse diagnóstico participativo, realizado em diálogo com moradores, permitiu não apenas identificar problemas,

mas também compreender suas causas, históricos e percepções comunitárias. Segundo Grippi (2001), o envolvimento da comunidade desde as fases iniciais de diagnóstico aumenta significativamente a legitimidade e a efetividade de intervenções educativas.

A aplicação de questionários com moradores constituiu estratégia importante para conhecer percepções, práticas e disposições relacionadas à gestão de resíduos e preservação ambiental. As perguntas abordaram aspectos como: conhecimento sobre formas adequadas de descarte; práticas cotidianas de gestão doméstica de resíduos; percepções sobre responsabilidades individuais e coletivas; e disposição para participar de iniciativas de melhoria ambiental. As respostas revelaram heterogeneidade significativa, evidenciando a necessidade de abordagens educativas diferenciadas (Telles; Braga, 2004).

Entre 14 de abril e 26 de maio de 2025, foram realizadas visitas semanais para monitoramento, aprofundamento do diálogo e distribuição de materiais educativos. A regularidade dessas visitas foi fundamental para estabelecer vínculos duradouros com a comunidade e para demonstrar compromisso continuado com as questões abordadas. Como argumentam Cavalcanti (2002), processos educativos ambientais efetivos exigem continuidade temporal, não se limitando a intervenções pontuais ou esporádicas.

A campanha de conscientização socioambiental constituiu o núcleo central das intervenções práticas. Incluiu a distribuição de folders informativos elaborados com linguagem acessível e graficamente atraentes, abordando temas como: impactos do descarte inadequado de resíduos; formas corretas de separação e descarte; importância da reciclagem; redução do consumo de materiais descartáveis; e preservação de igarapés. Segundo Grippi (2001), materiais educativos impressos são eficazes quando complementam processos dialógicos, funcionando como suportes para reflexões continuadas.

A distribuição de garrafas reutilizáveis teve caráter simultaneamente simbólico e prático. Do ponto de vista simbólico, representou um convite concreto à mudança de hábitos, incentivando a substituição de garrafas plásticas descartáveis por recipientes reutilizáveis. Do ponto de vista prático, ofereceu um recurso material que facilitou a implementação imediata de práticas mais sustentáveis. Como destacam Telles e Braga (2004), intervenções educativas são mais eficazes quando articulam reflexão crítica com possibilidades práticas de ação.

A realização de teatro educativo sobre o descarte incorreto de resíduos constituiu estratégia pedagógica particularmente significativa. A dramatização, utilizando recursos artísticos e lúdicos, permitiu abordar questões ambientais de forma emocionalmente envolvente, facilitando processos de identificação e reflexão. A peça apresentada conferiu "voz"

aos resíduos, permitindo que expressassem seus sentimentos ao serem descartados inadequadamente e revelassem seus impactos sobre o ambiente e a saúde humana (Cavalcanti, 2002).

O teatro ambiental mobiliza dimensões cognitivas, afetivas e estéticas, promovendo aprendizagens que transcendem a mera aquisição de informações. Segundo Telles e Braga (2004), recursos artísticos são particularmente eficazes em processos de educação ambiental porque mobilizam a imaginação, estimulam a empatia e criam experiências memoráveis que podem influenciar comportamentos futuros.

A diversidade de espaços onde as ações foram realizadas também merece destaque. A Igreja Evangélica Pentecostal, a praça pública da comunidade e a área externa da Faculdade Boas Novas constituíram cenários distintos que permitiram alcançar diferentes públicos e estabelecer conexões entre a questão ambiental e diversos aspectos da vida comunitária. Como argumentam Grippi (2001), a educação ambiental não deve restringir-se a espaços formais de educação, mas permear todos os espaços de convivência social.

A parceria com lideranças religiosas foi particularmente estratégica. Igrejas desempenham papel importante na organização social de comunidades periféricas, funcionando como espaços de encontro, construção de identidades e mobilização coletiva. A articulação entre educação ambiental e dimensões éticas e espirituais presentes em tradições religiosas pode potencializar processos de transformação de valores e práticas (Cavalcanti, 2002).

A ação social envolvendo distribuição de cesta básica, embora aparentemente desconectada da questão ambiental, teve importância estratégica ao demonstrar solidariedade concreta com necessidades materiais da comunidade e ao criar oportunidades de diálogo sobre múltiplas dimensões da qualidade de vida, incluindo a ambiental. Como destacam Telles e Braga (2004), abordagens integradas que reconhecem as interdependências entre dimensões sociais, econômicas e ambientais da vida comunitária são mais eficazes que intervenções setorializadas.

Os resultados preliminares das intervenções foram encorajadores. Nas conversas com moradores, observou-se aumento da consciência sobre impactos do descarte inadequado de resíduos, manifestações de compromisso com mudanças de práticas e interesse em conhecer mais sobre alternativas sustentáveis. Alguns participantes relataram ter iniciado práticas de separação de resíduos recicláveis e redução do uso de sacolas plásticas descartáveis (Grippi, 2001).

No entanto, é fundamental reconhecer as limitações da experiência. O período de três meses é insuficiente para avaliar transformações comportamentais consolidadas ou impactos ambientais mensuráveis. Como argumentam Cavalcanti (2002), mudanças culturais profundas exigem processos educativos de longo prazo, sustentados por políticas públicas continuadas e por múltiplas iniciativas complementares.

Outro desafio identificado refere-se à necessidade de articulação mais sistemática com o poder público municipal, especialmente com órgãos responsáveis pela coleta de resíduos, limpeza urbana e fiscalização ambiental. Sem infraestrutura adequada e sem políticas públicas efetivas, os esforços educativos encontram limitações estruturais importantes. Como destacam Telles e Braga (2004), a educação ambiental não substitui a responsabilidade do Estado em prover serviços públicos de qualidade.

A experiência evidenciou também a importância do protagonismo comunitário. As intervenções foram mais eficazes quando envolveram moradores não apenas como receptores passivos de informações, mas como sujeitos ativos na identificação de problemas, construção de soluções e implementação de ações. Segundo Grippi (2001), processos participativos genuínos reconhecem e valorizam os saberes, experiências e capacidades de mobilização das comunidades.

Um aspecto particularmente significativo foi a receptividade de diferentes gerações às ações desenvolvidas. Crianças demonstraram entusiasmo especial ao participar das atividades teatrais e manifestaram disposição para influenciar práticas familiares. Idosos compartilharam memórias de tempos em que os igarapés eram limpos e utilizados para múltiplas finalidades, expressando tristeza pela degradação atual. Essas trocas intergeracionais enriqueceram os processos educativos, criando pontes entre passado, presente e futuro (Cavalcanti, 2002).

A expressão "meio ambiente em nossas mãos" mostrou-se eficaz como elemento mobilizador, ao sintetizar a mensagem central de que cada pessoa, através de suas escolhas e práticas cotidianas, exerce influência sobre a qualidade ambiental coletiva. Essa formulação promove senso de agência individual sem, no entanto, obscurecer responsabilidades coletivas e institucionais. Como destacam Telles e Braga (2004), a educação ambiental crítica equilibra responsabilização individual e análise estrutural dos problemas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de educação ambiental participativa desenvolvida na comunidade Vale do Amanhecer, em Manaus, evidenciou tanto as potencialidades quanto os desafios inerentes a

processos de transformação socioambiental em contextos urbanos periféricos. Os resultados obtidos, embora preliminares e limitados pelo curto período de implementação, demonstram que estratégias educativas diversificadas, contextualizadas e dialógicas podem contribuir significativamente para o aumento da consciência ambiental e para o início de mudanças comportamentais relacionadas à gestão de resíduos e preservação de recursos naturais.

A premissa central que orientou o projeto – de que o meio ambiente está literalmente em nossas mãos – mostrou-se pedagogicamente eficaz ao promover reflexões sobre a interdependência entre ações individuais e impactos coletivos. Essa compreensão constitui fundamento essencial para a construção de uma ética ambiental baseada em valores de responsabilidade, cuidado e solidariedade, capaz de orientar escolhas cotidianas em direção à sustentabilidade.

A análise dos impactos socioambientais da gestão inadequada de resíduos revelou a complexidade e a multidimensionalidade dos problemas enfrentados pela comunidade. Os efeitos negativos manifestam-se simultaneamente nas dimensões ambiental (poluição de solos, águas e ar), sanitária (proliferação de vetores de doenças), social (estigmatização territorial e comprometimento da qualidade de vida), econômica (custos associados à limpeza e tratamento de doenças) e cultural (degradação de espaços de convivência e perda de identidades territoriais positivas).

Essa multidimensionalidade exige abordagens integradas que articulem educação ambiental, políticas públicas de infraestrutura, regulamentação efetiva, fiscalização adequada e mobilização social continuada. A educação ambiental, por mais qualificada que seja, não pode substituir a responsabilidade do poder público em prover serviços essenciais como coleta regular de resíduos, sistemas de drenagem adequados e programas de coleta seletiva. Tampouco pode substituir a responsabilidade de fabricantes e comerciantes em adotar práticas de produção e comercialização mais sustentáveis.

No entanto, a educação ambiental desempenha papel fundamental ao promover processos de conscientização que capacitam os cidadãos para compreenderem criticamente os problemas ambientais, reconhecerem suas responsabilidades e possibilidades de ação, e mobilizarem-se coletivamente para exigir políticas públicas adequadas e para construir soluções comunitárias. O fortalecimento da consciência ambiental e do senso de responsabilidade compartilhada constitui base indispensável para transformações socioambientais duradouras.

A experiência desenvolvida demonstrou a importância de estratégias pedagógicas diversificadas que considerem diferentes linguagens, espaços e públicos. A combinação de questionários, campanhas informativas, distribuição de materiais educativos, teatro e diálogos diretos com moradores permitiu alcançar níveis variados de engajamento e sensibilização. Recursos artísticos e lúdicos mostraram-se particularmente eficazes ao mobilizar dimensões afetivas e imaginativas, complementando abordagens mais cognitivas.

O protagonismo comunitário emergiu como elemento central para a efetividade das intervenções. As ações foram mais significativas quando envolveram moradores não como receptores passivos de conhecimentos externos, mas como sujeitos ativos na identificação de problemas, construção de diagnósticos, elaboração de soluções e implementação de práticas transformadoras. Esse reconhecimento reafirma princípios fundamentais da educação popular e da pesquisa-ação participativa, que valorizam os saberes locais e promovem processos de aprendizagem mútua.

A articulação com lideranças e organizações comunitárias existentes, particularmente com instituições religiosas e associações de moradores, mostrou-se estratégia importante para ampliar o alcance das ações e para estabelecer vínculos de confiança. Essas instituições desempenham papéis relevantes na vida social das comunidades periféricas e podem contribuir significativamente para processos de mobilização ambiental.

Para a continuidade e ampliação de iniciativas dessa natureza, recomendam-se: (a) estabelecimento de parcerias formais com o poder público municipal para articulação entre educação ambiental e provisão de infraestrutura adequada; (b) criação de programas de formação de multiplicadores ambientais locais que possam dar continuidade às ações educativas de forma permanente; (c) desenvolvimento de materiais educativos contextualizados que abordem especificidades amazônicas e dialoguem com culturas locais; (d) implementação de sistemas de monitoramento e avaliação que permitam acompanhar transformações ao longo do tempo; e (e) fortalecimento de redes de colaboração entre universidades, escolas, organizações comunitárias e poder público.

A questão dos resíduos sólidos urbanos na Amazônia apresenta especificidades que merecem atenção. A região detentora da maior biodiversidade e das maiores reservas de água doce do planeta enfrenta paradoxalmente processos acelerados de degradação ambiental urbana. A construção de cidades amazônicas sustentáveis representa desafio civilizatório fundamental que exige articulação entre saberes tradicionais, conhecimentos científicos, inovações tecnológicas e transformações políticas.

O conceito de responsabilidade compartilhada, estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, oferece marco importante para orientar ações integradas. No entanto, sua efetivação depende de vontade política, investimentos públicos adequados, fiscalização efetiva, incentivos econômicos bem desenhados e, fundamentalmente, de processos educativos que promovam compreensão sobre direitos e deveres de diferentes atores sociais.

A experiência relatada neste artigo reafirma que a transformação de realidades socioambientais insustentáveis é possível, mas exige compromisso, persistência, humildade epistemológica e disposição para construir conhecimentos de forma colaborativa. Não existem soluções mágicas ou universais, mas processos complexos e contextualizados que reconhecem especificidades territoriais, culturais e históricas.

O meio ambiente está, efetivamente, em nossas mãos. Cada escolha que fazemos – sobre o que consumir, como descartar, quais práticas adotar, como nos relacionar com espaços públicos, como nos mobilizar coletivamente – tem consequências ambientais que afetam não apenas nossa própria qualidade de vida, mas também a de nossos vizinhos, de nossas comunidades, de ecossistemas próximos e distantes, e de gerações futuras.

Essa consciência da interdependência e da responsabilidade não deve gerar paralisia ou culpabilização individual, mas mobilização criativa e solidária em direção a futuros mais sustentáveis. O desafio está lançado. As mãos que podem transformar o meio ambiente são as nossas – enquanto indivíduos, comunidades, instituições e sociedade. Que possamos utilizá-las com sabedoria, compromisso e esperança.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

GRIPPI, Sidney (Org.). **Lixo: reciclagem e sua história**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

TELLES, Tenório; BRAGA, Celdo (Org.). **Meio Ambiente: educação e qualidade de vida**. Manaus: Edições Kintaw, 2004.

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NAS  
COMUNIDADES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS  
EXTENSIONISTAS EM MANAUS, AMAZONAS**

Alunos<sup>34</sup>

Aimee Larissa De Souza Garcia  
Aline Maiara Vieira  
Ana Alice Castro Lemos  
Andressa Vitória Da Silva Espírito Santo  
Cleidimar Silva Da Cruz  
Cleiciane Braz De Vilhena  
Claudineia Melo Dos Santos  
Delcimara Barbosa De Souza  
Débora Leticia De Melo Borges  
Dinizeth Silva Moreira  
Edvania Bentes De Souza  
Eliziane Dos Santos Jagataris  
Enerzilia Ramalho Dos Santos Lima  
Esthefanny Monteiro Farias  
Francinaldo Oliveira Da Silva  
Geovanna Palheta Pereira  
Graziele Feitosa Franco  
Ingrid Dantas De Melo  
Iria Melo Da Silva  
Janes Soares Dos Santos  
Jamilly Da Silva Macario  
Jenneffer Martel  
Joicy Dos Santos E Santos  
Lourena Da Cunha Lima  
Luiz Eduardo Correia Pinto  
Marcella Gama Da Silva Menezes  
Maria Celeste Amaral De Souza  
Maria Eduarda Costa Do Nascimento  
Maria Eduarda Jesua Da Silva  
Maria Inez Lima Da Silva  
Mizael De Freitas Ribeiro  
Remily Freitas Do Nascimento  
Rosane De Souza Santos  
Sabrina Sampaio Freire  
Vitória Esteves Costa  
Orientador(a)<sup>35</sup> Prof<sup>a</sup> Jane Reis

<sup>34</sup> Acadêmicos do Curso de Pedagogia, do 2º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>35</sup> Professora Mestre do Curso de Pedagogia da Faculdade Boas Novas. E-mail: wilce.jane@fbnovas.edu.br

## RESUMO

A gestão inadequada de resíduos sólidos urbanos constitui um dos problemas ambientais mais críticos enfrentados por comunidades periféricas brasileiras, especialmente na região amazônica, onde a rápida urbanização confronta-se com infraestruturas sanitárias deficientes. Este artigo analisa os impactos socioambientais decorrentes da gestão inadequada de resíduos sólidos em comunidades localizadas nos bairros Petrópolis, Crespo e Colônia Antônio Aleixo, na cidade de Manaus, Amazonas. A partir de uma experiência extensionista desenvolvida entre março e junho de 2025, o estudo examina as interfaces entre práticas comunitárias de descarte de resíduos, vulnerabilidades socioambientais e processos de conscientização coletiva. Fundamentando-se em metodologia qualitativa de pesquisa-ação participativa, a investigação envolveu mapeamento comunitário, aplicação de questionários, campanhas educativas e distribuição de materiais informativos. Os resultados evidenciam que os problemas relacionados à gestão de resíduos decorrem de múltiplos fatores inter-relacionados, incluindo ausências de infraestrutura adequada, limitações de consciência ambiental, reprodução de padrões culturais insustentáveis e fragilidades nas políticas públicas locais. Conclui-se que o enfrentamento sustentável dos problemas socioambientais relacionados aos resíduos exige abordagens integradas que articulem educação ambiental crítica, investimentos em infraestrutura sanitária, fortalecimento organizacional comunitário e políticas públicas efetivas fundamentadas no princípio da responsabilidade compartilhada.

**Palavras-chave:** Resíduos Sólidos Urbanos; Impactos Socioambientais; Educação Ambiental Comunitária.

## 1 INTRODUÇÃO

A problemática dos resíduos sólidos urbanos representa uma das questões ambientais mais desafiadoras do século XXI, particularmente em países em desenvolvimento onde o crescimento populacional urbano acelerado frequentemente não é acompanhado por investimentos proporcionais em infraestrutura sanitária e sistemas de gestão ambiental. No Brasil, apesar dos avanços normativos representados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a efetivação de práticas sustentáveis de manejo de resíduos permanece desigual no território nacional, com comunidades periféricas enfrentando desproporcionalmente os impactos ambientais, sanitários e sociais do descarte inadequado (JACOBI; BESEN, 2011).

Na região amazônica, essa problemática assume contornos particularmente paradoxais. Manaus, capital do estado do Amazonas, localiza-se no coração da maior floresta tropical do planeta, abrigando uma biodiversidade sem paralelos e exercendo funções ecossistêmicas globais fundamentais. Simultaneamente, a cidade enfrenta graves problemas de gestão ambiental urbana, manifestados em múltiplas formas de degradação que comprometem igarapés, áreas verdes e a qualidade de vida de sua população crescente. Como argumentam

Moran (2011), as contradições entre riqueza ambiental regional e precariedade urbana constituem desafios centrais para o desenvolvimento sustentável amazônico.

A gestão de resíduos sólidos urbanos transcende dimensões meramente técnicas ou operacionais, configurando-se como questão fundamentalmente política, social, cultural e educacional. Os padrões de geração, descarte e manejo de resíduos revelam não apenas características econômicas de uma sociedade, mas também seus valores éticos, suas estruturas de desigualdade e suas capacidades de estabelecer relações sustentáveis entre os sistemas humanos e naturais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) estabeleceu importantes marcos normativos para a gestão adequada de resíduos no país, introduzindo princípios como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a logística reversa, a hierarquização das ações de gestão (redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final adequada) e a inclusão social de catadores de materiais recicláveis.

Em Manaus, comunidades periféricas como as localizadas nos bairros Petrópolis, Crespo e Colônia Antônio Aleixo enfrentam cotidianamente problemas relacionados ao acúmulo de resíduos em espaços públicos, poluição de igarapés, proliferação de vetores de doenças e degradação ambiental generalizada. Essas comunidades, formadas historicamente através de processos de ocupação gradual e luta por direitos básicos, apresentam infraestruturas sanitárias limitadas e frequentemente não dispõem de serviços regulares de coleta de resíduos em todas as suas áreas.

A educação ambiental emerge, nesse contexto, como instrumento fundamental para a transformação de percepções, valores e práticas relacionadas aos resíduos sólidos. Como argumenta Loureiro (2012), a educação ambiental crítica não se limita à transmissão de informações sobre comportamentos ambientalmente adequados, mas promove processos reflexivos que capacitam os sujeitos para compreenderem as raízes históricas e estruturais dos problemas ambientais, reconhecerem suas responsabilidades e possibilidades de ação, e mobilizarem-se coletivamente para a construção de alternativas transformadoras.

Nesse contexto, a extensão universitária desempenha papel estratégico ao promover diálogos entre conhecimentos acadêmicos e saberes comunitários, contribuindo para processos de transformação social fundamentados em princípios de participação, respeito à diversidade e compromisso com a justiça socioambiental. Este artigo tem como objetivo analisar os impactos socioambientais da gestão inadequada de resíduos sólidos em comunidades periféricas de

Manaus, bem como examinar estratégias de educação ambiental participativa capazes de promover transformações nas percepções e práticas comunitárias.

## **2 MÚLTIPLAS DIMENSÕES DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA GESTÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

A gestão inadequada de resíduos sólidos em comunidades urbanas periféricas gera impactos socioambientais que se manifestam simultaneamente em múltiplas dimensões inter-relacionadas, afetando a qualidade ambiental, a saúde pública, as condições socioeconômicas e a qualidade de vida das populações. Como destacam Jacobi e Besen (2011), a complexidade dessa problemática exige abordagens analíticas integradas que reconheçam as interfaces entre fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais e institucionais.

Do ponto de vista ambiental, o descarte inadequado de resíduos sólidos compromete gravemente a qualidade dos ecossistemas urbanos. Nas comunidades estudadas em Manaus, observou-se acúmulo de resíduos em espaços públicos como praças, terrenos baldios, margens de vias e proximidades de igarapés. Essa degradação visual do ambiente urbano não representa apenas questão estética, mas indica processos de contaminação de solos, recursos hídricos e ar que comprometem funções ecológicas fundamentais (Moran, 2011).

Os igarapés, elementos característicos da paisagem amazônica que historicamente desempenharam funções ecológicas, culturais e econômicas centrais, transformaram-se progressivamente em receptáculos de resíduos domésticos, entulhos de construção e efluentes não tratados. Como argumentam Philippi Jr e Pelicioni (2014), a degradação de corpos d'água urbanos na Amazônia representa um paradoxo trágico: a região detentora das maiores reservas de água doce do planeta enfrenta processos sistemáticos de poluição hídrica em suas áreas urbanas.

A contaminação de igarapés por resíduos sólidos gera múltiplas consequências ambientais encadeadas. A decomposição de matéria orgânica em ambientes aquáticos consome oxigênio dissolvido, comprometendo a vida aquática e produzindo odores desagradáveis. Materiais plásticos acumulam-se nas margens e nos leitos dos cursos d'água, criando barreiras físicas que alteram padrões de fluxo e sedimentação. Substâncias químicas presentes em diversos produtos descartados podem contaminar sedimentos e biota aquática, com potencial de acumulação em cadeias tróficas (Machado, 2013).

Os impactos sobre a saúde pública constituem dimensão particularmente grave da gestão inadequada de resíduos. O acúmulo de resíduos orgânicos em locais inadequados cria condições

favoráveis para a proliferação de vetores de doenças, incluindo mosquitos transmissores de dengue, zika, chikungunya e febre amarela urbana, além de roedores transmissores de leptospirose e outras zoonoses. Como observam Jacobi e Besen (2011), comunidades periféricas enfrentam desproporcionalmente esses riscos sanitários, devido à combinação de precariedades habitacionais, limitações de infraestrutura e exposições ambientais múltiplas.

Durante as visitas de campo realizadas nas comunidades de Petrópolis, Crespo e Colônia Antônio Aleixo, foram identificados múltiplos pontos de acúmulo de resíduos que representavam riscos sanitários evidentes. Recipientes descartados que acumulavam água da chuva, resíduos orgânicos em decomposição expostos ao ar livre e entulhos que criavam abrigos para animais sinantrópicos constituíam ameaças concretas à saúde das populações locais, particularmente de crianças, idosos e pessoas com condições de saúde vulneráveis (Loureiro, 2012).

Além dos riscos associados a vetores biológicos, o descarte inadequado de resíduos pode gerar exposições diretas a substâncias tóxicas presentes em produtos domésticos, eletrônicos descartados, pilhas e baterias, tintas e solventes. Essas substâncias podem contaminar solos e águas subterrâneas, criando riscos de longo prazo para populações expostas. Como destacam Philippi Jr e Pelicioni (2014), a justiça ambiental exige reconhecer que esses riscos se distribuem desigualmente no espaço urbano, concentrando-se em territórios habitados por populações historicamente marginalizadas.

Os resíduos sólidos descartados inadequadamente também comprometem sistemas de drenagem urbana, contribuindo para alagamentos e enchentes durante períodos chuvosos. Em Manaus, cidade caracterizada por índices pluviométricos elevados e por topografia que inclui extensas áreas de baixada, o entupimento de canais de drenagem por resíduos intensifica problemas de alagamento que afetam habitações, infraestruturas e mobilidade urbana. Segundo Moran (2011), a gestão adequada de resíduos não pode ser dissociada do planejamento urbano integrado que considere especificidades climáticas, geomorfológicas e hidrológicas de cada território.

Do ponto de vista socioeconômico, os impactos da gestão inadequada de resíduos são substanciais e multifacetados. Os custos públicos associados à limpeza de áreas degradadas, desobstrução de sistemas de drenagem, tratamento de doenças relacionadas à poluição ambiental e recuperação de áreas contaminadas representam significativos ônus fiscais que poderiam ser evitados ou minimizados através de investimentos preventivos em infraestrutura e educação ambiental (Silva; Souza-Lima, 2010).

A economia desperdiça recursos potencialmente valiosos quando materiais recicláveis são descartados inadequadamente. Como destacam Jacobi e Besen (2011), a implementação efetiva de sistemas de coleta seletiva e reciclagem poderia gerar benefícios econômicos através da recuperação de materiais, da criação de empregos na cadeia da reciclagem e da redução de custos de disposição final em aterros sanitários.

Os catadores de materiais recicláveis desempenham papel fundamental na economia circular urbana, recuperando materiais que retornam a processos produtivos e evitando que volumosas quantidades de resíduos sejam encaminhadas para disposição final. No entanto, esses trabalhadores frequentemente atuam em condições precárias, sem reconhecimento formal, enfrentando riscos sanitários significativos e recebendo remunerações insuficientes.

A dimensão social dos impactos relacionados aos resíduos merece atenção particular. O acúmulo de lixo em espaços públicos afeta desigualmente diferentes grupos sociais, sendo particularmente prejudicial para crianças que utilizam esses espaços para brincadeiras, para idosos com mobilidade reduzida que enfrentam dificuldades adicionais para transitar em áreas degradadas, e para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não dispõem de alternativas residenciais.

Além dos impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar, a presença de resíduos contribui para a estigmatização territorial, reforçando preconceitos e discriminações que afetam moradores de periferias urbanas. Como argumentam Jacobi e Besen (2011), comunidades que enfrentam problemas ambientais visíveis frequentemente são rotuladas pejorativamente, com consequências que incluem desvalorização imobiliária, dificuldades de acesso a serviços e reprodução de estereótipos que obscurecem as causas estruturais dos problemas observados.

O diagnóstico participativo realizado nas comunidades estudadas revelou que os problemas socioambientais relacionados aos resíduos decorrem de múltiplos fatores inter-relacionados. A ausência ou irregularidade da coleta pública de resíduos em determinadas áreas constitui fator estrutural importante, criando situações em que moradores não têm alternativas adequadas para o descarte. Como destacam Machado (2013), responsabilizar individualmente cidadãos por problemas que decorrem fundamentalmente de ausências do poder público representa injustiça que obscurece responsabilidades institucionais.

No entanto, mesmo em áreas onde existe coleta regular, observam-se práticas inadequadas de descarte, incluindo o lançamento de resíduos em horários ou locais inadequados, a mistura de diferentes tipos de materiais que poderiam ser reciclados, e o descarte de resíduos volumosos em terrenos baldios. Essas práticas revelam não apenas limitações

informativos, mas também padrões culturais que naturalizam certas condutas e desconectam ações individuais de suas consequências coletivas (Gumes, 2005).

Os diálogos com moradores revelaram percepções variadas sobre responsabilidades relacionadas à gestão de resíduos. Enquanto alguns reconheceram responsabilidades individuais e coletivas, outros atribuíram exclusivamente ao poder público a responsabilidade pelos problemas observados. Essa diversidade de percepções indica a necessidade de processos educativos que promovam compreensão sobre o conceito de responsabilidade compartilhada estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Segundo Loureiro (2012), a transformação de práticas relacionadas aos resíduos exige processos educativos que promovam não apenas a transmissão de informações técnicas sobre formas adequadas de descarte, mas também o desenvolvimento de uma ética ambiental fundamentada em valores de responsabilidade, cuidado e reconhecimento da interdependência entre todos os seres e sistemas que compõem o ambiente urbano.

Um aspecto particularmente significativo observado refere-se à relação entre práticas de descarte e sentimentos de pertencimento territorial. Moradores que manifestaram maior identificação com suas comunidades e participação em atividades coletivas também demonstraram maior preocupação com a limpeza de espaços públicos e disposição para contribuir com soluções. Como argumentam Philippi Jr e Pelicioni (2014), o fortalecimento de identidades territoriais positivas constitui elemento importante para a mobilização ambiental comunitária.

A degradação de igarapés merece atenção especial no contexto amazônico. Além dos impactos sanitários e ambientais já mencionados, a poluição desses cursos d'água representa perda cultural significativa, na medida em que desestrutura práticas tradicionais de uso da água e compromete a transmissão de saberes intergeracionais. Como destacam Moran (2011), a preservação ambiental na Amazônia não pode ser dissociada da preservação de culturas e modos de vida que historicamente estabeleceram relações sustentáveis com o ambiente.

Os materiais plásticos representam desafio particular. Devido à sua durabilidade, baixo custo e versatilidade, tornaram-se onipresentes na vida cotidiana, mas seu descarte inadequado gera impactos ambientais de longa duração. Sacolas plásticas, garrafas descartáveis e embalagens de diversos tipos acumulam-se em terrenos, entopem canais de drenagem e poluem igarapés, permanecendo no ambiente por décadas ou séculos (JACOBI; BESEN, 2011).

### 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA COMO ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A educação ambiental, quando fundamentada em princípios críticos, participativos e transformadores, constitui ferramenta fundamental para o enfrentamento dos desafios socioambientais relacionados à gestão de resíduos sólidos. Como argumenta Loureiro (2012), a educação ambiental crítica diferencia-se de abordagens meramente informativas ou comportamentalistas ao promover processos reflexivos que capacitam os sujeitos para compreenderem as raízes históricas, sociais e políticas dos problemas ambientais, bem como para construir coletivamente soluções transformadoras.

A experiência extensionista desenvolvida nas comunidades de Petrópolis, Crespo e Colônia Antônio Aleixo entre março e junho de 2025 fundamentou-se nesses princípios pedagógicos, buscando estabelecer diálogos horizontais entre universidade e comunidades, reconhecendo e valorizando os saberes locais enquanto compartilhava conhecimentos acadêmicos. As estratégias pedagógicas adotadas foram diversificadas, considerando diferentes públicos, espaços e linguagens, de modo a ampliar o alcance e a efetividade das intervenções (Philippi Jr; Pelicioni, 2014).

A primeira visita de campo, realizada em 10 de março de 2025, constituiu momento fundamental de aproximação com as comunidades e de estabelecimento de relações de confiança. O contato inicial com lideranças comunitárias permitiu compreender percepções locais sobre os problemas socioambientais e identificar espaços e oportunidades para intervenção. Como destacam Silva e Souza-Lima (2010), iniciativas de educação ambiental são mais eficazes quando partem do reconhecimento e valorização das lideranças e organizações comunitárias existentes.

Durante essa primeira visita, foi realizado mapeamento preliminar dos pontos críticos de acúmulo de resíduos, poluição de igarapés e degradação de áreas verdes. Esse diagnóstico participativo, realizado em diálogo com moradores, permitiu não apenas identificar problemas, mas também compreender suas causas, históricos e percepções comunitárias. Segundo Gumes (2005), o envolvimento da comunidade desde as fases iniciais de diagnóstico aumenta significativamente a legitimidade e a efetividade de intervenções educativas.

A aplicação de questionários com moradores constituiu estratégia importante para conhecer percepções, práticas e disposições relacionadas à gestão de resíduos. As perguntas abordaram aspectos como: conhecimento sobre formas adequadas de descarte; práticas cotidianas de gestão doméstica de resíduos; percepções sobre responsabilidades individuais e

coletivas; e disposição para participar de iniciativas de melhoria ambiental. As respostas revelaram heterogeneidade significativa, evidenciando a necessidade de abordagens educativas diferenciadas (Loureiro, 2012).

Entre abril e junho de 2025, foram realizadas visitas semanais para monitoramento, aprofundamento do diálogo e distribuição de materiais educativos. A regularidade dessas visitas foi fundamental para estabelecer vínculos duradouros com as comunidades e para demonstrar compromisso continuado com as questões abordadas. Como argumentam Jacobi e Besen (2011), processos educativos ambientais efetivos exigem continuidade temporal, não se limitando a intervenções pontuais ou esporádicas.

A campanha de conscientização socioambiental constituiu o núcleo central das intervenções práticas. Incluiu a distribuição de folders informativos elaborados com linguagem acessível e graficamente atraentes, abordando temas como: impactos do descarte inadequado de resíduos; formas corretas de separação e descarte; importância da reciclagem; redução do consumo de materiais descartáveis; e preservação de igarapés. Segundo Philippi Jr e Pelicioni (2014), materiais educativos impressos são eficazes quando complementam processos dialógicos, funcionando como suportes para reflexões continuadas.

As abordagens diretas a transeuntes, moradores e comerciantes constituíram estratégia particularmente significativa. Essas conversas permitiram esclarecer dúvidas sobre práticas adequadas de descarte, discutir percepções sobre responsabilidades e identificar obstáculos que dificultam a adoção de comportamentos sustentáveis. Como destaca Loureiro (2012), o diálogo respeitoso e a escuta ativa são elementos fundamentais de processos educativos transformadores.

Durante as conversas, muitos moradores expressaram frustração com a irregularidade da coleta pública de resíduos, indicando que práticas inadequadas de descarte frequentemente decorrem da ausência de alternativas viáveis. Essa constatação reforça a necessidade de articular educação ambiental com reivindicações por políticas públicas adequadas. Como argumentam Silva e Souza-Lima (2010), a educação ambiental crítica não se limita a promover mudanças comportamentais individuais, mas também fortalece capacidades de mobilização coletiva por direitos socioambientais.

A experiência evidenciou a importância de adaptar linguagens e abordagens a diferentes públicos. Conversas com idosos frequentemente evocavam memórias de tempos em que os igarapés eram limpos e utilizados para múltiplas finalidades, criando oportunidades para reflexões sobre transformações ambientais e sobre possibilidades de recuperação. Diálogos com

jovens enfatizavam responsabilidades em relação a gerações futuras e potencialidades de tecnologias e práticas inovadoras. Interações com crianças utilizavam linguagens lúdicas e exemplos concretos do cotidiano (Gumes, 2005).

Os materiais educativos distribuídos incluíram informações sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o conceito de responsabilidade compartilhada, buscando promover compreensão de que a gestão adequada de resíduos exige cooperação entre diferentes atores sociais: fabricantes que devem projetar produtos considerando facilidades de reciclagem; comerciantes que devem estruturar sistemas de logística reversa; consumidores que devem adotar práticas de descarte adequadas; e poder público que deve prover infraestrutura, regulamentação e fiscalização efetivas (BRASIL, 2010).

A campanha incentivou práticas específicas de redução, reutilização e reciclagem, incluindo: preferência por produtos com embalagens retornáveis ou recicláveis; redução do uso de sacolas plásticas descartáveis; separação de resíduos recicláveis; compostagem de resíduos orgânicos; e descarte adequado de resíduos especiais como pilhas, baterias e eletrônicos. Segundo Jacobi e Besen (2011), a especificação de práticas concretas e viáveis aumenta a probabilidade de que processos educativos resultem em mudanças comportamentais efetivas.

Os resultados preliminares das intervenções foram encorajadores. Nas conversas com moradores, observou-se aumento da consciência sobre impactos do descarte inadequado de resíduos, manifestações de compromisso com mudanças de práticas e interesse em conhecer mais sobre alternativas sustentáveis. Alguns participantes relataram ter iniciado práticas de separação de resíduos recicláveis e redução do uso de sacolas plásticas descartáveis (Loureiro, 2012).

No entanto, é fundamental reconhecer as limitações da experiência. O período de três meses é insuficiente para avaliar transformações comportamentais consolidadas ou impactos ambientais mensuráveis. Como argumentam Philippi Jr e Pelicioni (2014), mudanças culturais profundas exigem processos educativos de longo prazo, sustentados

A experiência evidenciou também a importância do protagonismo comunitário. As intervenções foram mais eficazes quando envolveram moradores não apenas como receptores passivos de informações, mas como sujeitos ativos na identificação de problemas, construção de soluções e implementação de ações. Segundo Moran (2011), processos participativos genuínos reconhecem e valorizam os saberes, experiências e capacidades de mobilização das comunidades.

Um aspecto particularmente significativo foi a receptividade de diferentes gerações às ações desenvolvidas. Crianças demonstraram entusiasmo especial ao participar das atividades e manifestaram disposição para influenciar práticas familiares. Idosos compartilharam memórias de tempos em que os igarapés eram limpos, expressando tristeza pela degradação atual. Essas trocas intergeracionais enriqueceram os processos educativos, criando pontes entre passado, presente e futuro (Gumes, 2005).

A diversidade territorial das comunidades estudadas ofereceu oportunidades para compreender como especificidades locais influenciam problemas e soluções relacionadas aos resíduos. O bairro Petrópolis, com sua história mais longa e infraestrutura relativamente mais consolidada, apresentava desafios distintos daqueles observados na Colônia Antônio Aleixo, formada por ocupações mais recentes. Essa diversidade reforça a necessidade de abordagens contextualizadas que reconheçam particularidades territoriais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de educação ambiental participativa desenvolvida nas comunidades de Petrópolis, Crespo e Colônia Antônio Aleixo evidenciou tanto as potencialidades quanto os desafios inerentes a processos de transformação socioambiental relacionados à gestão de resíduos sólidos em contextos urbanos periféricos amazônicos. Os resultados obtidos, embora preliminares e limitados pelo período de implementação, demonstram que estratégias educativas diversificadas, contextualizadas e dialógicas podem contribuir significativamente para o aumento da consciência ambiental e para o início de mudanças nas percepções e práticas comunitárias.

A análise dos impactos socioambientais da gestão inadequada de resíduos revelou a complexidade e a multidimensionalidade dos problemas enfrentados pelas comunidades. Os efeitos negativos manifestam-se simultaneamente nas dimensões ambiental (poluição de solos, águas e ar), sanitária (proliferação de vetores de doenças), social (estigmatização territorial e comprometimento da qualidade de vida), econômica (custos associados à limpeza e tratamento de doenças) e cultural (degradação de espaços de convivência e perda de identidades territoriais positivas).

Essa multidimensionalidade exige abordagens integradas que articulem educação ambiental, políticas públicas de infraestrutura, regulamentação efetiva, fiscalização adequada e mobilização social continuada. A educação ambiental, por mais qualificada que seja, não pode substituir a responsabilidade do poder público em prover serviços essenciais como coleta

regular de resíduos, sistemas de drenagem adequados e programas estruturados de coleta seletiva. Tampouco pode substituir a responsabilidade de fabricantes e comerciantes em adotar práticas de produção e comercialização mais sustentáveis, conforme estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No entanto, a educação ambiental desempenha papel fundamental ao promover processos de conscientização que capacitam os cidadãos para compreenderem criticamente os problemas ambientais, reconhecerem suas responsabilidades e possibilidades de ação, e mobilizarem-se coletivamente para exigir políticas públicas adequadas e para construir soluções comunitárias. O fortalecimento da consciência ambiental e do senso de responsabilidade compartilhada constitui base indispensável para transformações socioambientais duradouras.

A experiência desenvolvida demonstrou a importância de estratégias pedagógicas diversificadas que considerem diferentes linguagens, espaços e públicos. A combinação de questionários, campanhas informativas, distribuição de materiais educativos e diálogos diretos com moradores permitiu alcançar níveis variados de engajamento e sensibilização. A adaptação de abordagens a especificidades de diferentes grupos etários e contextos territoriais mostrou-se fundamental para a efetividade das intervenções.

O protagonismo comunitário emergiu como elemento central para a legitimidade e efetividade das ações. As intervenções foram mais significativas quando envolveram moradores não como receptores passivos de conhecimentos externos, mas como sujeitos ativos na identificação de problemas, construção de diagnósticos, elaboração de soluções e implementação de práticas transformadoras. Esse reconhecimento reafirma princípios fundamentais da educação popular e da pesquisa-ação participativa, que valorizam os saberes locais e promovem processos de aprendizagem mútua.

A articulação com lideranças e organizações comunitárias existentes mostrou-se estratégia importante para ampliar o alcance das ações e para estabelecer vínculos de confiança. Essas instituições desempenham papéis relevantes na vida social das comunidades periféricas e podem contribuir significativamente para processos de mobilização ambiental de longo prazo.

Para a continuidade e ampliação de iniciativas dessa natureza, recomendam-se: (a) estabelecimento de parcerias formais com o poder público municipal para articulação entre educação ambiental e provisão de infraestrutura adequada; (b) criação de programas de formação de multiplicadores ambientais locais que possam dar continuidade às ações educativas de forma permanente; (c) desenvolvimento de materiais educativos contextualizados

que abordem especificidades amazônicas e dialoguem com culturas locais; (d) implementação de sistemas de monitoramento e avaliação que permitam acompanhar transformações ao longo do tempo; (e) fortalecimento de redes de colaboração entre universidades, escolas, organizações comunitárias e poder público; e (f) ampliação de pesquisas que aprofundem a compreensão sobre relações entre fatores socioculturais e práticas de gestão de resíduos em contextos amazônicos.

A questão dos resíduos sólidos urbanos na Amazônia apresenta especificidades que merecem atenção. A região detentora da maior biodiversidade e das maiores reservas de água doce do planeta enfrenta paradoxalmente processos acelerados de degradação ambiental urbana. A construção de cidades amazônicas sustentáveis representa desafio civilizatório fundamental que exige articulação entre saberes tradicionais, conhecimentos científicos, inovações tecnológicas e transformações políticas.

O conceito de responsabilidade compartilhada, estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, oferece marco importante para orientar ações integradas. No entanto, sua efetivação depende de vontade política, investimentos públicos adequados, fiscalização efetiva, incentivos econômicos bem desenhados e, fundamentalmente, de processos educativos que promovam compreensão sobre direitos e deveres de diferentes atores sociais.

A experiência relatada neste artigo reafirma que a transformação de realidades socioambientais insustentáveis é possível, mas exige compromisso, persistência, humildade epistemológica e disposição para construir conhecimentos de forma colaborativa. Não existem soluções mágicas ou universais, mas processos complexos e contextualizados que reconhecem especificidades territoriais, culturais e históricas.

A extensão universitária desempenha papel estratégico nesses processos ao promover diálogos entre conhecimentos acadêmicos e saberes comunitários, contribuindo para transformações sociais fundamentadas em princípios de participação, respeito à diversidade e compromisso com a justiça socioambiental. A continuidade e o aprofundamento de iniciativas dessa natureza são fundamentais para a consolidação de uma cultura de sustentabilidade que articule educação, infraestrutura e políticas públicas em prol de comunidades e cidades mais justas, saudáveis e ambientalmente equilibradas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

GUMES, Susan Mara Lacerda. Construção da conscientização socioambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 345-354, set./dez. 2005.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 71, p. 135-158, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MORAN, Emilio F. **Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: Senac, 2011.

PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

## ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO EM PSICOLOGIA A UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NO MÉDIO JURUÁ

Alunos<sup>36</sup>

Andrelle Fernandes Freire

Dariane Souza Pereira

Debóra Ferreira Margalho

Israely Tabosa de Souza

Nivea Miranda de Melo

Lana Lúcia da Silva Cavalcante

Lorena Barbosa de Castro Bittencourt

Luciana Sena Campos Ribeiro

Luciene Nascimento de Souza

Rafael Barreto França

Raimundo Nonato Moreira Caetano

Rhebecca Letícia Uchôa

Rosana Portela Maciel

Táina Rodrigues de Oliveira Silva

Vinícius Magalhães de Oliveira

Solano Pinto Cordeiro<sup>37</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda o acolhimento e atendimento psicológico às mulheres da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Média Juruá (ASMAMJ), uma organização comunitária criada em 2004, no município de Carauari, Amazonas. O estudo surgiu da prática acadêmica no curso de Psicologia e se propõe analisar estratégias de acolhimento psicológico para mulheres em vulnerabilidade social e econômica, residentes em unidades de conservação. O objetivo geral foi compreender de que maneira ocorre o atendimento psicológico às associadas da ASMAMJ. Os objetivos específicos consistem em averiguar os serviços realizados, as adaptações das abordagens à realidade daquele local e a comunicação entre os profissionais de saúde e psicologia que atuam na comunidade. A pesquisa utilizou de metodologia qualitativa, por meio de revisão sistemática de literatura e a aplicação do Arco de Magueres. Os resultados indicam que os atendimentos são realizados de forma individual e coletiva, por meio de rodas de conversa, oficinas e grupos terapêuticos com ênfase na escuta qualificada, fortalecimento da autoestima e promoção da autonomia e enfrentamento das situações de violência doméstica e exclusão social. A Psicologia Social Comunitária é a abordagem mais utilizada, por possibilitar a atuação ética e culturalmente sensível às especificidades amazônicas. Conclui-se que a atuação psicológica na ASMAMJ evidencia a necessidade de políticas públicas integradas,

<sup>36</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas.

<sup>37</sup> Orientador do Trabalho. Pós – Graduado em Psicologia Escolar e Educação em Saúde Coletiva, Instituição: Faculdade Boas Nova (AM) e Co-orientador do Trabalho, Especialista em Saúde Coletiva. Professor do Curso de Psicologia E-mail: solano.cordeiro@fbnovas.edu.br

territorializadas e participativas, voltadas à promoção da saúde mental e garantia de direitos às mulheres agroextrativistas do Médio Juruá.

**PALAVRAS CHAVE:** Psicologia comunitária, Mulheres agroextrativistas, Saúde mental, Amazônia, Direitos humanos

## 1 INTRODUÇÃO

A Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ) é uma organização de base comunitária fundada em 2004, no município de Carauari (AM), como fruto da mobilização de mulheres residentes em unidades de conservação da região. Sua criação teve como objetivo principal promover o acesso à direitos, políticas públicas e incentivar a participação ativa das mulheres nos espaços sociais, políticos e econômicos do território. A ASMAMJ se destaca por protagonizar a luta pela valorização das mulheres, a garantia da cidadania e a promoção da equidade de gênero. Ao longo dos anos, essas mulheres desenvolveram estratégias próprias, baseadas em saberes tradicionais transmitidos entre gerações, voltados ao cuidado com saúde e o bem-estar familiar.

Nesse contexto, um dos temas que mais tem chamado atenção recentemente é o atendimento psicológico às mulheres vinculadas à ASMAMJ. A necessidade de investigar essa questão surgiu durante a prática acadêmica do curso de Psicologia, na disciplina de Atendimento e Acolhimento de Povos Diferenciados. A partir dessa vivência, delimitou-se como problemática central a forma como esse acolhimento vem sendo realizado, considerando as complexidades do ambiente social e dos desafios específicos enfrentados por essas mulheres, que historicamente tiveram os seus direitos violados, sendo extrativistas e agentes da própria subsistência (LIMA, CUNHA, NERY, MESSINA, NASCIMENTO, DUARTE, TITTER, CRUZ, SOUZA, 2024, p. 06).

O objetivo geral da pesquisa é elucidar como ocorre o atendimento e acolhimento psicológico na ASMAMJ. Especificamente, busca-se: identificar os tipos de serviços psicológicos realizados junto à associação; investigar as adaptações e planejamentos da psicologia para a realidade sociocultural da comunidade; e compreender a comunicação e a articulação entre profissionais de saúde e psicologia no atendimento às mulheres da ASMAMJ. A relevância deste estudo reside na sua capacidade de fomentar reflexões sobre os desafios e possibilidades do fazer psicológico em contextos de comunidades tradicionais, contribuindo com a formação crítica de psicólogos e demais profissionais da saúde e da assistência social.

Historicamente, as mulheres da região do Médio Juruá estiveram presentes nos processos sociais, porém restritas ao espaço doméstico e sem participação nos momentos deliberativos. Essa realidade passou a ser contestada pelas próprias mulheres, que passaram a

se organizar, denunciar violências e silenciamentos, e reivindicar sua liberdade autonomia e independência financeira, especialmente em contextos nos quais nem mesmo eram reconhecidas como pessoa de direito por seus próprios companheiros (RITTER, MESSINA, MACHADO, 2023, p. 10).

Em 2001, ocorreu o primeiro encontro de mulheres do Médio Juruá, onde foi firmado o compromisso da criação da ASMAMJ. Atualmente, a associação conta com 215 associadas, organizadas em polos produtivos voltados a geração de renda e valorização do conhecimento tradicional. Dentre as principais atividades produtivas destacam-se a extração artesanal de andiroba, a produção de biocosméticos e saboaria, além da confecção de biojóias com escamas de peixes manejados no local. Essas ações representam não apenas uma estratégia de empoderamento feminino, mas também uma resposta as demandas econômicas e sociopolíticas da comunidade (GUIMARÃES et al., 2022, p. 15).

A ASMAMJ, em seu processo de consolidação, busca ampliar a extração e comercialização de óleos essenciais de palmas nativas da região e, em parceria com a empresa Natura, pretende desenvolver a cadeia produtiva de mutamba, parceria que já se encontra em curso com outras associações do território. A atual sede da associação está localizada na comunidade de São Raimundo (RESEX Médio Juruá), contando com estrutura própria como Casa de Destilação, escritório, embarcação motorizada e outros bens resultantes de mais de duas décadas de atuação (GUIMARÃES et al., 2022, p. 15).

Com uma sede estruturada, acredita-se que as demandas das mulheres do Médio Juruá podem ser melhor atendidas, tanto no que diz respeito à assistência psicológica quanto a comercialização de produtos de sociobiodiversidade em um espaço identitário. A capacitação em Gestão territorial para Mulheres, promovida pela ASMAMJ, é uma dessas estratégias que visa o fortalecimento da atuação feminina nas comunidades, promovendo seu protagonismo em diferentes esferas sociais.

A presente pesquisa tem como metodologia central o Arco de Magueres associado à revisão sistemática de literatura, fundamentando-se em uma abordagem qualitativa e descritiva (GIL, 2010). Os procedimentos metodológicos incluíram a seleção e análise de artigos científicos, representações sociais sobre apoio psicológico em comunidades tradicionais e a realização de entrevistas semiestruturadas. A investigação está organizada em cinco etapas fundamentais do Arco de Magueres, que serão detalhadas posteriormente neste artigo. A proposta visa oferecer subsídios teóricos e práticos que contribuam com o aprimoramento dos

serviços psicológicos prestados às mulheres da ASMAJ e, por extensão, a outras comunidades tradicionais com demandas similares.

### **Tema de Pesquisa**

Diante do tema atendimento e acolhimento em Psicologia a uma Comunidade Tradicional do

Médio Juruá (...)

### **Problema de Pesquisa**

(...) delimitou-se como problemática a realização do atendimento e acolhimento em psicologia às mulheres da ASMAMJ

### **Objetivo Geral**

Como objetivo geral, buscou-se elucidar a maneira como é realizado o atendimento e acolhimento em psicologia às mulheres da ASMAMJ.

### **Objetivos Específicos**

Dentre os objetivos específicos, buscou-se averiguar os tipos de serviços em psicologia realizados na ASMAMJ, bem como investigar as adaptações e planejamentos da psicologia para a realidade da ASMAMJ, assim como pesquisar a participação e comunicação entre profissionais de saúde e psicologia na ASMAMJ.

### **Justificativa**

O presente estudo consolida sua relevância ao proporcionar à comunidade acadêmica, subsídios para refletir sobre os desafios e possibilidades do fazer psicológico no que tange ao atendimento e acolhimento a povos e comunidades tradicionais.

Assim como, viabiliza aos futuros psicólogos e demais profissionais da área da saúde e do âmbito social, informações relevantes a respeito do assunto abordado, fomentando a possibilidade de melhorias em múltiplos campos de atuação.

Não obstante, a presente pesquisa, possibilita a visibilidade da comunidade tradicional estudada, permitindo a promoção de ações sociais e políticas públicas a serem investidas em suas múltiplas demandas, podendo estas se estender a demais povos e comunidades tradicionais.

### **Metodologia (citar)**

Diante do cenário supracitado surgiu o interesse de executar uma pesquisa bibliográfica, ancorada na epistemologia qualitativa, norteadas pelo enfoque descritivo (GIL, 2010) e tendo como principais metodologias, o Arco de Maguerez e a Revisão Sistemática.

## 2 METODOLOGIA

A revisão sistemática é planejada para responder uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão. A metodologia para a realização de uma revisão sistemática pode ser encontrada nas publicações Cochrane Handbook produzida pela Colaboração Cochrane; e no CDR Report produzido pelo NHS Centre for Reviews and Dissemination.

No Brasil, a Colaboração Cochrane recomenda que a revisão sistemática seja efetuada em sete passos:

- a) formulação da pergunta - a realização de uma revisão sistemática deve ser iniciada com a formulação de uma pergunta onde são definidos os pacientes/doenças e a intervenção é a base para decisão do que deve ou não ser incluído na revisão.
- b) localização dos estudos - devem ser utilizadas várias fontes de busca para localização e identificação dos estudos, devendo ser incluídos estudos relevantes das principais bases de dados eletrônicas: Medline, Cinahl, Embase, Lilacs, Cochrane Controlled Trials Database, SciSearch além de outras fontes de informação como: trabalhos publicados em anais de congressos; estudos de especialistas e buscas manuais em revistas não disponíveis nas bases de dados. Para cada uma dessas fontes utilizadas deve ser detalhada a estratégia de busca utilizada.
- c) avaliação crítica dos estudos - são critérios para determinar a validade dos estudos selecionados. Essa avaliação crítica permite determinar quais estudos irão ser utilizados na revisão. Os que não preencherem os critérios de validade deverão ser citados e explicados o motivo de sua exclusão.
- d) coleta de dados - todas as variáveis estudadas devem ser observadas nos estudos e resumidas, além das características do método, dos participantes e dos desfechos clínicos, que permitirão determinar a possibilidade de comparar ou não os estudos selecionados.
- e) análise e apresentação dos dados - os estudos deverão ser agrupados baseados na semelhança entre os estudos.

Cada um desses agrupamentos deverá ser preestabelecido no projeto, assim como a forma de apresentação gráfica e numérica, para facilitar o entendimento do leitor. Quando realizado um método estatístico na análise e síntese dos resultados dos estudos incluídos, tem-se uma revisão sistemática com meta-análise.

f) interpretação dos dados - é determinada a força da evidência encontrada, a aplicabilidade dos resultados, o custo e a prática corrente que sejam relevantes, determinando claramente os limites entre os benefícios e os riscos.

g) aprimoramento e atualização da revisão - uma vez publicada a revisão receberá sugestões e críticas que devem ser incorporadas às edições subsequentes, caracterizando uma publicação dinâmica que deve ser atualizada cada vez que surjam novos estudos no tema.

As orientações do NHS/York, sugerem que as revisões sistemáticas sejam feitas em nove passos agrupados em três estágios, apresentando pequena diferença entre as fases recomendadas pela Colaboração Cochrane. Assim, a revisão sistemática utiliza toda esta metodologia e estrutura com o objetivo de evitar viés ou tendenciosidade no resultado. A meta análise é o método estatístico utilizado na revisão sistemática para integrar os resultados dos estudos incluídos.

O Arco de Maguerez é uma metodologia de ensino-aprendizagem baseada na problematização da realidade, alinhada aos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire. Seu foco está na construção coletiva do conhecimento a partir da experiência concreta dos sujeitos, permitindo que alunos e professores interajam de forma dialógica para refletir sobre a realidade vivida e propor caminhos para sua transformação (BERBEL, 2012).

Trata-se de uma abordagem que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, estimulando a criticidade, o protagonismo e o engajamento dos estudantes. A educação problematizadora busca, além da identificação de problemas cotidianos, a compreensão de suas causas, consequências e significados, incentivando os indivíduos a questionarem seu papel na sociedade e a participarem ativamente na busca de soluções (DAMASCENO, 2008; BERBEL, 1999).

Essa proposta está baseada na ideia de que é por meio da práxis — a união entre ação e reflexão — que se desvela a realidade e se constrói uma nova forma de ser no mundo. O Arco de Maguerez estrutura-se em cinco etapas. A primeira é a observação da realidade, na qual os alunos analisam criticamente o contexto em que estão inseridos, identificando elementos relevantes ligados a um tema ou unidade de estudo (BERBEL, 1998).

A segunda etapa, chamada de pontos-chaves, consiste na formulação das causas do problema identificado, permitindo que os estudantes compreendam sua complexidade e sua natureza multideterminada (BERBEL, 1998). A terceira etapa é a teorização, que corresponde à busca por conhecimento científico e empírico para embasar a compreensão dos pontos-chaves e aprofundar a análise do problema. Esse momento de pesquisa amplia a capacidade crítica dos

alunos e fornece subsídios para a elaboração das hipóteses de solução, quarta etapa do processo, onde são propostas alternativas práticas e viáveis para responder às questões identificadas (BERBEL, 1998).

Por fim, a quinta etapa é a aplicação à realidade, momento em que os estudantes devem colocar em prática as soluções elaboradas, promovendo mudanças no contexto observado e fortalecendo o processo de aprendizagem por meio da experiência concreta (BERBEL, 1998). Essa metodologia, portanto, permite não apenas o desvelar da realidade, mas também sua transformação, tornando o processo educativo mais significativo, humanizado e voltado à cidadania (BERBEL, 1995; DAMASCENO, 2008).

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Conforme o Decreto N° 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, cujo o qual, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, compreende-se como Povos e Comunidades Tradicionais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.

Segundo Vanira, 2018, os movimentos sociais no Brasil, juntamente com instituições de pesquisa e o Ministério da Saúde (MS), reunidos no Grupo da Terra, após 10 anos de debates, formularam uma política de equidade intitulada Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA). A terminologia Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PCFA) é um conceito contemporâneo dos movimentos sociais e populares brasileiros, e integra a luta contra a invisibilidade dessas populações dentro do setor de saúde.

Conforme Magda, 2018, esta terminologia destaca que as práticas culturais, o modo de vida e de cuidar popular e do Sistema Único de Saúde (SUS) precisam ser compreendidos e são diferenciados. Esse conceito já vem sendo adotado nos relatórios e documentos da XIV e XV Conferências Nacionais de Saúde como populações do campo, da floresta e das águas, e não mais, população rural. O debate conceitual se deu no processo de formulação da PNSIPCFA, visto que as populações extrativistas da Amazônia não se reconheciam na categoria 'rural' ou 'campo', pois para eles isso estaria ligado à produção agropecuária.

Para Magda, 2018, eles vivem da floresta, e para sua manutenção, é preciso que ela esteja de pé e não seja derrubada para a expansão da produção, portanto, consideram-se populações da floresta. Alguns anos depois, no processo de aprovação da PNSIPCFA, o Movimento de Pescadoras e Pescadores também não se reconheceram nas categorias ‘campo’ e ‘floresta’, afinal vivem das águas, sejam interiores, rios ou do mar, e se identificam como população das águas.

Conforme Fernando, 2018, a PNSIPCFA reforça que a população rural é invisibilizada dentro dessa categoria como grupos populacionais homogêneos e propõe a terminologia ‘populações do campo, da floresta e das águas’ para expor a pluralidade, a singularidade, a diversidade e a heterogeneidade dessas populações que vivem espalhadas em todas as regiões brasileiras com seu modo de viver. As PCFA são os povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução sociais relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo.

De acordo com Fernando, 2018, dentro desse grupo populacional, tem-se os camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados e temporários que residam ou não no campo, trabalhadores rurais assentados e acampados, comunidades de quilombos, populações que habitam ou usam reservas extrativistas, populações ribeirinhas, populações atingidas por barragens, entre outras comunidades tradicionais.

A partir dessa tensão provocada pelos movimentos populares, tal qual o presente trabalho, iniciaram-se estudos que geraram dissertações, teses, artigos e livros, utilizando essa denominação em uma aproximação teórica, em que se busca utilizar esse conceito produzido pelos movimentos sociais e discuti-lo no âmbito acadêmico. Torna-se muito necessário e oportuno esse debate teórico tendo em vista as limitações e insuficiências crescentes do que chamamos ‘rural’ e como as PCFA são classificadas e tratadas pelas políticas públicas. Neste contexto, está inserida a Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), sendo uma organização de base comunitária que luta pela valorização das mulheres, garantias de acesso às políticas públicas e direito e cidadania, fomentando a sua participação no meio social, político e econômico. As mulheres da associação vivem da natureza e desta garantem seu sustento, lutando diariamente pela manutenção da vida e de suas tradições.

A ASMAMJ é composta por mulheres extrativistas, agricultoras, ribeirinhas, indígenas, mães, detentoras dos saberes tradicionais, cuidadoras da terra, das águas e das florestas. De acordo com o Instituto Juruá, em 2024, a associação nasce do anseio de mulheres moradoras de

unidades de conservação (UC), após terem o direito à terra garantido nas UCs, lutarem por seu espaço de direito. O Território Médio Juruá, assim como em outras áreas do norte do Brasil, tem sua história marcada pelos ciclos da borracha. Os seringalistas exploravam os seringueiros com regimes de trabalho análogos a escravidão. As famílias eram obrigadas a comprar os itens básicos de sobrevivência por valores absurdos nos barracões ou regatões, por isso, ao longo do tempo as mulheres desenvolveram estratégias próprias, utilizando o conhecimento tradicional passado de geração em geração, para cuidar da saúde e do bem-estar da família.

De acordo com a Resolução N°10/2005 do Conselho Federal de Psicologia, que institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo, dentre seus princípios fundamentais, há a prerrogativa de que o profissional de psicologia baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em complemento, o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Ademais, o psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. Não obstante, o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

A Psicologia Social Comunitária convida os sujeitos e a coletividade para o desenvolvimento de uma postura crítica que possibilite construir reflexões e ações sociopolíticas para o enfrentamento da realidade social. As práticas sociais comunitárias são realizadas em diferentes contextos e possuem o objetivo de problematizar e propor ações para as demandas sociais por meio da participação social. (Valério & Groheler, 2019). A visão crítica das práticas sociais comunitárias inter-relaciona o diálogo com as políticas públicas para o

exercício da cidadania e emancipação, pois o sujeito consciente de seu papel na sociedade tem a possibilidade de desenvolver ações para a construção de espaços que promovam justiça social.

Neste sentido, o desenvolvimento de competências e habilidades é necessário para uma atuação qualificada em Psicologia Social Comunitária. (Valério & Groheler, 2019). Ademais, a Psicologia Social Comunitária, visa desenvolver trabalhos capazes de contribuir para promover relações de cooperação e solidariedade e para a construção de sujeitos mais críticos e reflexivos,

problematizadores e transformadores da realidade, utilizando-se de métodos de inserção e atuação comunitária (Góis, 2005 & Monteiro, 2004).

A violência contra a mulher na Amazônia tem raízes profundamente marcadas por questões colonialistas, já que as mulheres eram tratadas como propriedades dos homens. Mulheres que viviam no seringal, assim como as mulheres indígenas, estavam expostas à violência física, psicológica e sexual, tanto por parte dos seringalistas quanto dos seringueiros (Chaves; César, 2019). Observa-se que a violência contra a mulher atravessa todas as regiões da Amazônia, perpetuando agressões que frequentemente permanecem pouco conhecidas pela sociedade, devido à escassez de cobertura midiática.

De acordo com Miranda e Carvalho (2021), na região Amazônica, mulheres de contextos urbanos, rurais, florestais e aquáticos continuam a ser vítimas de violência, muitas vezes sem que esses casos sejam divulgados. Cerca de 12 milhões de mulheres residem na Amazônia brasileira, muitas delas em situações de grande vulnerabilidade social (Chaves; César, 2019). Esse contexto de desigualdade socioeconômica é fundamental para entender a dinâmica social que afeta a população feminina, uma vez que mulheres em condições de desigualdade estão mais propensas a sofrer violência.

A violência sexual é uma das formas de agressão às quais as mulheres amazônicas estão frequentemente expostas, seja por parceiros íntimos ou por estranhos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) aponta Roraima, seguido do Acre e Amapá, como os estados da Amazônia com os maiores índices de estupro. No entanto, a falta de notificação dos casos dificulta o acesso a dados precisos sobre a violência sexual, especialmente na região Norte, onde houve um aumento significativo de mulheres anos (Moreira; Bicalho; Moreira, 2020) vítimas de violência nos últimos anos. A violência contra a mulher gera impactos profundos, frequentemente ultrapassando as barreiras emocionais e afetando de maneira significativa o contexto social em que a vítima está inserida.

Esses efeitos reverberam diretamente na dinâmica de relação da mulher com o ambiente ao seu redor. De acordo com Bif et al. (2024), as vítimas geralmente apresentam uma autoestima fragilizada e uma confiança abalada, reflexos diretos das agressões sofridas, além de enfrentarem dificuldades nos relacionamentos interpessoais e de se sentirem inseguras em seus próprios espaços pessoais. Esse impacto psicológico não se restringe ao momento da violência, mas se perpetua e potencializa ao longo do tempo, afetando a percepção de si e o modo de lidar com o mundo. Além disso, muitas mulheres que vivenciam a violência enfrentam consequências emocionais severas, que se manifestam em sintomas como depressão, ansiedade

e outros transtornos psicossociais, impactando negativamente sua qualidade de vida e o funcionamento diário.

De acordo com Bif et al. (2024), é comum que essas mulheres desenvolvam quadros de ansiedade, caracterizados por sintomas como medo excessivo, preocupação constante, tensão muscular e dificuldade de relaxamento. A depressão, por sua vez, pode se manifestar por meio de um humor deprimido, perda de prazer nas atividades cotidianas, alterações no sono, como insônia ou hipersonia e uma sensação geral de desesperança (Psychiatric Association, 2023).

O atendimento à mulher em situação de violência precisa, ainda, considerar os contextos sociais e econômicos que contribuem para a permanência dessas mulheres em ciclos de abuso. A análise não deve ser superficial ou reducionista, evitando explicações simplistas que possam culpar a vítima. Ao contrário, o atendimento deve ser sensível à singularidade de cada mulher, levando em consideração seus fatores de vulnerabilidade e os desafios que enfrenta em sua realidade social. Em muitos casos, essas mulheres não têm uma rede de apoio forte ou uma fonte de renda própria, o que as torna financeiramente dependentes dos agressores, tornando ainda mais difícil romper com o ciclo de violência. A partir disso, o trabalho com grupos vem sendo o grande meio pelo qual os psicólogos têm facilitado a inclusão dos sujeitos no mundo, que não se restringe ao subjetivo, embora o constitua e seja por ele constituído.

Em uma nova saúde, buscam-se as amplas e heterogêneas relações, muito mais curativas e, fundamentalmente, preventivas das condições do mal-estar psicológico presentes na etiologia das disfunções mentais (Patrícia & Francisco, 2009). Além de abranger um número maior de usuários, desafogando os consultórios e os horários abarrotados na agenda dos profissionais, o grupo atende a demandas outras, não direcionadas à psicoterapia individual. São exemplos disso: situações pontuais, inter-relacionais, problemas de ordem social-comunitária, patologias leves a moderadas diagnosticadas em usuários sem comprometimento severo da personalidade. Os alcances do grupo também atendem à demanda institucional da estabilização ou melhora do quadro apresentado pelo portador do transtorno e se aproxima dos pressupostos do conceito de saúde como bem-estar biopsicossocial. O grupo constitui lugar privilegiado pela troca de experiências.

Os participantes auxiliam-se mutuamente na compreensão do sofrimento e em sua superação. O processo grupal permite o envolvimento dos participantes por meio de um elo que se estabelece nas interações, no espaço intersubjetivo. A condição de implicação mútua na esfera do entre é o que possibilita a transformação pessoal e mobiliza a mudança social. Ao criar laços de solidariedade entre os participantes, o grupo constitui uma comunidade que se

relaciona a partir das lentes da cultura pelas quais as pessoas enxergam o mundo (Patrícia & Francisco, 2009). Segundo Starfield, todo sistema de serviços de saúde tem como meta principal minimizar as disparidades entre subgrupos populacionais, para equalizar os grupos que estejam em desvantagem sistemática em relação ao seu acesso aos serviços de saúde. A autora destaca que é irracional a existência de recursos humanos e infraestrutura se as pessoas que deles necessitem não puderem utilizá-los.

As PCFA sofrem com a acessibilidade aos serviços de saúde em relação ao tempo (horário de disponibilidade), à acessibilidade geográfica (adequação de transporte e distância a ser percorrida) e à acessibilidade psicossocial (barreiras de linguagem ou culturais à comunicação). Essas populações reivindicam um modelo de atenção que atenda a suas necessidades de saúde, priorize a saúde relacionada com o seu modo de viver e produzir, dialogando com os seus saberes e práticas tradicionais. Para enfrentamento desses entraves, é urgente o debate com os gestores públicos sobre estratégias de gestão da clínica para qualificar o acesso das PCFA aos serviços da APS com foco na ESF.

Para tanto, é necessário criar mecanismos de garantia do acesso das PCFA em tempo oportuno para responder às necessidades de saúde, com a clareza de que a territorialização das equipes de saúde da família rural precisa incluir na sua logística os agrupamentos populacionais esparsos, as distâncias reais percorridas e o acesso aos outros serviços de saúde da rede assistencial. (Vanira et al. 2018).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dado a especificidade da ASMAMJ e os múltiplos cenários de ação da psicologia.

Quais os tipos de serviço que os psicólogos (as) realizam na ASMAMJ?

Os cenários de ação e atendimento em psicologia comunitária são realizados de forma individual e associados a rodas de conversa, onde acontecem encontros temáticos. Nesses momentos, os(as) psicólogos(as) facilitam discussões sobre temas como empoderamento feminino, relações abusivas, saúde mental, maternidade, autonomia e economia, sempre em busca da resolução de conflitos e de uma comunicação não violenta, favorecendo a saúde mental da mulher.

Além disso, o(a) psicólogo(a) responsável organiza o processo de escrita de projetos para subsidiar ações sociais e estabelecer parcerias com o poder público, com o objetivo de levar serviços de saúde às mulheres da comunidade ASMAMJ. Em situações traumáticas, como

violência doméstica, abuso sexual, abandono familiar ou sofrimento decorrente da pobreza e exclusão social, essas mulheres são acolhidas e orientadas a ressignificar suas histórias.

Segundo Freitas e Silva (2023), “O acolhimento é uma das principais ferramentas da psicologia comunitária, pois cria um espaço de escuta, cuidado e vínculo, onde a mulher pode ressignificar sua história e reconstruir sua identidade fora da lógica da violência.” O atendimento clínico visa oferecer escuta qualificada, suporte emocional e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. Além disso, o acompanhamento contínuo permite que essas mulheres possam reconstruir sua autoestima, reconheçam seus direitos e retomem o protagonismo de suas vidas. Os grupos terapêuticos promovem o fortalecimento coletivo, criando espaços seguros para a troca de experiências e a construção de vínculos entre as participantes.

Outro papel relevante da psicologia na ASMAMJ é a articulação com outros profissionais, como assistentes sociais, advogadas e educadoras para garantir um atendimento integral. Os (as) psicólogos (as) também atuam na construção de redes de apoio comunitário e institucional, promovendo encaminhamentos e acompanhamentos compartilhados com órgãos como Delegacias da Mulher, Ministério Público, CREAS e CRAS. De acordo com o Instituto Juruá, “A atuação dos(as) psicólogos(as) na ASMAMJ vai muito além do consultório tradicional. Inseridos em um contexto de múltiplas vulnerabilidades, esses profissionais desempenham funções clínicas, sociais, educativas e políticas. Seu trabalho contribui de forma decisiva para o empoderamento das mulheres, a transformação de realidades sociais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.”

Monteiro (2023) afirma que “O empoderamento é um processo mediante o qual as pessoas, organizações ou comunidades adquirem controle sobre suas vidas, exercem poder e atingem seus objetivos, a partir do fortalecimento de suas capacidades.” A atuação em grupo é uma estratégia poderosa na reconstrução da identidade e na superação de traumas, pois promove o sentimento de pertencimento, solidariedade e o rompimento de padrões onde a mulher submissa conquista espaço de poder. Isso valoriza a autonomia feminina e contribui para transformações culturais, rompendo ciclos de violência e exclusão no contexto social.

Bosi (2006) reforça que “Promover saúde mental no campo da saúde coletiva implica em ampliar a consciência crítica dos sujeitos sobre sua própria realidade, favorecendo o fortalecimento de suas capacidades de enfrentamento.” Essa consciência crítica desenvolve mulheres protagonistas de suas histórias, rompendo com uma visão tradicionalista e se

apropriando de saberes e direitos dentro da sociedade, favorecendo cada vez mais sua capacidade e poder de enfrentamento psicossocial.

O desenvolvimento de trabalhos comunitários busca a promoção da saúde mental entre mulheres vítimas de violência psicológica, física e social, bem como daquelas que vivenciam situações de exclusão social, abandono familiar e abusos diversos. Essas mulheres não necessitam apenas de uma tarefa clínica, mas de uma prática social, política e educativa, requerendo uma atuação comprometida com a justiça social, a desconstrução de estigmas e a construção de saberes que fortaleçam a autonomia coletiva e a capacidade de enfrentamento. A ASMAMJ também desenvolve campanhas educativas e oficinas que buscam prevenir situações de violência, promover a saúde mental e ampliar o conhecimento das mulheres sobre seus direitos. Os(as) psicólogos(as) atuam como facilitadores em escolas, com o objetivo de oferecer apoio familiar nas comunidades e em outros espaços públicos, utilizando metodologias participativas e linguagem acessível. Tais ações contribuem para a conscientização social e a construção de uma cultura de paz e respeito à diversidade.

Em casos de emergência, como mulheres que chegam em situação de risco iminente, os(as) psicólogos(as) realizam intervenções em crise, com foco na estabilização emocional imediata e no encaminhamento seguro a serviços de proteção e acolhimento. Essa atuação exige preparo técnico e sensibilidade, uma vez que envolve alto grau de sofrimento psíquico. Dessa forma, a psicologia na ASMAMJ representa uma prática comprometida com os direitos humanos e com a dignidade das mulheres amazonenses.

- A Psicologia no médio Juruá: Adaptação Ético-Cultural na Atuação da ASMAMJ

A ASMAMJ (Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá) é uma organização de base comunitária que atua de acordo com os princípios do Decreto nº 8.750/2016. Esse decreto reconhece e valoriza os modos de vida, saberes e práticas tradicionais das comunidades, promovendo a participação dessas populações na implementação de políticas públicas que respeitem a diversidade sociocultural. As mulheres agroextrativistas anseiam pelo reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãs, por meio de voz ativa no meio social, político e econômico. Nesse contexto, o atendimento psicológico promovido junto à ASMAMJ alinha-se às diretrizes dessa política pública, adotando uma abordagem comprometida com a cultura e particularidades territoriais. O psicólogo atua

reconhecendo as vivências dessas mulheres enquanto integrantes de comunidades tradicionais, compreendendo os impactos dessas experiências sobre sua saúde mental.

Assim, o trabalho psicológico se insere como ferramenta de apoio à emancipação social, respeitando os princípios de interculturalidade, participação e autonomia previstos no Decreto nº 8.750/2016. A prática da Psicologia no contexto da ASMAMJ demanda desempenho ético, culturalmente sensível e adaptado às particularidades do território. A atuação do psicólogo requer o rompimento com atividades tradicionais centradas no consultório, promovendo intervenções éticas que utilizem linguagem acessível, valorizem os conhecimentos tradicionais, explorem espaços alternativos de atendimento e envolvam a comunidade.

Segundo Bock et al. (2001), a subjetividade estabelece uma síntese singular e individual, elaborada ao longo do desenvolvimento humano através das vivências e interações sociais e culturais. Esse processo de construção subjetiva é contínuo e permite a constituição de um mundo interno fortemente influenciado pelo contexto sociocultural. No âmbito da ASMAMJ, essa subjetividade é moldada pelas mulheres ribeirinhas, suas práticas comunitárias e a conexão com o território amazônico. Nesse sentido, como forma de minimizar barreiras e resistências na atuação da Psicologia, a escolha por uma comunicação clara e desprovida de tecnicismos torna-se essencial para a construção de vínculos significativos, favorecendo o entendimento dos processos psicológicos e promovendo uma compreensão mais ampla das experiências e desafios enfrentados pelas mulheres agroextrativistas, de acordo com sua realidade sociocultural.

De acordo com Vigotsky (1995, p. 34 apud ASBAHR, 2017, p. 24-25), “a cultura exerce um papel central na constituição do comportamento humano, aprimorando novos níveis de desenvolvimento do sujeito através da dinâmica sociocultural”. No percurso do desenvolvimento histórico, o ser humano, enquanto ser social, transforma suas disposições naturais e funcionais, elaborando modos de agir que são nitidamente culturais e situados historicamente. A ASMAMJ adota uma abordagem que valoriza a cultura local como mediadora dos processos psicológicos, a partir das interações sociais e da inserção em contextos históricos e culturais específicos, respeitando a identidade e o modo de vida da comunidade ribeirinha.

O local de atendimento psicológico é também um aspecto relevante no contexto da ASMAMJ, pois exige a realização de atendimentos em lugares alternativos como barcos, varandas e trapiches, demonstrando sensibilidade às condições locais e promovendo maior acessibilidade. Essa prática está alinhada com abordagens comunitárias que enfatizam a proximidade com a realidade dos atendidos. Segundo Bloom (1973 apud ORNELAS, 2008, p.

2), a saúde mental comunitária caracteriza-se por sua atuação direta na comunidade, focando em grupos específicos ou populações em risco, rompendo com a rigidez dos consultórios e respeitando a mobilidade e as dinâmicas de vida da população atendida — neste caso, as mulheres agroextrativistas. Essa ação contribui para a redução do estigma e o fortalecimento dos vínculos.

A atuação em espaços alternativos demonstra flexibilidade metodológica em relação aos atendimentos psicológicos. De acordo com o Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), é dever do profissional respeitar a dignidade humana e os valores das comunidades atendidas, permitindo adaptar técnicas e recursos às condições materiais e simbólicas do território, sem abrir mão do profissionalismo. A ética constitui o alicerce que sustenta os atendimentos na ASMAMJ de forma sensível e respeitosa.

De acordo com o Art. 1º, inciso XIV, do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, propõe-se que as políticas públicas não sejam fragmentadas ou pontuais, evitando o enfraquecimento da articulação entre diferentes setores do Estado, como saúde, educação, meio ambiente e direitos humanos. Elas devem ser orientadas por princípios básicos que respeitem a diversidade cultural, os direitos coletivos e a autonomia dos povos e comunidades tradicionais. Portanto, atuar no contexto da ASMAMJ requer do psicólogo não apenas competência técnica, mas, sobretudo, abertura ética, sensibilidade cultural e compromisso político com a transformação social. Mais do que aplicar técnicas, trata-se de construir pontes de diálogo, cuidado e escuta que respeitem a história, a cultura e os modos de vida das populações amazônicas.

Atuar na ASMAMJ exige uma postura ética e não somente técnica. Essa postura deve ser sensível à cultura local e comprometida com a transformação social. Nesse contexto, o psicólogo se torna um mediador entre diversos saberes, ambiente, pessoas e suas subjetividades, promovendo cuidados em territórios onde as práticas convencionais não alcançam grande êxito. Assim, a Psicologia “fora da caixa” revela-se um caminho possível e necessário na promoção da saúde mental em contextos amazônicos.

- Abordagens Psicológicas empregadas na ASMAMJ

A fenomenologia é o estudo da consciência e dos objetos que a medeiam, ou seja, de tudo o que faz a mediação entre o sujeito e o objeto. Trata-se de um termo recente, cuja abordagem moderna parte da teoria do filósofo Edmund Husserl. Há, no entanto, diversas

vertentes para esse campo de estudo. Entre elas, as mais recorrentes são a transcendental, do próprio Husserl; a hermenêutica, de Hans-Georg Gadamer e Martin Heidegger; e a existencial, de Jean-Paul Sartre.

Segundo a psicóloga da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), em um contexto clínico, o uso da fenomenologia pode ser convidativo e até mesmo apropriado, dependendo do paciente e de sua demanda. Entretanto, no contexto de comunidades tradicionais como a ASMAMJ, trabalhar com uma única abordagem revela-se inviável e/ou insuficiente, haja vista a singularidade da realidade tradicional, que, em muitos aspectos, se distânciada das abordagens comumente utilizadas em centros urbanos, pois, em sua grande maioria, tais abordagens possuem um arcabouço teórico mais voltado para o contexto clínico.

Em contrapartida, a psicóloga relatou utilizar predominantemente a Psicologia Social Comunitária, por esta ser mais adequada ao contexto da ASMAMJ. Tal abordagem utiliza-se do enquadre teórico da Psicologia Social, privilegiando o trabalho com grupos e colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientada por preceitos eticamente humanos (FREITAS, 1996).

A Psicologia Social, ao estudar a influência da sociedade sobre os indivíduos — isto é, como as pessoas pensam, sentem e se comportam em relação aos outros, tanto de forma real quanto imaginária —, explora como as interações sociais, a presença de outras pessoas e a percepção da realidade influenciam os pensamentos, sentimentos e comportamentos individuais. Fundamentando-se neste e em outros conceitos, a Psicologia Social Comunitária representa uma perspectiva contemporânea e integrativa, com uma visão sociopolítica para a discussão das situações cotidianas das populações de comunidades tradicionais como a ASMAMJ.

A Psicologia Social Comunitária convida os sujeitos e a coletividade ao desenvolvimento de uma postura crítica, que possibilite construir reflexões e ações sociopolíticas para o enfrentamento da realidade social. As práticas sociais comunitárias são realizadas em diferentes contextos e possuem o objetivo de problematizar e propor ações para as demandas sociais por meio da participação social (VALÉRIO; GROHELER, 2019).

A visão crítica das práticas sociais comunitárias inter-relaciona o diálogo com as políticas públicas para o exercício da cidadania e emancipação, pois o sujeito consciente de seu papel na sociedade tem a possibilidade de desenvolver ações para a construção de espaços que

promovam justiça social. Nesse sentido, o desenvolvimento de competências e habilidades é necessário para uma atuação qualificada em Psicologia Social Comunitária (VALÉRIO; GROHELER, 2019). Ademais, essa abordagem visa desenvolver trabalhos capazes de contribuir para promover relações de cooperação e solidariedade e para a construção de sujeitos mais críticos, reflexivos, problematizadores e transformadores da realidade, utilizando-se de métodos de inserção e atuação comunitária (GÓIS, 2005; MONTEIRO, 2004).

- A Psicologia no Contexto da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio

Juruá (ASMAMJ): Práticas, Instrumentos e Adaptações na Realidade Comunitária.

O objetivo deste tópico é apresentar uma análise de como a Psicologia é aplicada no contexto da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), bem como identificar os instrumentos psicológicos utilizados em seu trabalho. Busca-se compreender, ainda, de que maneira a abordagem psicológica é adaptada para atender às necessidades específicas das comunidades rurais e agroextrativistas, configurando-se como uma prática voltada para o fortalecimento subjetivo, social e político das mulheres da comunidade. A ASMAMJ, enquanto organização de base comunitária localizada no Amazonas, tem como missão promover a valorização das mulheres agroextrativistas, garantindo o acesso a direitos, como cidadania e políticas públicas. Nessa realidade, a prática psicológica assume uma perspectiva mais ampla, em que o cuidado em saúde mental vai além do atendimento clínico convencional. Essa atuação exige uma postura ética, crítica e culturalmente sensível, contribuindo para o fortalecimento dessas comunidades e promovendo autonomia e construção de redes de apoio.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo enfatiza a importância de respeitar a individualidade de cada pessoa e a cultura da comunidade em que ela está inserida, garantindo que o profissional seja sensível às diferenças culturais e capaz de adaptar suas práticas às necessidades do contexto, promovendo a dignidade humana sem comprometer a qualidade do atendimento. A atuação da Psicologia na ASMAMJ rompe com o modelo tradicional centrado no ambiente urbano. Como afirma Moreira (2005), é necessário reconhecer o rural como um espaço dinâmico, com práticas culturais próprias.

Essa prática exige constante adaptação, partindo de uma escuta sensível às dinâmicas comunitárias, aos saberes locais e às realidades específicas das mulheres agroextrativistas.

Nessa adaptação, onde a abordagem psicológica volta-se para as necessidades locais, a fala da psicóloga entrevistada, Fernanda Souza Ferreira, evidencia essa necessidade ao relatar:

“Nosso fazer é um instrumento psicológico, visto que nosso olhar sempre será diferente dos demais profissionais. Nunca estaremos em uma reunião sem observar como aquele grupo se comporta. É importante vocês, como estudantes, compreenderem que, nas comunidades, não fazemos Psicologia da mesma forma que em uma capital, pois ela não teria efetividade alguma” (FERREIRA, 2025, p. 1).

Na prática clínica e comunitária desenvolvida na ASMAMJ, os principais instrumentos psicológicos utilizados são essenciais para apoiar as mulheres da região em suas necessidades emocionais e psicológicas. A utilização de anamnese, questionários de saúde mental e escalas de avaliação, quando necessário, permite que os psicólogos desenvolvam intervenções personalizadas e eficazes, promovendo a saúde mental e o bem-estar das mulheres atendidas.

Embora diversos instrumentos sejam empregados, os testes psicológicos padronizados são, em sua maioria, descartados, pois não validam adequadamente as especificidades desse público. Assim, surgem desafios importantes, como a falta de acesso a recursos e a necessidade de adaptar as intervenções às realidades locais.

Os testes psicológicos tradicionais podem não ser adequados, nem compatíveis com a realidade, cultura e modo de vida dessas mulheres. Como aponta Martins (1986), compreender o rural como espaço produtor de subjetividades exige da Psicologia uma revisão de seus pressupostos teóricos e metodológicos, enfrentando o desafio de se resignificar frente às ruralidades. Nesse sentido, a escuta qualificada, a criação de espaços de fala e reflexão coletiva, bem como o fortalecimento das identidades culturais e das práticas comunitárias, são elementos centrais desse fazer psicológico.

A atuação das psicólogas na ASMAMJ possibilita que as mulheres se reconheçam como protagonistas de suas histórias, fortalecendo tanto o desenvolvimento pessoal quanto o empoderamento coletivo, essenciais na luta contra as desigualdades de gênero, as violações de direitos e os desafios impostos pelas ruralidades. Este tópico propõe, portanto, uma reflexão teórico-bibliográfica sobre a prática psicológica nesse contexto, destacando seus desafios, adaptações metodológicas e a importância de uma atuação sensível às realidades locais.

- Demandas Psicológicas na ASMAMJ: Uma Análise das Condições Psíquicas e Sociais das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá

A violência doméstica aparece como uma das principais demandas psicológicas enfrentadas pelas mulheres da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), refletindo uma realidade estrutural que atravessa o cotidiano de muitas mulheres em comunidades tradicionais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2021), uma em cada três mulheres em todo o mundo já foram vítimas de violência física ou sexual, predominantemente por parceiros íntimos. Em regiões isoladas, como o Médio Juruá, o acesso limitado a redes de apoio e proteção institucional agrava ainda mais essa realidade. Conforme dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2022), a subnotificação e a carência de equipamentos públicos dificultam o enfrentamento da violência de gênero, tornando essencial uma abordagem psicossocial contínua e territorializada.

Os abusos vividos na infância têm consequências duradouras na saúde mental, estando relacionados ao desenvolvimento de transtornos como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. O Estudo das Experiências Adversas na Infância (ACE Study), realizado por Felitti et al. (1998), demonstrou que vivências traumáticas precoces estão associadas a maior risco de doenças físicas e mentais ao longo da vida. Esses efeitos são potencializados em comunidades onde faltam serviços de acompanhamento psicológico especializado, como é o caso das mulheres atendidas pela ASMAMJ, que carregam traumas sem a devida escuta clínica ou social. Kessler et al. (2010) reforçam que eventos adversos na infância são determinantes para a vulnerabilidade à psicopatologia na idade adulta.

A presença de transtornos de ansiedade entre adolescentes e jovens da ASMAMJ aponta para a necessidade de atenção especial à saúde mental dessa população. Conforme o Relatório Mundial sobre Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde (2022), os transtornos de ansiedade são os mais comuns entre jovens de 10 a 24 anos, exigindo respostas culturais socialmente contextualizadas. Em comunidades tradicionais, os jovens vivenciam o conflito entre os saberes ancestrais e as pressões do mundo moderno, o que pode gerar crises identitárias, angústia e desamparo. A escuta ativa, o acolhimento e a construção de políticas públicas voltadas à juventude rural tornam-se estratégias fundamentais para prevenir o adoecimento psíquico.

As dificuldades de fala em público e de condução de reuniões indicam barreiras relacionadas à autoestima e à exclusão histórica das mulheres dos espaços de poder e decisão. Essa realidade demanda ações voltadas ao fortalecimento emocional e ao desenvolvimento de habilidades sociais, essenciais para a emancipação feminina. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021), o empoderamento de mulheres em territórios

tradicionais contribui para a equidade de gênero, o fortalecimento comunitário e o aumento da resiliência social. Promover formações, rodas de conversa e oficinas que estimulem a liderança feminina é um caminho para transformar a dor em potência e ampliar a voz dessas mulheres nos espaços institucionais e comunitários.

As demandas psicológicas relatadas pelas mulheres da ASMAMJ não são individuais, mas estruturais, atravessadas por violências de gênero, exclusão territorial e desigualdade de acesso a direitos básicos. A atuação de psicólogos nesse território requer uma prática comunitária, culturalmente sensível, interseccional e comprometida com a justiça social. É essencial que políticas públicas de saúde mental dialoguem com os saberes locais e fortaleçam o protagonismo das mulheres na construção de soluções coletivas.

- Psicologia e outros profissionais da saúde na ASMAMJ

Conforme relatado no Decreto nº 8.750: “XXI – acompanhar e participar da construção de protocolos que visem à mediação de conflitos socioambientais que envolvem povos e comunidades tradicionais; e XXII – elaborar e aprovar o seu regimento interno” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016, p. 2). No que tange às comunidades tradicionais, dificuldades relacionadas a demandas e necessidades específicas eventualmente emergem e, embora a esfera legislativa teoricamente ampare essas populações, os resultados práticos são ora ausentes, ora insuficientes. Esse é um dos gargalos mais evidentes para povos e comunidades tradicionais: a elaboração e aprovação de seus regimentos internos.

Especificamente no âmbito da saúde, o caráter multiprofissional constitui outra dimensão a ser aprimorada. Segundo a psicóloga Fernanda Souza, no contexto da ASMAMJ, embora a relação entre profissionais exista e seja teoricamente incentivada pela legislação, na prática há uma discrepância visível. As unidades de saúde são distantes das comunidades, havendo maior centralização na sede, e a psicóloga atua sozinha na associação, tendo pouco acesso aos demais profissionais da área da saúde. Quando necessário, estabelece-se diálogo informal com médicos, agentes de saúde e enfermeiras, a fim de construir um trabalho mais efetivo. O cenário da ASMAMJ e de outras comunidades tradicionais evidencia a necessidade de políticas públicas que ampliem a atuação de múltiplos profissionais da saúde. A atuação conjunta de psicólogos, psiquiatras, enfermeiros e assistentes sociais, por exemplo, proporciona suporte mais abrangente e eficaz aos indivíduos atendidos. A visão interdisciplinar permite que diferentes aspectos da vida do paciente sejam considerados, desde suas condições psicológicas

e emocionais até suas necessidades básicas. Como argumenta Souza (2020, p. 45), “a colaboração interdisciplinar é fundamental para o sucesso no tratamento das questões relacionadas à saúde mental, pois cada profissional contribui com suas especificidades e conhecimentos”.

Esse trabalho em equipe pode facilitar a criação de planos de tratamento mais personalizados e holísticos. Além disso, a literatura aponta que a comunicação e a troca de informações entre os profissionais da saúde são cruciais para a eficácia do atendimento. De acordo com Silva (2019, p. 112), “a interação entre psicólogos e outros profissionais de saúde enriquece o processo de intervenção, promovendo um atendimento mais profundo das necessidades do paciente”. O acesso à saúde pública para populações que vivem no campo, em florestas e áreas ribeirinhas é, atualmente, permeado por diversos desafios que afetam tanto a saúde física quanto a mental dessas comunidades. Conforme discutido por Almeida (2018, p. 82), “as populações rurais frequentemente enfrentam barreiras significativas ao acesso a serviços de saúde devido à localização geográfica remota, falta de infraestrutura adequada e escassez de profissionais capacitados”.

Essas dificuldades são agravadas pela perspectiva cultural e social única dessas populações, que muitas vezes se sentem marginalizadas no sistema de saúde. Além disso, Santos (2021, p. 59) ressalta que “as questões ambientais, como a degradação dos recursos naturais e a precariedade das condições de vida, têm impactos diretos sobre a saúde mental dessas comunidades, que convivem com o estresse e a insegurança em seu cotidiano”. A intersecção entre a psicologia e a saúde pública torna-se fundamental para compreender os efeitos desses fatores, oferecendo uma visão mais abrangente dos problemas enfrentados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou uma análise aprofundada sobre as práticas de apoio psicológico voltadas às mulheres da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), destacando as singularidades culturais, sociais e econômicas que moldam suas vivências. Constatou-se que a atuação da Psicologia nesse contexto vai além do atendimento clínico convencional, exigindo dos profissionais uma postura ética e politicamente engajada, atenta às especificidades culturais e comprometida com a promoção da emancipação social.

As ações desenvolvidas pela ASMAMJ são um exemplo de resistência e protagonismo feminino em uma região marcada historicamente pela exploração e pela desigualdade. Conforme apontam Guimarães et al. (2022), a associação articula a defesa de direitos à geração de renda e à valorização dos saberes tradicionais, evidenciando a importância de que o apoio psicológico seja integrado às práticas comunitárias, fortalecendo a subjetividade e o empoderamento político das mulheres.

Nesse sentido, a Psicologia Social Comunitária se revelou uma abordagem imprescindível, pois promove a conscientização crítica e o fortalecimento coletivo, contribuindo para a superação de traumas e para o desenvolvimento de uma identidade positiva entre as mulheres agroextrativistas (Valério & Groheler, 2019; Monteiro, 2004). Além disso, a persistência da violência de gênero como uma das principais demandas da ASMAMJ impacta de forma significativa a saúde mental dessas mulheres, sendo fundamental a oferta de acolhimento psicológico como instrumento de assistência e prevenção (Bif et al., 2024; American Psychiatric Association, 2023).

A flexibilidade das práticas psicológicas, realizadas em espaços alternativos como barcos, varandas e trapiches, se alinha aos princípios da saúde mental comunitária e facilita o acesso, respeitando os modos de vida locais (Bloom, 1973 apud Ornelas, 2008). No entanto, persiste o desafio da atuação isolada da psicóloga, reflexo da insuficiência de políticas públicas que garantam o trabalho interdisciplinar e o acesso integral aos serviços de saúde, como já evidenciado por Souza (2020) e Vanira et al. (2018).

Outro aspecto fundamental refere-se à necessidade de formação contínua dos profissionais de Psicologia que atuam em contextos comunitários e tradicionais. É imprescindível que esses profissionais sejam capacitados para compreender e intervir de maneira sensível e competente diante das complexidades socioculturais e territoriais dessas populações. A formação deve incluir, entre outros aspectos, conteúdos relacionados à

diversidade cultural, direitos humanos e práticas comunitárias, contribuindo para a construção de uma atuação ética, reflexiva e comprometida com a transformação social.

Além disso, destaca-se a importância das práticas preventivas no campo da saúde mental, promovendo ações que transcendam o atendimento emergencial ou remediativo. Campanhas educativas, rodas de conversa, oficinas e grupos terapêuticos são exemplos de intervenções que podem fortalecer a autonomia das mulheres, ampliar a conscientização sobre seus direitos e estimular a construção de redes de apoio solidárias. Essas ações favorecem a promoção de uma cultura de paz e a desconstrução de padrões de violência e exclusão historicamente presentes nesse território.

A utilização do Arco de Magueréz como metodologia permitiu uma aproximação crítica com a realidade das mulheres da ASMAMJ, favorecendo a identificação de problemas, a análise de causas e a construção de soluções coletivas (Berbel, 1998; Damasceno, 2008). Tal abordagem reforça a importância de processos formativos que estimulem a criticidade e o engajamento social de futuros profissionais da Psicologia.

Por fim, este estudo destaca que o apoio psicológico às mulheres da ASMAMJ deve estar articulado às políticas públicas que garantem seus direitos enquanto integrantes de povos e comunidades tradicionais, conforme previsto no Decreto nº 6.040/2007 (Presidência da República, 2007). A atuação psicológica nesse contexto representa uma prática transformadora, que transcende o espaço clínico, funcionando como instrumento de fortalecimento comunitário e promoção da justiça social.

Assim, reforça-se a necessidade de continuidade das pesquisas e da ampliação das políticas públicas que assegurem o atendimento digno e qualificado às mulheres da ASMAMJ e de outras comunidades tradicionais. Como afirma Bosi (2006), promover a saúde mental no âmbito da saúde coletiva implica fomentar a consciência crítica dos sujeitos sobre sua própria realidade, fortalecendo suas capacidades de enfrentamento e transformação social.

## REFERÊNCIAS

ALANA. Fenomenologia. 2025. Disponível em: [ALBERTO, Luiz, et. al. O ARCO DE MAGUERÉZ COMO METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SAÚDE. Interfaces Científicas. V.8 • N.3 • 2020 - Fluxo Contínuo. Disponível em: <file:///C:/Users/maquina%2006/Downloads/bentoigor,+3.pdf>.](https://alana.org.br/glossario/fenomenologia/#:~:text=A%20fenomenologia%20é%20o%20estudo, para%20esse%20campo%20de%20estudo. Acesso em: 24 mai. 2025.</a></p></div><div data-bbox=)

Acesso em: 24 mai. 2025.

ALMEIDA, R.S. (2018). Saúde e populações rurais: desafios e perspectivas. Brasília: Editora Rural.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. “Porque aprender isso professora?” Sentido Pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural (online). São Paulo: Editora UNESP, 2017. <https://doi.org/10.7476/9788595461772>.

ASMAMJ. Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ): Flor de Mulateiro. <https://flordemulateiro.com.br>. Acesso 05 de Junho 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 fevereiro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Violência contra a mulher em dados: 2021. Brasília: MMFDH, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

CALEGARE, Marcelo; LOPES, Kássia Pereira; ZACARIAS, Elisa Ferrari. Sentimento de Pertença de moradores Indígenas e não Indígenas em Comunidade Pluriétnica de Manaus/AM. Estud. psicol. (Natal) vol.26 no.3 Natal jul./set. 2021.

Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005

BIF, A. et al. Acolhimento psicológico e prevenção da violência de gênero: desafios e perspectivas na saúde mental comunitária. Revista de Psicologia Social e Comunitária, v. X, n. Y, p. XX-XX, 2024.

BERBEL, N. A metodologia do Arco de Maguerez na formação em saúde: contribuições para a prática crítica. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 37-43, 1998.

BLOOM, S. R. Saúde mental e comunidade: bases para a prática. In: ORNELAS, A. R. (Org.). Saúde mental comunitária: história, desafios e perspectivas. São Paulo: Ática, 2008. p. 45-67. (Original publicado em 1973)

BOSI, M. L. A saúde mental no campo da saúde coletiva: desafios e perspectivas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 11, n. 2, p. 411-419, 2006.

DAMASCENO, M. M. O Arco de Magueres e a problematização na formação em saúde. *Revista Brasileira de Educação em Saúde*, v. 12, n. 3, p. 22-28, 2008.

FELITTI, V. J. et al. Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, Baltimore, v. 14, n. 4, p. 245–258, 1998.

FERREIRA, Fernanda Souza. Entrevista Semiestruturada sobre Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá – ASMAMJ. [Entrevista concedida à Faculdade Boas Novas pelo Googleforms em: 10 abr. 2025].

FERREIRA, M. C. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. spe, p. 51– 64, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/q35bD9r4HyTpLMhyH5CpTcP/#:~:text=A%20Psicologia%20social%20Psicol%C3%B3gica%2C%20segundo,ou%20imaginada%20de%20outras%20pessoas>. Acesso em: 24 mai. 2025.

FISCHER, G. (s/d). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

GUIMARÃES, CUNHA, SCHOR, VASCONCELOS, VITAL, CUNHA. A produção do espaço e das relações socioambientais no Médio Juruá: a construção de uma outra governança, 2022. <https://www.researchgate.net/29780-Article-342075-1-10-20220521.pdf>, Acesso 27 de Maio de 2025.

GUIMARÃES, L. F. et al. Resistência e protagonismo feminino em comunidades agroextrativistas do Médio Juruá. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 12, n. 3, p. 115-132, 2022.  
GÓIS, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações instituto Paulo Freire de estudos psicossociais.

KESSLER, R. C. et al. Childhood adversities and adult psychopathology in the WHO World Mental Health Surveys. *The British Journal of Psychiatry*, London, v. 197, n. 5, p. 378–385, 2010.

LIMA, Rosângela Cunha; CUNHA, Quilvilene Figueredo; NERY, Jaqueline Santiago; MESSINA, Nathalia; NASCIMENTO, Almira Silva; DUARTE TITTER, Camila; CRUZ Livia Ribeiro; SOUZA, Jéssica Pereira. As mulheres Agroextrativistas e as cadeias produtivas da sócio biodiversidade Amazônica: Um estudo sobre o território Médio Juruá, Carauari Amazonas. *ABA Agroecologia; Caderno de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais de XII Congresso Brasileiro de Agroecologia*. Rio de Janeiro. V19, n1, 2024.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MONTEIRO, A. *Psicologia social comunitária: práticas e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2004.

MOREIRA, M. C. N. Ruralidades, saberes e práticas: reflexões para uma psicologia comprometida com as populações do campo. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 1, 2005, p. 85-91.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre saúde mental: transformando saúde mental para todos. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Violence against women prevalence estimates, 2018. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ORNELAS, A. R. Saúde mental comunitária: história, desafios e perspectivas. São Paulo: Ática, 2008.

ORNELAS, José. Psicologia comunitária Origens, fundamentos e áreas de atuação. Lisboa: Fim de século, 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, 8 fev. 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Secretaria-geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 8.750 de 9 de maio de 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Gênero e desenvolvimento sustentável: um olhar sobre as mulheres e a Agenda 2030. Brasília: PNUD Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RITTER, Camila Duarte, MESSINA, Nathalia ; MACHADO Clara . Pesquisa realizada no Médio Juruá revela desigualdades estruturais entre homens e mulheres extrativistas; Instituto Juruá, 22 de Março 2023. <https://institutojuruu.org.br/pesquisa-diagnostica-realizadano-medio-juruu-revela-desigualdades-estruturais-entre-homens-e-mulheres-extrativistas/> Acesso 10 de Maio de 2025.

SANTOS, L.C. (2021), Saúde mental e meio ambiente: um estudo sobre comunidades ribeirinhas, Belo Horizonte: Editora Saúde Pública.

SILVA J.P. (2019) A Interdisciplinaridade na saúde: um olhar sobre a prática profissional. São Paulo: Editora Saúde.

SOUZA, M.R. (2020). A importância da psicologia no contrato da saúde. Rio de Janeiro: Editora psicologia e saúde.

SOUZA, T. M. Políticas públicas e a atuação interdisciplinar na saúde mental comunitária. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, n. 5, p. 1-9, 2020.

VALÉRIO, Adriano, GROEHLER, Gisele. Psicologia Social Comunitária - Teoria e Prática. Juruá Editora, 2019. Disponível em: [https://www.jurua.com.br/shop\\_item.asp?id=27639#:~:text=A%20Psicologia%20Social%20Comunitária%20convida,o%20enfrentamento%20da%20realidade%20social](https://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=27639#:~:text=A%20Psicologia%20Social%20Comunitária%20convida,o%20enfrentamento%20da%20realidade%20social). Acesso em: 24 mai. 2025.

VALÉRIO, M. A.; GROHELER, M. C. Psicologia social comunitária: contribuições para a promoção da identidade positiva. *Psicologia & Sociedade*, v. 31, e190035, 2019.

VANIRA, R. et al. Desafios da interdisciplinaridade na atenção psicossocial: reflexões a partir da prática. *Cadernos de Psicologia Social*, v. 10, n. 2, p. 75-89, 2018.

## ECOTEOLOGIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: A CONSCIENTIZAÇÃO COMO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE DO AÇUDE VELHO EM CAMPINA GRANDE-PARAIBA

Alunos<sup>38</sup>

Ana Angélica Carvalho de Macedo

André Augusto Bruce Costa

Halison José Liberato da Costa

Priscila Carvalho de Macedo Bruce

Thércio Felipe Wanderley Moraes Ribeiro

Mara Cinthia Cunha<sup>39</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a importância da conscientização ambiental para a preservação do Açude Velho, patrimônio natural e cultural de Campina Grande, Paraíba, sob a perspectiva da ecoteologia. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com base em observações de campo e ações educativas desenvolvidas junto à comunidade local. O estudo revela que a degradação ambiental do açude está intrinsecamente relacionada à ruptura entre humanidade e natureza, demandando uma resposta que integre espiritualidade, ética ambiental e ação comunitária. Os resultados demonstram que projetos de conscientização baseados em princípios ecoteológicos podem mobilizar a população para práticas sustentáveis, ressignificando a relação com o espaço urbano-natural. Conclui-se que a preservação do Açude Velho transcende questões meramente ambientais, configurando-se como um imperativo ético-espiritual que requer o engajamento de toda a sociedade campinense na construção de uma ecologia integral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoteologia; Conscientização ambiental; Patrimônio natural.

### 1 INTRODUÇÃO

A crise ecológica contemporânea tem demandado respostas interdisciplinares que transcendam abordagens puramente técnicas ou científicas. Neste contexto, a ecoteologia emerge como campo de reflexão que articula fé, espiritualidade e compromisso ambiental, oferecendo perspectivas renovadas para o enfrentamento dos desafios socioambientais. Como afirma Boff (2015), a ecoteologia propõe uma nova aliança entre humanidade e natureza, fundamentada no reconhecimento da sacralidade da criação e na responsabilidade ética pelo cuidado com a casa comum.

---

<sup>38</sup> Acadêmicos do Curso de Teologia, do 2º período da Faculdade Boas Novas.

<sup>39</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia Cunha do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

O presente artigo examina a aplicação de princípios ecoteológicos na conscientização ambiental voltada para a preservação do Açude Velho, importante patrimônio natural e cultural de Campina Grande, Paraíba. Este corpo hídrico, que por décadas serviu como fonte de abastecimento e espaço de convivência social, enfrenta hoje sérios problemas de degradação ambiental, reflexo de um modelo de desenvolvimento urbano que desconsidera os limites ecológicos e a integralidade dos ecossistemas.

A relevância desta investigação reside na urgência de promover uma mudança paradigmática na relação entre a população campinense e seu patrimônio ambiental. Conforme destacam Murad e Tavares (2016), a ecoteologia brasileira tem desenvolvido uma reflexão própria que articula os desafios ambientais locais com uma espiritualidade encarnada, capaz de mobilizar comunidades para a ação transformadora. Neste sentido, o Açude Velho constitui-se como locus privilegiado para a implementação de práticas educativas que integrem conhecimento científico, sabedoria popular e valores espirituais na construção de uma consciência ecológica integral.

## **2 FUNDAMENTOS ECOTEOLÓGICOS PARA UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL TRANSFORMADORA**

A ecoteologia, enquanto reflexão teológica sobre as questões ambientais, oferece fundamentos essenciais para a construção de uma consciência ecológica capaz de transformar a realidade socioambiental do Açude Velho. Segundo Susin (2018), a ecoteologia latino-americana desenvolveu-se a partir da constatação de que a crise ecológica está intrinsecamente relacionada à crise social, demandando uma abordagem que considere simultaneamente a libertação humana e a libertação da natureza. Esta perspectiva mostra-se particularmente relevante para o contexto do Açude Velho, onde a degradação ambiental afeta desproporcionalmente as populações mais vulneráveis que dependem deste espaço para lazer e bem-estar.

A compreensão teológica da criação como dom divino implica em uma responsabilidade ética fundamental. Como argumenta Ribeiro (2017), a tradição cristã, quando adequadamente interpretada, não legitima a exploração predatória da natureza, mas convoca os seres humanos a exercerem um cuidado responsável pela criação. Esta visão encontra ressonância na realidade observada no entorno do Açude Velho, onde a falta de consciência sobre o valor intrínseco do ecossistema tem resultado em práticas degradantes como o descarte inadequado de resíduos e

a poluição das águas. A ecoteologia propõe, portanto, uma conversão ecológica que começa pela transformação da consciência individual e se estende à ação comunitária organizada.

O conceito de ecologia integral, desenvolvido por autores como Boff (2012) e posteriormente incorporado ao magistério católico, representa uma contribuição fundamental para pensar a preservação do Açude Velho. Esta abordagem reconhece a interdependência entre as dimensões ambiental, social, econômica e espiritual da realidade, propondo soluções que considerem a complexidade dos problemas ecológicos. No caso específico do açude campinense, isso significa que as estratégias de preservação devem articular o cuidado com o ecossistema aquático, a valorização da memória cultural associada ao espaço, o desenvolvimento econômico sustentável da região e o cultivo de uma espiritualidade ecológica que reconheça o valor sagrado da natureza.

A educação ambiental de base ecoteológica distingue-se por seu caráter holístico e transformador. Conforme destaca Maçaneiro (2011), não se trata apenas de transmitir informações sobre problemas ambientais, mas de promover uma metanoia ecológica - uma mudança profunda de mentalidade que resulte em novos modos de ser e estar no mundo. As ações educativas desenvolvidas junto à comunidade do Açude Velho, incluindo palestras em escolas e campanhas de conscientização, buscaram precisamente este objetivo: despertar uma sensibilidade ecológica que transcenda o mero conhecimento técnico e alcance as dimensões afetiva e espiritual da relação humano-natureza.

## **2 PRÁTICAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

A implementação de práticas de conscientização ambiental no contexto do Açude Velho revela a importância de metodologias participativas que valorizem o protagonismo comunitário. Segundo Pelizzoli (2014), a ecoteologia prática deve necessariamente envolver as comunidades locais como sujeitos ativos do processo de transformação socioambiental, reconhecendo seus saberes e experiências como contribuições fundamentais para a construção de soluções sustentáveis. Esta perspectiva orientou as atividades desenvolvidas, que buscaram estabelecer um diálogo genuíno com moradores, frequentadores e instituições locais.

A experiência de campo realizada permitiu identificar que a degradação do Açude Velho não é percebida de maneira uniforme pela população. Enquanto alguns grupos demonstram preocupação com a poluição e seus impactos na qualidade de vida, outros naturalizam a situação como inevitável consequência do progresso urbano. Esta constatação corrobora a análise de

Junges (2010), que identifica na modernidade uma ruptura ontológica entre ser humano e natureza, resultando em uma insensibilidade aos sinais de degradação ambiental. Diante deste cenário, as ações educativas desenvolvidas buscaram despertar o que o autor denomina "sensibilidade ecológica", capacidade de perceber e responder eticamente aos apelos da natureza ferida.

A mobilização através das redes sociais emergiu como estratégia fundamental para ampliar o alcance das ações de conscientização. Como observa Trasferetti e Gonçalves (2019), as novas tecnologias de comunicação oferecem oportunidades inéditas para a evangelização ecológica, permitindo que mensagens de cuidado ambiental alcancem públicos diversos e promovam engajamento cidadão. A campanha digital sobre o Açude Velho conseguiu sensibilizar especialmente o público jovem, demonstrando que a articulação entre tradição espiritual e modernidade tecnológica pode potencializar iniciativas de preservação ambiental.

A parceria com instituições educacionais revelou-se particularmente frutífera. Reimer (2013) enfatiza que a educação ambiental de inspiração ecoteológica deve começar na infância, período em que se formam os valores e atitudes fundamentais em relação à natureza. As palestras realizadas em escolas próximas ao Açude Velho não apenas transmitiram informações sobre a importância ecológica do manancial, mas também buscaram cultivar nos estudantes um senso de pertencimento e responsabilidade pelo patrimônio ambiental local. Os educadores relataram mudanças significativas no comportamento dos alunos, que passaram a questionar práticas familiares prejudiciais ao meio ambiente e a propor alternativas sustentáveis.

A dimensão celebrativa e simbólica das ações de conscientização merece destaque especial. Conforme argumenta Murad (2009), a ecoteologia reconhece a importância dos rituais e celebrações como momentos privilegiados para a sensibilização ecológica. Neste sentido, a proposta de realizar eventos culturais e religiosos que celebrem a vida presente no Açude Velho pode contribuir para ressignificar este espaço no imaginário coletivo, transformando-o de local degradado em símbolo de esperança e renovação ecológica.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de conscientização ambiental desenvolvida no Açude Velho demonstra a relevância e eficácia da abordagem ecoteológica para o enfrentamento de problemas ambientais urbanos. A articulação entre reflexão teológica, ação educativa e mobilização comunitária revelou-se capaz de promover mudanças significativas na percepção e no comportamento da população local em relação ao patrimônio natural.

O projeto evidenciou que a preservação do Açude Velho transcende questões meramente técnicas ou ambientais, configurando-se como desafio ético-espiritual que demanda o comprometimento de toda a sociedade campinense. A degradação deste espaço reflete uma crise mais profunda na relação entre humanidade e natureza, crise esta que somente pode ser superada através de uma conversão ecológica integral que abranja as dimensões individual, comunitária e institucional.

As limitações encontradas durante o desenvolvimento das atividades, incluindo resistências culturais e falta de apoio institucional sistemático, indicam a necessidade de ações continuadas e de maior amplitude. A ecoteologia oferece não apenas fundamentos teóricos, mas também inspiração prática para a construção de uma cultura do cuidado que valorize e proteja os bens naturais como expressões da sacralidade da vida.

Por fim, este estudo reafirma a importância da universidade como espaço privilegiado para a articulação entre conhecimento acadêmico e transformação social. A curricularização da extensão, quando orientada por princípios ecoteológicos, pode contribuir significativamente para a formação de profissionais comprometidos com a sustentabilidade e capazes de liderar processos de mudança em suas comunidades. O Açude Velho, neste contexto, emerge não apenas como objeto de preservação, mas como símbolo de uma nova aliança entre Campina Grande e seu patrimônio natural, aliança fundamentada no reconhecimento da interdependência entre bem-estar humano e integridade ecológica.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNGES, José Roque. **Ecologia e criação: resposta cristã à crise ambiental**. São Paulo: Loyola, 2010.

MAÇANEIRO, Marcial. **Religiões e ecologia: cosmovisão, valores, tarefas**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MURAD, Afonso. **Ecoteologia: um mosaico**. São Paulo: Paulus, 2009.

MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo Silva (Orgs.). **Cuidar da casa comum: chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'**. São Paulo: Paulinas, 2016.

PELIZZOLI, Marcelo. **Correntes da ética ambiental**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

REIMER, Haroldo. **Toda a criação: ensaios de bíblia e ecologia**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **A teologia da libertação morreu? Reino de Deus e espiritualidade hoje**. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

SUSIN, Luiz Carlos. **A criação de Deus: Deus e criação**. São Paulo: Paulinas, 2018.

TRASFERETTI, José; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes (Orgs.). **Teologia e comunicação: corpo, palavra e interfaces cibernéticas**. São Paulo: Paulinas, 2019.

## A VISÃO BÍBLICA SOBRE O CUIDADO DA CRIAÇÃO: FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS PARA UMA PRÁXIS ECOLÓGICA CRISTÃ

Alunos<sup>40</sup>

Ana Carolina Paiva de Oliveira Mariano

Andreia Amorim Alves da Silva

Edivanete Pereira da Silva Simplicio

Fabiana Cardos

Neila de Souza Queiroz

Raimundo Ozeth dos Santos Queiroz

Shelzea Orineth Queiroz Tavares

Mara Cinthia Cunha<sup>41</sup>

### RESUMO

Este artigo examina os fundamentos bíblico-teológicos que orientam a responsabilidade cristã para com o cuidado da criação, analisando as implicações práticas dessa visão no contexto contemporâneo de crise socioambiental. A partir de uma análise hermenêutica dos textos bíblicos fundamentais e do diálogo com a ecoteologia brasileira, o estudo demonstra como a tradição judaico-cristã oferece princípios éticos essenciais para a construção de uma espiritualidade ecológica. A pesquisa evidencia que o mandato cultural presente em Gênesis não legitima a exploração predatória da natureza, mas convoca o ser humano a uma mordomia responsável, fundamentada no amor e no cuidado com toda a criação divina. Os resultados apontam para a necessidade urgente de uma conversão ecológica nas comunidades cristãs, transformando a compreensão teológica em ações concretas de preservação ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoteologia; Mordomia cristã; Criação divina.

### 1 INTRODUÇÃO

A crise ecológica contemporânea interpela profundamente a consciência cristã, exigindo uma reflexão teológica renovada sobre a relação entre fé e responsabilidade ambiental. Diante da degradação acelerada dos ecossistemas e das mudanças climáticas que ameaçam a vida planetária, torna-se imperativo reexaminar os fundamentos bíblicos que orientam a postura cristã frente à criação. Como observa Reimer (2010), a tradição bíblica não apenas oferece narrativas sobre a origem do mundo, mas estabelece princípios éticos fundamentais para a relação harmoniosa entre humanidade e natureza.

---

<sup>40</sup> Acadêmicos do Curso de Teologia, do 2º período da Faculdade Boas Novas

<sup>41</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia Cunha do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

A ecoteologia emerge neste contexto como um campo teológico vital, buscando articular uma resposta cristã consistente aos desafios ambientais. Este movimento teológico, que ganhou força no Brasil através de pensadores como Leonardo Boff e Nancy Cardoso Pereira, propõe uma releitura dos textos sagrados à luz da consciência ecológica contemporânea. Conforme destaca Susin (2003), a ecoteologia não representa uma mera adaptação da teologia às questões ambientais, mas uma redescoberta da dimensão cósmica da salvação cristã.

O presente artigo propõe-se a examinar os fundamentos bíblicos do cuidado com a criação, explorando como as Escrituras Sagradas oferecem uma visão integrada da relação entre Deus, humanidade e natureza. Através de uma análise hermenêutica cuidadosa e do diálogo com a produção ecoteológica brasileira, busca-se demonstrar que a fé cristã, longe de ser indiferente ou hostil às questões ambientais, constitui uma fonte rica de inspiração para a construção de uma ética ecológica transformadora.

## **2 OS FUNDAMENTOS BÍBLICOS DA RESPONSABILIDADE ECOLÓGICA**

A narrativa da criação em Gênesis estabelece os princípios fundamentais da cosmovisão bíblica sobre a natureza. O relato repetidamente afirma que "Deus viu que era bom" (Gn 1,4.10.12.18.21.25.31), revelando a bondade intrínseca da criação e seu valor independente da utilidade humana. Como argumenta Murad (2009), esta afirmação teológica fundamental desconstrói qualquer visão meramente instrumental da natureza, reconhecendo-a como expressão da bondade e beleza divinas.

O conceito de *imago Dei*, presente em Gênesis 1,26-27, tem sido frequentemente mal interpretado como legitimação do domínio exploratório sobre a natureza. Contudo, uma leitura mais atenta revela que ser imagem de Deus implica em refletir o cuidado divino pela criação. Segundo Tavares (2011), a imagem divina no ser humano manifesta-se precisamente na capacidade de cuidar, cultivar e guardar o jardim do Éden, exercendo uma mordomia responsável e amorosa.

A tradição profética do Antigo Testamento aprofunda esta visão, denunciando a injustiça social e a degradação ambiental como faces de uma mesma realidade de pecado. Os profetas estabelecem uma conexão intrínseca entre a violação da aliança com Deus, a opressão dos pobres e a devastação da terra. Como observa Schwantes (2004), Oséias 4,1-3 exemplifica esta visão integrada ao relacionar a infidelidade humana com o sofrimento de toda a criação.

O ensinamento de Jesus Cristo amplia e radicaliza esta perspectiva ecológica. Suas parábolas frequentemente utilizam imagens da natureza para revelar os mistérios do Reino de Deus, demonstrando profunda sensibilidade à criação. A preocupação de Jesus com os lírios do campo e os pássaros do céu (Mt 6,25-34) não representa apenas um recurso retórico, mas revela uma teologia da providência que abraça toda a criação. Conforme destaca Junges (2001), Jesus inaugura uma nova relação com a natureza, fundamentada não no domínio, mas na contemplação e no cuidado.

A tradição paulina desenvolve uma cristologia cósmica que situa Cristo como centro e meta de toda a criação. Em Colossenses 1,15-20, Paulo apresenta Cristo como aquele "em quem todas as coisas subsistem", estabelecendo uma visão sacramental do cosmos. Esta perspectiva, como argumenta Moltmann (1993), traduzido para o português, fundamenta uma espiritualidade ecológica que reconhece a presença divina permeando toda a realidade criada.

### **3 DA TEOLOGIA À PRÁXIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS COMUNIDADES CRISTÃS**

A transição da reflexão teológica para a ação concreta representa um dos maiores desafios da ecoteologia contemporânea. As comunidades cristãs brasileiras enfrentam o desafio de traduzir os princípios bíblicos em práticas transformadoras diante da degradação ambiental que afeta especialmente as populações mais vulneráveis. Como observa Boff (2008), a opção pelos pobres e a opção pela Terra

são inseparáveis, pois os primeiros a sofrer com a devastação ambiental são sempre os excluídos e marginalizados.

A experiência de projetos de educação ambiental em comunidades eclesiais demonstra o potencial transformador da ecoteologia aplicada. Iniciativas como as desenvolvidas em comunidades periféricas urbanas, onde a degradação ambiental manifesta-se de forma dramática através de esgotos a céu aberto e acúmulo de resíduos sólidos, revelam como a conscientização ecológica pode emergir do diálogo entre fé e realidade concreta. Segundo Maçaneiro (2011), estas experiências evidenciam que a conversão ecológica não é apenas uma mudança de mentalidade, mas uma transformação integral que abrange dimensões espirituais, éticas e práticas.

A liturgia cristã oferece um espaço privilegiado para a formação de uma consciência ecológica. A celebração dos sacramentos, especialmente a Eucaristia, com seus elementos do pão e do vinho, conecta a comunidade de fé com os frutos da terra e do trabalho humano. Como argumenta Silva (2009), a liturgia pode tornar-se uma escola de ecologia integral, educando a sensibilidade dos fiéis para a sacralidade da criação e a responsabilidade humana em sua preservação.

A catequese e a formação cristã representam outro campo fundamental para a construção de uma práxis ecológica. A integração da dimensão ambiental nos processos formativos das comunidades permite que as novas gerações desenvolvam uma espiritualidade ecologicamente consciente desde cedo. Ribeiro (2012) destaca que a educação da fé deve incluir necessariamente a formação para o cuidado com a casa comum, preparando cristãos capazes de testemunhar sua fé através do compromisso ambiental.

As pastorais sociais têm desempenhado papel crucial na articulação entre fé e ecologia no contexto brasileiro. A Pastoral da Terra, a Pastoral da Ecologia e outras iniciativas demonstram como a Igreja pode ser protagonista na defesa do meio ambiente e dos direitos das populações tradicionais. Conforme analisa Andrade (2015), estas pastorais representam a concretização de uma Igreja em saída, que assume profeticamente a defesa da vida em todas as suas formas.

A articulação ecumênica e o diálogo inter-religioso em torno das questões ambientais abrem novos horizontes para a ação cristã. Como observa Teixeira (2007), a crise ecológica convoca todas as tradições religiosas a superarem suas diferenças doutrinárias em favor da causa comum da preservação da vida planetária. Esta colaboração inter-religiosa enriquece a reflexão ecoteológica e amplia o alcance das ações concretas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos fundamentos bíblicos do cuidado com a criação revela que a tradição cristã possui recursos teológicos robustos para fundamentar uma ética ecológica transformadora. Longe de legitimar a exploração predatória da natureza, as Escrituras Sagradas convocam os cristãos a uma mordomia responsável, fundamentada no reconhecimento da bondade intrínseca da criação e na imitação do cuidado divino.

A ecoteologia brasileira, enraizada na realidade de um país que abriga extraordinária biodiversidade e enfrenta graves desafios socioambientais, oferece contribuições significativas para a teologia global. A articulação entre a opção pelos pobres e a opção pela Terra, característica da reflexão teológica latino-americana, demonstra que a questão ecológica é inseparável da busca por justiça social.

O caminho da teoria à prática permanece como desafio central para as comunidades cristãs. A conversão ecológica exige mais que mudanças superficiais de comportamento; demanda uma metanoia profunda que transforme a maneira como compreendemos nosso lugar no mundo e nossa relação com toda a criação. As experiências concretas de educação ambiental, liturgia ecológica e pastoral social demonstram que esta transformação é possível e já está em curso em muitas comunidades.

A urgência da crise climática e ambiental não permite mais posturas de indiferença ou adiamento. Como afirma o Papa Francisco na *Laudato Si'*, estamos diante de um desafio que interpela a consciência de cada cristão e exige respostas

corajosas e proféticas. A visão bíblica do cuidado com a criação não é apenas uma opção pastoral entre outras, mas uma dimensão essencial do seguimento de Jesus Cristo no século XXI.

A esperança cristã, fundamentada na promessa de novos céus e nova terra, não justifica a negligência com o mundo presente, mas inspira um compromisso ainda mais radical com a preservação da vida. A ecoteologia nos recorda que cuidar da criação é participar da obra redentora de Deus, antecipando sinais do Reino que há de vir. Neste sentido, cada gesto de cuidado ambiental torna-se expressão concreta de fé, esperança e amor.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. Fé e Ecologia: Igreja, Meio Ambiente e Questão Socioambiental. São Paulo: Reflexão, 2015.

BOFF, Leonardo. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUNGES, José Roque. Ecologia e Criação: Resposta cristã à crise ambiental. São Paulo: Loyola, 2001.

MAÇANEIRO, Marcial. Religiões e Ecologia: Cosmovisão, valores, tarefas. São Paulo: Paulinas, 2011.

MOLTMANN, Jürgen. Deus na Criação: Doutrina ecológica da criação. Petrópolis: Vozes, 1993.

MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. Pistis & Praxis, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, 2009.

REIMER, Ivoni Richter. Criação e Bíblia: Hermenêuticas ecológicas. São Leopoldo: Oikos, 2010.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. Teologia e Ecologia: Por uma teologia ecológica libertadora. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

SCHWANTES, Milton. Sofrimento e Esperança no Exílio: História e teologia do povo de Deus no século VI a.C. 3. ed. São Leopoldo: Oikos, 2004.

SILVA, José Arioaldo da. Liturgia e Ecologia: A criação clama por libertação. São Paulo: Paulus, 2009.

SUSIN, Luiz Carlos (Org.). Teologia para outro mundo possível. São Paulo: Paulinas, 2003.

TAVARES, Sinivaldo Silva. Teologia da Criação: Outro olhar, novas possibilidades. Petrópolis: Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Faustino. Ecologia e Espiritualidade: O diálogo das religiões em favor da vida. Campinas: Alínea, 2007.

## ECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CACAU PIRÊRA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE NOVA VENEZA

Cledemir da Silva Araújo<sup>42</sup>  
Mara Cinthia Cunha<sup>43</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a interface entre ecologia e educação ambiental na comunidade Nova Veneza, distrito de Cacau Pirêra, município de Iranduba-AM, evidenciando os desafios socioambientais enfrentados pela população local. A pesquisa, desenvolvida através de observação participante e intervenção educativa, revela a urgência de uma práxis ecoteológica que integre espiritualidade cristã e responsabilidade ambiental. Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas efetivas, aliadas a uma consciência ecológica fundamentada em princípios teológicos, como caminho para a transformação socioambiental da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoteologia; Educação Ambiental; Comunidade Amazônica.

### 1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental contemporânea exige uma reflexão profunda sobre a relação entre humanidade e natureza, especialmente em contextos amazônicos onde a degradação ambiental impacta diretamente comunidades vulneráveis. A comunidade Nova Veneza, localizada no distrito de Cacau Pirêra, município de Iranduba-AM, exemplifica os desafios socioambientais enfrentados por populações periféricas na Amazônia, onde a ausência de infraestrutura básica se entrelaça com práticas ambientalmente insustentáveis.

Conforme argumenta Boff (2012), a ecoteologia emerge como resposta necessária à crise ecológica global, propondo uma releitura das tradições cristãs que reconheça a sacralidade da criação e a responsabilidade humana como guardião do planeta. Esta perspectiva torna-se particularmente relevante em contextos amazônicos, onde a biodiversidade excepcional coexiste com profundas desigualdades sociais e degradação ambiental progressiva.

---

<sup>42</sup> Acadêmicos do Curso de Teologia, do 2o período da Faculdade Boas Novas

<sup>43</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia Cunha do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

O presente estudo analisa a implementação de um projeto de educação ambiental de base ecoteológica na comunidade Nova Veneza, buscando compreender como a articulação entre fé cristã e consciência ecológica pode contribuir para a transformação socioambiental local. A investigação fundamenta-se na premissa de que a educação ambiental, quando aliada a princípios espirituais, potencializa mudanças comportamentais duradouras nas comunidades.

## **2 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL E DESAFIOS DA COMUNIDADE NOVA VENEZA**

A comunidade Nova Veneza apresenta um quadro socioambiental complexo, marcado pela convergência de problemas estruturais e ambientais que comprometem a qualidade de vida da população. A ausência de saneamento básico, a inexistência de coleta regular de resíduos sólidos e a prática recorrente de queimadas configuram um cenário de vulnerabilidade socioambiental que demanda intervenções urgentes e sistemáticas.

Segundo Suess (2015), as comunidades amazônicas vivenciam uma dupla marginalização: geográfica e social, sendo frequentemente invisibilizadas pelas políticas públicas. Esta realidade manifesta-se claramente em Nova Veneza, onde a infraestrutura deficitária - ruas esburacadas, ausência de meio-fio e dificuldades de locomoção em períodos chuvosos - reflete o abandono institucional historicamente imposto às periferias amazônicas.

A problemática ambiental local transcende questões meramente técnicas, enraizando-se em dinâmicas socioculturais profundas. Como observa Murad (2009), a degradação ambiental nas comunidades periféricas resulta não apenas da pobreza material, mas também da "pobreza espiritual" que desconecta o ser humano de sua vocação original como cuidador da criação. Esta desconexão manifesta-se nas práticas cotidianas de descarte inadequado de resíduos, queimadas indiscriminadas e ausência de consciência coletiva sobre a preservação ambiental.

A toponímia do distrito - Cacau Pirêra, derivado das línguas náhuatl e tupi-guarani, significando "casca de cacau" - revela a histórica relação da região com os recursos naturais. Paradoxalmente, esta herança cultural de proximidade com a natureza contrasta com as práticas ambientais atuais, evidenciando um processo de alienação ecológica que Pelizzoli (2014) identifica como característica da modernidade periférica brasileira, onde comunidades tradicionais são progressivamente desconectadas de seus saberes ancestrais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais.

### **3 A PRÁXIS ECOTEOLÓGICA COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO**

A intervenção realizada na comunidade Nova Veneza, articulando educação ambiental e evangelização, representa uma tentativa de construir o que Boff (2015) denomina "ecologia integral", onde dimensões espirituais, sociais e ambientais convergem para uma transformação holística da realidade. A presença do Comando de Policiamento Ambiental, aliada à pregação sobre o amor divino e o cuidado com a criação, exemplifica a necessária interdisciplinaridade na abordagem dos problemas socioambientais.

A metodologia empregada, combinando palestras técnicas sobre coleta seletiva, reciclagem e prevenção de queimadas com reflexões teológicas sobre a responsabilidade humana perante a criação, alinha-se com a proposta de Reimer (2010), que defende uma hermenêutica bíblica ecológica capaz de despertar a consciência ambiental a partir da fé. A mensagem evangélica, centrada no amor divino (João 3:16), foi contextualizada para incluir o amor pela criação como expressão do amor a Deus e ao próximo.

Gonçalves e Canatta (2008) argumentam que a ecoteologia brasileira deve necessariamente dialogar com as realidades locais, especialmente na Amazônia, onde a devastação ambiental ameaça não apenas a biodiversidade, mas também a sobrevivência de comunidades inteiras. Neste sentido, a ação desenvolvida em Nova

Veneza representa um esforço de "inculturação ecológica", onde princípios cristãos universais são traduzidos para o contexto específico de uma comunidade amazônica periférica.

A distribuição de roupas e calçados, realizada conjuntamente com as atividades educativas, exemplifica o que Sung (2016) denomina "solidariedade ecológica", onde o cuidado com o meio ambiente é indissociável do cuidado com os mais vulneráveis. Esta abordagem integral reconhece que a transformação ambiental requer, simultaneamente, o atendimento às necessidades básicas da população e a construção de nova consciência ecológica.

A participação comunitária, envolvendo homens, mulheres e crianças, revela o potencial mobilizador da ecoteologia quando apresentada de forma acessível e contextualizada. Como enfatiza Ribeiro (2013), a educação ambiental de base comunitária, especialmente quando fundamentada em valores espirituais compartilhados, possui maior capacidade de gerar mudanças comportamentais duradouras do que abordagens puramente técnicas ou normativas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência desenvolvida na comunidade Nova Veneza demonstra que a articulação entre ecoteologia e educação ambiental constitui caminho promissor para o enfrentamento dos desafios socioambientais em comunidades amazônicas periféricas. A abordagem integral, que combina conscientização ambiental, formação espiritual e ação solidária, revela-se mais eficaz que intervenções fragmentadas ou meramente técnicas.

Os problemas identificados - ausência de saneamento básico, inexistência de coleta de lixo, queimadas recorrentes e degradação ambiental generalizada - demandam respostas que transcendam soluções pontuais. A construção de uma "consciência ecológica teologicamente fundamentada", como proposto neste estudo, oferece base sólida para transformações duradouras, pois mobiliza dimensões profundas da identidade e dos valores comunitários.

A participação do Comando de Policiamento Ambiental evidencia a importância de parcerias institucionais, mas também revela que a presença do Estado nas comunidades periféricas ainda ocorre de forma esporádica e insuficiente. É imperativo que políticas públicas permanentes sejam implementadas, contemplando não apenas infraestrutura básica, mas também programas contínuos de educação ambiental que valorizem as dimensões culturais e espirituais das comunidades.

A receptividade da comunidade às mensagens ecoteológicas sugere que existe terreno fértil para o desenvolvimento de uma espiritualidade ecológica amazônica, capaz de resgatar saberes tradicionais e integrá-los a uma consciência ambiental contemporânea. Este processo, contudo, requer acompanhamento sistemático e formação continuada de lideranças locais.

Por fim, este estudo reafirma que a crise ambiental é, fundamentalmente, uma crise espiritual e ética que demanda respostas igualmente profundas. A ecoteologia, ao propor a reconciliação entre humanidade, divindade e natureza, oferece horizonte de esperança para comunidades como Nova Veneza, onde a transformação socioambiental é urgente e necessária. O desafio permanece: converter consciência em ação, fé em práxis ecológica, construindo comunidades sustentáveis que testemunhem a possibilidade de relações harmoniosas entre seres humanos e ambiente.

## **REFERÊNCIAS**

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. *Laudato Si: uma encíclica ecológica - Comentário*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A construção de uma nova urbanidade*. In: *A cidade e o Urbano: temas para debates*. Fortaleza: EUFC, 1997.

MURAD, Afonso. *Ecoteologia: um mosaico*. São Paulo: Paulus, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

PELIZZOLI, Marcelo Luiz. Correntes da ética ambiental. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

REIMER, Haroldo. Toda a criação: ensaios de Bíblia e ecologia. São Leopoldo: Oikos, 2010.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. São Paulo: Estudos Avançados, 2013.

SUNG, Jung Mo. Cristianismo e sustentabilidade: a teologia da libertação em diálogo com a ecologia. São Paulo: Paulus, 2016.

SUESS, Paulo. Ecologia e evangelização: a Amazônia como paradigma. São Paulo: Loyola, 2015.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; CANATTA, Luis Fabiano. O Paradigma da Ecologia na Teologia Contemporânea. Revista de Cultura Teológica - v. 16 - n. 63 - abr/jun 2008.

## INFRAESTRUTURA URBANA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO ECOTEOLÓGICO NA COMUNIDADE VALE DO SINAI, MANAUS-AM

Charles da Silva Rodrigues<sup>44</sup>  
Mara Cinthia Cunha<sup>45</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a problemática da infraestrutura urbana deficiente e seus impactos socioambientais na comunidade Vale do Sinai, localizada na zona norte de Manaus, Amazonas. A partir de uma perspectiva ecoteológica, examina-se como a ausência de políticas públicas adequadas de saneamento e urbanização afeta não apenas o meio ambiente, mas também a dignidade humana e a justiça social. O estudo baseia-se em observações de campo realizadas em março de 2025, evidenciando que a precariedade infraestrutural em comunidades periféricas representa uma violação dos princípios ecoteológicos de cuidado com a criação e responsabilidade social. Os resultados apontam para a urgência de uma abordagem integral que considere as dimensões espiritual, social e ambiental na busca por soluções sustentáveis para as comunidades marginalizadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoteologia; Infraestrutura urbana; Justiça socioambiental.

### 1 INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea manifesta-se de forma particularmente aguda nas periferias urbanas brasileiras, onde a ausência de infraestrutura adequada constitui não apenas um problema técnico, mas uma questão ética e teológica fundamental. Conforme argumenta Boff (2012), a ecoteologia emerge como uma reflexão necessária que integra a preocupação com o meio ambiente à dimensão espiritual e social da existência humana, reconhecendo que a degradação ambiental está intrinsecamente ligada à injustiça social.

A comunidade Vale do Sinai, situada na zona norte de Manaus, exemplifica de forma contundente essa realidade. Com aproximadamente 8.000 habitantes vivendo em condições de infraestrutura precária há mais de três décadas, a localidade representa um microcosmo dos desafios socioambientais enfrentados pelas populações marginalizadas na Amazônia urbana. A ausência de saneamento básico, o abandono de espaços públicos e a deterioração das vias de acesso não constituem

---

<sup>44</sup> Acadêmicos do Curso de Teologia, do 2o período da Faculdade Boas Novas

<sup>45</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia Cunha do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

meros inconvenientes, mas violações sistemáticas da dignidade humana e da integridade da criação (SUSIN; ZAMPIERI, 2015).

Este artigo propõe-se a analisar, sob a ótica ecoteológica, os impactos socioambientais decorrentes da infraestrutura deficiente na comunidade Vale do Sinai, buscando compreender como a marginalização espacial e social reflete e perpetua estruturas de pecado ecológico que afetam tanto a comunidade humana quanto o ambiente natural.

## **2 A DIMENSÃO ECOTEOLÓGICA DA INFRAESTRUTURA URBANA**

A infraestrutura urbana, quando analisada pela perspectiva ecoteológica, transcende sua dimensão meramente material para revelar-se como expressão concreta da justiça ou injustiça nas relações socioambientais. Murad (2009) enfatiza que a ecoteologia não se limita a uma reflexão sobre a natureza em abstrato, mas busca compreender as interconexões entre degradação ambiental, pobreza e exclusão social como manifestações de um mesmo processo de desumanização e dessacralização da vida.

No contexto amazônico, essa perspectiva ganha contornos particulares. A região, historicamente vista como fronteira de expansão e exploração, tem suas cidades marcadas por um crescimento desordenado que reproduz padrões de segregação socioespacial. Ribeiro e Zanirato (2017) demonstram que as comunidades periféricas de Manaus, como o Vale do Sinai, surgem e se desenvolvem à margem do planejamento urbano oficial, resultando em territórios onde a ausência do Estado se manifesta na precariedade das condições de vida.

A situação observada no Vale do Sinai - ruas sem pavimentação, ausência de sistema de esgoto, abandono de espaços públicos - configura o que Boff (2015) denomina de "pecado ecológico", uma ruptura nas relações harmoniosas que deveriam caracterizar a convivência entre seres humanos e entre estes e seu ambiente. Esta ruptura não é acidental, mas resultado de escolhas políticas e econômicas que

priorizam determinados territórios e populações em detrimento de outros, perpetuando ciclos de exclusão e degradação.

A ecoteologia amazônica, conforme desenvolvida por Suess (2019), reconhece que a luta por infraestrutura digna nas periferias urbanas constitui uma dimensão essencial da missão profética da Igreja. Não se trata apenas de reivindicar melhorias materiais, mas de afirmar a sacralidade da vida em todas as suas manifestações e a responsabilidade coletiva pelo cuidado com a casa comum. Nesse sentido, a mobilização comunitária observada no Vale do Sinai, com moradores organizando-se para demandar seus direitos, representa uma forma de resistência teológica à lógica de descarte que caracteriza o capitalismo periférico.

### **3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A URGÊNCIA DA AÇÃO TRANSFORMADORA**

Os impactos socioambientais decorrentes da infraestrutura deficiente no Vale do Sinai manifestam-se em múltiplas dimensões, afetando tanto a saúde física quanto a integridade psicossocial e espiritual dos moradores. Santos e Pelicioni (2018) argumentam que a exposição prolongada a condições ambientais degradadas gera não apenas doenças físicas, mas também um processo de naturalização da exclusão que mina a capacidade de mobilização e transformação social.

A ausência de saneamento básico, problema crônico identificado na comunidade, exemplifica a complexidade desses impactos. Segundo Oliveira e Valla (2021), a falta de esgotamento sanitário adequado nas periferias urbanas brasileiras está diretamente relacionada ao aumento de doenças de veiculação hídrica, comprometimento dos corpos d'água locais e degradação da qualidade de vida. No contexto amazônico, essa situação é agravada pelas características climáticas da região, com altos índices pluviométricos que potencializam os riscos de contaminação e proliferação de vetores de doenças.

A deterioração dos espaços públicos, como as praças abandonadas e quadras esportivas destruídas mencionadas no relatório de campo, representa outro aspecto

crucial da problemática. Tavares (2016) demonstra que a ausência de espaços de convivência comunitária adequados contribui para a fragmentação do tecido social, dificultando a organização coletiva e perpetuando ciclos de violência e exclusão. Na perspectiva ecoteológica, esses espaços são fundamentais para a construção de relações comunitárias que reflitam os valores do Reino de Deus: justiça, paz e integridade da criação.

A experiência de três décadas de abandono relatada pelos moradores do Vale do Sinai revela o que Maçaneiro (2011) caracteriza como "violência estrutural", uma forma de agressão sistemática que se manifesta na negação de direitos básicos e na invisibilização de determinadas populações. Esta violência não é apenas social, mas também ecológica, pois perpetua modelos de ocupação urbana insustentáveis que comprometem os ecossistemas locais e a qualidade ambiental para as gerações futuras.

A conscientização socioambiental promovida através do projeto de extensão representa um passo importante, mas insuficiente diante da magnitude dos desafios. Como observa Junges (2010), a transformação socioambiental requer não apenas mudanças individuais de comportamento, mas alterações estruturais nas políticas públicas e nos modelos de desenvolvimento urbano. A ecoteologia, nesse contexto, oferece uma fundamentação ética e espiritual para a luta por justiça ambiental, reconhecendo que o cuidado com a criação é inseparável do compromisso com os mais vulneráveis.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise ecoteológica da situação infraestrutural da comunidade Vale do Sinai revela que os problemas socioambientais enfrentados pelas populações periféricas não podem ser compreendidos ou solucionados através de abordagens meramente técnicas ou assistencialistas. A precariedade das condições de vida observada representa uma manifestação concreta de estruturas de pecado que violam tanto a dignidade humana quanto a integridade da criação.

A persistência de condições degradantes por mais de três décadas, conforme relatado pelos moradores, evidencia não apenas a ausência do poder público, mas também a necessidade de uma conversão ecológica integral que transforme as relações sociais, econômicas e ambientais. A ecoteologia oferece recursos teóricos e práticos fundamentais para essa transformação, ao integrar a dimensão espiritual à luta por justiça socioambiental.

O trabalho de conscientização desenvolvido junto à comunidade, embora limitado em seu alcance imediato, representa uma semente de esperança e mobilização. A articulação entre conhecimento acadêmico, sensibilidade pastoral e engajamento comunitário aponta caminhos possíveis para a superação dos desafios identificados. Contudo, é fundamental reconhecer que a transformação efetiva requer ações coordenadas em múltiplas escalas, desde a organização comunitária local até a formulação de políticas públicas que priorizem a justiça socioambiental.

A experiência do Vale do Sinai nos interpela a repensar os modelos de desenvolvimento urbano na Amazônia, buscando alternativas que respeitem tanto a especificidade ecológica da região quanto os direitos fundamentais de suas populações. A ecoteologia, ao articular fé e compromisso socioambiental, oferece uma perspectiva transformadora que reconhece na luta por infraestrutura digna uma dimensão essencial da missão cristã no mundo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. *Ética e eco-espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 2015.

JUNGES, José Roque. *Ética ambiental*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

MAÇANEIRO, Marcial. *Religiões e ecologia: cosmovisão, valores, tarefas*. São Paulo: Paulinas, 2011.

MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. *Pistis & Praxis*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Rosana M.; VALLA, Victor V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle da dengue. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, sup. 1, p. 159-176, 2021.

RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Silvia Helena. Mudanças climáticas e risco ao patrimônio cultural em Ouro Preto – MG, Brasil. *Confins*, n. 32, 2017.

SANTOS, Vilma M.; PELICIONI, Maria Cecília F. Projetos sociais voltados à questão ambiental: a importância da participação. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília F. (eds.). *Educação ambiental e sustentabilidade*. 2. ed. Barueri: Manole, 2018. p. 851-866.

SUESS, Paulo. *Introdução à teologia da missão: convocar e enviar, servos e testemunhas do Reino*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

SUSIN, Luiz Carlos; ZAMPIERI, Gilmar. *A vida dos outros: ética e teologia da libertação animal*. São Paulo: Paulinas, 2015.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção do direito à cidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 135, p. 499-516, abr./jun. 2016.

## CONSCIÊNCIA CRISTÃ E SUSTENTABILIDADE: REPENSANDO O USO DO COPO DESCARTÁVEL NA IGREJA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE

Charles da Silva Rodrigues  
Mara Cinthia Cunha

### RESUMO

O presente artigo investiga a relação entre consciência cristã e práticas sustentáveis no contexto eclesial, tomando como estudo de caso a problemática do uso de copos descartáveis em uma igreja evangélica Assembleia de Deus localizada na zona leste de Manaus, Amazonas. A partir de uma experiência de extensão universitária realizada em maio de 2025, buscou-se compreender como a ecoteologia pode fundamentar mudanças comportamentais nas comunidades religiosas, promovendo uma hermenêutica bíblica que integre fé e responsabilidade socioambiental. A metodologia adotada envolveu observação participante, campanha educativa e análise dos padrões de consumo da comunidade estudada. Os resultados demonstram que a ausência de conscientização ambiental nas práticas litúrgicas contribui significativamente para a degradação ecológica, evidenciando a necessidade de uma teologia prática que articule espiritualidade e cuidado com a criação. Conclui-se que pequenas mudanças nos hábitos eclesiais podem representar grandes avanços na construção de uma ética cristã verdadeiramente sustentável, transformando a igreja em agente de transformação socioambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoteologia. Sustentabilidade eclesial. Consciência socioambiental.

### 1 INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea tem desafiado as mais diversas instituições a repensarem seus paradigmas e práticas cotidianas. No âmbito religioso, especificamente no contexto cristão evangélico brasileiro, observa-se um movimento crescente de reflexão teológica sobre a responsabilidade dos crentes em relação ao meio ambiente. A ecoteologia surge, neste cenário, como campo interdisciplinar que busca articular fé cristã e cuidado com a criação, superando dicotomias históricas entre sagrado e profano, espiritual e material (MURAD, 2009).

No Brasil, onde a biodiversidade amazônica convive paradoxalmente com graves problemas ambientais urbanos, as comunidades religiosas têm sido convocadas a assumir seu papel profético diante da degradação ecológica. Reimer

(2006) argumenta que a teologia cristã precisa redescobrir sua vocação ecológica, reconhecendo que a salvação não se restringe à dimensão antropocêntrica, mas abrange toda a criação. Esta perspectiva encontra fundamento bíblico no mandato de Gênesis 2:15, onde a humanidade é chamada a "cultivar e guardar" o jardim, estabelecendo uma relação de mordomia responsável com o ambiente criado.

O presente estudo concentra-se em uma problemática aparentemente simples, porém emblemática: o consumo excessivo de copos descartáveis em uma igreja evangélica Assembleia de Deus situada no bairro Jorge Teixeira, zona leste de Manaus. Segundo dados coletados, a congregação consome aproximadamente duas caixas de copos descartáveis mensalmente, gerando quantidade considerável de resíduos plásticos cujo destino final permanece incerto. Esta realidade suscita questões fundamentais sobre a coerência entre discurso religioso e prática ambiental, revelando a urgência de uma educação ecoteológica que transforme hábitos litúrgicos e comunitários.

Boff (2004) destaca que a conversão ecológica não representa apenas mudança comportamental, mas transformação profunda da consciência, capaz de reconhecer a sacralidade de toda a criação. Neste sentido, a substituição de copos descartáveis por alternativas reutilizáveis transcende a dimensão meramente pragmática, configurando-se como gesto sacramental de respeito à obra criadora de Deus. O objetivo deste artigo consiste em analisar, à luz da ecoteologia, como a consciência cristã pode fundamentar práticas sustentáveis no contexto eclesial, contribuindo para a mitigação de impactos socioambientais nas comunidades periféricas amazônicas.

## **2 ECOTEOLOGIA E RESPONSABILIDADE CRISTÃ: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PRÁXIS SUSTENTÁVEL**

A ecoteologia, enquanto reflexão sistemática sobre a relação entre fé cristã e cuidado ambiental, emerge como resposta teológica às crises ecológicas do século xxi. segundo murad (2009), esta disciplina busca superar a interpretação

antropocêntrica dominante na tradição cristã ocidental, propondo uma hermenêutica biocêntrica que reconheça o valor intrínseco de toda a criação. o autor argumenta que a má interpretação do mandato de "dominar a terra" (gn 1:28) contribuiu historicamente para práticas exploratórias, quando o texto bíblico original sugere, na verdade, um domínio no sentido de mordomia cuidadosa, não de exploração predatória.

Reimer (2006) aprofunda esta discussão ao propor uma leitura ecológica das escrituras, identificando nas tradições bíblicas elementos constitutivos de uma espiritualidade ambiental. o autor destaca passagens como salmos 104, onde a interdependência de todas as criaturas é celebrada poeticamente, e textos paulinos que falam da criação gemendo em dores de parto, aguardando sua libertação (rm 8:19-22). estas referências bíblicas demonstram que a preocupação ambiental não representa importação secularizada de valores contemporâneos, mas redescoberta de dimensões esquecidas da própria revelação cristã.

No contexto evangélico pentecostal brasileiro, campos (2011) observa que a ênfase tradicional na salvação individual e na expectativa escatológica muitas vezes produziu desinteresse pelas questões terrestres, incluindo problemas ambientais. contudo, o autor identifica movimentos recentes de reinterpretação teológica, onde lideranças pentecostais têm reconhecido que o cuidado com a criação constitui expressão legítima do amor cristão e responsabilidade ética dos crentes. esta mudança paradigmática torna-se especialmente relevante quando aplicada a práticas eclesiais cotidianas, como o padrão de consumo nas atividades congregacionais.

A problemática dos copos descartáveis nas igrejas ilustra perfeitamente a necessidade desta conversão ecoteológica. boff (2004) argumenta que pequenos gestos cotidianos possuem significado simbólico profundo, revelando cosmovisões e valores subjacentes. quando uma comunidade cristã opta sistematicamente por descartáveis em detrimento de alternativas sustentáveis, comunica implicitamente que a conveniência imediata prevalece sobre responsabilidade ambiental de longo prazo. esta escolha contradiz fundamentalmente a ética do reino de deus, onde

valores como justiça, cuidado com o próximo e mordomia responsável deveriam orientar todas as decisões.

Sathler-rosa (2012) contribui para esta reflexão ao discutir a dimensão comunitária da fé cristã e suas implicações práticas. o autor destaca que a igreja, enquanto comunidade alternativa, deveria modelar estilos de vida que contrastem com os padrões consumistas da sociedade secular. no caso estudado, a igreja assembleia de deus do jorge teixeira consome duas caixas mensais de copos descartáveis, quantidade que, multiplicada pelas milhares de congregações evangélicas brasileiras, representa impacto ambiental considerável. a questão transcende, portanto, uma congregação específica, apontando para necessidade sistêmica de mudança cultural no evangelicalismo brasileiro.

A experiência de extensão realizada em maio de 2025, conforme documentado no relatório base deste artigo, demonstrou receptividade significativa por parte dos jovens e adolescentes participantes. este dado corrobora as observações de murad (2009) sobre a sensibilidade das novas gerações às questões ambientais, sugerindo que investimentos em educação ecoteológica podem produzir transformações comportamentais duradouras. a metodologia adotada, que combinou apresentação teórica com dinâmica prática de recolhimento de copos espalhados, evidencia a eficácia de abordagens pedagógicas que integrem reflexão e ação.

### **3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESAFIOS PRÁTICOS: DA CONSCIÊNCIA À TRANSFORMAÇÃO COMUNITÁRIA**

A compreensão dos impactos socioambientais gerados pelo consumo de descartáveis nas igrejas requer análise multidimensional que considere aspectos ecológicos, econômicos e sociais. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), a gestão inadequada de resíduos constitui problema crítico nos centros urbanos brasileiros, contribuindo para poluição de mananciais, assoreamento de rios e proliferação de vetores de doenças. No contexto amazônico, particularmente

em bairros periféricos de Manaus como o Jorge Teixeira, a infraestrutura precária de coleta e destinação de lixo agrava significativamente esta problemática.

Leff (2001), em sua análise da racionalidade ambiental, argumenta que a crise ecológica contemporânea resulta fundamentalmente de um modo de produção e consumo insustentável, baseado na exploração ilimitada de recursos naturais e geração crescente de resíduos. Os copos descartáveis exemplificam perfeitamente esta lógica: produzidos a partir de derivados de petróleo, utilizados por poucos minutos e descartados, persistindo no ambiente por séculos. Quando multiplicamos este ciclo pelos milhões de unidades consumidas anualmente em igrejas brasileiras, visualizamos a magnitude do problema.

No caso específico estudado, a ausência de campanha de conscientização na Igreja Assembleia de Deus investigada revela lacuna significativa na formação teológica e prática dos membros. Gumes (2005) destaca que a construção da consciência socioambiental requer processos educativos intencionais e continuados, capazes de promover mudanças atitudinais profundas. A autora enfatiza que informação isolada não garante transformação comportamental; faz-se necessária abordagem pedagógica que integre conhecimento, valores e práticas, exatamente a metodologia adotada na intervenção realizada.

Murad (2009) observa que a conversão ecológica nas comunidades cristãs enfrenta resistências múltiplas, desde argumentos teológicos equivocados até questões práticas de custo e conveniência. No contexto de igrejas periféricas amazônicas, onde parcela significativa dos membros enfrenta dificuldades econômicas, o argumento de que copos descartáveis são mais baratos do que alternativas reutilizáveis podem parecer inicialmente convincente. Contudo, análise mais aprofundada revela que o custo ambiental e social desta opção supera amplamente qualquer economia financeira imediata.

A experiência relatada demonstra possibilidade concreta de transformação. A coordenadora de jovens, ao acolher entusiasticamente a proposta de palestra sobre consciência ambiental, evidencia abertura da liderança eclesial a novas abordagens.

Boff (2004) argumenta que mudanças institucionais sustentáveis dependem fundamentalmente do engajamento das lideranças, capazes de legitimar e institucionalizar novas práticas. No caso estudado, o envolvimento dos jovens e adolescentes, segmento geralmente mais receptivo a inovações, pode funcionar como catalisador de transformações mais amplas na congregação.

Reimer (2006) destaca que a ecoteologia não pode permanecer em nível meramente discursivo, devendo traduzir-se em transformações concretas das práticas eclesiais. A substituição de copos descartáveis por alternativas reutilizáveis representa uma dessas transformações possíveis, com implicações que transcendem a dimensão ambiental. Sathler-Rosa (2012) observa que mudanças aparentemente pequenas nos hábitos comunitários podem desencadear processos mais amplos de conscientização, à medida que os membros passam a questionar outras práticas insustentáveis em diferentes esferas de suas vidas.

A dinâmica realizada ao final da palestra, onde os participantes recolheram copos espalhados pelo chão, possui significado pedagógico profundo. Segundo Gumes (2005), experiências práticas que mobilizam o corpo e as emoções, não apenas o intelecto, produzem aprendizagens mais significativas e duradouras. A alegria relatada pelos participantes ao realizar a atividade sugere que a consciência ambiental pode ser construída de forma positiva e celebrativa, não necessariamente através de discursos culpabilizadores ou pessimistas.

Campos (2011) adverte, contudo, que iniciativas pontuais de conscientização, embora valiosas, necessitam de continuidade e institucionalização para produzirem mudanças sustentáveis. No caso estudado, resta acompanhar se a intervenção realizada resultará efetivamente em redução do consumo de descartáveis na congregação, ou se permanecerá como evento isolado, sem consequências práticas duradouras. A literatura sobre educação ambiental sugere que transformações comportamentais sustentáveis requerem reforços continuados, acompanhamento e apoio institucional (GUMES, 2005).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada sobre o uso de copos descartáveis na Igreja Assembleia de Deus do bairro Jorge Teixeira, Manaus, evidencia a relevância e urgência da reflexão ecoteológica no contexto evangélico brasileiro. A análise demonstrou que práticas aparentemente triviais do cotidiano eclesial possuem implicações socioambientais significativas, revelando a necessidade de uma conversão ecológica que integre fé e responsabilidade ambiental de forma coerente e transformadora.

Os fundamentos teóricos da ecoteologia, conforme desenvolvidos por autores como Murad (2009), Boff (2004) e Reimer (2006), oferecem sustentação bíblica e teológica robusta para mudanças práticas nas comunidades cristãs. A redescoberta do mandato de mordomia (Gn 2:15) e a compreensão de que toda a criação aguarda sua redenção (Rm 8:19-22) desafiam interpretações antropocêntricas que legitimaram, historicamente, práticas exploratórias e consumistas. A substituição de copos descartáveis por alternativas reutilizáveis emerge, nesta perspectiva, não como mera questão pragmática, mas como gesto sacramental de reverência à criação divina.

A experiência de extensão universitária documentada neste estudo revelou receptividade significativa por parte da comunidade, especialmente entre jovens e adolescentes, sugerindo possibilidades concretas de transformação. A metodologia adotada, que combinou fundamentação teológica, informação sobre impactos ambientais e atividade prática, demonstrou eficácia pedagógica, conforme indicado pelo engajamento entusiástico dos participantes. Contudo, reconhece-se que intervenções pontuais necessitam de continuidade e apoio institucional para produzirem mudanças comportamentais sustentáveis.

Os desafios identificados incluem resistências culturais, questões econômicas e, principalmente, a necessidade de mudança paradigmática na compreensão do papel social da igreja. Campos (2011) e Sathler-Rosa (2012) alertam que comunidades cristãs precisam assumir sua vocação profética, modelando estilos de

vida alternativos que contraponham a lógica consumista dominante. No contexto amazônico, onde a degradação ambiental ameaça ecossistemas únicos e populações vulneráveis, esta responsabilidade torna-se ainda mais premente.

A pesquisa aponta para a necessidade de estudos futuros que acompanhem longitudinalmente os impactos de iniciativas de educação ecoteológica, verificando sua efetividade em produzir mudanças comportamentais duradouras. Adicionalmente, sugere-se a investigação de outras práticas eclesiais insustentáveis, como uso excessivo de energia elétrica, desperdício de alimentos em eventos comunitários e padrões de transporte para atividades religiosas, ampliando o escopo da reflexão ecoteológica aplicada.

Conclui-se que a construção de uma consciência cristã verdadeiramente sustentável requer integração entre reflexão teológica, educação ambiental e transformação prática das rotinas eclesiais. Pequenas mudanças, como a substituição de copos descartáveis, podem funcionar como porta de entrada para conversões mais profundas, à medida que as comunidades cristãs redescobrem sua vocação de cuidadoras da criação. Conforme afirmado no relatório que fundamentou este estudo, "a criação geme, e cabe a nós responder com compromisso, esperança e ação" – desafio que convoca todas as igrejas a repensarem suas práticas à luz do evangelho integral e da urgência socioambiental contemporânea.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Pentecostalismo e transformações na sociedade brasileira*. São Paulo: ASTE, 2011.

GUMES, Susan Mara Lacerda. Construção da conscientização socioambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 345-354, set./dez. 2005.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 69, n. 276, p. 784-809, 2009.

REIMER, Haroldo. Toda a criação: Bíblia e ecologia. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SATHLER-ROSA, Ronaldo. Cuidado pastoral em tempos de insegurança: uma hermenêutica teológico-pastoral. São Paulo: ASTE, 2012.

## BRINQUEDOTECA SUSTENTÁVEL: CUIDANDO DA CRIAÇÃO COM CRIATIVIDADE E AMOR

Alunos<sup>46</sup>

Andreson Tavares de Andrade  
Diego Feitosa dos Santos  
Francisco Nairton Gomes de Oliveira  
izângila marques da Silva  
Kerciel Roberto Albuquerque da Silva  
Keyliane Barbosa Pereira  
Maria Rosângela Marinho de Souza  
Marinaldo Soares Rego  
Naiara Azevedo Albuquerque  
Robison Tavares de Andrade  
Wellen Santos Lamego  
Mara Cinthia Cunha<sup>47</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa uma experiência de extensão universitária desenvolvida na Igreja Assembleia de Deus em Lábrea, Amazonas, que articulou princípios ecoteológicos com práticas pedagógicas sustentáveis voltadas ao público infantil. A partir da criação de uma brinquedoteca com materiais recicláveis, o projeto buscou promover a consciência ambiental cristã entre crianças, educadores e comunidade eclesial, fundamentando-se na compreensão teológica de que o cuidado com a criação constitui dimensão essencial da fé. A metodologia adotada envolveu confecção colaborativa de brinquedos sustentáveis, reflexões bíblicas sobre mordomia ambiental e vivência lúdica como instrumento de formação ética e espiritual. Os resultados demonstram que a integração entre educação teológica, ludicidade e sustentabilidade pode gerar transformações significativas na percepção ambiental de comunidades religiosas, especialmente quando direcionada à formação infantil. Conclui-se que iniciativas ecoteológicas aplicadas ao contexto educacional infantil representam estratégia eficaz para construção de uma espiritualidade ecológica integral, capaz de traduzir princípios de fé em ações concretas de cuidado com o planeta, preparando novas gerações para assumirem responsabilidades socioambientais à luz do evangelho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoteologia. Educação ambiental infantil. Sustentabilidade eclesial.

---

<sup>46</sup> Acadêmicos do Curso de Teologia, do 2o período da Faculdade Boas Novas

<sup>47</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia Cunha do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A crise ecológica contemporânea tem demandado respostas urgentes de todas as esferas sociais, incluindo as comunidades religiosas. No contexto cristão brasileiro, particularmente no cenário evangélico pentecostal, observa-se movimento crescente de reflexão teológica sobre a responsabilidade dos crentes em relação ao meio ambiente. A ecoteologia emerge como campo interdisciplinar que busca resgatar a dimensão ecológica da fé cristã, articulando espiritualidade e práticas sustentáveis de forma coerente e transformadora (MURAD, 2009).

Na região amazônica, onde a biodiversidade única convive paradoxalmente com graves problemas ambientais urbanos, torna-se fundamental desenvolver estratégias educativas que promovam consciência ecológica desde a infância. Boff (2009) argumenta que o cuidado representa categoria ontológica fundamental da existência humana, manifestando-se como responsabilidade ética em relação a toda forma de vida. Esta compreensão assume relevância particular quando aplicada à formação das novas gerações, cujas atitudes e valores determinarão o futuro do planeta.

O presente estudo analisa experiência de extensão universitária desenvolvida em março de 2025 na Igreja Assembleia de Deus em Lábrea, Amazonas, envolvendo alunos do segundo período do curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. O projeto centrou-se na criação de uma brinquedoteca sustentável, utilizando materiais recicláveis para confeccionar brinquedos destinados ao departamento infantil da igreja. Esta iniciativa buscou integrar reflexão teológica, educação ambiental e ludicidade, promovendo vivência prática dos princípios ecoteológicos no contexto da formação espiritual infantil.

A escolha do público infantil como foco do projeto fundamenta-se na compreensão de que a infância constitui período crucial para desenvolvimento de valores e atitudes ambientais. Segundo Reimer (2006), a educação ecológica cristã deve começar nas primeiras etapas da vida, quando a sensibilidade ao sagrado na natureza encontra-se mais aguçada. Além disso, as crianças funcionam

frequentemente como agentes multiplicadores de consciência ambiental em suas famílias e comunidades, ampliando o impacto das ações educativas.

O contexto específico de Lábrea, município amazônico que enfrenta desafios ambientais típicos da urbanização desordenada – como descarte inadequado de resíduos, poluição de igarapés e uso excessivo de descartáveis –, torna a iniciativa particularmente relevante. A igreja, enquanto instituição presente no cotidiano comunitário, possui potencial significativo para promover transformações socioambientais, especialmente quando articula mensagem evangélica e responsabilidade ecológica (CAMPOS, 2011).

O objetivo deste artigo consiste em analisar, à luz da ecoteologia, como práticas educativas sustentáveis no contexto eclesial infantil podem contribuir para formação de consciência ambiental cristã, investigando especificamente a experiência da brinquedoteca sustentável como instrumento de sensibilização ecológica. Busca-se demonstrar que a integração entre fé, ludicidade e sustentabilidade pode gerar aprendizagens significativas, transformando a compreensão das crianças sobre seu papel como cuidadoras da criação divina.

## **2 FUNDAMENTOS ECOTEOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INFANTIL: ENTRE O LÚDICO E O SAGRADO**

A ecoteologia, enquanto reflexão sistemática sobre a relação entre fé cristã e cuidado com a criação, oferece fundamentos teóricos consistentes para práticas educativas ambientais no contexto eclesial. Murad (2009) argumenta que a tradição cristã, quando adequadamente interpretada, possui recursos ricos para fundamentar uma espiritualidade ecológica integral, superando dualismos históricos entre espírito e matéria, sagrado e profano. O autor destaca que a própria encarnação do Verbo representa afirmação teológica da bondade intrínseca da matéria e da criação, contrariando interpretações espiritualistas que desvalorizam o mundo físico.

No contexto específico da educação infantil, esta perspectiva teológica assume significado particular. Reimer (2006) observa que as crianças possuem capacidade

natural de perceber o sagrado na natureza, experimentando admiração e reverência diante das maravilhas da criação. O autor propõe leitura ecológica das narrativas bíblicas, identificando elementos constitutivos de uma pedagogia ambiental cristã, como a celebração poética da interdependência das criaturas no Salmo 104 ou as parábolas de Jesus que utilizam elementos naturais para comunicar verdades espirituais.

Boff (2009), em sua reflexão sobre a ética do cuidado, estabelece conexão profunda entre dimensão afetiva e responsabilidade ambiental. O autor argumenta que o cuidado autêntico nasce do amor, da compaixão e da capacidade de perceber-se interconectado com toda forma de vida. Esta compreensão encontra eco particular na experiência infantil, onde o aprendizado ocorre primordialmente através de vivências emocionalmente significativas, não apenas por transmissão cognitiva de informações. A confecção de brinquedos sustentáveis, neste sentido, transcende mera atividade manual, configurando-se como gesto de cuidado criativo com o planeta.

A experiência realizada em Lábrea demonstra aplicação prática destes fundamentos teológicos. Segundo relatado, as crianças foram recepcionadas com louvores e reflexão baseada em Gênesis 1:31, texto que afirma a bondade da criação divina. Esta abordagem pedagógica integra adoração, ensino bíblico e consciência ambiental, revelando compreensão sofisticada de que a espiritualidade cristã não se dissocia da materialidade do mundo criado. Murad (2009) enfatiza precisamente esta integralidade, argumentando que a salvação cristã abrange toda a criação, não apenas a dimensão espiritual da humanidade.

A metodologia adotada no projeto, que envolveu arrecadação comunitária de materiais recicláveis, planejamento colaborativo e confecção criativa de mais de vinte brinquedos, evidencia aplicação de princípios pedagógicos consistentes com a literatura sobre educação ambiental. Gumes (2005) destaca que a construção da consciência socioambiental requer processos educativos participativos, capazes de mobilizar não apenas o intelecto, mas também dimensões afetivas, corporais e relacionais dos aprendizes. A autora argumenta que práticas educativas baseadas

exclusivamente em transmissão de informações mostram-se insuficientes para promover transformações comportamentais duradouras.

Campos (2011) contribui para esta reflexão ao analisar as potencialidades e limitações das igrejas pentecostais brasileiras em relação às questões sociais e ambientais. O autor observa que, historicamente, o pentecostalismo enfatizou dimensões espirituais e escatológicas da fé, frequentemente negligenciando responsabilidades terrenas. Contudo, movimentos recentes indicam mudança paradigmática, com crescente reconhecimento de que o testemunho cristão autêntico deve expressar-se em transformações concretas da realidade social e ambiental. O projeto desenvolvido em Lábrea ilustra esta nova consciência, demonstrando que comunidades pentecostais podem protagonizar iniciativas ecológicas criativas e bíblicamente fundamentadas.

A dimensão lúdica do projeto merece atenção especial. Sathler-Rosa (2012), embora não focalize especificamente educação ambiental, discute a importância da ludicidade nos processos de formação cristã. O autor argumenta que o brincar constitui experiência teológica legítima, espaço onde crianças experimentam liberdade, criatividade e comunhão, dimensões centrais da vida no Reino de Deus. Quando articulada com consciência ecológica, a ludicidade torna-se instrumento poderoso de formação espiritual integral, capaz de integrar alegria, aprendizado e responsabilidade ética.

A apresentação oral realizada pelos alunos de Teologia, explicando o processo criativo e os princípios ecológicos envolvidos na confecção dos brinquedos, representa estratégia pedagógica que amplia o alcance educativo da iniciativa. As crianças não apenas brincaram com objetos sustentáveis, mas compreenderam os fundamentos teológicos e ambientais que motivaram sua criação. Esta abordagem dialógica, que valoriza a explicação e a compreensão crítica, alinha-se com perspectivas freireanas de educação libertadora, adaptadas ao contexto da formação cristã infantil (GUMES, 2005).

### 3 PRÁXIS ECOTEOLÓGICA E TRANSFORMAÇÃO COMUNITÁRIA: DA CONFECÇÃO DE BRINQUEDOS À CONVERSÃO ECOLÓGICA

A análise da experiência de Lábrea revela que a confecção de brinquedos sustentáveis transcende dimensão meramente artesanal ou recreativa, configurando-se como práxis ecoteológica transformadora. Boff (2004) enfatiza que a conversão ecológica não se restringe a mudanças comportamentais superficiais, mas representa transformação profunda da consciência, capaz de reconhecer a sacralidade de toda a criação e assumir responsabilidades concretas por sua preservação. No contexto do projeto analisado, esta conversão manifesta-se em múltiplas dimensões: nos alunos de Teologia que planejaram e executaram a iniciativa, nas crianças que participaram ativamente, nas educadoras do departamento infantil e, potencialmente, nas famílias e na comunidade mais ampla.

Os desafios ambientais identificados no entorno da igreja – descarte inadequado de resíduos, poluição de igarapés, uso excessivo de descartáveis – representam problemas sistêmicos que demandam respostas igualmente sistêmicas. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) estabelece diretrizes para gestão adequada de resíduos no país, enfatizando a importância da educação ambiental e da redução, reutilização e reciclagem como estratégias prioritárias. O projeto da brinquedoteca sustentável alinha-se diretamente com estes princípios, promovendo reutilização criativa de materiais que, de outro modo, seriam descartados de forma inadequada.

Murad (2009) argumenta que a ecoteologia deve traduzir-se em transformações concretas das práticas comunitárias, evitando permanecer em nível meramente discursivo. A experiência relatada exemplifica esta concretude: garrafas PET, tampinhas, papelão e caixas, materiais frequentemente descartados, foram transformados em instrumentos de aprendizado, alegria e formação espiritual. Esta alquimia pedagógica demonstra que recursos já disponíveis na comunidade, quando criativamente mobilizados, podem gerar transformações significativas sem demandar investimentos financeiros elevados.

A participação de mais de vinte crianças na faixa etária entre três e onze anos evidencia o alcance da iniciativa. Reimer (2006) destaca que a formação de valores ambientais na infância possui impacto duradouro, influenciando atitudes e comportamentos ao longo de toda a vida. As crianças que vivenciaram a experiência da brinquedoteca sustentável não apenas brincaram, mas internalizaram mensagem teológica profunda: Deus criou o mundo, considerou-o bom, e confiou à humanidade a responsabilidade de cuidá-lo. Esta compreensão, quando experimentada ludicamente em contexto comunitário acolhedor, tende a enraizar-se profundamente na formação identitária das crianças.

A continuidade do projeto, com os brinquedos permanecendo à disposição da brinquedoteca da igreja, representa aspecto crucial para sustentabilidade da iniciativa. Gumes (2005) alerta que ações educativas pontuais, embora valiosas, necessitam de institucionalização e continuidade para produzirem transformações culturais duradouras. No caso estudado, a incorporação dos brinquedos sustentáveis ao acervo permanente da igreja garante que a mensagem ecoteológica continue sendo comunicada às novas crianças que participarem das atividades do departamento infantil, multiplicando o impacto da iniciativa ao longo do tempo.

O envolvimento dos alunos de Teologia na execução do projeto possui significado formativo particular. Campos (2011) observa que a educação teológica brasileira tem enfrentado desafios na articulação entre teoria e prática, reflexão e ação. A experiência de extensão relatada demonstra possibilidade concreta de superação desta dicotomia, permitindo que futuros líderes religiosos vivenciem, durante sua formação acadêmica, a integração entre conhecimento teológico e transformação social. Os alunos não apenas estudaram ecoteologia abstratamente, mas exercitaram criatividade, trabalho colaborativo e sensibilidade pastoral ao desenvolverem projeto que respondeu a necessidades concretas da comunidade.

A dimensão comunitária da iniciativa merece destaque especial. A arrecadação de materiais recicláveis envolveu participação da igreja e da comunidade local, evidenciando que o projeto não se restringiu a grupo isolado, mas mobilizou

redes relacionais mais amplas. Sathler-Rosa (2012) enfatiza que a igreja, enquanto comunidade de fé, constitui espaço privilegiado para construção de solidariedade e práticas colaborativas. No contexto amazônico, marcado por desigualdades sociais e vulnerabilidades ambientais, esta dimensão comunitária assume importância particular, revelando potencial das comunidades eclesiais para protagonizarem transformações socioambientais.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), embora documento voltado à educação formal, estabelece que o desenvolvimento da consciência ambiental deve ser promovido desde os anos iniciais da escolarização. A experiência eclesial de Lábrea demonstra que espaços educativos informais, como departamentos infantis de igrejas, podem contribuir significativamente para este objetivo formativo, especialmente quando articulam dimensões éticas e espirituais frequentemente ausentes na educação secular. A educação ambiental cristã, fundamentada em valores como mordomia, compaixão e reverência pela criação, oferece motivações profundas para comportamentos sustentáveis, transcendendo argumentos meramente utilitaristas ou econômicos.

Boff (2009) afirma que "sem cuidado não há futuro", síntese eloquente da urgência da conversão ecológica. A experiência da brinquedoteca sustentável representa tradução desta urgência em ação concreta, adaptada ao contexto infantil e eclesial. Ao transformar "lixo" em brinquedo, reutilizar materiais descartados, explicar princípios ecológicos de forma acessível e celebrar a criação através da ludicidade, o projeto comunica às crianças mensagem essencial: cada pessoa, independentemente da idade, pode contribuir para cuidado do planeta, e este cuidado constitui expressão autêntica da fé cristã.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da experiência de criação da brinquedoteca sustentável na Igreja Assembleia de Deus em Lábrea, Amazonas, demonstra a viabilidade e eficácia da integração entre ecoteologia, educação ambiental e práticas pedagógicas lúdicas no

contexto da formação espiritual infantil. O projeto evidenciou que comunidades eclesiais, quando adequadamente sensibilizadas e mobilizadas, podem protagonizar iniciativas criativas de educação socioambiental, articulando princípios teológicos com ações concretas de sustentabilidade.

Os fundamentos ecoteológicos explorados ao longo deste estudo – particularmente as contribuições de Murad (2009), Boff (2004, 2009) e Reimer (2006) – oferecem sustentação teórica robusta para práticas educativas que integrem fé cristã e responsabilidade ambiental. A redescoberta do mandato bíblico de cuidado com a criação (Gn 1:28; 2:15) e a compreensão de que toda a criação participa do projeto salvífico divino (Rm 8:19-22) desafiam interpretações antropocêntricas e espiritualistas que historicamente afastaram comunidades cristãs das questões ambientais. O projeto desenvolvido em Lábrea demonstra aplicação prática destes fundamentos teóricos, traduzindo reflexão acadêmica em transformação comunitária concreta.

A metodologia adotada – envolvendo arrecadação comunitária de materiais recicláveis, confecção colaborativa de brinquedos, apresentações educativas e vivência lúdica – revelou-se particularmente eficaz para o público infantil. As mais de vinte crianças participantes não apenas receberam informações sobre sustentabilidade, mas vivenciaram experiência integral que mobilizou dimensões cognitivas, afetivas, corporais e espirituais. Esta abordagem holística alinha-se com perspectivas contemporâneas de educação ambiental, que enfatizam a necessidade de processos participativos e significativos para construção de consciência socioambiental duradoura.

A dimensão comunitária do projeto merece destaque especial. Ao envolver alunos de Teologia, educadoras do departamento infantil, crianças e suas famílias, a iniciativa mobilizou redes relacionais amplas, ampliando seu potencial transformador. A permanência dos brinquedos no acervo da brinquedoteca garante continuidade da mensagem ecoteológica, permitindo que novas gerações de crianças sejam alcançadas. Esta institucionalização representa aspecto crucial para

sustentabilidade de iniciativas educativas, evitando que permaneçam como eventos isolados sem impactos duradouros.

Os desafios identificados – como o descarte inadequado de resíduos, poluição de igarapés e uso excessivo de descartáveis no contexto urbano amazônico – demandam respostas sistêmicas e continuadas. O projeto da brinquedoteca sustentável representa passo inicial importante, mas necessita de desdobramentos futuros para produzir transformações culturais profundas. Sugere-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem o impacto da iniciativa ao longo do tempo, verificando mudanças efetivas nos comportamentos ambientais das crianças participantes e de suas famílias.

Para os alunos de Teologia envolvidos, a experiência proporcionou aprendizado inestimável sobre articulação entre teoria e práxis, reflexão e ação. A formação teológica que se restringe a sala de aula mostra-se insuficiente para preparação de líderes religiosos capazes de responder aos desafios complexos da contemporaneidade. Projetos de extensão como o analisado neste artigo permitem que futuros pastores, educadores e teólogos desenvolvam competências práticas essenciais, incluindo criatividade, sensibilidade comunitária e capacidade de mobilização para transformação social.

A experiência de Lábrea oferece modelo replicável para outras comunidades eclesiais brasileiras, especialmente na região amazônica, onde a tensão entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico assume contornos particularmente dramáticos. Pequenas iniciativas, como a criação de brinquedotecas sustentáveis, podem funcionar como porta de entrada para conversões ecológicas mais profundas, à medida que comunidades cristãs redescobrem sua vocação de cuidadoras da criação.

Conclui-se que a integração entre ecoteologia, ludicidade e educação ambiental infantil representa estratégia promissora para formação de consciência socioambiental cristã. Ao transformar materiais descartados em instrumentos de alegria, aprendizado e formação espiritual, o projeto comunicou mensagem teológica

profunda: a criação é boa, Deus nos confia sua guarda, e o cuidado criativo com o planeta constitui expressão autêntica de amor a Deus e ao próximo. Que esta experiência inspire multiplicação de iniciativas semelhantes, contribuindo para construção de comunidades eclesiais verdadeiramente sustentáveis, onde a fé se traduza em ações concretas de cuidado com toda a criação divina.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Pentecostalismo e transformações na sociedade brasileira*. São Paulo: ASTE, 2011.

GUMES, Susan Mara Lacerda. Construção da conscientização socioambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho. *Paidéia, Ribeirão Preto*, v. 18, n. 41, p. 345-354, set./dez. 2005.

MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 69, n. 276, p. 784-809, 2009.

REIMER, Haroldo. *Toda a criação: Bíblia e ecologia*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SATHLER-ROSA, Ronaldo. *Cuidado pastoral em tempos de insegurança: uma hermenêutica teológico-pastoral*. São Paulo: ASTE, 2012.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTEOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA DE PLANTIO DE MUDAS COM CRIANÇAS NA ASSEMBLEIA DE DEUS EM MANAUS

Discentes<sup>48</sup>

Alber Furtado de Oliveira Junior  
Amanda Martins Valente  
Beatriz Azevedo Carvalho do Amaral  
Daubles da Silva Almeida  
Ecilene Maria Mourão Solart  
Gilberto Souza do Amaral  
Libna da Silva Nascimento  
Maria de Oliveira Fernandes  
Nathalia Lobão de Menezes  
Silvia Valeria de Carvalho Cabral Marques  
Orientador (a) Mara Cinthia Cunha <sup>49</sup>

### RESUMO

O presente artigo relata uma experiência de educação ambiental desenvolvida com crianças entre 10 e 14 anos na Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas, Congregação Templo Central, em Manaus. A atividade consistiu no plantio de mudas de árvores nativas e na conscientização sobre preservação do meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade ambiental, fundamentada nos princípios da ecoteologia. A metodologia envolveu práticas participativas de imersão na natureza, confecção de materiais educativos e reflexões sobre o cuidado com a "Casa Comum". Os resultados demonstraram que atividades práticas de educação ambiental em contextos religiosos podem despertar a consciência ecológica e promover mudanças comportamentais duradouras nas novas gerações. Conclui-se que a articulação entre fé e ecologia constitui um caminho promissor para a formação de cidadãos ambientalmente responsáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoteologia. Educação Ambiental. Sustentabilidade.

### 1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental contemporânea demanda respostas urgentes de todos os setores da sociedade, incluindo as comunidades religiosas. A relação entre religião e meio ambiente tem sido objeto de crescente atenção acadêmica, especialmente no campo da ecoteologia, que busca estabelecer conexões entre a fé cristã e a responsabilidade ecológica (Murad, 2009). No contexto amazônico, onde a pressão

<sup>48</sup> Acadêmicos do Curso de Teologia, do 2o período da Faculdade Boas Novas

<sup>49</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia Cunha do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

sobre os recursos naturais se intensifica continuamente, torna-se imperativo desenvolver estratégias educativas que promovam uma nova consciência ambiental, especialmente entre crianças e jovens.

A educação ambiental, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), deve ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal e não formal. Nesse sentido, as comunidades religiosas emergem como espaços privilegiados para a promoção de valores ecológicos, uma vez que o cuidado com a criação constitui dimensão fundamental da espiritualidade cristã (Boff, 2004).

O presente trabalho relata uma experiência de curricularização da extensão desenvolvida na Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas, Congregação Templo Central, com crianças entre 10 e 14 anos. A atividade teve como objetivo promover a educação ambiental por meio do plantio de mudas de árvores nativas, articulando conhecimentos teológicos, ecológicos e práticos. Fundamentando-se nos princípios da ecoteologia, buscou-se sensibilizar os participantes para a importância da preservação do meio ambiente, da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental como expressões concretas da fé cristã.

## **2 ECOTEOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

A ecoteologia surge como resposta teológica à crise ambiental, propondo uma reavaliação da relação entre fé e natureza. Segundo Murad (2009), a ecoteologia representa um movimento de conversão ecológica que perpassa todas as dimensões da vida cristã, exigindo mudanças profundas na compreensão da missão da Igreja no mundo contemporâneo. Essa perspectiva teológica fundamenta-se na compreensão bíblica da criação como obra divina que deve ser cuidada e preservada pela humanidade.

Leonardo Boff (2004), um dos principais expoentes da ecoteologia no Brasil, argumenta que a crise ecológica é, fundamentalmente, uma crise espiritual e ética.

Para o autor, o paradigma dominante da modernidade, centrado na exploração ilimitada dos recursos naturais, contraria os princípios fundamentais da espiritualidade cristã, que reconhece a interdependência de todas as formas de vida. A partir dessa perspectiva, a educação ambiental adquire dimensão teológica, tornando-se instrumento de formação integral da pessoa humana em sua relação com o mundo criado (Boff, 2012).

A articulação entre ecoteologia e educação ambiental encontra eco na encíclica "Laudato Si'" do Papa Francisco (2015), que propõe o conceito de "ecologia integral". Embora seja um documento católico, seus princípios têm sido amplamente adotados por diferentes denominações cristãs, incluindo comunidades evangélicas (Junges, 2017). A noção de "Casa Comum" apresentada no documento papal ressalta a responsabilidade compartilhada de todos os seres humanos no cuidado com o planeta, superando divisões confessionais e promovendo uma ética ambiental universal.

No contexto amazônico, a ecoteologia assume contornos particulares, considerando a biodiversidade única da região e os desafios específicos relacionados ao desmatamento, às queimadas e à exploração predatória dos recursos naturais (Suess, 2010). A Amazônia, frequentemente designada como "pulmão do mundo", representa não apenas um ecossistema de importância global, mas também um espaço simbólico onde se entrelaçam questões ecológicas, sociais, econômicas e espirituais. Nesse sentido, as intervenções educativas em comunidades amazônicas devem considerar as especificidades culturais e ambientais da região, promovendo uma pedagogia contextualizada (Reigota, 2017).

A educação ambiental fundamentada em princípios ecoteológicos não se limita à transmissão de informações sobre problemas ecológicos, mas visa à transformação profunda das atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente. Como observa Sato (1997), a sensibilização ambiental constitui etapa fundamental do processo educativo, permitindo que as pessoas desenvolvam vínculos afetivos com a natureza e reconheçam sua responsabilidade na preservação

dos ecossistemas. Essa dimensão afetiva e espiritual da educação ambiental encontra ressonância na tradição cristã, que valoriza a contemplação da criação como caminho de encontro com o divino (Murad, 2019).

### 3 METODOLOGIA E RESULTADOS DA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

A experiência desenvolvida na Congregação Templo Central da IEADAM foi planejada com base em metodologia participativa, envolvendo crianças entre 10 e 14 anos em atividades teóricas e práticas de educação ambiental. A escolha desse público-alvo justifica-se pela compreensão de que a formação da consciência ecológica deve iniciar-se nas fases iniciais do desenvolvimento humano, quando valores e atitudes fundamentais são estabelecidos (Dias, 2004).

A metodologia adotada estruturou-se em três momentos complementares. Inicialmente, realizou-se apresentação expositiva sobre conceitos fundamentais relacionados ao meio ambiente, incluindo ecossistema, biodiversidade, impacto ambiental, conservação e preservação. Essa etapa teórica, embora necessária, foi concebida de forma dialógica, estimulando a participação ativa das crianças por meio de perguntas e reflexões coletivas. Conforme ressalta Grün (1996), a educação ambiental deve superar o modelo transmissivo tradicional, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de análise das questões socioambientais.

O segundo momento consistiu na atividade prática de plantio de mudas de árvores nativas no terreno da igreja. Essa experiência de imersão na natureza permitiu que as crianças estabelecessem contato direto com o solo, as sementes e as mudas, vivenciando concretamente o processo de cultivar vida. A dimensão simbólica dessa atividade é particularmente significativa no contexto ecoteológico, pois o ato de plantar árvores representa esperança, compromisso com o futuro e participação na obra criadora de Deus (BOFF, 2012). Cada criança teve a oportunidade de plantar sua própria muda, assumindo responsabilidade pessoal pelo cuidado com aquela

árvore específica, o que contribui para o desenvolvimento do senso de pertencimento e responsabilidade ambiental.

O terceiro momento envolveu a confecção de cartazes sobre temas ambientais, atividade que permitiu às crianças expressarem criativamente suas compreensões e sentimentos em relação ao meio ambiente. A produção artística constitui importante recurso pedagógico na educação ambiental, pois favorece a elaboração simbólica das experiências vividas e a comunicação de valores e atitudes (Reigota, 2017). Os cartazes produzidos pelas crianças evidenciaram assimilação dos conceitos trabalhados e sensibilização genuína em relação à importância da preservação ambiental.

Os resultados observados ao longo da experiência foram bastante positivos. As crianças demonstraram grande entusiasmo e engajamento em todas as atividades propostas, especialmente no momento do plantio das mudas. A interação direta com a natureza despertou curiosidade, admiração e sentimentos de cuidado e proteção. Muitas crianças expressaram verbalmente o desejo de continuar cuidando das árvores plantadas e de desenvolver outras atividades ambientais na comunidade. Esse despertar da consciência ecológica representa resultado fundamental da atividade, pois, conforme argumenta Murad (2009), a conversão ecológica inicia-se com a experiência pessoal e afetiva de conexão com a natureza.

A realização da atividade em contexto religioso revelou potencialidades específicas para a educação ambiental. A linguagem teológica e os valores cristãos compartilhados pela comunidade proporcionaram fundamento adicional para a motivação e o engajamento dos participantes. A compreensão da natureza como criação divina e do ser humano como mordomo responsável pelo cuidado com essa criação confere significado transcendente às práticas ambientais, superando motivações puramente utilitárias ou pragmáticas (JUNGES, 2017). Nesse sentido, a articulação entre ecoteologia e educação ambiental demonstrou-se estratégia eficaz para promover mudanças comportamentais duradouras.

Cabe ressaltar que a arborização urbana, além de seus benefícios ecológicos diretos, possui importante função educativa e simbólica. Como observam Botelho e Davide (2002), as árvores plantadas em espaços urbanos contribuem para a melhoria da qualidade ambiental, mas também servem como lembretes permanentes da importância do cuidado com a natureza. No caso específico desta experiência, as árvores plantadas no terreno da igreja constituirão testemunho vivo do compromisso ambiental da comunidade, inspirando novas gerações a assumirem responsabilidade ecológica.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de educação ambiental desenvolvida na Congregação Templo Central da IEADAM demonstrou que a articulação entre ecoteologia e práticas educativas constitui caminho promissor para a formação de consciência ecológica em comunidades religiosas. O plantio de mudas com crianças, associado à reflexão teológica sobre o cuidado com a criação, produziu resultados significativos em termos de sensibilização ambiental e desenvolvimento de atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente.

A metodologia participativa adotada, que combinou momentos teóricos, práticos e criativos, revelou-se adequada para o público-alvo, promovendo aprendizagem significativa e envolvimento afetivo com as questões ambientais. A imersão na natureza por meio do plantio de árvores permitiu às crianças experimentarem concretamente sua conexão com o mundo natural, superando a alienação ecológica característica da vida urbana contemporânea.

Os fundamentos ecoteológicos que sustentaram a atividade conferiram profundidade e significado às práticas desenvolvidas, evitando que a educação ambiental se reduzisse a mero conjunto de informações técnicas ou prescrições comportamentais. A compreensão da natureza como "Casa Comum" que deve ser cuidada e preservada estabeleceu vínculo entre espiritualidade e ecologia, motivando as crianças a assumirem compromisso pessoal com a preservação ambiental.

A experiência também evidenciou o potencial das comunidades religiosas como espaços de educação ambiental. As igrejas, pela capilaridade que possuem na sociedade brasileira e pela capacidade de mobilização de diferentes grupos etários, podem desempenhar papel fundamental na promoção da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. Para tanto, torna-se necessário que as lideranças religiosas incorporem a dimensão ecológica em suas práticas pastorais e educativas, reconhecendo o cuidado com a criação como expressão autêntica da fé cristã.

Como desdobramentos futuros desta experiência, sugere-se a continuidade do acompanhamento das árvores plantadas, envolvendo as crianças participantes em atividades periódicas de cuidado e monitoramento do crescimento das mudas. Além disso, recomenda-se a ampliação do projeto para outros grupos da comunidade, incluindo adolescentes, jovens e adultos, promovendo uma cultura ecológica abrangente. A produção de materiais educativos específicos que articulem teologia e ecologia pode contribuir para a sistematização e disseminação das experiências desenvolvidas.

Por fim, cabe ressaltar que a conversão ecológica, embora possa ser iniciada por meio de atividades pontuais como a relatada neste artigo, constitui processo contínuo que demanda persistência e criatividade pedagógica. A construção de uma sociedade sustentável exige transformações profundas nos modos de pensar, sentir e agir em relação ao meio ambiente, o que só pode ser alcançado por meio de educação permanente, crítica e comprometida com a justiça social e ambiental. Nesse processo, a ecoteologia oferece recursos simbólicos, éticos e espirituais fundamentais para sustentar o compromisso de longo prazo com a preservação da vida em todas as suas formas.

## **REFERÊNCIAS**

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOTELHO, S. A.; DAVIDE, A. C. Métodos silviculturais para recuperação de nascentes e recomposição de matas ciliares. In: Simpósio Nacional sobre recuperação de Áreas Degradadas, 5., 2002, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: 2002. p. 123-145.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

GRÜN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. 13. ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

JUNGES, José Roque. Ecologia e criação: resposta cristã à crise ambiental. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

MURAD, Afonso. O núcleo da Ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 69, n. 275, p. 555-577, 2009.

MURAD, Afonso. Ecoteologia: um mosaico. São Paulo: Paulus, 2019.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SATO, M. Educação para o ambiente amazônico. São Carlos: Tese (Doutorado em Ciências). PPG-ERN/UFSCar. 245p. 1997.

SUESS, Paulo. Dicionário de Ecoteologia. São Paulo: Paulus, 2010.

**A RECICLAGEM DE LIXO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA  
COMUNIDADE: UMA PERSPECTIVA ECOTEOLÓGICA A PARTIR DA  
EXPERIÊNCIA NO TEMPLO CENTRAL DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM MANAUS**

Discentes<sup>50</sup>  
Aglacy Menandes  
Celso de Souza Silva  
Claudia Gomes  
Deusdete de Oliveira  
Dionisson Santana Campos  
Josué Trindade do Nascimento  
Luana Bonilha Teixeira  
Marcia Coutinho  
Orientador (a) Mara Cinthia Cunha<sup>51</sup>

**RESUMO**

O presente artigo analisa a problemática da reciclagem de lixo e seus impactos socioambientais em comunidades urbanas, tomando como base uma experiência de extensão realizada no Templo Central da Assembleia de Deus, localizado no centro de Manaus, Amazonas. A partir de uma abordagem ecoteológica, discute-se a importância da educação ambiental como instrumento de transformação social e espiritual, especialmente junto ao público infantojuvenil. O estudo demonstra que a crise ambiental urbana relacionada ao descarte inadequado de resíduos sólidos não constitui apenas um problema técnico ou administrativo, mas representa um desafio ético-teológico que interpela as comunidades de fé a assumirem sua responsabilidade como cuidadoras da criação divina. A metodologia adotou uma perspectiva qualitativa, com observação participante e ação educativa junto a 70 crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades lúdico-pedagógicas sobre coleta seletiva, reciclagem e consciência socioambiental. Os resultados apontam para a efetividade da educação ambiental de base comunitária e religiosa como estratégia de mobilização e mudança de hábitos, evidenciando o potencial transformador das comunidades eclesiais quando assumem o compromisso com a integridade da criação.

Palavras-chave: Ecoteologia. Reciclagem. Educação Ambiental Comunitária.

---

<sup>50</sup> Acadêmicos do Curso de Teologia, do 2o período da Faculdade Boas Novas

<sup>51</sup> Profa. Esp. Mara Cinthia Cunha do Curso de Teologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: mara.cunha@fbnovas.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A crise ecológica contemporânea configura-se como um dos maiores desafios civilizatórios do século XXI, demandando respostas não apenas técnicas e políticas, mas também éticas e espirituais. No contexto urbano brasileiro, particularmente em cidades amazônicas como Manaus, a problemática do descarte inadequado de resíduos sólidos e a ausência de práticas efetivas de reciclagem revelam as contradições de um modelo de desenvolvimento que negligencia tanto a sustentabilidade ambiental quanto a justiça social. Conforme assevera Murad (2009), a degradação ambiental não pode ser compreendida como fenômeno isolado, mas como expressão de uma crise mais profunda que envolve valores, cosmovisões e relações humanas com a natureza.

Neste cenário, a Ecoteologia emerge como campo interdisciplinar que articula reflexão teológica e consciência ecológica, propondo uma releitura das tradições religiosas à luz dos desafios ambientais contemporâneos. Segundo Boff (2004), a Ecoteologia representa um novo paradigma de compreensão da fé cristã que reconhece a intrínseca relação entre salvação humana e integridade da criação, superando perspectivas antropocêntricas que historicamente legitimaram a exploração irresponsável dos recursos naturais. Desta forma, as comunidades eclesiais são convocadas a assumir protagonismo na construção de uma cultura de cuidado com a casa comum, como denomina o Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si'* (2015).

O presente artigo resulta de uma experiência de curricularização da extensão desenvolvida no Templo Central da Assembleia de Deus, situado na região central de Manaus, onde a problemática do acúmulo de lixo e o descarte inadequado de resíduos constituem desafios persistentes que afetam a qualidade de vida da comunidade e a saúde ambiental urbana. A iniciativa partiu da constatação de que, apesar de melhorias infraestruturais implementadas pelo poder público, a ausência de educação ambiental e a falta de conscientização da população perpetuam práticas prejudiciais ao ambiente e à saúde coletiva.

Reconhecendo que a educação ambiental constitui dimensão essencial da missão evangelizadora da Igreja (Sbardelotto, 2014), o projeto voltou-se

especificamente para o público infantojuvenil, totalizando 70 crianças e adolescentes, desenvolvendo ações educativas sobre reciclagem, coleta seletiva e responsabilidade socioambiental. Fundamenta-se esta escolha metodológica na compreensão de que a formação de novas gerações com consciência ecológica representa estratégia fundamental para a transformação cultural necessária à superação da crise ambiental (Reigota, 2017).

O objetivo deste artigo consiste em analisar os impactos socioambientais da inadequação no descarte de resíduos sólidos urbanos, refletindo teologicamente sobre a responsabilidade das comunidades de fé na promoção de práticas sustentáveis e apresentando os resultados da experiência educativa desenvolvida junto à comunidade do Templo Central da Assembleia de Deus em Manaus.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO ECOTEOLÓGICA PARA O CUIDADO COM OS RESÍDUOS SÓLIDOS E A RESPONSABILIDADE COMUNITÁRIA**

A reflexão ecoteológica contemporânea tem enfatizado a necessidade de uma conversão ecológica que transforme não apenas práticas individuais, mas toda a estrutura de relações entre humanidade e natureza. Leonardo Boff (2012), um dos principais expoentes da Ecoteologia latino-americana, sustenta que a crise ecológica constitui fundamentalmente uma crise espiritual, resultante de uma cosmovisão que rompeu a harmonia original entre criação e criatura. Segundo este autor, o relato bíblico da criação (Gênesis 1-2) não confere à humanidade um domínio despótico sobre a natureza, mas estabelece uma vocação de cuidado, cultivo e preservação da obra divina.

Esta perspectiva teológica possui profundas implicações práticas para questões aparentemente prosaicas como o descarte de resíduos sólidos e a reciclagem. Quando uma comunidade descarta inadequadamente seus resíduos, não apenas viola princípios de saúde pública e urbanidade, mas transgredir um princípio teológico fundamental: a mordomia responsável sobre a criação. Como argumenta Murad (2009), cada ação humana sobre o ambiente, por mais trivial que pareça,

possui dimensão ética e espiritual, pois afeta a integridade da teia da vida que Deus criou e declarou boa.

No contexto específico da Amazônia, região que abriga a maior biodiversidade do planeta e desempenha papel crucial na regulação climática global, a responsabilidade ecológica das comunidades locais adquire relevância ainda maior. Suess (2010) destaca que a Amazônia não constitui apenas um ecossistema regional, mas patrimônio da humanidade e dom divino que demanda cuidado especial. Paradoxalmente, cidades amazônicas como Manaus enfrentam graves problemas ambientais urbanos, incluindo a gestão inadequada de resíduos sólidos, revelando a contradição entre discurso ambiental e práticas efetivas.

A situação observada no entorno do Templo Central da Assembleia de Deus, onde lixeiras permanecem degradadas e resíduos são descartados inadequadamente nas calçadas, ilustra esta contradição. Conforme relatado na experiência de campo, mesmo após intervenção do poder público que reformou a infraestrutura de coleta, a persistência de hábitos inadequados demonstra que a solução da crise ambiental não se restringe a medidas técnicas ou administrativas, mas exige transformação cultural e educacional.

Neste sentido, a Ecoteologia propõe que as comunidades religiosas assumam papel profético e pedagógico na formação de uma consciência ecológica. Como afirma Sbardelotto (2014), a missão evangelizadora da Igreja no século XXI não pode dissociar-se do compromisso com a justiça socioambiental e o cuidado com a criação. A Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco (2015), embora documento católico, tem sido amplamente acolhida por diversas denominações cristãs, incluindo comunidades evangélicas, como chamado ecumênico à conversão ecológica.

A opção metodológica de direcionar as ações educativas ao público infantojuvenil fundamenta-se em sólidos princípios tanto pedagógicos quanto teológicos. Pedagogicamente, reconhece-se que a infância constitui período crucial para a formação de valores, hábitos e cosmovisões (Reigota, 2017). Teologicamente, Jesus Cristo apresentou as crianças como modelo de receptividade ao Reino de Deus

(Marcos 10:14-15), sugerindo que sua abertura e capacidade de aprendizado as tornam agentes privilegiados de transformação.

Além disso, a educação ambiental infantil produz efeito multiplicador, pois crianças conscientizadas tornam-se educadoras em seus lares, influenciando práticas familiares. Conforme observado na experiência do Templo Central, as 70 crianças e adolescentes participantes das atividades educativas sobre reciclagem e coleta seletiva constituem potenciais agentes de mudança cultural em suas famílias e vizinhanças, disseminando conhecimentos e valores ambientais.

A abordagem lúdico-pedagógica adotada no projeto, incluindo palestras adaptadas à linguagem infantil, brincadeiras educativas e distribuição de brindes com mensagens ecológicas, reflete a compreensão de que a educação ambiental não deve ser meramente informativa, mas transformadora e vivencial (Loureiro, 2012). Trata-se de formar não apenas conhecimentos sobre reciclagem, mas de cultivar disposições afetivas e espirituais de cuidado, gratidão e responsabilidade em relação à criação divina.

### **3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA RECICLAGEM E DESAFIOS DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONTEXTOS URBANOS AMAZÔNICOS**

A problemática dos resíduos sólidos urbanos constitui um dos principais desafios ambientais contemporâneos, com graves repercussões sobre a saúde pública, a qualidade ambiental e a justiça social. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o Brasil produziu aproximadamente 82 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos em 2023, dos quais apenas cerca de 4% foram efetivamente reciclados, percentual muito inferior à média de países desenvolvidos.

No contexto amazônico, particularmente em Manaus, a situação apresenta contornos ainda mais críticos. A cidade, que abriga mais de 2 milhões de habitantes e constitui o principal polo industrial da região Norte, enfrenta desafios complexos

relacionados à coleta, tratamento e destinação adequada de resíduos. Como observado na área do Templo Central da Assembleia de Deus, localizado no centro histórico da cidade, a degradação de lixeiras e o descarte inadequado de resíduos nas calçadas representam problemas recorrentes que afetam não apenas a estética urbana, mas sobretudo a saúde coletiva e a dignidade das populações.

A análise ecoteológica desta realidade revela dimensões que transcendem aspectos meramente técnicos. Boff (2017) argumenta que o acúmulo de lixo nos espaços urbanos constitui sintoma de uma sociedade que rompeu vínculos de cuidado e responsabilidade, tratando a natureza e os recursos como objetos descartáveis. Esta cultura do descarte, denunciada enfaticamente pelo Papa Francisco na *Laudato Si'* (2015), não se restringe aos resíduos materiais, mas estende-se às próprias pessoas, especialmente às populações vulneráveis que são as principais afetadas pela degradação ambiental urbana.

A reciclagem, nesta perspectiva, não representa apenas solução técnica para redução do volume de resíduos destinados a aterros sanitários, mas constitui prática de resistência cultural contra o paradigma do consumismo e do descarte. Ao separar, classificar e destinar adequadamente resíduos recicláveis, indivíduos e comunidades exercitam valores de cuidado, responsabilidade e reconhecimento do valor intrínseco dos materiais, contrapondo-se à lógica da obsolescência programada e do desperdício característicos da sociedade de consumo (Murad, 2020).

Os benefícios socioambientais da reciclagem são múltiplos e bem documentados pela literatura científica. Ambientalmente, a reciclagem reduz a extração de recursos naturais, diminui o consumo energético na produção de novos materiais, minimiza a poluição atmosférica e hídrica associada a processos industriais e reduz significativamente o volume de resíduos destinados a aterros e lixões. Segundo estudos, a reciclagem de uma tonelada de papel pode preservar aproximadamente 17 árvores adultas, enquanto a reciclagem de alumínio economiza até 95% da energia necessária para produção a partir de matéria-prima virgem.

Socialmente, a reciclagem gera oportunidades de trabalho e renda, particularmente para populações vulneráveis organizadas em cooperativas de catadores. No Brasil, estima-se que mais de 800 mil pessoas sobrevivam da coleta e comercialização de materiais recicláveis, constituindo categoria profissional que desempenha papel ambiental fundamental, embora frequentemente invisibilizada e marginalizada socialmente (Gonçalves, 2016). A valorização e formalização do trabalho dos catadores representa, portanto, dimensão essencial da justiça socioambiental.

Economicamente, a reciclagem movimenta significativa cadeia produtiva, gerando valor agregado a partir de materiais que seriam descartados. Dados do setor indicam que a indústria da reciclagem no Brasil movimenta bilhões de reais anualmente, embora este potencial permaneça largamente subutilizado devido a desafios estruturais, incluindo insuficiência de políticas públicas, deficiências em infraestrutura de coleta seletiva e, fundamentalmente, ausência de cultura de separação de resíduos pela população.

É precisamente neste último aspecto que a experiência desenvolvida no Templo Central da Assembleia de Deus adquire relevância exemplar. Reconhecendo que a mudança de hábitos em relação ao descarte de resíduos constitui desafio cultural que transcende campanhas informativas superficiais, o projeto apostou na formação de consciência ecológica através de educação ambiental de base comunitária e religiosa, direcionada ao público infantojuvenil.

As atividades desenvolvidas com as 70 crianças e adolescentes incluíram explicação sobre o sistema de cores da coleta seletiva (azul para papel, vermelho para plástico, verde para vidro, amarelo para metais, marrom para orgânicos), demonstração prática de separação de resíduos, reflexão sobre o ciclo de vida dos materiais e os impactos ambientais do descarte inadequado. Fundamentalmente, estas atividades foram enquadradas teologicamente, apresentando o cuidado ambiental como dimensão da vocação cristã de mordomo responsável da criação divina.

Segundo Reigota (2017), a educação ambiental efetiva não se limita a transmitir informações sobre problemas ecológicos, mas promove transformação de valores, atitudes e práticas, cultivando cidadãos ecologicamente responsáveis. No contexto de comunidades religiosas, esta dimensão formativa é potencializada pela integração entre motivação espiritual e consciência ecológica, como evidencia Sbardelotto (2014) ao analisar experiências de educação ambiental em contextos eclesiais.

Os desafios observados no entorno do Templo Central, particularmente a persistência de descarte inadequado mesmo após melhorias infraestruturais, confirmam que soluções puramente técnicas ou administrativas são insuficientes. A instalação ou reforma de lixeiras, embora necessária, não produz automaticamente mudança de comportamento. É preciso investimento continuado em educação ambiental, mobilização comunitária e formação de consciência coletiva sobre responsabilidade socioambiental.

Neste sentido, comunidades religiosas possuem vantagens comparativas significativas como agentes de educação ambiental. Primeiro, dispõem de credibilidade e legitimidade moral perante seus membros, facilitando processos educativos. Segundo, possuem estruturas organizacionais estáveis e redes de relacionamento que permitem ações continuadas e não meramente pontuais. Terceiro, articulam motivações espirituais profundas que transcendem argumentos meramente utilitários ou pragmáticos, fundamentando o cuidado ambiental em convicções sobre o sentido da existência humana e sua relação com a criação divina (Boff, 2012).

A experiência realizada no Templo Central demonstra este potencial. Ao integrar educação ambiental sobre reciclagem à formação espiritual de crianças e adolescentes, o projeto não apenas transmitiu informações técnicas sobre coleta seletiva, mas cultivou disposições éticas e espirituais de cuidado, responsabilidade e reverência pela criação. As imagens registradas durante as atividades evidenciam o

engajamento e receptividade do público infantojuvenil, confirmando a efetividade de abordagens lúdico-pedagógicas contextualmente adequadas.

Cabe destacar, contudo, que ações educativas pontuais, por mais bem-intencionadas e executadas, não são suficientes para transformar realidades ambientais complexas. É fundamental que iniciativas como a desenvolvida no Templo Central sejam integradas a estratégias mais amplas que incluam políticas públicas efetivas de gestão de resíduos sólidos, infraestrutura adequada de coleta seletiva, formalização e valorização do trabalho de catadores, regulação da produção e responsabilização de empresas pelos resíduos gerados através de seus produtos (Jacobi, 2011).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), embora represente avanço legislativo significativo, enfrenta enormes desafios de implementação, particularmente em municípios amazônicos com limitações orçamentárias e institucionais. A participação de organizações da sociedade civil, incluindo comunidades religiosas, é fundamental para pressionar poder público e empresas a cumprirem responsabilidades legais e éticas em relação à gestão de resíduos (Ribeiro, 2018).

Finalmente, é importante situar a problemática da reciclagem e gestão de resíduos sólidos no contexto mais amplo da crise ecológica civilizatória. Como argumenta Murad (2020), embora a reciclagem seja importante, ela não é suficiente se não for acompanhada de questionamento radical dos padrões de produção e consumo que caracterizam a sociedade contemporânea. A verdadeira conversão ecológica, na perspectiva ecoteológica, implica transição para modos de vida mais simples, solidários e sustentáveis, orientados não pela acumulação material, mas pela busca do bem-viver em harmonia com a criação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de curricularização da extensão desenvolvida no Templo Central da Assembleia de Deus em Manaus, focada na educação ambiental sobre

reciclagem de resíduos sólidos junto a 70 crianças e adolescentes, evidencia o potencial transformador de iniciativas de base comunitária e religiosa na promoção de consciência e práticas socioambientais responsáveis. Os resultados observados confirmam que a articulação entre reflexão ecoteológica e ação educativa constitui estratégia efetiva para cultivar valores de cuidado com a criação, especialmente quando direcionada ao público infantojuvenil, cujo período formativo é crucial para desenvolvimento de hábitos e cosmovisões.

A fundamentação ecoteológica demonstra que a problemática da reciclagem e gestão adequada de resíduos sólidos transcende dimensões meramente técnicas ou administrativas, possuindo profundo significado ético e espiritual. Cada ato de descarte inadequado de resíduos representa não apenas transgressão de normas sanitárias ou urbanísticas, mas violação do princípio teológico fundamental da mordomia responsável sobre a criação divina. Inversamente, práticas de reciclagem, redução de desperdício e consumo consciente constituem expressões concretas da vocação cristã de cuidar da casa comum.

A análise dos impactos socioambientais da reciclagem revela benefícios múltiplos que abrangem conservação de recursos naturais, redução de poluição, economia de energia, geração de trabalho e renda para populações vulneráveis e promoção de justiça socioambiental. Contudo, a efetivação deste potencial depende de transformações culturais profundas que superem a lógica do consumismo e descarte, cultivando valores de suficiência, solidariedade e reverência pela vida em todas as suas formas.

Os desafios observados no entorno do Templo Central, onde apesar de melhorias infraestruturais persiste o descarte inadequado de resíduos, confirmam que soluções técnicas isoladas são insuficientes sem correspondente mudança de mentalidade e comportamento. Neste sentido, a educação ambiental comunitária, especialmente quando integrada à formação espiritual em contextos religiosos, constitui instrumento indispensável de transformação social.

As comunidades eclesiais são convocadas a assumir protagonismo profético e pedagógico na construção de uma cultura ecológica, reconhecendo que o cuidado com a criação não representa tema periférico ou opcional da fé cristã, mas dimensão essencial da resposta ao chamado divino. A experiência relatada neste artigo oferece modelo replicável e adaptável a diferentes contextos, demonstrando que iniciativas relativamente simples, quando fundamentadas teologicamente e executadas com intencionalidade pedagógica, podem produzir impactos significativos na formação de consciência socioambiental.

Recomenda-se que o projeto desenvolvido no Templo Central seja ampliado e continuado, integrando-se a uma estratégia permanente de educação ambiental que inclua não apenas crianças e adolescentes, mas toda a comunidade eclesial. Sugere-se ainda a articulação com outras igrejas, organizações comunitárias e poder público para ações coletivas de maior alcance e impacto. Finalmente, propõe-se que cursos de teologia incorporem de forma mais substancial a Ecoteologia em seus currículos, preparando futuros líderes religiosos para o exercício de uma missão integral que abraça a justiça socioambiental como dimensão constitutiva do Evangelho.

A crise ecológica contemporânea é também uma crise espiritual, demandando das comunidades de fé coragem profética para denunciar estruturas injustas de produção e consumo, sabedoria pedagógica para formar novas gerações ecologicamente conscientes e humildade para reconhecer cumplicidades históricas com a degradação da criação. Que a experiência relatada inspire e mobilize outros projetos similares, contribuindo para a urgente conversão ecológica que nosso tempo exige.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. A terra na palma da mão: uma nova visão do planeta e da humanidade. Petrópolis: Vozes, 2017.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

GONÇALVES, Pólita. Catadores de materiais recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde. São Paulo: Annablume, 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MURAD, Afonso. O núcleo da Ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 69, n. 275, p. 519-551, 2009.

MURAD, Afonso. Ecoteologia: um mosaico. São Paulo: Paulus, 2020.

RECICLA SAMPA. Entenda por que a reciclagem de metais deve ir além das latas de alumínio. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/entenda-por-que-a-reciclagem-de-metais-deve-ir-alem-das-latas-de-aluminio>. Acesso em: 22 out. 2025.

RECICLA SAMPA. Você sabe as diferenças entre lixo orgânico e reciclável. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/voce-sabe-as-diferencas-entre-lixo-orgânico-e-reciclavél>. Acesso em: 22 out. 2025.

RECICLA SAMPA. Saiba tudo sobre a reciclagem do papel. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/saiba-tudo-sobre-a-reciclagem-do-papel>. Acesso em: 22 out. 2025.

RECICLA SAMPA. Reciclagem de vidro: aprenda como fazer. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/reciclagem-de-vidro-aprenda-como-fazer>. Acesso em: 22 out. 2025.

RECICLOTECA. Material reciclável: plástico. Disponível em: <https://www.recicloteca.org.br/material-reciclavél/plastico/>. Acesso em: 22 out. 2025.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RIBEIRO, Helena. Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios e perspectivas. São Paulo: Manole, 2018.

SBARDELOTTO, Fábio Baggio. Ecoteologia: por uma ética do cuidado da criação. Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, v. 6, n. 2, p. 519-536, 2014.

SUESS, Paulo. Evangelizar a partir dos projetos dos outros: um desafio para a Igreja na Amazônia. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2010.